O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições – I

de Teófilo Braga

PROÉMIO

Escrevia Henri Martin, por ocasião do Congresso Antropológico celebrado em Lisboa em 1880: «Portugal é exactamente a região da Europa onde o erudito, por muito que se encerre na sua ciência, há-de por força abrir os olhos, e bem abertos sobre tudo quanto o rodeia; porque o presente é aqui tão curioso, e quase tão diferente dos nossos costumes, como o podiam ser as idades antigas» Desde 1867 a 1884 temos empreendido uma larga investigação sobre a etnogenia do povo português, compreendendo os costumes, as indústrias locais, crenças e superstições, festas religiosas, cerimónias funerárias e nupciais, símbolos do direito consuetudinário, jogos infantis, adivinhas, adágios, colóquios e danças dramáticas, músicas e canções, novelas, profecias nacionais, cantos heróicos do Romanceiro, literatura de cordel, dialectologia e lendas históricas. O presente trabalho vem rematar esta empresa, que tem sido o pensamento constante a que dedicámos quase que exclusivamente a nossa actividade intelectual. Sobre este campo etnológico existem trabalhos importantes na Europa, como os *Primitive Manners and Customs*, de James Farrer, e especialmente a obra de Kolberg, em catorze volumes: *O Povo, Seus Costumes, Modo de Viver, Linguagem, Tradições, Provérbios, Cerimónias, Esconjuros, Passatempos, Cantos, Música e Dança* (Varsóvia, 1857-1880). Não viemos a estes estudos por uma simples imitação, nem por curiosidades de momento e sem destino; por uma evolução natural do nosso espírito achamo-nos atraídos para a observação de todas as manifestações do viver português, e o nosso método de investigação e o critério comparativo, bem como o intuito de reconstrução sociológica como sistema de coordenação dos factos, desenvolveram-se constantemente à medida que avançamos da actividade *estética* para a actividade *científica*, e por fim para a especulação *filosófica*.

Atraídos ainda na adolescência para esse lirismo pessoal pervertido pelo romantismo, viemos a conhecer que existia uma poesia mais profunda do que as emoções do momento, revelada nos conflitos da humanidade que acentuam a sua elevação na História. Entrando nesta via, em que traçámos o esboço de uma epopeia humana na *Visão dos Tempos*, a idealização do passado fez-nos compreender os documentos persistentes da sua poesia, as tradições transmitidas na voz do povo. Imediatamente começámos a acumular os materiais do *Cancioneiro e Romanceiro Geral Português*, aproveitando o contacto com toda a mocidade portuguesa na frequência da Universidade de Coimbra. Obedecendo a esta sedução, escolhemos para a nossa tese de doutoramento em Direito os *Forais*, documentos tradicionais do Direito local e consuetudinário; o estudo da jurisprudência foraleira fez-nos encontrar numerosos vestígios de costumes, na vida actual do povo, e abundantes símbolos jurídicos nas cantigas e romances orais. Por esta forma achámos o lado vivo das instituições locais, e ao mesmo tempo a importância histórica contida nos factos aparentemente insignificantes aludidos nos cantos do povo português. Estava achado o nosso critério, e portanto o interesse artístico convertido em seriedade científica. A

relação entre os Forais do século XIII e os romances populares actuais estabeleceu-se no nosso espírito pelo encontro frequente de numerosíssimas referências dos principais romances nas obras dos escritores quinhentistas Gil Vicente, Prestes, Sá de Miranda, Jorge Ferreira e Camões. Avançando constantemente, e sentindo, compreendendo, a expressão do nosso génio nacional, organizámos então a *História da Literatura Portuguesa*, onde cada escritor seria julgado segundo a intuição que teve das fontes tradicionais de que mais ou menos conscientemente se aproximou. Assim, pelo estudo dos cantos do povo é que compreendemos o que havia de caracteristicamente nosso nos Cancioneiros provençais portugueses, considerados por Wolf como imitações sem carácter nacional; pelo estudo das superstições é que conhecemos as origens de alguns autos de Gil Vicente, onde este homem de génio dramatizou costumes populares, como no *Triunfo do Inverno*. Pertence também a esta ordem de estudos a observação da persistência étnica das raças peninsulares, base do nosso esboço sobre os *Elementos da Nacionalidade portuguesa* e da *História de Portugal* em que trabalhamos.

De todos estes factos infere-se que obedecemos sempre a um ponto de vista superior, fugindo intencionalmente da compilação material sem subordinação a um plano. A compilação é útil e necessária, mas tem, além do defeito da incongruência irracional, o perigo de dar a estes estudos etnológicos uma aparência de frivolidade que os prejudica. O espírito humano precisa sempre de uma síntese, e é o que Bacon afirma na máxima: *A verdade pode sair do erro, mas nunca da confusão*. Este saudável princípio levou-nos constantemente a procurar um ponto de vista geral que nos guiasse nesta ordem de estudos. Do exame comparativo dos cantos populares, chegámos ao conhecimento da unidade poética do Ocidente da Europa, já presentida por Nigra, Liebrecht e Wolf; o estudo da etnologia pôs-nos em maior evidência este fundo tradicional comum, e partindo desta concepção pudemos sistematizar os costumes populares inconscientes, incompletos e sem sentido real, coordenando-os segundo os estados sociais primitivos de que eles eram a sobrevivência. Neste estudo de reconstrução é que viemos a compreender as diferenças fundamentais que existem no método e processo descritivo de uma sociologia concreta, e o destino filosófico ou abstracto de uma ciência dedutiva de previsão dos fenómenos sociais, ou propriamente a *sociologia*, confundida por Spencer e outros com a etnologia. A publicação do *Sistema de Sociologia* representa na nossa actividade mental o período de abstracção filosófica; por este trabalho chegámos à concepção das leis gerais que subordinam os factos sociais. A sua aplicação ao exame da vida do povo português nos seus costumes, crenças e superstições, toma este trabalho uma como sociologia descritiva, exemplificada num pequeno grupo humano. Da concepção geral sociológica tirámos a divisão fundamental dos fenómenos: os que se referem à actividade popular, ou *Costumes*, os que resultam da afectividade, ou as *Crenças*, e os que são as formas especulativas da intelectualidade da multidão, ou as *Tradições*. Eis os diversos aspectos por onde este trabalho se prende logicamente aos diversos graus do nosso desenvolvimento estético, científico e filosófico, acentuados com clareza em trabalhos cuja unidade de plano e intenção começam a ser compreendidas.

INTRODUÇÃO

Bases da crítica etnológica

As *persistências* consuetudinárias. – Transição da antropologia para a etnografia: usos sem relação com os costumes. – Costumes sem relação com as opiniões. – As *recorrências* ou regressões aos costumes atrasados por uma raça superior: Contacto com raças homogéneas. – Isolamento e regressão das raças. – Causas psicológicas: O automatismo orgânico da Imitação e da Tradição, nas crianças, nas mulheres e nos velhos. – As *sobrevivências*: Adaptações das impressões primitivas. – Transformações dos mitos em lendas. – Decadências culturais e superstições populares. – Fundação de uma psicologia antropológica, ou *Demótica*, subordinando em corpo de doutrina a etnografia, a demografia, a demopsicologia, a hierologia, a etologia e a nacionalliteratura. – Carácter de uma ciência social descritiva, segundo as três sínteses, activa, afectiva e especulativa, dirigindo a coordenação do presente livro.

O interesse crescente pelos estudos etnológicos, já como desenvolvimento indispensável das observações da *Psicologia* (Herbart e Waitz) já como conduzindo à preparação dos fados indutivos da *Sociologia* (Herbert Spencer, Wundt e Letourneau), revela-nos que uma modificação fundamental se operou no critério humano, procurando a razão de ser dos actos individuais e das instituições sociais, não na vontade preponderante dos grandes homens, mas nos antecedentes históricos que remontam até ao automatismo orgânico das colectividades. A História esgotou-se na celebração dos chefes militares e dinásticos, explicando as transformações sociais pela intervenção arbitrária dessas altas individualidades; assim, reduzia-se à narrativa da sua existência biográfica, que substituíra completamente a da nação. As frases – século de Péricles, século de Augusto, século de Leão X, século de Luís XIV, são uma síntese banal de uma concepção errada; porque o esplendor de cada um desses séculos provem de antecedentes remotos como o estado da raça, da sua situação geográfica, dos seus conflitos sociais, do grau de intelectualidade em relação com as noções objectivas, e enfim da solidariedade com um passado mais ou menos culto, que facilitava os novos progressos vindouros. A alteração do critério fez-se de um modo insensível, ainda que muito tarde, como se observa na própria especialização da História. As investigações que se dirigiam aos actos dos indivíduos socialmente preponderantes, como os da história política, alargaram-se aos fenómenos sociais, como o Direito, a Arte, a Propriedade, as Literaturas, as Línguas. e assim se chegou a tocar o problema social sob um aspecto científico, fixando o verdadeiro campo de exploração crítica no conjunto das sociedades humanas. Quando Comte compreendeu o princípio que: «Os mortos governam sempre, e de cada vez mais os vivos», achou a forma do encadeamento da complexidade dos factos sociais para poder submetê-los à invariabilidade das leis naturais, tornando possível a constituição de uma ciência social. Os progressos dos estudos biológicos ajudaram ao desenvolvimento da ideia de *evolução*; as descobertas sobre a correlação das forças, explicando os fenómenos físicos e químicos, vieram dar o valor de uma síntese filosófica à concepção evolucionista, a qual, ampliando-se aos fenómenos sociais, provocou os vastos trabalhos da etnologia, que em vez de serem uma acumulação de factos sem intuito – como a maior parte das relações dos viajantes – se subordinaram à determinação da influência dos meios, às capacidades das raças e seus cruzamentos, às hereditariedades e atavismos, nas suas formas de *persistências*, *recorrências* e *sobrevivências*. Fixado o ponto de vista da relação dos antecedentes, como a base de uma explicação racional, o método comparativo veio fortalecer a História, conduzindo a deduções tanto mais seguras quando estabelecidas nos grandes conjuntos de factos. Neste estado da etnografia, a que a elevaram Lubbock, Tylor, Bastian, Wundt, Waitz, Lazarus, e tantos outros, a ciência descritiva tendeu a converter-

se numa ciência geral do homem moral ou em psicologia, e numa ciência concreta dos agregados sociais confundida com a sociologia. E esta indeterminação que a prejudica; conhecido o critério evolutivo e o método comparativo, há toda a segurança para que as investigações especiais restritas a uma raça ou a uma nação se não esterilizem numa fútil curiosidade. Se nos seus resultados gerais a etnologia deriva da investigação dos fenómenos passados nos agregados humanos, o conhecimento do homem médio, e das formas de progresso das necessidades, dos instintos, dos sentimentos, dos interesses e das ideias que agitaram essas colectividades na sucessão histórica das suas instituições políticas, económicas e morais, também sob o ponto de vista restrito a um dado povo esse estudo dos seus antecedentes sociais serve para determinar os caracteres nacionais, por isso que os costumes domésticos, as tradições, as formas da actividade, tudo isso é um elemento indistinto de onde se vão destacando a poesia, a literatura, a arte, a indústria e a acção histórica de um povo na civilização. Tal é o ponto de vista em que nos colocamos ao coordenar os materiais deste livro em que descrevemos o povo português nos seus Costumes, Crenças e Tradições.

Não basta compilar os factos espontâneos que se conservam nos costumes ou modos de existência do povo; pelo exame comparativo aplicado a esses elementos étnicos é que se compreende a sua fundamental importância, impondo-nos respeito por uma ordem de documentos que encerram extraordinárias inferências acerca do estado moral e social do povo de hoje nas suas relações de dependência com um passado de que é o representante inconsciente. Diz Gustavo Le Bon, aludindo a esta dependência étnica: «Este passado imenso que trazemos em nós mesmos, nós não o sentimos, da mesma forma que não sentimos a pressão enorme da atmosfera que nos cerca; a sua existência não é menos real.»¹ Turgot já havia possuído a intuição desta lei de evolução na História, quando no seu Segundo Discurso na Sorbona escrevia: «Todas as idades estão encadeadas por uma série de causas e de efeitos que ligam o estado do mundo a todas aquelas que o precederam.» A verificação deste princípio leva a descobertas estupendas, como a reconstrução das formas das sociedades primitivas através do exame das instituições e hábitos do presente. Tal é a primeira consequência do método comparativo, e mesmo o seu principal intuito. Toda a investigação étnica que não visar a esta reconstrução sociológica não passará de um inventário estéril, e as comparações ficarão ininteligíveis. Porque, como observa Koenigswarter: «Todas as vezes que um facto se encontra a imensa distância de tempo e de lugar, entre povos diferentes pelo clima, pela sua religião, sua origem e linguagem, este facto liga-se necessariamente ao desenvolvimento social da Humanidade.»² É por esta vista de conjunto que nos aparece a concordância humana através das suas fases sociais, das suas variações antropológicas, das suas concepções mentais, concordância que não é outra coisa senão um esforço de convergência para a elevação da espécie, e que encerra a síntese ou o *consensus* que caracteriza uma civilização. Por mais elevada que seja a cultura de um povo, sempre nos seus costumes, crenças e tradições se irão encontrar os vestígios de épocas rudimentares sobre as quais se foram organizando as formas superiores da sua existência; e assim como nos organismos mais perfeitos os biólogos vão encontrar certos órgãos sem destino, que não correspondem a nenhuma função actual, mas que subsistem como última dependência de uma fase morfológica que passou, também nas sociedades se conservam manifestações automáticas em antinomia com a situação actual das consciências. Charrière notou esta duplicidade, cujo conhecimento é de uma importância prática para aqueles que exercem qualquer intervenção política: «Em qualquer ponto que se tomem as sociedades, elas apresentam sempre duas idades

¹ *L'Homme et les Sociétés*, t. II. p. 177.

² *Études Historiques sur le Développement de La Société*, introd.

distintas, a *idade natural*, chamada bárbara em todas as histórias por contraposição à idade civilizada, e da qual o carácter tem sido reciprocamente desconhecido. Ainda que o homem seja tudo por si só, a idade civilizada tem por fim negar o que tomou a este primeiro desenvolvimento do seu instinto. Contudo ele decide do espírito e da direcção de uma sociedade que recebe da *idade natural* a sua língua, costumes, instituições tradicionais, numa palavra, a matéria-prima elaborada numa segunda idade.»³ É o estudo desta matéria-prima que constitui o verdadeiro preliminar da história da civilização, quer no sentido geral ou sociológico, quer sob o ponto de vista restrito de uma nacionalidade na criação das suas instituições políticas, religiosas, estéticas ou económicas. A crítica funda-se no conhecimento desta relação entre os elementos da idade natural que receberam forma reflectida e serviram de expressão consciente às individualidades preponderantes. Carey aplicou este princípio à ciência económica, escrevendo: «O relance o mais superficial sobre diversas partes do universo leva-nos a perceber que todos os períodos da civilização dos tempos passados podem encontrar-se no presente, etc.»⁴ Pela aplicação de uma tal ideia, os estudos históricos receberam uma luz extraordinária, procurando-se o sentido de certas instituições incompreensíveis do passado na relação persistente com estados sociais de outras épocas. Fustel de Coulanges, explicando as formas da organização civil e política de Roma pela recomposição da tribo primitiva que se desenvolveu em patriciado, exclama: «Felizmente, o passado nunca morre completamente para o homem. O homem pode esquecer-se dele, mas guardá-lo-á sempre em si. Porque, tal qual é em cada época, ele é o resumo e o produto de todas as épocas anteriores.»⁵ Esta dependência física e moral, parecendo destruir-nos o nosso livre arbítrio, desde que seja conhecida considera-se como uma força efectiva e iniludível que terá de ser aproveitada, dirigindo-a no sentido da elevação da própria consciência. As lutas para a vulgarização das novas ideias, a dificuldade de generalizar as descobertas tecnológicas, são a consequência de uma tenacidade do passado, que muitas vezes os poderes políticos e religiosos, temporais e espirituais, exploram mantendo a sociedade na estabilidade desoladora de um conservantismo estúpido. Gustavo Le Bon observa o conflito que se dá entre estas duas forças, a do suposto livre arbítrio, ou da iniciativa das determinações individuais, vencida pela acção de um meio ignorado: «O homem julga proceder como ele quer, mas neste meio inconsciente, de que nem suspeita, e onde se elaboram as causas das suas acções, todas as gerações que o precederam depositaram os seus vestígios. Debalde procurará subtrair-se-lhe, os limites dentro dos quais se pode afastar são dos mais restritos.»⁶ Se o conhecimento desta subordinação fatal do homem é tónica condição possível para atingir a liberdade, quer em si, quer nas instituições que o envolvem, o desenvolvimento do critério nesta ordem de investigações tem o poder de destruir todas as ilusões prestigiosas acerca da origem divina dos principais recursos de que o homem se serviu para atingir o progresso de que desfruta. As relações do presente para com o passado, uma vez estabelecidas, mostram-nos com as formas superiores da sociedade são a consequência da transformação de organizações imperfeitas, assim como as nossas concepções morais e abstractas, de direito, dever, justiça e responsabilidade são o desdobramento de manifestações concretas e materiais muitas vezes ainda reflectidas em símbolos consagrados pela antiguidade. Vico, que na sua *Ciência Nova* teve a compreensão sintética do valor dos elementos consuetudinários e tradicionais para a reconstrução do conhecimento da natureza das nações, concluiu dos seus estudos o

³ *Politique de l'Histoire*, t. I, p. 22.

⁴ *Principes de la Science Sociale*, t. I, p. XI.

⁵ *La Cité Antique*, p. 5.

⁶ *L'Homme et les Sociétés*, t. II, p. 121.

grande princípio – que a Humanidade é obra de si mesmo. É esta a concepção final que resultará sempre de todas as descobertas acerca das relações do presente com o passado conservadas inconscientemente nos costumes; dela derivará a nova lei moral e a base para a reorganização das sociedades sob o ponto de vista da sociocracia. O filósofo Hume já havia pressentido o alcance desta solidariedade com o passado, quando, invertendo o problema da compreensão do presente, partia da sociedade de hoje para se descobrir o carácter das idades antigas; dizia ele: «Quereis conhecer os Gregos e os Romanos, estudai os Ingleses e os Franceses; os homens descritos por Tácito e Políbio parecem-nos os habitantes que nos cercam.» Os estudos da antropologia e da linguística ou filologia comparada levaram à descoberta de que estas analogias entre povos e civilizações tão remotas assentavam não sobre uma similaridade psicológica, mas sobre uma realidade histórica, porque estas nacionalidades provieram do mesmo tronco antropológico – a raça árica nas suas diversas emigrações para o Ocidente. É esta contiguidade e conexão histórica que vem coordenar uma grande soma de manifestações sociais, como mitos, formas linguísticas, constituição patriarcal governativa, tipos literários, que se conservaram com caracteres comuns na civilização ocidental representada pela Grécia, Roma, e nacionalidades constituídas na Idade Média, como a França, a Inglaterra e a Alemanha. As mesmas diferenças inconciliáveis mais facilmente se explicarão pelas circunstâncias do encontro e fusão de outros elementos antropológicos anteriores que os árias emigrantes assimilaram mais ou menos determinadamente. Os processos comparativos no estudo dos mais complicados elementos étnicos conduzem a uma unificação de resultados; Juvenal compreendia a possibilidade desta síntese, quando pelo conhecimento do que se passa numa casa deduzia o conhecimento do género humano: «*Humani generis mores tibi scire volenti, sufficit una domus.*⁷ De facto a vida doméstica, tendo-se ampliado ou sido parodiada na vida pública, encerra rudimentos de costumes e instituições nacionais, que só se compreendem aproximando-os do tipo de que derivam; e das analogias dos diversos costumes nacionais deduzem-se as relações orgânicas da grande raça a que pertencemos, recompondo as suas concepções e modo de existência primitivos.

As persistências. – O estudo fisiológico da nossa natureza explica por que motivo um certo número de actos são realizados sem estímulo funcional, ou *especificamente*; e porque é que ao mesmo tempo uma grande variedade de actos voluntários se tomam inconscientes ou *automáticos*, como condição indispensável da maior perfectibilidade do seu desempenho. É desta origem orgânica que deriva a tenacidade de conservação dos modos de actividade ou costumes que já não condizem com o estado moral ou mesmo com as ideias dominantes de uma época. Os modernos etnólogos observam com interesse esta categoria de actos, que, além de provirem de uma especificidade orgânica, também tiram a sua força de estabilidade de uma uniforme sugestão do meio. Spencer faz sentir esta relação da persistência dos costumes com a acção constante do meio cósmico, como se observa nos povos que vivem no deserto; diz Spencer: «Desde os tempos mais remotos que as regiões áridas do Oriente são povoadas por tribos semíticas cujo tipo social rudimentar é adaptado a essas solidões! Da mesma forma as descrições que Heródoto faz da maneira de viver dos Citas e de sua organização social assemelha-se quanto ao fundo à que Pallas apresenta dos Calmucos.» É assim que se explica como os mesmos costumes aparecem em raças diversas provocadas pela acção do mesmo meio; necessidades iguais provocam instintos iguais, hábitos idênticos, influndo por uma mesma sugestão na similaridade das concepções. Se a nossa organização

⁷ *Satyra XIV*, 159.

fisiológica explica o automatismo ou persistência de um grande número de actos, principalmente os costumes, a acção mesológica é que se toma a base positiva da teoria da degradação de certas raças e das formas mais caprichosas das *regressões* aos estados ou concepções mentais e sociais inferiores. Dentro de um mesmo país existem classes com um nível desigual de cultura, como numa dada região existem extensas variedades de temperatura quebrando o sincronismo dos trabalhos agrícolas; é também nestas classes que se irão repetir com maior intensidade os fenómenos de persistência étnica. Portanto, o estudo dos costumes só se pode fazer cientificamente sobre os agregados sociais, e não sobre o indivíduo; daqui dimanam espontaneamente considerações sobre o estado social de que esses costumes são a resultante mais ou menos vigorosa, a expressão mais ou menos clara de uma constituição primitiva. Pela persistência dos costumes das sociedades actuais, os modernos etnólogos recompõem as sociedades humanas ante-históricas. A *tatuagem*, conservada entre marinheiros e soldados, bem como as *ore/lias furadas*, são formas persistentes da existência selvagem. Lubbock indica a continuidade das habitações lacustres desde uma época ante-histórica até ao tempo de Heródoto, e sucessivamente até hoje; os sacrifícios primitivos dos que habitavam essas cidades aos seus lagos protectores ainda hoje persistem na forma de superstições na Irlanda e na Escócia⁸. Nas raças inferiores esta persistência quase que se confunde com a estabilidade improgressiva do instinto animal; assim, os habitantes da bacia do Nilo, como nota Baker, constroem as suas casas com a mesma imobilidade de tipo como as aves constroem os seus ninhos⁹. Nas raças superiores conserva-se o objecto ou a prática, modificando-se a forma ou o espírito. Diz Lubbock: «O uso dos punhais de pedra em certas cerimónias egípcias transporta-nos a um tempo em que este povo se servia habitualmente de instrumentos de pedra.»¹⁰ Mais tarde o uso do bronze e do ferro vem a eliminar os punhais de pedra, mas a persistência do costume há-de impor-se quer por uma alusão emblemática, quer por uma nova interpretação racional. Acompanhando o mesmo punhal de pedra, vê-lo-emos na China conservado como representação de instrumentos mais adiantados: «Ainda hoje o nome de *bacia* escreve-se em chinês como símbolo da pedra, que era o instrumento dominante da época em que fundaram a sua escrita.»¹¹ Por outro lado, Swen Nilson mostra como entre os povos escandinavos a forma dos ornatos e dos amuletos em coração é um resto do antigo uso do sílex em forma de lança conservado inconscientemente das épocas ante-históricas¹². Diante destes exemplos, os costumes, a linguagem, enfim toda e qualquer manifestação do homem em sociedade, tornam-se documentos importantes que o etnólogo lê com clareza, recompondo os estados primordiais que nos trouxeram à civilização presente. Na sua *Introdução à Ciência Social*, Spencer cita numerosos casos de persistência em que os usos não estão em relação com os costumes: «Os sacrifícios dos prisioneiros ou de outros homens, outrora universalmente praticado pelos canibais nossos antepassados, persistem nas usanças eclesiásticas longo tempo depois de terem desaparecido da vida social ordinária. A este primeiro facto ligam-se estreitamente dois outros, que conduzam também a induções de um alcance geral. Os instrumentos cortantes de pedra continuam a ser empregados nos sacrifícios numa época em que para todos os outros usos se serviam de instrumentos de bronze e mesmo de ferro: o Deuteronómio ordena aos Hebreus que construam altares de pedra sem se servirem de utensílios de ferro; o grande

⁸ *L'Homme avant l'Histoire*, p. 163. Ed. 1867.

⁹ Spencer, *Sociologie*, t. I, p. 132.

¹⁰ *Origines de la Civilisation*, p. 2.

¹¹ Lenormant. *Premières Civilisations*, t. I, p. 94.

¹² *Les Habitants Primitifs de la Scandinavie*, p. 243, nota 1.

sacerdote de Júpiter em Roma barbeava-se com um cutelo de bronze.»¹³ Não levando mais longe a transcrição importante, compendiaremos os factos; quando na vida doméstica já tinha sido abandonada a produção do fogo pelo atrito de dois paus, ainda persistia o processo arcaico nos ritos culturais dos Hindus, como ainda hoje na Igreja Católica se renova o fogo por meio do sílex e da isca. Quando no Egipto se falava uma linguagem vulgar, acomodada às relações civis, conservava-se a difícil escrita hieroglífica para a literatura sagrada, da mesma forma que a par das nossas línguas vivas persiste o latim litúrgico da Igreja Católica. Spencer mostra a evidência como depois da classe conservadora da teocracia, a classe que exerce o poder político, aristocracias e governos, mantém os usos anacrónicos em antinomia com os costumes sociais. As praxes de direito feudal conservaram-se por muito tempo na Europa, quando era geral o direito civil escrito; hoje ainda muitos tomam a sério os títulos nobiliárquicos de duques, marqueses, condes e barões, quando já não existe a organização social militar, nem a organização da propriedade territorial beneficiária. Os costumes palacianos conservam ainda o calção e meia, completamente banidos e ridicularizados entre todas as classes sociais; o beija-mão é um resto da antiga servidão e subordinação da homenagem; também em geral as insígnias são caricatas, materializando ideias abstractas, como a *coroa*, simbolizando a autoridade, a *vara*, significando o poder judicial¹⁴. As populações isoladas das aldeias estão no mesmo caso que as classes confinadas no mundo oficial ou na corte, conservam nos seus usos coisas que estão em desacordo com os costumes da época, tornando-se o refúgio prolongado das modas decaídas.

O fenómeno da persistência étnica apresenta ainda uma outra face: quando os costumes da colectividade estão sem relação com as opiniões ou o modo de pensar. Muitas das pessoas que praticam actos culturais já não crêem e têm opiniões fisicistas. Os governos conservam as soluções dos conditos internacionais submetidos à primitiva forma de guerra e da razão do tilais forte; assim se viu as duas nações mais especulativas e civilizadas da Europa, a França e a Alemanha, em 1870, atacarem-se como duas grandes bordas selvagens, para vergonha da civilização, sendo aplaudido e por Vingar-se o que teve a razão da força bruta, apropriando-se de territórios e do dinheiro do vencido. Na ordem individual persiste o antigo processo do combate judiciário no duelo a pretexto de pontos de honra, quando muitas vezes os combatentes são publicamente indignos, ou também homens de bom senso que em sua consciência protestam contra a imposição do costume.

As recorrências. – Uma vez estudado o fenómeno das persistências étnicas, o determinismo orgânico que as explica é o mesmo que esclarece esse outro fenómeno peculiar das *recorrências* ou regressões de um povo adiantado a costumes atrasados de que se esquecera. Não é preciso renovar a teoria de degradação da espécie para compreender as regressões a costumes de carácter inferior; basta notar a tenacidade dos caracteres étnicos de uma raça ou de um povo para deduzir que a sua revivescência será uma consequência do contacto com qualquer ramo do mesmo tronco antropológico. A persistência dos caracteres nas raças acha-se provada por um grande número de factos; César descreve o Gaulês tal como subsiste na feição do francês moderno: «Os Gauleses têm o amor das revoluções; um revés desanima-os; eles são tão prontos a empreender

¹³ *Op. cit.*, p. 114.

¹⁴ O mesmo se repete nos tratamentos, quase sempre arcaicos: «Aqui quero lembrar como em Portugal temos uma cousa alheia e com grande dissonância onde menos se devia fazer: a qual é esta, que a este nome rei demos-lhe artigo castelhano chamando-lhe el-rei; não lhe havíamos de chamar senão o rei, etc.» Fern. de Oliveira, *Gram.*, cap. 44.

guerras, como moles e sem energia na hora dos desastres.» Edwards, percorrendo os departamentos da França, notou os caracteres das raças primitivas subsistindo nos habitantes do mesmo território indicado pela História¹⁵; percorrendo a Itália e a Grécia, chegou às mesmas conclusões fundamentais; J. J. Ampère percorreu a Grécia moderna procurando compreendê-la pelas tradições da cultura helénica, e ainda encontrou ali o mesmo fundo popular sobre que se criaram os mitos, as lendas épicas e os cantos líricos e dramáticos¹⁶. Ribot também nota como o bizantino da época do Baixo Império era romano nas fórmulas, mas organicamente grego: «O bizantino conservou do grego, além da língua e das tradições literárias, uma subtileza, que sem força para sustentá-la degenerou em argúcia mesquinha. O gosto do grego pela linguagem culta e pelas discussões brilhantes tomou-se o palavrorio bizantino, a subtileza sofisticada dos filósofos na escolástica oca dos teólogos; e a doblez de Gráculo na diplomacia páfida dos imperadores.» Pelo seu lado. Taine também aproxima o germano descrito por Tácito do alemão nosso contemporâneo. Escreveu o grande historiador: «Corpulentos e brancos, fleumáticos, com os olhos azuis espantados e os cabelos de um louro ruivo; estômagos vorazes, repletos de carne e de queijo, aquecidos por licores fortes; um temperamento frio e tardio para o amor, o gosto pelo lar doméstico, a tendência para a embriaguez brutal; etc.» Taine reconhece que «é assim o alemão de hoje em dia». Gustavo Le Bon, acumulando estes factos, conclui que as diferenças nas repúblicas da América, saxónicas e espanholas, se explicam pela proveniência das qualidades étnicas que tiram de instituições políticas idênticas resultados tão opostos¹⁷. A história da Europa está implícita nesta lei de persistência étnica; as numerosas invasões sofridas por este continente fizeram que raças diferentes se sobrepujassem no mesmo território, cruzando-se, prevalecendo ora a acção do número, ora a superioridade da cultura. Nestes cruzamentos, muitas e muitas vezes se fusionaram em diversas épocas ramos diversos da mesma raça levados ao encontro uns dos outros por acidentes históricos. A distância que separa os ramos áricos que vieram ocupar a Europa, quer cronológica, quer topologicamente falando, diferenciava-os tanto como se observa do Grego para o Romano, do Romano para o Celta, deste para o Germano, ou ainda para o Eslovo; quando qualquer destes ramos se formava ou unificava, quer os Romanos submetendo-os a todos, quer os Germanos dominando por seu turno os Romanos, inevitavelmente se davam *regressões* étnicas em que preponderavam os costumes do elemento mais atrasado; quando em Roma se estabeleciam as instituições pessoais e militares do Império, era quando a administração provincial regressava ao tipo da liberdade local do Municipalismo e se restabelecia o culto fetichista do *Genius loci*, ou das divindades políades. Sob o predomínio dos povos germânicos, a Europa regressou ao regime das guerras privadas da vindicta pessoal, e as instituições políticas tomam-se outra vez patriarcais na forma do feudalismo. Quando a Europa se vê invadida por tribos tártaras,

¹⁵ «...os principais caracteres físicos de um povo podem conservar-se através de uma larga série de séculos numa grande parte da população, apesar da influência do clima, da mistura de raças, das invasões estrangeiras, e dos progressos da civilização.» W. F. Edwards. *Les Caractères Physiologiques des Races Humaines Considérés dans leurs Rapports avec l'Histoire*, p. 37.

«Devemo-nos dispor a achar nas nações modernas, quase por certos vestígios, e numa porção mais ou menos grande, os traços que as distinguem na época em que a História ensina a conhecê-las. Temos visto que a acepção de novos povos multiplica os tipos. não os confunde; o seu número aumenta com os que estes povos lhe trazem e com os que eles criam misturando-se: porém deixam subsistir os antigos, restringindo-se na razão da extensão que tomam as raças intermediárias. Assim os tipos primitivos e os de nova formação subsistem conjuntamente sem se excluírem nos povos mais ou menos civilizados todas as vezes que cada um constitui uma grande parte da nação.» (*Idem*, p. 37).

¹⁶ *Grèce, Rome et Dante*, pp. 61 a 65.

¹⁷ *L'Homme et les Sociétés*, III, p. 131.

dá-se subsequentemente essa regressão aos cultos mágicos das raças amarelas, e reina o contágio de alucinação da demonomania e da feitiçaria. Outras vezes dá-se o fenómeno contrário, e a raça que decai a que conserva costumes superiores, como a hierarquia dos parentescos em povos errantes como os Australianos¹⁸. O isolamento dos povos é uma causa da sua decadência étnica, ou de uma estabilidade que a equivale. O fenómeno da recorrência ou da regressão também se manifesta individualmente; os *velhos*, como diz o ditado, são duas vezes crianças; os velhos condenam o presente e idealizam o passado, que se lhes aviva na memória. A frase *laudator temporis acti* é uma designação vulgar dos que obedecem inconscientemente a esta tendência orgânica; se a morte não fosse uma eliminação inevitável, as sociedades humanas estacionariam pela preponderância dos velhos com a regressão do seu conservantismo. A *mulher* e a criança são um outro factor de regressão étnica. Todas as exaltações pietistas vão encontrar na impressionabilidade das mulheres a base da sua expansão. Quando no mundo dominavam a civilização helénica e a clareza racional do direito romano, foi pelo fervor das mulheres, as *agapetas*, que o Ocidente regressou deploravelmente aos custos orgiásticos da morte do jovem deus alegorizados no cristianismo. Nas agitações políticas ela tem servido por vezes de agente de regressão ao comunismo das primitivas associações cristãs. Muitas das *modas* são regressões a costumes selvagens, como os ornatos dos anéis e brincos, as ancas simulando a estatopigia dos hotentotes, ou os cosméticos da tatuagem. Os exemplos abundam, e ainda no século XIX vemos os Jesuítas exercerem a aliciação das mulheres na esperança de por esse meio fazerem regressar a Europa civilizada ao obscurantismo da teocracia. As *crianças*, pelo instinto da imitação conservam as práticas que observam, e pelo extraordinário amor das tradições poéticas fazem reviver o passado, obrigando a repetir com instância o conto, a lenda, o mito incompreendido, perguntando o porquê daqueles actos que se praticam muitas vezes já sem se lhes ligar um intuito ou um sentido. Quando nos costumes públicos já um certo número de actos se extinguíram, as crianças ainda regressam a eles, dando-lhes a forma de jogo, de paródia. como se observa nos seus combates e tréguas simuladas, e em certos actos festivos que coincidem com as épocas religiosas do ano no calendário eclesiástico. A criança representa na sociedade as concepções espontâneas do fetichismo, e esse estado mental em que os produtos da imaginação são tomados como realidades. A criança é depois o homem, absorvido pela vida prática, vivendo pelo presente, e acomodando as coisas às suas circunstâncias, mas os costumes domésticos sobrevivem na família nas gerações novas que vêm despontando. Tal é esse outro fenómeno étnico fundamental, a que Tylor chama as *Sobrevivências*. A psicologia das crianças explica um grande número de factos etnológicos; Spencer apresenta o seguinte princípio: «Enquanto o desenvolvimento mental é atrasado, o espírito não faz senão receber e repetir; não pode criar, falta-lhe a originalidade.»¹⁹ Os povos, mesmo os mais atrasados, compreendem o valor da tenacidade da memória infantil no seu aferro pelas tradições; Varigny, no seu estudo *Vinte Anos nas Ilhas Sandwich*, descreve o modo da transmissão tradicional; e insiste em outro seu escrito mostrando como nas ilhas Havai «é uso escolher-se em cada família uma criança, de ordinário uma rapariga, à qual se ensinam desde a tenra idade os cantos dos antepassados. Estes cantos transmitem-se assim verbalmente, sem serem escritos».²⁰ Santa Rita Durão, no seu poema da *Caramuru*, também nota um facto análogo nos indígenas do Brasil:

A antiga tradição nunca interrupta,

¹⁸ Spencer, *Principes de Sociologie*, I, p. 143.

¹⁹ *Principes de Sociologie*, t. I, p. 114.

²⁰ Apud *Revue Internationale*. p. 79 (1883).

Em cantigas, que o povo repetia
Desde a idade infantil todos compreendem,
 E que dos pais e mães cantando aprendem.

Pela etnologia da criança se recompõe os caracteres do homem emocional primitivo; a criança, por assim dizer, representa na sua evolução os estados rudimentares das sociedades mais remotas. Ela conserva na sua linguagem as duas formas emocionais da *intonação* e da *gesticulação*; tem um fetichismo espontâneo no amor pelas coisas inanimadas, sobrevivendo nela muitos dos caracteres do selvagem. Spencer observa que o Tupi, quando tropeça numa pedra, bate-lhe²¹ como vemos fazer a criança, que como o Tasmaniano passa do riso às lágrimas, ou é incapaz de perseverança, como o Australiano. O medo que se apossa da criança ao ver uma pessoa estranha à família, ou mesmo a hostilidade contra outras crianças, representa esse estado de guerra permanente das populações atrasadas; para elas a casa é o mundo, como para as povoações rudes que explicam o universo pelo limitado âmbito que conhecem. É esta tenacidade na conservação tradicional que originou esses provérbios, ou sínteses da sabedoria popular: «*O que o berço dá a tumba o leva*»; e, como dizem os Espanhóis: «*Mudar costumbre es a par de muerte*.» Nestas condições, as sociedades progridem, transformam-se, e as próprias tradições de orais passam a escritas, ou fixam-se pela morfologia artística; mas, embora se modifiquem, conservam a sua primeira forma emocional na *sobrevivência* de outras idades sociais. O que fora um culto religioso nacional, uma vez extinta a nacionalidade, sobrevive como um rito mágico, ou como uma superstição, ou ainda como um jogo infantil; o que fora um mito, uma explicação subjectiva de um fenómeno cósmico, uma vez explicado pela ciência, passa à forma de uma metáfora da linguagem, sobrevive como um enigma popular ou como um conto maravilhoso.

As sobrevivências. – Este fenómeno étnico, pelo qual se explicam as criações da arte e da literatura, deriva desse princípio ou lei de evolução, tão evidente em outros fenómenos de ordem cósmica e biológica. Comte fez sentir o valor filosófico deste princípio: «A sã teoria da nossa natureza, individual ou colectiva, demonstra que o curso das nossas transformações não pode nunca constituir senão uma *evolução* sem comportar nenhuma criação. Este principio geral é plenamente confirmado pelo conjunto da apreciação histórica, que descobre sempre as raízes de cada mutação efectuada até indicar o mais grosseiro estado primitivo como o esboço rudimentar de todos os aperfeiçoamentos ulteriores.»²² Na sua obra *A Civilização Primitiva*, Tylor deu a esta categoria de fados, pelos quais se reconstitui a marcha da civilização, o nome de *sobrevivências (survivals)*: «Um grande número de processos, de costumes, de opiniões, foram transportados pela força do hábito para um estado social diferente daquele onde tinham sido originados, e subsistem desde logo como testemunhas e exemplos de um antigo estado moral e intelectual de onde um novo saiu. – A conservação dos velhos usos, só por si, é o indício da transição dos tempos que se vão para os tempos que vêm vindo. – O que as sociedades antigas consideravam como unia coisa séria pode acabar por não ser mais do que um divertimento nas gerações subsequentes, e o que fora objecto de crenças convictas pode acabar por transmitir-se apenas nas tradições das amas, enquanto os hábitos do passado podem transmitir-se à sociedade nova, ou mesmo tomar outras formas susceptíveis ainda de eficacidade para o bem ou para o mal. – O estudo do princípio de *sobrevivência* perde, importa reconhecê-lo, uma grande impor-

²¹ *Principes de Sociologie*, t. I, p. 8.

²² *Système de Politique Positive*, t. I, p. 106.

tância prática, se se considera que as mais das vezes o que nós chamamos *superstição* não é outra coisa mais do que a sobrevivência de ideias pertencentes a uma sociedade extinta; e é isto que permite à sua mortal inimiga, a explicação racional, o atacá-las. Efectivamente, ainda que sejam insignificantes em si uma multidão de factos de sobrevivência, tal é a utilidade do seu estudo para descrever o curso do desenvolvimento histórico, que só pode dar o sentido da sua significação, que um ponto vital das investigações etnográficas consiste em reconhecer a sua natureza o mais claramente possível.»²³ Destes princípios Tylor deduz a seriedade que merece o estudo de certos jogos, anexins, costumes e superstições populares, para pelas *sobrevivências* recompor a evolução social e o sentido originário desses factos. A sobrevivência é o facto capital da etnogenia pela circunstância de resultar da elaboração social no seu conjunto, ou como transformação inconsciente da colectividade. Um jogo, uma dança popular, são quase sempre o último vestígio de um culto extinto já desconhecido; a maior parte das superstições são a sobrevivência de concepções de estados mentais atrasados, ou de formas sociais inferiores, ou de religiões decaídas da sua imobilidade canónica, ou de sincretismo de diferentes épocas, crenças e fusão de raças. O facto da substituição do cristianismo aos politeísmos greco-romano e germânico deu a sobrevivência de elementos politeístas já transformados no sistema da nova religião, já sendo elaborados nos costumes populares dos *Pagi*, tantas vezes condenados pela Igreja. Considera Emile Burnouf: «Nós mesmos observámos na Grécia que muitos santos ou personagens cristãos só se sucederam aos deuses de outrora por terem nomes semelhantes aos seus ou poderem ser objecto de cultos análogos. Santo *Helias*, sucedeu a *Hélios*, o Sol; São *Demétrio*, a *Deméter*, ou Ceres; a Santa Virgem à Virgem Minerva, que foi a Aurora, e assim de muitos outros. Vestígios inúmeros de antigos cultos existem ainda no seio do cristianismo, que nunca pôde apagá-los completamente.»²⁴ Do calendário romano vieram para o católico as principais festas, como a *Florália*, as *estreias*, e muitas das divindades politeístas, como *Dioniso*, *Eleutério* e *Rústico* (epítetos de Baco), festejados em 9 de Outubro, ou *Santo Apolinário*, coincidindo com as festas romanas a Apolo; ou mesmo a personificação das Festas *florae et lucae* em Santa *Flora* e Santa *Luzia*. Com o politeísmo germânico dá-se a mesma sobrevivência no cristianismo, com a Árvore Yggdrasil transformada na *Árvore do Natal*. Igualmente na etimologia das palavras sobrevivem as concepções primitivas, como nos nomes de indivíduos sobrevivem as reminiscências das sobreposições de raças num mesmo território. Todos empregamos a palavra *auspício*, mas já ninguém consulta as aves (*avis spicium*) para conhecer o futuro; a qualquer acidente desgraçado chamamos *desastre*, (de *dis* e *aster*) mas ninguém no nosso estado de civilização consulta a boa disposição dos astros; *falamos* (do latim *fabulare*), mas não recorremos às fábulas para nos entendermos. No vocabulário português conservam-se palavras de origem germânica e árabe, como nos nomes individuais se observa a coabitação destes dois elementos étnicos, como, por exemplo, em Venegas (de *Iben*, filho, em árabe, e *Egas*, em gótico). Nas imprecações religiosas do catolicismo peninsular sobrevive a invocação a *Allah*, em *Oxalá* (do árabe *ins-Allah*, Alá o queira) e no *Cancioneiro da Vaticana* ainda se emprega *Ai mezela* (do árabe *Mashallah*, Alá o quer). Não acumulamos mais exemplos, porque toda a etnologia consiste em restabelecer os antecedentes étnicos dos costumes. Vico possuiu a extraordinária intuição do valor científico destes factos fragmentários de sobrevivência: «As minas da antiguidade, inúteis até aqui à ciência, porque elas ficaram baças, quebradas, deslocadas, produzirão uma grande luz quando elas forem polidas, ajustadas

²³ Tylor, *La Civilisation Primitive*, t. I, pp. 19 e 20.

²⁴ *Science des Religions*, p. 75.

e colocadas no seu lugar.»²⁵ Augusto Comte, primeiro do que ninguém, alcançou a importância do processo etnológico, primeiramente para introduzir o critério evolutivo na sociologia e depois para garantir as formas das aspirações do progresso: «Para fundar a verdadeira ciência social, bastava estabelecer irrevogavelmente esta *teoria de evolução*, combinando com a lei dinâmica que a caracteriza antes de tudo o princípio estático que a consolida, e depois a extensão temporal que a completa.»²⁶ O valor desta base estática da tradição acha-se formulado por Comte com uma nitidez admirável: «Mas, a qualquer grau a que possa chegar o progresso social, será sempre de uma importância capital que o homem não se creia nascido de ontem, e que o conjunto das suas instituições e dos seus costumes ligue por um sistema de sinais intelectuais e materiais as suas recordações do passado às suas aspirações de um futuro qualquer.»²⁷ Os investigadores alemães têm procurado fundar a ciência que unifique num corpo de doutrina os conhecimentos desses vestígios da Antiguidade, preocupando-se em recompor o *Allgeist*, ou o espírito colectivo, e o *Volkgeist*, ou espírito de um povo (Stenthal); pela sua parte, Stuart Mill previa a formação de uma etologia, ou determinação dos caracteres nacionais. De facto, além de um fundo comum que se revela na similaridade de um certo número de tradições e de processos mentais, explicável pelos cruzamentos das raças e pela influência constante do meio, existem diferenças étnicas de povo a povo que vão constituindo a sua individualidade nacional. Os ódios locais e internacionais, que se conservam na poesia do povo, a diversidade dos seus processos tecnológicos e o antagonismo de classes, a variedade das suas danças e instrumentos musicais, dos trajes e hábitos festivos, enfim dos caracteres morais, são outras tantas expressões determinativas das individualidades nacionais, que se vão acentuar em formas superiores da actividade histórica, das criações da arte e da literatura. Compreende-se como alguns espíritos eminentes caíram na ilusão de considerarem esta soma de factos concretos como constituindo o campo da sociologia, quando esta ciência não pode elevar-se ao seu carácter geral senão pelo estabelecimento de previsões a partir das civilizações mais altas. De facto, a par da sociologia deve organizar-se uma ciência descritiva coordenando esta enorme soma de factos.

À falta de um título, Vico deu o nome de *Ciência Nova* ao conhecimento derivado dos vestígios tradicionais dos povos explicando as suas instituições e história. Esta ciência teve um desenvolvimento crescente, mas sem plano sintético; Grimm estudou os *símbolos* jurídicos conservados nos velhos documentos germânicos e nos costumes, Herbart sentiu a necessidade de estudar a psicologia no povo, e Waitz continuou este novo critério nas diferentes raças humanas tomadas em conjunto; as literaturas populares foram estudadas como base tradicional das grandes obras-primas, como a *Divina Comédia*, o *Decameron*, as *Tragédias* de Shakespeare e o *Fausto*; os estudos da antropologia procuraram diferenciações dos povos nos costumes ou modos da sua actividade. As superstições populares vieram completar os processos da ciência das religiões; e a história comparativa procurou as origens consuetudinárias das instituições sociais e políticas. Destas diferentes contribuições isoladas nasceu a necessidade de dar-lhes um nome complexo que as abrangesse, formando um corpo de doutrina; propôs-se o nome de *Demo-psicologia*, que não se aceitou, por incompleto, por abranger somente um aspecto dos fenómenos sensoriais e racionais; em 1846, Williams Thoms introduziu a designação de *Folk-Lore* (isto é, saber do povo) para compreender esta ordem de fenómenos, vindo em 1878 este nome a servir de título a uma associação destinada à «conservação e publicação das tradições populares, baladas, provérbios locais, ditos,

²⁵ *Ciência Nova*, p. 91. Trad. francesa.

²⁶ *Système Politique Positive*, t. I, p. 35. Nesta primeira concepção ficou Spencer.

²⁷ *Philosophie Positive*, condensado por Miss Martineau, II, 166.

superstições e antigos costumes, e o mais que se refira a estes assuntos». Como título de uma associação inglesa pode aceitar-se; como designação científica é imperfeita, porque não exprime senão um lado de tão complicados problemas, o que se refere ao saber do povo.

É preciso, antes de tudo, coordenar todos esses fenómenos, tomando o homem nas manifestações do seu ser: a *actividade*, o *sentimento* e a *racionalidade*. Assim, a este conjunto de fenómenos daríamos o nome de DEMÓTICA, dividida nas seguintes partes:

- I. Etnologia e Demografia.
- II. Demopsicologia e Hierologia.
- III. Nacionaliteratura e Etologia.

Esta ciência descritiva compreende pois, na sua primeira parte, a Paleontologia humana, tal como a têm desenvolvido os geólogos e os antropólogos (Lyell, Broca, Quatrefages, Hamy, Huxley); e a Etnografia dos costumes, instituições e formas de actividade (Lubbock Tylor, Baschoffen, Spencer, Bastiat, Wundt, Mac Lennan, Lavelleye). O estudo dos movimentos inconscientes passados na multidão, tais como a estatística da natalidade, estaturas, casamentos, crimes e mortalidade, formam a Demografia, iniciada por Quetelet e continuada por Bertillon.

A segunda parte da *Demótica* será constituída pelo estudo da psicologia anónima ou colectiva, a que já se dá o nome de Demopsicologia, e pelo estudo das religiões na sua forma de mitos, cultos, teologias e superstições com o nome de Hierologia. O critério científico moderno, ampliando as leis cosmológicas e biológicas aos fenómenos sociais, adquire uma nova capacidade para compreender o estado mental do homem primitivo, que pelo seu sincretismo espontâneo explicava os fenómenos do mundo físico e orgânico pelo confronto com a sua individualidade. O que era nesse estado emocional uma confusão, pela impossibilidade de relacionar os elementos do conhecimento, é hoje uma síntese coordenadora. A Demopsicologia pode já esboçar os contornos da história ou evolução mental da Humanidade; esses contornos destacam-se nas seguintes épocas: as impressões do mundo exterior, pela sua intensidade e complexidade, não são elaboradas subjectivamente. Este período de inconsciência é representado pelos selvagens actuais mais degradados e pelo estado patológico da idiotia. Numa segunda época as impressões são excedidas pela elaboração subjectiva, e portanto a realidade é substituída pela visualidade. Este estado é representado pelas organizações sociais teocráticas, pela concepção das teogonias e teologias primitivas e ainda pelos metafísicos e alucinados. Comte define nitidamente esta situação mental: «O pensador fetichista, que não sabe distinguir entre a actividade e a vida, acha-se menos afastado da verdade científica do que o sonhador teólogo, que apesar da evidência considera a matéria como passiva. Um observa, sem dúvida, de uma maneira pouco profunda, mas o outro concede à imaginação uma influência exorbitante.»²⁸ E apreciando a vacuidade das especulações metafísicas, acrescenta Comte: «Aos olhos de um verdadeiro filósofo, a ingénua ignorância que distingue sob este aspecto (o fetichismo) os humildes pensadores da África Central é mais estimável, mesmo em racionalidade, do que o pomposo palavreado dos soberbos doutores germânicos.»²⁹ É sobre esta base de positividade mental das concepções fetichistas na sua aproximação geral da realidade que assenta esse princípio, descoberto pela intuição genial de Jacob Grimm de que nas tradições populares não existe mentira. O nosso século vai

²⁸ *Système de Politique positive*, t. II, p. 85.

²⁹ *Ibidem*, t. III, 99.

compreendendo com uma surpreendente lucidez a psicologia da criança e do selvagem, e interpreta com um sentimento de verdade os mais complicados mitos e religiões antigas e as manifestações da arte rudimentar, ao passo que o que se observa nos passados metafísicos é uma severidade brutal dos pedagogos para com as crianças, uma intolerância da parte dos teólogos para com as outras religiões, e um desdém dos retóricos para com as produções estéticas que não são greco-romanas.

A terceira época da nossa evolução mental, representada pela actividade científica, distingue-se pelo estabelecimento entre as impressões objectivas e a elaboração subjectiva de uma relação crítica que nos aproxima da realidade, por onde se verifica a noção abstracta. A *lei dos três estados*, definida por Comte, dá-nos o método para sistematizar os factos da Demopsicologia, em que se distinguem Lazarus, Waitz e Gerland.

A Hierologia estuda o grande sistema das relações subjectivas que derivam da noção de causalidade e que recebem a forma dos mitos, das práticas cultuais e da relação entre a vida doméstica e a existência pública. O homem faz o Deus à sua imagem, e o estado social organiza-se segundo a concepção que o homem faz da divindade. Numa sociedade rudimentar, em que prepondera o regime da *maternidade*, o Deus é um fetiche feminino, a Terra-Mãe, a Virgem-Meretriz, que tira de si mesmo os deuses e todas as coisas criadas. Numa sociedade em que prepondera o regime da *paternidade*, patriarcas, eupátridas e patrícios, o Deus é masculino, criando tudo pela sua mão, que se representa como um símbolo fálico do língua. Quando vem a prevalecer o regime *familista*, a mulher não perde o seu lugar, se o filho entre neste agrupamento, formando a trindade doméstica, sobre cujo tipo se organiza a hierarquia divina, a qual se renova pelas encarnações ou *avatar*. Depois da vida doméstica, temos a vida social influenciando na concepção religiosa.

As formas da actividade do homem, a natureza do seu trabalho, determinam a morfologia das divindades. Numa sociedade *agrícola*, a Terra é a deusa mãe, *Deméter*, e todos os acessórios da terra, os montes, as cavernas, os charcos e os arvoredos são os objectos do culto; a terra é concebida como um útero, o *kteis* fecundo, e o seu culto toma o carácter da prostituição sagrada, ou o *hetairismo* social. Sacrifica-se às divindades femininas o adolescente, o macho como o objecto mais propiciatório. Nos costumes modernos, especialmente nas superstições, conservam-se numerosos vestígios do primitivo *hetairismo*, como no culto das cavernas e montanhas e em muitas formas do marianismo. A actividade agrícola influi sobre a estabilidade civil, como o descobriu Turgot³⁰, sendo assim que as sociedades atingiram o regime industrial; a necessidade da vida nómada imposta pelo estado *pastoril*, levava as raças a um isolamento e a uma inferioridade física e moral. As raças pastoris não conheceram as relações definidas da família nem da propriedade, não se afeiçoaram pela economia, não criavam força pela indústria, e errantes de região em região, tomavam-se odiadas pela pilhagem, pelas doenças físicas como a lepra e pelas monstruosidades dos costumes de incesto e bestialidade. Numa sociedade *pastoril* prepondera o culto sidérico, a idealização dos fenómenos da luz, adorando nos países quentes a Lua e nas regiões frias o Sol, formas que nos aparecem muitas vezes sobrepostas e que ainda modernamente subsistem no calendário católico nos dois cálculos lunar e solar anual. Cria-se o culto das divindades malévolas das trevas e dos ventos, e o Fogo como encarnação da luz celeste toma-se o mediador, o Agnis, o Mitra, o Cristo, cujas alegorias morais e abstractas acompanham as fases superiores da civilização. O estado pastoril foi desaparecendo diante da superioridade do regime industrial, e com ele o siderismo decaiu transfor-

³⁰ *Obras*, t. II, p. 599. Ed. 1844.

mando-se entre um grande número de povos em *Epopéias solares*.

O estabelecimento da diferenciação dos caracteres nacionais, e as origens das criações literárias e artísticas como manifestação desse individualismo social formam a última parte da *Demótica*. Os modernos trabalhos de Freeman, de Fustel de Coulanges, estabelecendo o critério comparativo no estudo das instituições, têm determinado de um modo muito claro os tipos primários da organização social. Existe a sociedade baseada sobre o facto do nascimento (de *gnatio*, nação) e a que tira a sua coesão da estabilidade territorial (*Demos*, a planície); estes dois tipos, o *Familismo* e o *Cantonalismo*, desdobram-se diversamente, dando forma as mais complicadas instituições. No *Familismo*, aparece primeiro a organização da tribo, em que não há individualidade, porque os filhos, os aderentes, e os servos são iguais sob a autoridade do patriarca, que funda o seu poder na veneração à idade. Do poder do patriarca, provém a realeza, na sua forma hereditária, em que o poder se funda na veneração do nascimento, como nas aristocracias, ou também na forma electiva ou militar, em que o poder vem da veneração pela força. Da eleição dos chefes militares, deriva essa forma de independência senhorial do feudalismo, que vem mais tarde a extinguir-se pelo conflito com os reis dinásticos que fixaram o poder da eleição na sua família. Da outra forma social, o *Cantonalismo*, deriva a Cidade, na sua forma de município, em que se destaca o indivíduo como cidadão, exercendo a sua liberdade civil pelo sufrágio e desenvolvendo-se nesse concurso activo e esplêndido que se chama civilização. O conjunto de cidades, prevalecendo o interesse local a par do interesse geral, vem a produzir as repúblicas, as federações, já na forma completa de unificação de nação. já no acordo voluntário de hegemonias.

É no conflito destes diversos elementos, conhecidos pelos nomes de monarquia e democracia, que se destacam as formas das nacionalidades modernas, conforme o estado social primitivo das raças que se fusionaram ou se invadiram. Nos costumes locais destacam-se muitas vezes estas diferenças. ainda nos factos mais acidentais. Firmin Caballero recompõe os tipos diversos das populações primitivas da Península Hispânica pelos seus instrumentos musicais e hábitos festivos, processo que conduz à criação da nacionalliteratura:

«A Espanha. composta de gentes tão diversas, necessariamente há-de apresentar uma variedade de *danças, bailes, canções, instrumentos musicais e jogos*, muitos deles em harmonia com os distintivos provinciais. Um andaluz passa horas esquecidas cantando a *caña* ou a *rondeña*, estimulado com alguns copos de *manzanilla*; ao passo que um navarro exercita a sua forte musculatura na *pelota*, ou descansa jogando o *mus* entre algumas *pintas do neto*. Uma salamanquina não pode suster os pés ouvindo as *babas verdes*, ao passo que lhe parece fria e sem alma a *muñeira*, que encanta a galega. Uma manchega ficará uma noite inteira cantando *seguidillas* ao compasso das *castañuellas* e do *guitarrillo*, enquanto a fria biscainha se contenta com bailar algum *zorcico* ao monótono ruído do *tamboril* Em Castela eram frequentes as *danças* de mouros e cristãos e os compassados *paloteos*, que os valencianos substituem com saltos ágeis e provas de equilíbrio. Numas partes ao som da *dulzaina*, noutras ao da *gaita zamorana* ou da *gallega* em Galiza, e Astúrias ao da *zampoña*, nos bairros de Madrid ao da *bandurria*, e em muitas províncias ao da guitarra ou *vibueta*, que temos apresentado à Europa para sua admiração. se entoam alegres cantares de poesia popular inimitável, e com especialidade nos países onde acompanham os rudes porém vivos instrumentos da *pandereta* e *sonajas*. Os serranos costumam entregar-se ao jogo de *bolas*; os manchegos ao *boleo* de bolas de feno, que fazem girar muito longe pelos seus caminhos planos; e em muitas partes preferem o tiro da *barra*. A *jota* é a ária mais variada das nossas canções vulgares, e com os nomes de *aragoneza, malagueña, valenciana e estudantina*

se ouve por toda a parte de mil maneiras levando a animação aos concorrentes; porém, comumente a acompanham com *bolero* e o *fandango*, que como recordação histórica se conserva nos intervalos teatrais. Dos jogos de *naipes*, o supracitado *mus*, o *tute*, o *truque*, a *flor* e a *brisca* são os mais generalizados entre o povo. Porém, a diversão nacional por excelência são as *corridas de touros*, para as quais se têm construído circos ou praças de propósito nas povoações principais do interior e do meio-dia, que é aonde mais entusiasmo se conserva por estas festas árabes.»³¹

As origens populares e tradicionais das formas literárias é que constituem o objecto da nacionalliteratura. Existem formas gerais a todos os povos, tais como o lirismo, a epopeia e o drama, bases universais das mais variadas e remotas literaturas. A elaboração dos poemas homéricos compreende-se e explica-se hoje pelo estudo dos cantos populares, como o pressentiu Wolf, e Lang vai determinar elementos populares que ainda subsistem na tradição e que são o núcleo primitivo de episódios homéricos. Os poemas indianos apresentam as mesmas fases de elaboração, como nota Emile Burnouf, comparando os *Aedos* da Grécia com os *Sutas* da Índia, celebrando à mesa dos príncipes nos banquetes as suas façanhas. Os cantos líricos fixam-se tomando por tipo as formas populares dos cantos das vindimas, dos noivados e das tristezas funerais, os *Linos*, *Iálemos*, o *Paeon*, os *Himeneus* e os *Trenos*. Embora se não observe esta continuidade e sucessão orgânica em todas as literaturas, por efeito da influência de outras mais adiantadas, contudo existem os elementos mesmo nos povos que mais têm esquecido as suas tradições. A criação do género dramático é a que mais se aproxima das suas fontes populares; na Grécia o drama sai da forma sincrética do *Coro*, primeiramente destacando-se o bailado, depois a música, conservando apenas as neumas, mais tarde destacando-se uma voz, e por fim estabelecendo-se o diálogo. Diz Stuart Mill: os interesses separam e os sentimentos unificam; é nos produtos da nacionalliteratura que se observam profundas similaridades de temas tradicionais e de formas estróficas entre os povos ainda os mais separados. Os modernos estudos da novelística, iniciados por Grimm, Schmidt, Benfey e Khoeller, têm determinado a existência dos mesmos assuntos tradicionais desde as raças nómadas da Alta Ásia até ao extremo ocidente europeu; Nigra, Wolf e Du Puymaigre têm determinado um grande número de tradições épicas, comuns à Grécia moderna, Itália, França, Espanha e Portugal; Paul Meyer, Liebrecht e Mainzer notam igual similaridade na forma lírica das baladas, pastorelas e serranilhas da época provençal. É assim que a nacionalliteratura nos conduz à unidade de um fundo étnico, comum na civilização ocidental. Torna-se aqui aplicável o princípio de Tylor, da necessidade de um relance sobre as divisões da espécie humana. A ocupação das Gálias pelas raças descritas por César, Pompónio Mela e Amiano Marcelino, a ocupação das Ilhas Britânicas pelas raças descritas por Tácito, e as da Península Hispânica descritas por Estrabão e Stefano de Bizâncio reduzem-se a três tipos semelhantes entre si, o que nos explica a conformidade de certas formas da civilização entre os povos do Ocidente. O mais antigo de todos é o representado pelo elemento aquitânico ou ibérico, depois o proto-céltico, ligúrico ou mesmo pelásgico, e por último os emigrantes arianos, que sé deixaram intacto «o triângulo compreendido entre os Pirenéus, o Garona e o golfo da Gasconha»³².

Este facto é que nos explica a narrativa de Estrabão, pela qual os Aquitanos formaram pela sua língua e caracteres físicos um grupo completamente à parte dos outros povos da Gália, e muito mais próximo do Ibero do que do Gaulês³³ explica-nos

³¹ Firmin Gaballero, *Manual Geográfico-Administrativo de la Monarquía Española*, p. 187. Madrid, 1844.

³² Broca, *Mém. d'Anthropologie*, t. I, p. 395.

³³ *Ibidem*, t. I, p. 405.

por que forma a civilização itálica penetrou em Lyon, Autun, Tolosa, Bordéus, em quase toda a antiga Lionesa³⁴ como os Ligúrios se estenderam pelas Gálias, Espanha, Itália e Ilhas Britânicas, confundidos pelos Antigos com os Iberos³⁵. Este rápido prospecto antropológico estabelece um meio de coordenação para as manifestações mais desconexas dos costumes, em especial dos povos do Ocidente; muitos jogos infantis, restos de cultos decaídos em superstições populares, vestígios de mitos conservados nas festas públicas, persistem como documentos destas várias sobreposições étnicas. Há aqui a estabelecer duas sínteses, uma consciente, que é a verdadeira coordenação da história moderna da Europa, e outra espontânea, que é *consensus* em que se fundaram as várias fases da civilização de que as modernas sociedades da Europa são órgãos solidários. Esboçaremos rapidamente cada uma dessas sínteses; na sua forma histórica, a síntese que se caracteriza pela unidade da civilização ocidental resume-se nos seguintes períodos:

1º *Mediterrâneo*, no qual o Egipto propaga para a Grécia a cultura afectiva, e os Fenícios iniciam na Grécia a concorrência activa do comércio e da navegação;

2º *Mediterrâneo-europeu*, contrapondo às civilizações isoladas o universalismo, já no helenismo que a Grécia propaga pela síntese especulativa dos seus artistas, literatos e filósofos, já pela incorporação romana dos povos bárbaros;

3º No *período atlântico*, a França, representando a entrada dos Germanos na ocidentalidade, continua a hegemonia romana, e dá à Europa uma unidade de acção nas Cruzadas, e ao sentimento uma nova poesia das canções e das gestas; Portugal e a Espanha, pelas grandes navegações e colonizações, dão pelo sentimento nacional a coesão a esse cosmopolitismo, que é a manifestação da ubiquidade humana e que nos leva à posse do planeta. Como se chegou a esta altura surpreendente? Nos costumes, crenças e tradições populares devem-se conservar os recursos que nos fizeram transitar do barbarismo para a civilização. O etnólogo, coordenando esses elementos fragmentários, deve ir organizando o *consensus* que dirigiu cada época ou fase da Humanidade, como disse Comte: «O homem não pode dispensar-se de uma síntese qualquer para coordenar seus pensamentos de maneira a dirigir a sua conduta.³⁶ tal é o valor deste *consensus*, que vai tomando diversas formas; os grãos por onde se elevam as sociedades consistem na modificação dos motivos que as determinam. O pensamento de Comte esclarece-nos: «O principal artifício do aperfeiçoamento humano consiste em diminuir a indecisão, a inconsequência e a divergência dos nossos desígnios, subordinando a motivos exteriores todos aqueles nossos hábitos intelectuais, morais e práticos que emanaram primitivamente de origens puramente interiores.»³⁷ Vontade ou acção, dirigida pelas emoções sentimentais ou pelas noções da intelectualidade, eis os modos de manifestação do nosso ser individual, tomando o seu maior relevo na colectividade social. É por essa origem psicológica que as sociedades não se dispensam de uma síntese, que toma necessariamente com a realização do progresso a forma *activa, afectiva* ou *especulativa*. Eis a base fundamental para uma boa classificação na história dos costumes, das crenças e tradições de qualquer povo. Comte acentua o carácter de cada uma destas sínteses: «A vida prática dispõe mais ao amor do que a vida teórica, porque o concurso mostra-se nela indispensável. – Por uma reacção moral mais íntima e mais directa, a actividade excita a expansão das afeições simpáticas, procurando-lhes uma satisfação contínua.»³⁸ A existência da síntese activa verifica-se

³⁴ Belloguet, *Ethnogénie Gauloise*, t. III, p. 33.

³⁵ *Ibidem*, t. III, pp. 33 e 45.

³⁶ *Système de Politique Positive*, t. II, p. 80.

³⁷ *Ibidem*, t. I, p. 28.

³⁸ *Ibidem*, t. II, p. 44.

nas civilizações primitivas baseadas sobre o empirismo das artes industriais; o proletariado nas sociedades modernas, elevado pela dignidade do trabalho. está organizando a sua síntese activa pela democracia. A solidariedade humana, despertada pela necessidade do concurso, só podia generalizar-se pelo sentimento que relacionou a vida doméstica com a vida pública; essa relação fez-se pelas crenças. Diz Comte: «A vida pública não podia realmente desenvolver-se senão sob o teologismo.»³⁹ Além disso, o sentimento toma-se o primeiro estímulo das reflexões morais: «O impulso de uma paixão qualquer é mesmo indispensável à nossa inteligência para determinar e sustentar quase todos os seus esforços.»⁴⁰ Toda a poesia popular, ligada aos actos da sua existência doméstica e civil, é a expressão desta síntese afectiva, que conduz as colectividades humanas a esse fundo de bom-senso ou sabedoria contido nos seus provérbios e observações morais. Comte caracteriza com segurança esta base de razão em que assentam as instituições humanas: «Mau grado as pretensões doutorais de uma orgulhosa filosofia, as nossas principais instituições são sempre essencialmente devidas à razão comum, guiada pelas ingénuas crenças, que só podem dissipar o nosso torpor inicial.»⁴¹ Tais são os princípios que nos dirigiram na formação da nossa etnogenia portuguesa, definindo-nos a área dentro da qual podemos exercer o método comparativo na interpretação de cada facto isolado, e no modo do seu agrupamento sistemático, pelo qual se conheça a evolução da existência complexa de um povo.

³⁹ *Système de Politique Primitive*, t. II, p. 86.

⁴⁰ *Ibidem*, t. I, p. 17.

⁴¹ *Ibidem*, t. II, p. 93.

LIVRO I

COSTUMES E VIDA DOMÉSTICA

CAPÍTULO I

Persistência dos tipos antropológicos, determinada pelos costumes populares

Como as observações antropológicas estabeleceram o facto da persistência histórica dos tipos das raças. – Feições variadas do português, coincidindo com costumes peculiares de raças primitivas. – Costumes e tradições da época ante-histórica em Portugal. – As aversões populares ao tipo ruivo. – As hostilidades entre o habitante da montanha e o ribeirinho. – Caracteres antropológicos do pé pequeno e nariz aquilino; o orgulho nacional e o amor da novidade. Separação de duas raças em Portugal, segundo os viajantes estrangeiros. – Preponderâncias do génio imitativo e pequena capacidade especulativa – Sucessão das raças históricas no solo hispânico. e persistência dos seus caracteres, segundo a lei fisiológica de Müller. – Criação completa de um tipo nacional ou moçárabe. – Causas da diferenciação entre Portugal e Espanha e da similaridade dos seus costumes.

Quando se observam os traços variadíssimos da fisionomia do povo português, quando nas exposições de retratos das oficinas fotográficas se contempla um sem-número de caras, quase que se podia escolher uma amostra bem característica de tipos antropológicos os mais preponderantes e bem acentuados da Humanidade. Há caras com um prognatismo singular, e com depressões frontais, que lembram o homem pré-histórico; outras têm proeminências malares e disposição oblíqua das pálpebras, que lembram a raça mongólica; outras o traço fino e perfeito do ária, já com os cabelos pretos e olhos castanhos, já com os olhos azuis e cabelos louros; uns são enxutos de carnes, com o cabelo crespo ou curto e negro, com barba lampilha, lembrando o tipo berbere; às vezes a cor da pele toma uma cambiante bronzeado-clara do tipo fula; um tem a estatura alentada dos homens do Norte como o antigo germano, outro a obesidade do turco, outro a estatura meã do mouro, outro a cor ruiva dos cabelos e barba como o alano ou o cita. Parece-nos uma feira dos diferentes povos da Terra, e longo tempo nos foi impossível explicar racionalmente a persistência de tipos tão variados, pela influência de estudos exclusivamente históricos. As ideias fundamentais com que em 1829 W. F. Edwards estabeleceu as relações entre a História e a Antropologia é que nos puseram no caminho de compreender o motivo do encontro num mesmo solo desta multiplicidade de tipos. Diz o notável antropologista: «Em história, quando um povo é conquistado, quando perde a sua independência e não forma já uma nação, *ele deixou de existir*; e nestas revoluções políticas como nos cataclismos do antigo mundo, julgar-se-ia que cada época desastrosa fez desaparecer as raças que tinham subsistido até então. Porém, um outro ramo de conhecimentos, fundado em nossos dias, vem rectificar estas falsas impressões.»⁴² Edwards justifica esta afirmação importante pelos fenómenos da linguística, em que pelas línguas actuais se remonta às línguas antigas de que elas derivam. Não podendo acompanhar aqui as provas acumuladas pelo naturalista, consignamos a conclusão admitida geralmente pelos mais eminentes antropólogos: «Os principais caracteres físicos de um povo podem conservar-se através de uma longa série de séculos numa parte da população, apesar da influência do clima, da mistura das raças, das invasões estrangeiras e dos progressos da civilização.»⁴³ Na aplicação deste

⁴² *Des Caractères Physiologiques des Races*, p. 6.

⁴³ *Des Caractères*, etc., p. 37.

princípio, Edwards é ainda mais explícito: «Devemos pois esperar o encontrar nas nações modernas algumas cambiantes quase, e numa proporção maior ou menor, os traços que as distinguiam na época em que a História nos ensina a conhecê-las. Nós temos visto que, se a acepção de vários povos multiplica os tipos, ela não os confunde, o seu número aumenta, não só por aqueles que estes povos trazem, como pelos que criam fusionando-se; porém, eles deixam subsistir os antigos, restringindo-os contudo na razão da extensão que tomam as raças intermediárias.» A multiplicidade dos tipos fisionómicos portugueses, a que acima aludimos, deixa de ser uma miragem da imaginação, e corresponde na sua manifestação mais geral ao facto histórico do grande número de raças que passaram ou se estabeleceram no solo da Península Hispânica e que nunca se extinguiram totalmente. Isto concorda com a ideia de Edwards, que este fenómeno da persistência dos tipos só pertence à grande massa ou multidão. Na pequena faixa territorial em que se forma o tipo português existem vestígios de todas essas raças, desde o homem da Idade do Bronze ou o ibero até aos tipos mais pronunciados dos ramos áricos europeus⁴⁴. Deve ser pois a série da sua sucessão o meio de organizar a critica comparativa dos costumes, aproximando-os como persistências dos costumes descritos como pertencentes a algumas dessas raças que aqui estacionaram. A raça antehistórica da época miocena, conhecida pelos sílex talhados da Ota, base de Monte Redondo, aparece nas mesmas condições em Themay, em Monte Aperti (Toscana) e na Perúsia (Úmbria); não seremos exagerados, se no confronto dos costumes procurarmos as analogias entre os povos ocidentais, partindo para a conclusão da sua unidade primitiva. Sobre este fundo autóctone, aparecem-nos as três raças meridionais, comuns à Itália, Espanha, Gálias e Bretanha; uma dessas é a raça *dolicocéfala*, achada perto de Salvaterra de Mugem e caracterizada pelo crânio basco dos arredores de Cambo. Esta primeira raça, construtora das antas (dólmenes) da Beira e do Alentejo, assim como na sua forma craniana apresenta uma notável similaridade com o crânio berbere, também nas suas construções, como os dólmenes de Antequera (Málaga), apresenta analogias com outras de África. Huxley considerava esta raça, que ao sul da Europa precedeu os Celtas, como sendo dos Esquimós: «Os habitantes primitivos da Idade da Pedra no Ocidente pertencem à raça dos Esquimós: a mesma pequenez de mão, os mesmos costumes, utensílios, armas, desenhos, sobressaem na época dos nossos mamutes⁴⁵...» Outros, como Arndt e Rask, consideram-na como fínica. A circunstância dos caracteres análogos aos Berberes e aos monumentos da África não inibe de aceitar que, além deste elemento que desceu do Norte da Europa, um ramo do mesmo povo, atravessando a África, como se depreende das construções lacustres, se fixou na Europa Meridional. Se o elemento fínico serve para fixar os limites da comparação, o elemento fula está indicado como o outro extremo para recompor a raça primitiva, que se estabelece antes dos Árias no Ocidente. Diz Anselmo de Andrade: «Nos lagos Chade e Makrya (África), nas margens do Zambeze e do Niger, e na Costa dos Escravos é certo haver cabanas lacustres que reproduzem exactamente as pré-históricas da Europa.»⁴⁶ Qual esse povo que atravessa a África com os recursos da civilização lacustre? As palavras *Fulah* e *Fuleh* significam branco, e sem dúvida resulta este nome do cruzamento do elemento proveniente da Ásia Meridional com o elemento indígena das ilhas oceânicas, vindo esta raça mista a ser a que iniciou no Ocidente Europeu as habitações lacustres e o culto lunar que persiste nas superstições populares. Esboçemos agora alguns contornos dos costumes. Os Esquimós dão aos seus barcos o nome de *kajak*, que entre nós persiste na

⁴⁴ Esta sucessão de raças já foi por nós tratada sob o título de *Elementos da Nacionalidade Portuguesa*, na *Revista de Estudos Livres* onde ocupa 150 páginas compactas.

⁴⁵ Ap. Belloguet, *Ethnogénie Gauloise*, t. II, p. 165, nota 3.

⁴⁶ *As Populações Lacustres*, p. 37. Lisboa. 1882.

forma de *caíque*, usam a *tatuagem*, principalmente as mulheres, da mesma forma que em Portugal as meretrizes; usam os *amuletos*, tais como no nosso povo os signos-saimões, figas, bolsas com objectos ou relíquias de pedra de ara, fitas; as superstições das *almas penadas*, de *ter alma* de um defunto em si, a crença na caça *misteriosa* por um espírito (Inua do Inverno), os loucos com carácter sagrado, as festas de Julen ao mesmo fenómeno solar da festa de São João, são factos étnicos que sobrevivem no povo português, como entre os Escandinavos e Germanos, e que se acham numa camada mais remota de que os Esquimós são os representantes⁴⁷. Na linguagem popular, como documento étnico, subsistem às vezes referências a estados sociais extintos: diz um anexam português: *Quem quer a bolota é que trepa*, o qual com certeza se refere ao tempo em que o homem se alimentava com bolota doce (*balanos*) antes de a cultura dos cereais ter sido introduzida na Europa pela raça asiática dos lacustres. Os primitivos pelasgos alimentavam-se também com a bolota doce antes da cultura cerealífera⁴⁸. Ainda hoje no Alentejo come-se a bolota ou landra torrada, mas não pelo motivo porque a comem os Yezidis da vertente ocidental dos montes Sindjar nas crises de fome. As tradições da época lacustre aparecem em Portugal, mas já desvairadas pelas interpretações religiosas de *idades subvertidas* por castigo do céu: a lenda galega da cidade de Valverde, localizada pela tradição na lagoa do Carregal, na de Doniños e na de Riega, não é outra coisa senão a reminiscência das povoações lacustres, como o entende Murguia.⁴⁹ Nos contos populares portugueses é frequente o tema de lagos que ficam depois da ruína de palácios ou castelos.

Parece-nos que em Portugal se estabeleceu uma certa diferenciação entre estas duas raças primordiais, a que desce do Norte da Europa e a que vem da África; na zona galega, e em especial no Minho, as achas de bronze são muito aperfeiçoadas, com anéis e meia-cana na parte superior, porém no Alentejo as achas são simples e no Algarve extremamente raras. Esta diferenciação prolonga-se com os tempos, e os viajantes estrangeiros notam-na; lê-se na Viagem do duque de Chatelet (Desateux): «Há todavia entre a capital e o Norte deste reino uma diferença notável. Nas províncias setentrionais os homens não são tão trigueiros nem tão feios: são mais francos e mais tratáveis na sociedade, muito mais valentes e mais laboriosos; porém esta diferença dá-se igualmente nas mulheres; são muito mais brancas do que as do Sul.» Raekzynski também notou esta diferenciação quanto ao gosto artístico e à capacidade arquitectónica nas províncias do Norte. Nos anexins populares ainda se conserva a aversão ao tipo *ruivo*, o qual entre os povos germânicos é considerado como um vestígio cita:

Barba <i>ruiva</i>	Home' de barba <i>ruiva</i>
De longe a saúde.	Uma faz, outra cuida.

Ruço de má pêlo,
De má casta
E má' cabelo.

Esta mesma antipatia de raça se encontra entre os Egípcios e os Israelitas para com os tipos de cabelos *ruivos*; árias e semitas detestavam essa raça inferior que os precedeu na História. O conflito entre as duas raças tornou-se permanente, acentuando-

⁴⁷ Morillot, *Mythologie et Légendes des Esquimaux*, pp. 244, 250, 262, 2668 (*Arcs de la Société de Philologie*, t. IV, 877.)

⁴⁸ Maury, *Hist. des Religions de la Grèce Antique*, t. I, p. 11.

⁴⁹ Anselmo de Andrade, *op. cit.*, p. 17.

se na luta entre o montanhês e o habitante da planície; diz Estrabão ⁵⁰: «Sempre na verdade viveram em guerras ou entre si, ou com os seus vizinhos além do Tejo, até que os Romanos puseram fim a este estado de coisas, fazendo descer os povos da montanha para a planície, e reduzindo a maior parte das suas cidades a simples burgos, fundando ao mesmo tempo algumas colónias entre eles. Foram os serranos, como facilmente se acredita, que iniciaram a desordem; habitando um país triste e selvagem, possuindo tão-somente o necessário, desceram a cobiçar o bem de seus vizinhos. Estes, por sua parte, tiveram para os repelir de abandonar os seus próprios trabalhos e com eles mesmos se puseram a guerrear em vez de cultivar a terra; o país pela falta de cuidados cessou de produzir ...» O nome de *serrano* é considerado ainda entre o povo como injurioso, e Gil Vicente nas suas farsas reproduz certos usos «*imitando os da serra*». O cruzamento destes dois elementos antropológicos operou-se com a acção do tempo e pela pressão de outras raças que sucederam no território hispânico, mas nem por isso os seus costumes e feições se unificaram. Gustavo Le Bon assim o reconhece: «Apesar da influência considerável dos cruzamentos, as transformações do carácter de que é susceptível uma raça não são tão profundas como se poderá acreditar; os elementos diversos que ela contém justapõem-se antes de se fusionarem, e a hereditariedade sustenta-se por muito tempo.»⁵¹ Muitos dos costumes destes dois primeiros povos ainda subsistem entre nós; no Minho encontrámos em uso o lavar-se com urina para embranquecer a pele, e Diodoro Sículo (V, 33) refere isto mesmo dos Celtiberos ⁵². O alongamento dos crânios berberes era produzido por um modo artificial, e Gosse considera-o como um carácter *porventura ibérico*; nas aldeias ainda se costuma apertar a cabeça da criança recém-nascida com lenços, «para lhe arranjar a moleirinha», ficando depois com verdadeiras deformações.

Não é menos notável a persistência de caracteres antropológicos na raça do Sul; Clapperton, falando dos Fulas, diz: «A sua cor não é mais bronzeada do que a dos Espanhóis ou dos Portugueses da classe inferior.»⁵³ E em outro lugar escreve Eichthal: «As raparigas felanas... distinguem-se por um carácter anatómico dos mais importantes, a *pequenez e delicadeza dos pés & mãos*.»⁵⁴ O fula é um dos vestígios dessa raça primitiva que atravessou a África, e por isso os seus costumes podem ser comparados com os dos primeiros povos que entraram em Espanha. Na tradição popular portuguesa o *pé pequeno* é uma beleza celebrada nas cantigas:

Tendes o pé *pequenino*
Do tamanho de um vintém:
Mer'cia calçar de prata
Quem tão *pequeno pé* tem.

Diz Gustave d'Eichthal: «O orgulho nacional é um dos traços mais característicos dos Fulas.»⁵⁵ Citaremos as observações de estrangeiros, mais impressionáveis do que os naturais: «Em patrióticas jactâncias e gabos, nenhuma nação leva a melhor aos Portugueses...»⁵⁶ Depois de Beckford, Du Chatelet (Desateux) não é menos claro: «O povo português é naturalmente orgulhoso, soberbo e animoso, e detesta em geral

⁵⁰ Estrab., lib. III, cap. 3, § 5.

⁵¹ *L'Homme et les Sociétés*, t. II. p. 33.

⁵² O Belloguet considera este uso derivado da purificação da urina da vaca, descrita no *Avesta* (fagard VIII) e no Código de Manu (XL, 108, 109). *Ethnogenie*, t. III, p. 139.

⁵³ Ap. Gustave d'Eichthal, *Les Foullahs*, p. 6.

⁵⁴ *Les Foullahs*, p. 52.

⁵⁵ *Op. cit.*, p. 54.

⁵⁶ Beckford, *Carta XXIV*.

qualquer outro povo.» Suidas atribui este carácter a todas as nações celtas, aparecendo constantemente entre os Celtas; o elemento céltico que constitui também o nosso tipo nacional recrudescer neste cruzamento, vindo por isso essa qualidade a preponderar no português. O *orgulho excessivo* (Diod., V, 32) parece ter mais particularmente caracterizado a raça céltica; Pompónio Mela (III, 2) chama-lhe *gentes superbae*, e Sílio Itálico (*Pun.*, XI, 25) *tumidissimus Celta*, e estas qualidades preponderam no carácter espanhol, orgulhoso da sua fidalguia, arrotando valentias e com um exclusivismo pátrio

⁵⁷

Este elemento celta prepondera mais para a região do Norte de Portugal, e para a orla marítima, do cruzamento dos Ligúrios. Este tipo médio acha-se descrito por uns viajantes do fim do século XVI: «Os homens da cidade de Lisboa e de todo o Portugal são de mediana estatura, mais baixos que altos, magros, de cor ferrenha, cabelos e barba preta, olhos negríssimos e mui semelhantes no exterior aos Gregos. – As mulheres portuguesas são singulares na formosura e proporcionadas no corpo: a cor natural dos seus cabelos é a preta, mas algumas tingem-no de cor loura; o seu gesto é delicado, os lineamentos graciosos. os olhos negros e cintilantes, o que lhes acrescenta a beleza; e podemos afirmar, com verdade, que em toda a viagem da Península as mulheres que nos pareceram mais formosas foram as de Lisboa.»⁵⁸ Gabriel Pereira, nas suas *Notas de Arqueologia*, descreve o tipo dos habitantes da aldeia de Palheiros, a uma légua de Ourique, e por ele quase que se reconstitui o tipo primitivo na sua pureza: «Casas rudes e negras seni reboco nem cal assentam no xisto do solo, calçada natural das ruas ou antes dos espaços irregulares entre as casas. – Nada que denote civilização, tudo pobre, mesquinho, primitivo; algumas mulheres fiavam à roda, outras ajudavam a atar fardos de cortiça. O aspecto daquela gente pareceu-me diferir da outra alentejana; domina a *cor trigueira*, o íris preto. o cabelo negro e corredio; cornos delgados. secos, nervosos, mas sem recordar o tipo árabe; pouca viveza, gestos sóbrios; notei mesmo diferença considerável entre o aspecto desta gente e o da de Ourique. Há por ali usos com seus laivos de primitivos; às danças de bodas concorre a rapaziada de Ourique e arredores; pela beira do caminho VI alguns poços, e em todos havia caldeiras para tirar água, caldeiras que ninguém furta, porque fica perdido para todo o sempre o que furta uma caldeira; nos muros toscos das casas e quinxorros VI pedras rudemente faciadas, delgadas, com buracos ou para couçoeriras das cancelas ou só destinadas a prender cavalgadas, pedras que me fizeram lembrar algumas da Citânia.»⁵⁹

A esta raça primitiva pertenceu o culto das montanhas e das deusas hetairistas, que prevaleceu em todo o Ocidente; é nas superstições e culto dos santuários populares que ainda persistem esses primitivos costumes. Gabriel Pereira descreve o templo da Senhora da Cola no planalto impraticável por todos os lados na junção das ribeiras de Odemira e Mariscão. que corresponde ao tipo dos templos estonianos, feitos em *planaltos artificiais*⁶⁰: «A romaria e festividade de 8 de Setembro concorrem os povos de muitas léguas em redor; recebe grande número de esmolas em cereais, azeite, cera e dinheiro... enfim é um dos santuários de maior devoção no Sul do Alentejo. e isto constitui um dado importante no ponto de vista etnográfico.»⁶¹ Da mesma descrição podemos tirar outros caracteres que definem bem a índole do culto hetairista: «O povo das romarias diverte-se a *trepar* por este lado (encosta do sul).» (Ib., p. 21) Ali se acha a cisterna ou *caverna* do culto kteista (p. 22), o *penedo de escorregar* à margem do

⁵⁷ Belloguet, *Ethnogénie Gauloise*, t. III, p. 19.

⁵⁸ Tron e Lippomani, *Viagem em 1580* (Panorama de 1843).

⁵⁹ *Notas Arqueológicas*, p. 17. Évora, 1879.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 19.

⁶¹ *Ibidem*, p. 20.

ribeiro (p. 24): «Começo a achar singulares estas pedras de escorregar, pois que não são raras junto dos santuários afamados, porque a devoção de deslizar pela pedra está associada a muitas romarias; em algumas de tais pedras a face não é natural, e porque em alguns sítios à maneira de escorregar, aos incidentes da descida se ligam simbolismos e interpretações.»⁶² As povoações estabelecidas no alto de montanhas, às vezes formadas artificialmente, são um resto desta ocupação primitiva: «Castelo, chama-se em Ourique ao cume do monte onde a vila assenta, espaço sem edifícios nem cultura... O solo, a *elevação na verdade, não parece completamente natural.*»⁶³ Chamam-se também *citânias*, no Minho, às relíquias arqueológicas destas povoações; o nome de Citânia acha-se escrito pelo padre Torquato Peixoto de Azevedo, em 1692, com a forma *Acitania*: assim aproxima-se do nome dos *Auch*, *Ausci*, ou *Aquitânios*, essa raça anterior aos Celtas que desceu do Norte da Europa, sendo por isso este nome generalizado a todos os centros de população pertencentes àquela raça, que na Península se designa pelo nome de *Euskariana* e que Humboldt distingue dos *Iberos*. Desta raça, que precedeu os Árias na Europa, conservam-se ainda costumes notáveis; as danças, que, segundo Diodoro Sículo e Sílio Itálico, acompanhavam os cantos épicos, estão representadas nas *danças* de Aragão, na *muinera* da Galiza, e na *danza prima* das Astúrias. O *ulutata*, a que se refere Sílio Itálico, é o *renchilido* asturiano, ou o *apupo* minhoto nos arraiais e malhadas⁶⁴. As *hibernae naeniae*, que ainda existem nos *atitidos* e *voceros* populares da Itália insular, conservaram-se em Portugal durante o século XV, como se vê pelos cantos em roda da sepultura do Condestável e pelo romance fúnebre à morte do príncipe D. Afonso. Outros costumes, como os *celeiros comuns* no Alentejo, que se encontram também entre os Berberes, indicam-nos a persistência étnica desse primitivo elemento ibérico, que entrou na Espanha pelo Sul.

As duas invasões célticas de leste a oeste ou dos Ligúrios, e de norte a sul, ou dos Celtas propriamente ditos, aqui penetraram em Portugal, deixando-nos certos tipos morfológicos e um grande número de qualidades étnicas. O nariz aquilino, considerado por W. Edwards como *kymryco*, é frequente em Portugal, e designado pelo povo por *nariz de cavalete*. Os costumes festinantes dos Celtas persistem nos nossos banquetes, tais como os descreve Sá de Miranda e Gaspar Frutuoso, nos *bodos* e festas do Espírito Santo. Os Ligúrios eram chamados *Keltoi oreio*, celtas das praias (Timagenes e Plutarco), distinguindo-se pelo seu amor pela novidade. Tito Lívio caracterizava por esta forma o espanhol primitivo: «*Hispanarum inquieta avida que in novas res ingenia.*» Este mesmo carácter é notado no português nas célebres quintilhas de Simão Machado:

E quão vários vos mostrais
 No traje e na condição,
 Tão constantes sois e mais
 Na praga e murmuração
 Para os vossos naturais.

Se um estranho à terra vem
 Dizeis todos em geral,
 Nunca aqui chegou ninguém,
 E do vosso natural
 Nada vos parece bem.

⁶² *Notas Arqueológicas*, p. 24.

⁶³ *Ibidem*, p. 25.

⁶⁴ D. Joaquim Costa, *Poesia Popular Espanhola*, p. 402.

Enfim que por natureza
 E constelação do clima,
 Esta nação portuguesa,
 O nada estrangeiro estima,
 O muito dos seus despreza.⁶⁵

O génio *imitativo* é uma das qualidades mais preponderantes do português, como veremos ao descrever as indústrias locais; o génio amoroso e esse *calidum genus* com que Florus define o celta, e com que o português é retratado por Lope de Vega, Cervantes, Espinel, Quevedo, Sevigné e outros escritores. Garcia de Orta define em dois traços o carácter dos Portugueses como *pouco especulativos*,⁶⁶ e Vieira insiste sobre a sua passividade: «Somos como crianças os portugueses nesta parte: admiramo-nos do que nunca vimos, e estimamos só o que vem de fora...»⁶⁷

Não podemos acumular aqui todos os factos de persistência e recorrência étnica, para os não deslocar da classificação em que estão ordenados, mas é este fundo ibérico e céltico que preponderará através da sucessão das raças históricas que ocuparam a Península e de que receberam apenas formas exteriores de cultura. Antes de tudo é conveniente esboçar o encadeamento sucessivo dessas raças como um prospecto antropológico, que nos deve servir de guia na crítica comparativa dos costumes.

A mais antiga das raças históricas que ocuparam a Península pertence ao ramo alófilo do tronco branco, designação vaga que substitui o nome de *turaniano*; esta raça entrou no Sul da Europa, vinda da Ásia, tendo estacionado em África, onde ainda subsiste o *Berber*, cujo cruzamento com o Árabe veio a produzir o tipo mauresco. Além deste elemento *ibérico*, chegou à Península Hispânica um outro ramo desta mesma raça, que se fixou na Gália, conhecido pelo nome de Citas, e que Guilherme Humboldt distingue do Ibero denominando-o *Euske*. Esta dedução etnológica foi confirmada pela antropologia, que determinou as diferenças morfológicas entre o basco espanhol e o basco francês. Tal é a primeira base para a unidade da civilização ocidental, que se verifica na homogeneidade das tradições líricas, épicas, novelescas, e nas superstições populares comuns a Portugal, Espanha, França. Itália e Grécia moderna.

Sobre esta primeira camada da migração asiática, estabelecem-se os *Celtas*, por duas migrações em épocas diferentes, dos Ligúrios, que avançam de *leste para oeste* e são conhecidos pela designação de Celtas marítimos, e depois pela migração de *norte a sul* dos Celtas louros, que suplantam pelo seu número a civilização ibérica. O génio amoroso dos Portugueses, notado por todos os escritores espanhóis, e o gosto pelas aventuras marítimas persistem como um característico da nossa nacionalidade em todas as suas épocas históricas. As tradições maravilhosas das *Ilhas Encantadas* e do *Quinto Império do Mundo* foram o estímulo dos nossos navegadores e poetas, que como descreve Camões, levavam «numa mão sempre a espada e na outra a pena».

Os *Celtiberos* foram o produto da coabitação dos Ligúrios com os Iberos, e da ligação com os Celtas para resistirem contra as invasões dos povos aventureiros do Mediterrâneo.

Os Celtas não chegaram a constituir uma unidade nacional, porém receberam dos exploradores fenícios alguns progressos industriais, formando assim uma civilização rudimentar bastulo-fenícia. O toponomástico revela esta influência activa dos Fenícios, cujos processos de colonização e feitorias aparecem reproduzidos nas navegações dos

⁶⁵ *Comédias Portuguesas*, p. 143. Ed. 1706.

⁶⁶ *Colóquios dos Símplies*, p. 41. Ed. Vernhagen.

⁶⁷ *Arte de Furtar*, p. 300.

Portugueses, como o notara Michelet. Os Cartagineses aproveitaram as vantagens da exploração dos Fenícios, apoiando-se nas pequenas povoações federadas contra os Romanos. Os cultos da prostituição sagrada, que subsistem em forma de superstições entre o povo, são os restos desta comunhão primitiva, bem como o costume da *guerrilha*.

As colónias e feitorias mercantis dos Jónios compreendem não só este fundo pelásgico das populações itálicas, que fez com que o latim se propagasse facilmente na Península, mas esse ramo helénico ocidental, que no Mediterrâneo acompanhou e substituiu a actividade dos Fenícios, como notou Curtius. Esses exploradores jónicos fixaram-se nas costas de Portugal, nas fozes do Douro, Lima e Minho; Plínio caracteriza certas povoações desta região norte considerando-as *graecorum soboles omnium*, e Estrabão compara muitos dos seus costumes aos dos Gregos, *more graeco*. No tipo popular existe a beleza grega nas mulheres de Aveiro até Viana, e nessa região prepondera o génio arquitectónico, que Rackzynski explicava por causa da existência do granito naquela região.

O conflito dos Gregos com os Fenícios na exploração do Mediterrâneo Ocidental fez com que os Romanos os substituíssem na luta, que veio a localizar-se na Península Hispânica. Para vencer as resistências das populações sedentárias, o Romano recorreu ao sistema do colonato, e neste intuito introduziu aqui tribos itálicas e hordas germânicas, e segundo as necessidades administrativas desenvolveu as instituições locais municipalistas. Esses elementos do colonato eram tribos de Alanos e velhos elementos pelásgicos, que facilitavam a recorrência ao antigo tipo ibérico e a mais fácil propagação do latim. A propriedade agrícola recebeu a forma da enfiteuse, que ainda hoje prevalece, e desenvolveu-se o trabalho das minas iniciado pelos Fenícios.

Na invasão germânica da Península antes da unificação política dos Visigodos, preponderou o elemento cita dos Alanos e de outras tribos que andavam confundidas com o ramo árico. É na Península que bem se observa a separação entre as tribos germânicas *pastorais e agrícolas* e a tribo *guerreira*, de cuja supremacia social e política resultou a decadência dos homens-livres na servidão e dependência do *lite*, confundindo-se com os *leutes* (Arm-leutes, ou *Arlotes*, como ainda se acha uma alusão no *Cancioneiro da Vaticana*). A tanda guerreira, tomada senhorial, imitou a cultura romana e a unidade política imperial; eram os *Arimani*, cujo nome se conserva em *Aramenha* e *Germânia*. A banda pastoral conservou os seus costumes e desenvolveu-se fortificando as instituições locais, vindo mais tarde a redigir o seu direito tradicional nas cartas de foral. E esta classe que sob a tolerância do domínio dos Árabes vem a formar o núcleo orgânico do povo hispânico, esse elemento livre que na civilização moderna da Europa se conhece pelo nome de Terceiro Estado. O encontro da civilização romana na Península e o desenvolvimento da civilização visigótica determinaram a criação desta classe, que hoje abrange tudo sob o nome genérico de povo. O colonato romano desenvolveu-se principalmente na dissolução do Império, tornando-se uma forma de direito público provincial; com a invasão germânica, e principalmente no começo do Império Visigótico, o colonato toma a forma da clientela romana, vindo sob a conquista árabe a formar a liga comunal, que reage contra a prepotência senhorial que se impunha nos lugares reconquistados, organizando-se em concelhos e *behetrias*. É entre esta grande classe que se conservam as tradições e símbolos jurídicos, que se transmitiram nas instituições foraleiras; e a ela deram os Árabes o nome de *Moçárabe*, que sintetiza historicamente esta individualidade étnica persistente pela sua dupla recorrência. Da raça germânica, o ramo senhorial trazia elementos aquitânicos, bem como o ramo lígio facilmente se fusionou com as tribos berberes e maurescas, trazidas pelos árabes à Península.

O elemento visigótico que entrou na Península Hispânica já não era germano puro; os Visigodos haviam permanecido durante um século na Aquitânia, e pela sua posse de dois terços da propriedade territorial e de um terço dos escravos vê-se que a fusão com o elemento autóctone, ou ibérico, se operava pela força das circunstâncias. A população da Aquitânia é bem caracterizada nos *Comentários* de César como distinguindo-se dos outros povos das Gálias; estava confinada num triângulo formado pelo Garona, pelos Pirenéus e pelo oceano; a esta situação deveu a gente da Aquitânia a sua resistência contra as invasões de tribos áricas na Europa. Segundo Paul Broca, um dos mais eminentes representantes da antropologia moderna: «Tudo induz a crer que os *Aquitanos* pertencem a esta raça de cabelos negros cujo tipo se conserva quase sem mistura entre os Bascos actuais (Gascões, *Vascones*, Bascos).»⁶⁸ Este facto positivo leva a importantes deduções; sendo o Basco o representante modificado do primitivo tipo ibérico da Península, o contacto de um século dos Visigodos com os Aquitanos bastou para modificar esse elemento germânico, não só para coexistir na conquista com os Alanos (de raça cita) e para facilitar o seu cruzamento com as populações ibéricas, como também para fazer regressar às qualidades do tipo turaniano os produtos da nova povoação. Foi na Aquitânia que primeiro se manifestou o génio poético, nas formas líricas das canções provençais, análogas na sua estrutura estrófica às canções acádicas e chinesas; foi fácil a propagação desse lirismo à Itália e à Espanha, nos pontos mais próximos da Aquitânia, como Galiza e Catalunha. Se os Visigodos da Península imitaram a cultura romana, foi simplesmente a banda guerreira ou senhorial, no que essa cultura tinha de exterior, linguagem, códigos e categorias; a *banda agrícola*, os trabalhadores da terra, os lígios, com as suas modificações recebidas na Aquitânia, e com a mistura com os Alanos, e com colonos citas recebidos pelos Romanos, facilmente regressaram ao tipo ibérico, e deram um maior relevo às suas qualidades étnicas.

Na invasão dos Árabes o número pertencia ao elemento berbere ou *Mauresco*, com que ocuparam o território, desenvolvendo uma extraordinária actividade industrial e agrícola. Assim foi fácil a fusão com essas duas raças, imitando o viver dos Árabes (*Most'arabe*), que representavam então a civilização mais esplêndida da Humanidade. Este facto concilia-se perfeitamente com a incomunicabilidade do semita e com a assimilação da sua cultura material. Escreve Frederico Diez, observando os fenómenos da linguagem resultantes desta situação social: «Quase todas estas palavras estrangeiras (facilmente reconhecíveis) designam objectos sensíveis ou ideias científicas referindo-se especialmente aos remos da natureza, à medicina, às matemáticas, à astronomia, à música; muitas aludem a instituições políticas, especialmente os empregos e dignidades; outras aos pesos e medidas; algumas também são concernentes à guerra. Não há uma única que seja tomada da esfera dos sentimentos, como se o comércio entre Cristãos e Maometanos se restringisse às relações exteriores, e não permitisse nenhuma das aproximações amigáveis que existiam entre os Romanos e os Godos.»⁶⁹ A este facto positivo contrapõe-se outro facto positivo, o da mistura dos nomes godos e árabes no mesmo indivíduo e família, sinal de um cruzamento incessante. De facto o cruzamento dava-se entre as populações dos lígios com as tribos maurescas, produzindo-se assim esse fenómeno importante da revivescência do elemento ibérico, caracterizado pelos Árabes e pelos cronistas eclesiásticos pelo nome de *Moçárabe*. E entre esta numerosíssima classe social que se dá a persistência do lirismo tradicional (as *Serranilhas* e *Villanellas*) dos cantos épicos (as *Arávias* ou *Romances*), dos símbolos jurídicos, das superstições e de crenças que remontam à civilização acádica, a qual fora o primeiro estímulo da cultura dos Árabes. O povo português representa a antiguidade

⁶⁸ *Mémoires d'Anthropologie*, t. I, p. 282.

⁶⁹ *Gram. das Línguas Românicas*, t. I, p. 86. Trad. francesa.

pela frase genérica *o tempo dos Mouros*, ignorando completamente o facto histórico da ocupação dos Árabes. Os vestígios pré-históricos da Península são referidos pelo povo ao elemento mauresco. Diz Gabriel Pereira: «O Dólmen é chamado pelos povos vizinhos (da Vila do Redondo) a *casa da Moira*, designação vulgar entre nós para indicar velhas construções não portuguesas, quer sejam árabes, romanas, célticas ou absolutamente pré-históricas; por isso que foram os Agarenos os últimos dominadores da Península e dominadores de raça diversa. E facto análogo ao que se passa na Alemanha e Escandinávia, onde todos os velhos edifícios não nacionais são atribuídos aos Hunos e aos Fínicos. tal foi a impressão que estes povos de outros costumes, de outra raça e de outro aspecto gravaram na mente do povo ariano.»⁷⁰ Gil Vicente fala da tradição dos tesouros enterrados do *tempo dos Mouros*, e como nota Gabriel Pereira: «No povo rude persiste a ideia de procurar tesouros nestes misteriosos monumentos; creio ser esta a principal causa da deslocação dos esteios nesta e em muitas outras antas.»⁷¹ O tipo antropológico deste cruzamento conservou-se mais bem caracterizado nos lugares em que mais se demorou a ocupação árabe; é conhecido entre nós pelo nome de Saloio. Escreve o marquês de Resende: «Têm os habitantes daquele espaço que ocupa quatro léguas em roda desta capital (Lisboa) o nome de *saloios* ... São os *saloios*, em geral, esquivos e grosseiros no trato, e tão astutos nos seus negócios, como tenazes nos seus sentimentos, propósitos e hábitos...»⁷²

A linguagem é o documento mais persistente das civilizações que se extinguíram ou que foram substituídas; assim como os nomes de lugares se conservam apesar das sobreposições das raças sobre o mesmo solo, assim as locuções são os últimos restos dos costumes que se transformam, são os vestígios históricos por onde se recompõem as camadas étnicas sobre que se estabelece a unidade política de uma nação. Apesar da profunda assimilação do catolicismo que se confundiu com a civilização peninsular romano-gótica, tentando apagar da sua etnologia e da sua história a importância do elemento *árabe*, por todos os lados surgem os documentos desse período activo que deu à Península a sua cultura científica e o seu desenvolvimento agrícola e industrial. Avançando do sul para o norte, as raças que vieram à Península trouxeram uma civilização ou desenvolveram-na, como a dos Iberos com relação à dos Celtas, ou dos Árabes com relação à dos Visigodos. «Os Árabes», como escreve Le Bon, «ao deixarem as áridas regiões onde viviam quase no estado selvagem para conquistar o mundo, tomaram-se, sob o céu da Espanha, uma das nações mais cultas que a História conhece, uma daquelas onde as letras, as ciências e as artes foram cultivadas com o maior brilhantismo.»⁷³ Na língua portuguesa ainda são de uso corrente palavras árabes que revelam o sincretismo religioso das duas civilizações, a nossa cultura intelectual, a proveniência dos cantos e danças populares, as formas de certas indústrias, não falando já dos nomes de terras e de indivíduos, em que a sociedade árabe se manifesta em toda a sua força e extensão como a base mais fecunda sobre que se constituiu esta pequena nacionalidade. Combatida pela organização intolerante do catolicismo, a civilização árabe persistiu apesar das constantes condenações da Igreja; mas as palavras árabes, que significavam produtos sérios dessa grande civilização, transmitiram-se com um carácter pejorativo, com um sentido irrisório proveniente de uma perversão sistemática que fez com que essas palavras caíssem na gíria inferior. No *Cancioneiro Provençal Português* da Biblioteca do Vaticano ainda se acha a interjeição árabe *Mashallah* (Deus o quer), como se vê por esta canção de Pêro Gonçalves de Porto Carrero:

⁷⁰ *Notas Arqueológicas*, p. 26.

⁷¹ *Notas Arqueológicas*, p. 28.

⁷² *Panorama*, t. XI, p. 366.

⁷³ *L'Homme et les Sociétés*, t. II, p. 63.

Poys nom vem de Castela,
nom é viv', ay *meseta!*

Os pregadores católicos ainda empregam nas imprecções retóricas do púlpito a interjeição *Oxalá* (de *Ins-Allah*, se aprouver a Alá). que na tendência fatalista do povo se exprime também pela locução: *Se Deus quiser*. Observando os glossários das palavras árabes conservadas no português e castelhano, nota-se que preponderam aquelas que exprimiam coisas técnicas; mas também há outras que exprimem uma certa comunhão moral. Essa comunicação sentimental acha-se nos dialectos vulgares, como a *Aravia* ou *Algarabia*, e nos cantos líricos, ou *lei/as*. Em Gil Vicente encontram-se preciosas alusões:

Ui! e elle falla *aravia*. (*Obr.*, III, 99)
Fallou comigo *aravia*. (*Ib.*, III, 513)

E também este vestígio de um canto árabe, citado anteriormente pelo arcipreste de Rita entre a série dos cantares arábicos do povo:

Este es el *Calbi ora bi*,
El *Calbi* sol fa melhorado. (*Ib.*, II, 227)

No Cancioneiro da Vaticana acha-se uma canção com o estribilho *Lelia, vae lelia*, resto porventura do género lírico das *leilas*. Janer, na obra sobre a *Condicion de los Moriscos*, fala da terrível ordem que Filipe II promulgou em 1566. proibindo o escrever e falar árabe, bem como usar trajes e cantar cantigas mouriscas: «y tambien en los de fiesta, no haciendo *zambros*, ni *leylas*, con instrumentos ni cantares moriscos, aunque no dijesen en ellos cosas contrarias à la religion cristiana.» Estas proibições eram acompanhadas de violências corporais, mas as coisas mantinham-se pelo automatismo do costume, de onde eram extirpadas pela falsificação católica; assim ainda hoje usamos a locução popular: deixe-se de *lérias*, simultânea com: deixe-se de *cantigas*. Do baile mourisco da *zambra*, ficou-nos a palavra de gíria *azambrado*, para designar o corpo ou o gesto desengraçado. No *Cancioneiro* de Resende ainda se alude com frequência ao «doce bailo da *mourisca*» e Gil Vicente escreve:

E balhando à *mourisca*,
Dentre gente português. (*Obr.*, III, 53)

Não praza a Deos, co'a viola,
Que assi se tornou *mourisca*. (*Ib.*, 181)

O intuito da deturpação revela-se nas palavras pervertidas do seu sentido originário; *Medresch*, que significava academia, ficou nas escolas católicas e no uso comum significando o preguiçoso, o *madraço*; o nome do filosofo árabe do século X *Alfarabi* ficou designando vulgarmente os livros velhos inúteis e ilegíveis, os *Alfarrábios*, queimados a montes pelos padres católicos. O primeiro surate do Corão, *Fatiha* que se dava como um exercício de escola, ficou significando uma coisa material, a fatia de pão, que se dá à criança. Quando a Igreja não podia desnaturar o uso popular, assimilava-o a si, como se nota na santificação de *Mahomed* ou Mafoma, em *S. Mamede*, significando ao mesmo tempo *mafoma*, a cara horrenda. Apesar disto, as artes

tecnológicas e misteres conservaram as suas designações originárias, como *alveisar*, *alfaiate* (em Espanha *sastre*, da forma latina *sator*), *alvener*, *calafate*, etc.; na agricultura a invenção árabe das *Noras* (*nona*) com os seus *alcatruzes* persiste com toda a vivacidade na cultura hortense; o divertimento das cartas de jogar conserva a sua designação árabe de *Naipes* (Naib) de que fala Gil Vicente: «*Naipes* vem de Andaluzia.» O instrumento musical popular é ainda a guitarra, a *quitara* árabe, e os cantos conhecidos pelo nome de *Huda*, pelo arcipreste de Hita, são ainda os nossos *Fados*, que usados pelos tropeiros do Brasil coincidem com a descrição feita pelo arabista Caussin de Perceval. A linguagem é um campo inesgotável de paleontologia étnica e o primeiro documento social, ao qual o critério da filiação histórica restitui a sua verdadeira importância.

As invasões normandas e escandinavas na Espanha cooperaram também para a persistência dos caracteres primitivos do godo, que aceitou com facilidade as colónias francas. Na povoação da nova nacionalidade portuguesa essas numerosas colónias francas tiveram um direito privilegiado ou *franquias*, que se estendia às colónias gaulesas da França Meridional, flamengas, e outras que ficaram aqui pela passagem dos cruzados. Todos estes elementos deram uma certa revivescência étnica, que se revela pela activa elaboração dos Romanceiros. Ao norte de Portugal, nos séculos X e XI, é que se deram as invasões dos piratas escandinavos, que chegaram também a fixar-se em pequenas povoações, deixando vestígios no onomástico local e no Nobiliário. Sabe-se que o Escandinavo conservou na sua pureza as tradições germânicas; existem entre nós tradições escandinavas como a do *bastão rúnico* e lendas de ferreiros mágicos.

No meio deste tropel de raças mongolóides, semitas e áricas, nas suas diversas variedades, é possível estabelecer uma coordenação antropológica, determinando os elementos persistentes, já por efeito das sobrevivências e das recorrências, segundo este princípio do fisiologista Müller: «Uma raça, nascida da fusão de duas raças, propaga-se pela união do seu semelhante; ao passo que quando ela se une com as raças que concorreram para produzi-la, ao fim de muitas gerações torna ao tipo de uma destas últimas.»⁷⁴ Aplicando este princípio, explicaremos por ele a constituição antropológica dos povos peninsulares, bem como a diferenciação entre Portugal e Espanha:

IBERO-EUSKE... (Raça mongolóide)	Áricos	Ligúrios, Celtas
		Gregos, Romanos, Colónias itálicas
		Germanos: Alanos, Suevos, Vândalos. Visigodos
		LÍBIOS, BASTADOS, BERBERES, MOUROS
	Semitas	Fenícios, Cartagineses
		Árabes
Judeus		

Vemos por este esquema a persistência e recorrência de um elemento primitivo, que nunca chegou a ser extinto, e ao mesmo tempo a sua oscilação já para os caracteres étnicos dos semitas, já para os dos ramos áricos. A distinção notada pelos estrangeiros entre a população portuguesa do Norte e do Sul explica-se pelo facto de sobre esse fundo ibérico se cruzar no Norte o elemento árico, ao passo que no Sul estacionou o elemento semita.

Tendo até aqui indicado a importância do critério étnico para a compreensão do génio ou da civilização de um povo, vamos aplicar esses resultados à Península

⁷⁴ *Man. de Physiologie*, t. II, p. 762 (1845).

Hispânica, tomando da sucessão das suas *raças históricas* o meio de explicarmos um certo número de qualidades que diferenciam a nacionalidade espanhola e a portuguesa, e a persistência das tradições comuns, que até certo ponto as identificam.

O primeiro facto de diferenciação fundamental e histórica é a maior facilidade com que o português no princípio do século XII constituiu a sua *unificação nacional*; que se conservou inabalável até hoje; ao passo que a Espanha só conseguiu a sua unificação política no fim do século XV. Ao percorrer a série das raças históricas da Península, surge uma fácil explicação deste fenómeno de coesão tardia, pela preponderância de elementos *semitas* na raça espanhola; assim os Fenícios, os Cartagineses, os Árabes e os Judeus formaram a maior parte dos habitantes com hábitos de isolamento, ao passo que Portugal se constituiu na região de nordeste, aonde não chegaram os exploradores fenícios, nem os invasores árabes. O elemento céltico introduzido na Península pelo Norte, e ocupando de preferência a fronteira marítima, mantém no carácter português uma certa brandura, o génio aventureiro e a tendência para as explorações marítimas. Na história de Espanha descobre-se um constante movimento de oscilação entre os esforços para uma unificação nacional e as circunstâncias que fomentam a desmembração. Exemplifiquemos: os Iberos, os Celtas, os Fenícios, as feitorias cartaginesas e gregas são unificados sob a acção dos Romanos pela primeira vez: dá-se porém a invasão gótica, e tudo volta por esta perturbação accidental à desmembração primitiva. Aumentando o poder dos Godos, estes estabelecem a unificação política submetendo outra vez as populações romanizadas e os diferentes ramos da invasão germânica. Subsistem contudo restos primitivos num isolamento de resistência, tais como os Asturos, os Cântabros e os Bascos, restos que, aproveitando o acidente da invasão dos Árabes, determinam pelo seu esforço outra vez a desmembração da Península. O árabe enfraqueceu o seu domínio pela multiplicação de numerosas monarquias; e a reconquista cristã, inspirada pelo fanatismo católico, empreendeu a unificação nacional em Sancho, o Magno, em Afonso VII, em Fernando, o Magno, mas estes mesmos monarcas, não podendo vencer o espírito da desmembração local, que preponderava nas Astúrias e em Navarra, eles mesmos destruíam a sua obra de unificação distribuindo os retalhos de territórios a seus filhos nos testamentos. Se é necessário conhecer a sucessão e os caracteres das raças da Península para compreender as diferenças entre Espanha e Portugal como a sua história as revela, mais importante ainda é esse estudo para descobrir as mútuas analogias, que até certo ponto pertencem às características da civilização dos povos meridionais, tais como as formas primitivas da religião, de superstições, de costumes e até de poesia.

Olhando para a carta geográfica da Península Hispânica. não se acha uma fronteira natural que sirva de fundamento ao facto secular da separação entre Portugal e Espanha. Mas o facto da separação existe e mantém-se, portanto devem existir outras causas que supram a acção diferenciadora do território. Na sucessão das diferentes raças que ocuparam a Península Hispânica deu-se a preponderância ora do elemento ibérico, ora do elemento semita, ora do elemento árico, e as combinações do ibero-semita e ibero-árico bastam para estabelecer diversidades étnicas capazes de se conservarem por qualquer circunstância. De fado a proximidade do mar, assim como fez distinguir o Holandês do Alemão, também contribuiu para separar mais

profundamente o Português do Espanhol. O mar, considerado como uma barreira defensiva e como um estímulo de actividade, fazendo-nos mais cedo entrar na vida histórica pela unificação nacional, e pela riqueza, fez de nós um povo navegador cioso da sua liberdade. Desde D. Afonso III que Portugal se defende da absorção espanhola. já com combinações políticas, como casamentos reais, já com mão armada, como Aljubarrota e Montes Claros; estes ódios e ambições dinásticas têm sido incutidos no

povo, estranho a eles, e com o tempo veio a adquirir um sentimento instintivo de rancor e animada aversão contra o espanhol. Enumerámos até aqui três causas, aparentemente fracas, mas todas convergindo para o fim da diferenciação. As vezes os países, mais bem confinados pelas grandes divisões naturais, acham-se absurdamente fragmentados por aberrações políticas. Assim a cadeia central dos Alpes não bastou para unificar a Itália, e não obstante a aspiração moral desse povo, ainda existe uma Itália estrangeira. Algumas partes do território francês são da Suíça, da Bélgica, da Prússia, por efeito de formações históricas. Se estes factos nos mostram em duas grandes nações a ineficácia das fronteiras naturais, a nacionalidade portuguesa tem outras razões de ser para que pelo acidente do território fique mais do que uma província de Espanha. Teorias políticas de conquista, ou de anexação diplomática, ou de *aspiração ibérica*, tudo é absurdo querendo-se anular o produto consciente da História, despendendo séculos em conflitos internos de uma grande nacionalidade artificial. Importa reconhecer o facto das diferenciações étnicas, aproveitar as suas diversas energias locais, e por isso a civilização da Península só entrará num curso definitivo quando todas essas diferenças provinciais forem reconhecidas numa unificação consciente por meio da forma política da federação.

O espírito local renasce na Península, como vemos pelo estudo dos seus dialectos, como o galego, o valenciano; estudar as características do povo português, que se reflectem nos seus costumes, crenças e tradições, é coadjuvar essa obra futura de unificação consciente.

CAPÍTULO II

Rudimentos da actividade espontânea

Restos da vida nómada nos costumes da *Caça*: O furão. – Pedir com pele de lobo. – A altenaria dos romances populares. – Armadilhas aos pássaros nos brinquedos infantis. – Caça das cabras-montesas no Soajo. – Festas religiosas: Montada do Porco Preto, e a *Mesnie furieuse*. Correr o Montujo, na Vieira. – Costumes da *Pesca*: Batéis conduzidos por mulheres. – Redes de arrastar ou acéderes. – O lanço da Cruz – Organização das companhas. – O pilado e o moliço. – As linhas de pescar. – Os bois empregados na pesca. Formas tradicionais das redes. – Os marroteiros e a indústria do sal. – Perder a tramontana. – Uso da fava do mar nos Açores. – As formas naturais da *Guerra defensiva*: Os chuços, as guerrilhas e almenaras. – O malato ou cliente. – Costumes dos chefes militares na aristocracia – O bafordo. – Os duelos. – Introdução do arcabuz. O sino da revolta na luta dos concelhos. – As persistências guerreiras nas *Hostilidades nacionais, locais e individuais*: Sentido pejorativo de certos nomes de povos. – As injúrias das terras umas contra as outras. – Os apodos de classe e os chascos aos nomes individuais.

A diferenciação entre o homem das montanhas e o das orlas marítimas, já notada por Estrabão, persiste nos costumes da *caça* e da *pesca*, esboço espontâneo da primeira actividade industrial. A caça, além de uma necessidade da vida nómada, desenvolveu-se como uma forma da guerra defensiva, e tornou-se um passatempo aristocrático quando as classes guerreiras se acharam sem destino na concorrência social; a pesca, organizada na vida sedentária das populações lacustres, aliou-se desde muito cedo à indústria agrícola, como ainda actualmente se observa em Portugal. As diferenças étnicas persistem nas designações empregadas no Minho, ao pé de Briteiros, entre *os da planície* e *os montanhões*, na Beira Alta entre *os da serra* e *da ribeira*⁷⁵ mas revelam-se mais profundamente nas hostilidades locais e injúrias com que as povoações limítrofes se apodam Indicaremos alguns costumes destas três categorias, conservados ainda na vida moderna.

A *Caça*. – Na sua Geografia descreve Estrabão a caçada por meio do *furão*, e sendo empregada como um exercício para a guerra: «Nos tempos normais empregam-se para os combates vários géneros de caça, principalmente as caçadas com gatos-bravos. Este animal, originário da Líbia, ensina-se expressamente; depois de estar *ençaimado*, larga-se no covil da lebre; se a apanha, arrasta-a para fora nas garras, ou então obriga o animal a fugir, a reaparecer fora do buraco, e os caçadores que esperam à saída agarram-na facilmente.» (Liv. III, c. 6.) Este costume persiste em toda a sua vitalidade, e deu lugar à locução sarcástica «*Andar com um furão morto à caça*». A caçada aos lobos também se faz por meio de cães adestrados, como usavam os Gauleses: «Assegura-nos Plínio (VIII, 61) que os Gauleses cruzavam as suas cadelas com lobos, para obter atravessados, que eles davam por chefes e guias das suas matilhas, obedecendo-lhes e seguindo-os os outros cães.»⁷⁶ Os cães da serra da Estrela têm a reputação de serem cruzados com lobos. A morte de um lobo entendia-se como um serviço à comunidade, e por isso aquele que mata algum tira-lhe a pele para pretexto de receber uma gratificação pelas aldeias por onde a vai mostrar. D. Francisco Manuel de Melo alude a este costume do campo: «Como quem pede com pele de lobo.»⁷⁷ Num anexam do século XVII diz-se de um modo figurado: «O lobo faz pela semana com que não vá ao domingo à missa.» Derivava-se do costume de levar a pele do lobo ao ajuntamento da missa, para ali contar como fora morto e receber a gratificação. A caça

⁷⁵ Leite de Vasconcelos, *Estudo Etnográfico a Respeito da Ornamentação*, p. 14.

⁷⁶ Belloguet, *Ethnogénie Gauloise*, t. III, p. 466.

⁷⁷ *Apólogos Dialogais*, p. 65.

tornou-se um modo de vida e uma indústria, cujos complicados aparelhos se designavam colectivamente pela palavra *Apeiro*. Diz Viterbo, no *Elucidário*: «Porém antigamente parece que esta voz *Apeiro* se estendia a todos e quaisquer instrumentos que eram próprios de um caçador de coelhos, como *redes, fios, laços, armadilhas, cães, furões, carcazes, dardos, reclamos, apitos...* E a todo este trem levado ao monte se chamou *Apeiro*. Com efeito as grandes brenhas e dilatados matagais, que principalmente em Trás-os-Montes, Beira Alta e Baixa havia no tempo dos nossos primeiros reis, deram ocasião a que grande número de homens vivessem de *colher mel* e matar coelhos pelos montes, chamados por isso *Coelheiros* e *Meleiros*. As frequentes pensões de cera, mel e coelhos ou as suas peles, que nos forais antigos se encontram, não permitem hesitar sobre este ponto, que o reflexionado conhecimento da nossa população põe fora da mais leve dúvida. Era principalmente de noite que os *Coelheiros* faziam as suas caçadas; e assim, não passando de três *ameijoadas* ou *esperas* poucas vezes eram obrigados a pagar do seu maneiio. Mas se eram efectivos e aturados nesta ocupação, indo à sua *geira* ou *soieira*, que era o mesmo que levar para a caça todo o apeiro de caçador, então ficavam responsáveis de certo foro ao senhorio, se expressamente não eram isentos.»⁷⁸ Das matilhas dos coelheiros, diz Viterbo: «Hoje chamam *Adua*, no Alentejo e outras partes, uma matilha de cães empregada em caçar coelhos, em cujo exercício reciprocamente se ajudavam.»⁷⁹

Com a generalização das armas de fogo a caça recebeu uma transformação radical nos seus processos, perdendo-se o uso da caça ao falcão ou altenaria, cuja origem é remotíssima e se tornara até ao século XV uma distinção da nobreza. Diz Belloguet da falcoaria entre os povos gauleses: «Pode-se acreditar com Reynier, que eles, se não inventaram pelo menos importaram na Gália a *arte da falcoaria* praticada por um povo da Trácia no tempo de Plínio, que fala disso como de uma coisa desconhecida dos Romanos. (X, 10.) Não há menção nem em Gratius, contemporâneo de Ovídio, nem no tratado de Aniano, nem no poema de Nemesiano, pelo fim do século III da nossa era; ao passo que muitas passagens de Sidónio Apolinário (*Epist.*, III, 3; IV, 9) provam que nossos avós deviam estar de há muito tempo familiarizados com este género de caça no meio do século V.»⁸⁰ Nos cantos populares portugueses conserva-se a referência a este género de caça, como forma típica ou ideal:

A caçar se vai D. Jorge,
A caçar como solia,
Seus perros leva cansados,
Seu *falcão* perdido havia.⁸¹

Noutra versão, substitui-se o costume moderno:

Seus cães leva cansados,
Sua *furoa* perdida.

Nos cantos populares são frequentes as alusões aos costumes da caça; no romance da *Moreninha*, diz a mulher ao marido que se levante cedo,

Que o melhor coelhinho

⁷⁸ *Elucidário*, vb° APEIRO.

⁷⁹ *Elucid.*, vb° ADUA.

⁸⁰ *Ethnogénie Gauloise*, t. III, p. 468.

⁸¹ *Cantos Populares do Arquipélago Açoriano*, nº 1, 3 e 20.

E o que sai de madrugada.⁸²

No Nobiliário cita-se a lenda da Dama Pé de Cabra, onde vem descrito o costume da caça ao porco-montês, com que se sustentavam os fidalgos da época neogótica.

Na farsa do *Clérigo da Beira* descreve Gil Vicente a monomania da caça, tal como a que ainda se observa em alguns párcos rurais. Diz o filho do clérigo:

FRANCISCO: Sabeis pai, que esqueceu lá

A furoa?

CLÉRIGO: Vai por ela.

FRANCISCO: De hũa légua hei-de ir trazê-la?

Melhor viva eu, que lá vá.

CLÉRIGO: Pesar da ida e da vinda

Vai, toma pela *furoa*.

FRANCISCO: Vá lá quem tiver coroa,

Que eu não na tenho ainda.

*

CLÉRIGO: Vai, que já está no cortiço,

Senão, toma-la e traze-la.

FRANCISCO: Já má hora vou por ela

Mas hei de furtar chouriço.

Depois desta cena, pai e filho rezam as matinas, segundo a *farsiture* medieval:

CLÉRIGO: *Venite, exultemus,*

Que cães e furão que temos

Para tempo de mister.

FRANCISCO: *Domine Deus noster*

Nos dê com que os manter,

E coelho que levemos.

*

CLÉRIGO: *Oremos.*

FRANCISCO: Bem faremos.

CLÉRIGO: Venham-me os cães,

As redes e o furão,

Mas o coelheiro não...

Depois desta cena o clérigo fala aos cães com os gritos apropriados, fazendo um ritmo com os latidos:

Anda Tejo à Fragueira.

CÃO: *Ham, ham.*

CLÉRIGO: Guard'o cabrão.

⁸² *Romanceiro Geral*, nº 56.

CÃO: *Ham, ham.*

CLÉRIGO: Ora, cadela.

CADELLA: *Hão, hão.*

CLÉRIGO: Ei-lo vai pela portela.

Noutras passagens desta farsa Gil Vicente alude a uma outra forma de caça, ainda adoptada pelos rapazes: «E um *visco*, – que caça toda a manada.» Conserva-se esta forma de caça no Minho, por meio de *Armelos com visco*, descrita pelo Sr. Leite de Vasconcelos nas *Tradições Populares de Portugal* (p. 192), onde cita as diferentes armadilhas empregadas pelos rapazes para apanharem os pássaros, tais como o *Alçapão*, os *Caniços* ou *Naças*, a que nos Açores se dá o nome de *Cestilhas*; o *Caixão*, para os pombos, o *Castelão*, para as sombrias, a *Rede*, o *Laço*, as *Costelas*,⁸³ *Abuízes* e *Inxozes*: «Para apanhar os pássaros usam-se na Sortelha (Beira Baixa) umas armadilhas (chamadas *costelas*) de rede, com um pincho onde se põem *aúdes* (formigas de asas); quando os tralhões vêm apanhar os *aúdes*, a armadilha cai e eles ficam presos. – Os *Abuízes* são uma espécie de armadilha com um laço de cabelo e *aúdes*.» Assim como a caça serviu para as populações sedentárias como um exercício de guerra, também se tornou um desenvolvimento do ardil. O padre Torquato de Azevedo descreve a caça das cabras-montesas no Soajo no fim do século XVII: «Matam estes animais com tiros de cima das árvores; mas como são muito fortes, é necessário que o tiro dê em parte vital, porque de outra sorte feridos vai perder a vida aonde se não pode achar: o modo com que vão à caça destes animais é armando-lhe sobre as penhas um taboão com erva fresca em uma ponta, o qual está de tal sorte equilibrado, que caminhando por ela a cabra ao pasto da erva, perdendo o equilíbrio se despenha com ela, a qual na queda arrebenta, e os que armaram o taboão, que estão esperando a queda, a vão buscar morta: o gosto da carne é semelhante à do veado, e o couro é mui útil para o calçado da gente do campo.»⁸⁴ A caça foi idealizada nas cosmogonias e mitos primitivos: no Génesis, Nemrod é «o grande caçador diante de Deus» e nos mitos indo-europeus a *Caçada furiosa* refere-se ao fenómeno solar da saída do Verão e da entrada do Inverno, ou vice-versa. Com este carácter se alegorizava na Procissão de Corpus, como se vê pelo alvará de 1621: «Primeiramente os hortelãos e moradores da freguesia de Santo Ildefonso, com seu Rei, *Imperador, Urso, carro e montaria, e acompanharão o urso pelo menos oito homens com suas lanças e chuças*, quatro de cada coisa.» Frei Bernardo de Brito descreve o costume da *Montaria com o Porco preto*, que os habitantes de Braga faziam na véspera de S. João, sendo proibido por D. Afonso Furtado de Mendonça. Ao tratarmos da festa de S. João seremos mais explícitos sobre este costume do mito solar, representado na forma da *Caçada*, a qual em alguns povos europeus degenera em uma *Cavalgada* ou *Mesnie furieuse*, identificando-se com as lendas guerreiras do rei Artur, do rei Klint, do rei Waldemar. de Barba Roxa e D. Sebastião. A forma popular deste costume chama-se *Correr o montujo* e acha-se assim descrita: «*Correr* (escorraçar) o *montujo* é uma caçada fantástica, que se realiza na Vieira pela seguinte forma: Na quinta-feira da Ascensão, depois do sol posto, o povo, com grande berraria, tocando buzinas, e dando tiros, começa a afugentar o *montujo*. Por *montujo* entende-se todo o

⁸³ D. Francisco Manuel de Melo descreve este uso no século XVII: «caiu na *costela*. O diabo pega como *visgo*; não lhe escapa nada pela *malha*». *Feira de Anexins*, p. 156. E no *Cancioneiro Geral* (t. I. p. 184):

Rodeiam por não caírem
em *costelas*.

⁸⁴ *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, p. 489 (1692).

animal daninho.»⁸⁵

A *Pesca*. – Esta forma primitiva da actividade espontânea deu origem à divinização dos lagos e dos rios, e nas civilizações insulares às lendas dos Peixes-Salvadores, como os oanes do golfo Pérsico, que iniciaram os progressos Industriais da Caldeia. Nos contos populares portugueses ainda existe o Peixe que dá fortuna àquele que o pescar e o tomar a atirar à água. O trabalho da pesca conserva-se em Portugal na sua forma rudimentar, e os que a exploram formam uma classe profundamente atrasada, imprevidente, confinada numa rotina secular agravada pela espoliação do fisco. Muitos dos seus costumes têm uma importância singular. As mulheres de Avintes remam pelo Douro abaixo e vão pescar no alto mar; Mme D'Aulnoy notou este mesmo costume na ribeira d'Andaye: «Os nossos pequenos batéis eram conduzidos por moças de uma habilidade e de uma gentileza encantadora; há três em cada um, duas que remam e uma que vai ao leme.»⁸⁶ Numa *Memória sobre Pescarias*, pelo Dr. Lacerda Lobo, descreve-se o processo rotineiro das *redes de arrasar*, conhecidas no século XVI com o nome de *acederes*, e proibidas aos pescadores de Setúbal, por destruírem a sardinha miúda ou *enxaqueques*. Esta proibição estendeu-se pouco depois aos pescadores de Sines, Odemira, Lagos e Tavira. D. Sebastião deu licença aos moradores de Ponte de Lima para pescarem no rio sáveis e lampreias, porém com a malha da rede determinada pela Câmara Municipal. As *redes de arrastar* continuaram a ser sempre usadas, mau grado as disposições policiais; acham-se proibidas outra vez em 1607 sob o nome, que então tinham, de *Chinchorros*, e em 1615 as que se chamavam *Tartaranhas*, repetindo-se a proibição no alvará de 3 de Maio de 1800.⁸⁷ A rotina imprevidente tem resistido sempre com a sua invencível força de inércia, que é explorada pela superstição. Os barcos da pesca depois de prontos são *baptizados*, bem como se abençoa com água benta o local onde se lançam as redes. Lemos num jornal da província: «É costume em algumas terras do País fazer-se na Páscoa uma cerimónia que tem o nome de *Lanço da Cruz*, e que consiste em os párocos de algumas freguesias, com a cruz e a caldeirinha, irem aspergir com água benta o lugar onde é costume lançar as redes. Na semana passada realizou-se no lugar de Segadães, freguesia de Cristelo Covo, esta cerimónia, sendo o resultado desta pesca um sável, que, como é costume, foi oferecido em acção de graças a sua reverendíssima.»⁸⁸ Existem irmandades de pescadores, tendo por patrono S. Pedro Gonçalves ou a Senhora da Lapa. que se festejam com arraiais e procissões; estas irmandades tomam o carácter de pequenos montepios.

A indústria da pesca apresenta duas formas: a de pequena exploração por meio de *Companhas*, como ao norte de Portugal, e as que dependem da aliança como capital, como as pescarias do atum no Algarve. No Relatório do Inquérito Industrial de 1881, formulado pela subcomissão do Porto, acham-se notícias importantes sobre as pescarias em Gaia, Gondomar, Bouças, Vila do Conde e Póvoa, no distrito do Porto: «A pescaria existe em todo o distrito nas condições mais primitivas, chegando a ser a colónia de pescadores da Póvoa um interessante exemplo de arcaísmo industrial e talvez etnológico. – A pesca do rio acumula a apanha do caranguejo na foz do Douro... Sob o nome de *pilado* os lavradores do Norte e do Sul do Douro compram o caranguejo para usarem dele como adubo das terras. – Se em Gaia e na Póvoa a apanha do caranguejo constitui uma indústria de pescadores, os lavradores de toda a costa ao norte do Douro, alternando as suas ocupações, vão em pessoa buscar às praias os adubos para as próprias

⁸⁵ Z. Pedroso, *Superstições Populares*, nº 702, no Positivismo.

⁸⁶ *Voyage en Espagne*, p. 14. Ed. Carey.

⁸⁷ *Panorama*, t. IV. p. 184.

⁸⁸ *Actualidade*, nº 75 (ano X).

terras.»⁸⁹ É ao que em Aveiro se chama *moliço*; alguns lavradores colhem o musgo trazido à praia pela maré com engaços e carregam-no para os campos, onde o deixam fermentar em pilhas ao ar livre.

A classe dos pescadores tem outras indústrias subsidiárias da pesca, como a feitura das redes de malha, a torcedura das linhas e sua preparação, tornando-as imputrescíveis por meio da erva de *ensaião*. A actividade acha-se também distribuída: «Os pescadores de Matosinhos são os rapazes ou marinheiros inválidos, ou marítimos que descansam no intervalo das viagens.

Quer em Bouças, quer em Vila do Conde, a pesca sempre teve um carácter apenas subsidiário da principal ocupação marítima dos seus habitantes – a navegação. A pesca era e é ainda (embora essa navegação se possa dizer extinta) a aprendizagem ou a reforma dos marinheiros e moços de bordo.»⁹⁰ As mulheres têm também uma parte activa, realizando a venda do pescado, tanto em Lisboa como no Porto: «E na Foz como na Póvoa são as mulheres quem toma conta do peixe e o vende logo que o barco chega.»⁹¹

Na Póvoa: «Acha-se aí uma verdadeira colónia de gente pescadora por tradição e ofício exclusivo.» A indústria apresenta a forma associativa de *Companha*: «cada barco é uma sociedade ou corporação funcionando associada ou mutualistamente. O barco é uma construção primitiva, na plena acepção da palavra; a sua armação é simples, e equipado com as *redes* e outros utensílios pobres e rudes constitui o pequeno capital da indústria.. Entretanto, nem todos os pescadores são donos dos barcos; quando os não, possuem, porém, nem por isso trabalham sob o salário de algum empresário. Na distribuição das partes do produto (*quinhões*), o barco, quer seja próprio, quer alugado, entra por uma parte, que num caso serve para as reparações e no outro para elas e para o aluguer. Além da quota do barco, a *pane*:. da Senhora da Lapa entra sempre na repartição do produto; e o pecúlio formado com essas quotas constitui o fundo da irmandade, que atende ao culto da suposta protectora dos ingénuos pescadores, além de lhes ministrar certos socorros nas ocasiões de crise. A irmandade da Lapa, segundo tipo. vulgar histórico, é ao mesmo tempo um monte pio; e a organização social dos pescadores da Póvoa apresenta-nos ainda de pé um espécime arcaico dessas corporações de ofícios que passaram dos costumes da Antiguidade para os da Idade Média...»⁹² Esta mesma organização se acha na ilha de S. Miguel, nas irmandades dos pescadores sob o título de S. Pedro Gonçalves, personificação do fogo meteórico do *Santelmo*, Tirado o primeiro quinhão, que é o do santo patrono: «O produto é ainda dividido pela companha na proporção do merecimento dos tripulantes, mestre, pescadores, moços, segundo a capacidade, mais ainda segundo a *idade*, e segundo o número de redes que cada um possui. Um tem uma parte, outro meia, outro um, quarto. – O produto da pesca é porém cerceado, antes da divisão, pelo fisco, na décima sexta parte; imposto de uma voracidade única entre nós, e tanto mais abusivo quanto a população vive num estado primitivo e isolado, em que pode dizer-se, nada pede, nem nada recebe do Estado.»⁹³ «O produto líquido da indústria é roído ainda pela usura. Os compradores do peixe, mulheres regateiras que por via de regra enriquecem, são como as harpias do trabalhador. Cerceiam os preços que lhe pagam pelo peixe com a usura dos empréstimos que lhe fazem no Inverno, quando o mar bravio condena o pescador à fome.

⁸⁹ *Relatório*, p. 19.

⁹⁰ *Relatório*, pp. 19 e 20.

⁹¹ *Ibidem*, p. 309. – «São estas quem vende o peixe e cura dos aprestos dos barcos, O pescador desembarcado terminou o seu trabalho: a esposa é quem dirige a economia da indústria.» P. 22.

⁹² *Relatório*, p. 21.

⁹³ *Ibidem*, p. 21.

Empenham-se então as redes. – Na sua imprevidência natural e excitado por um alimento afrodisíaco, o pescador é prolífico: as crianças enxameiam nas ruas, e esta circunstância vem agravar ainda as ocasiões de crise no Inverno.»⁹⁴

Na indústria da pesca, em alguns pontos do País empregam-se bois para puxarem as redes. O historiador Henri Martin observou com espanto este facto, quando veio a Portugal ao Congresso Antropológico de 1880: «Um dia, passando próximo de um porto, não longe da cidade do Porto, avistámos uma imensa fileira de bois, que iam por entre as dunas para o mar. – Então, que fazem eles para ali?, perguntámos. Vão porventura lavar o oceano? – Não; vão à pesca! Estavam ali imensas redes, que se estendiam pelo mar quase uma milha; iam jungir-lhes os bois para puxar para terra essas prodigiosas massas com a enorme quantidade de peixe que envolvem. Aqui tudo surpreende, tudo diverge dos aspectos a que os nossos olhos andam acostumados; o rio, a capital, as outras cidades muito mais ainda, as casas, os hábitos, a vegetação.» Alguns costumes remontam-se aos povos primitivos; assim no Algarve alimentam-se os porcos e os burros com sardinha, da mesma forma que os antigos Gauleses, como conta Belloguet: «É difícil de acreditar, posto que Heródoto faça menção de um tal costume num povo da Trácia, (V. 16), o que diz Eliano (*Anim.*, XV, 25), de alimentarem os Celtas os seus cavalos com peixe, e bem assim os seus bois.»⁹⁵ No comércio, os porcos e galinhas vindos das povoações ribeirinhas chamam-se *sardinheiros*, e a sua carne tem um gosto especial desagradável.

No livro das *Tradições Populares de Portugal*, o Sr. Leite de Vasconcelos cita alguns aparelhos de pesca bastante característicos, tais como a *Chumbeira*, rede em forma de saia cosida pela cintura e a que no Marvão se chama *Tarrafa*. Usa-se no Minho, Douro, Beira e Açores. A *Noça* semelha-se à rede de castelão, cosida num arco e em forma cónica, e coloca-se na parte mais estreita do rio; a *Alvitana*, é uma rede que se atravessa no rio, ou se coloca nos *aloques*, batendo-se a água, para os peixes irem para a rede; o *Aranhó*, assim denominado pela forma da teia da aranha emprega-se para os sáveis e lampreias do Tâmega e Douro; há outras espécies de redes, como *boqueiro*, *estremalho*, *barbal*, *lampreeiro* e *cabaceira*.⁹⁶

À indústria da pesca ligam-se a das salinas e salgarias. Sobre a indústria do sal escreve o Dr. Manuel da Maia Alcoforado: «Os nossos *marroteiros* e os próprios donos das marinhas ignoram, quase todos, os princípios rudimentares de física em que repousa o fenómeno da salinação... As nossas salinas, quanto às diferenças dos métodos usados na fabricação do sal, dividem-se em dois únicos grupos: o primeiro abrange as que têm o solo mineral tomado duro artificialmente, e o segundo as que são revestidas por um tapete vegetal naturalmente resistente. – Pertencem ao primeiro grupo as Marinhas de Aveiro e as da Figueira; e fazem parte do segundo as de Setúbal, as de Lisboa e as do Algarve.»⁹⁷ A linguagem técnica dos serviços das salinas é riquíssima e imensamente pitoresca. O pescador apresenta também um tipo característico de classe, como o *Ovarino*, o *Poveiro*, o *Algarvio* e o *Marnoto*. Dá-se este nome ao que trabalha nas salinas de Aveiro, mas em especial ao homem que trabalha em bateiras no Marnel junto do Vouga⁹⁸.

Nas grandes pescarias, empregam-se os *galeões*, a que nos Açores (ilhas de baixo) se chamam *Barcos de boca aberta*; navegam para o mar alto, em geral ainda guiados

⁹⁴ *Relatório*, p. 23.

⁹⁵ *Ethnogénie Gauloise*, p. 464.

⁹⁶ *Op. cit.*, p. 193.

⁹⁷ *Museu Tecnológico*, p. 47.

⁹⁸ Não existe o culto da deusa *Morna*, mas ainda se chama ao campo alagadiço *marnel*.

pelas estrelas, de cujo costume proveio a antiga locução *perder a tramontana*⁹⁹. A pesca acha-se também idealizada na poesia popular, dando lugar à criação do género das *Barcarolas*, de que temos magníficos espécimes no *Cancioneiro da Vaticana*.

A guerra defensiva. – Um capitão do nosso exército, falando do recrutamento num jornal, confessou que a ninguém repugnava tanto o serviço militar como aos Portugueses. De facto, para não ser soldado o aldeão ainda corta os dedos da mão com o machado, para não poder puxar o gatilho da espingarda; este costume acha-se entre os Gauleses, que davam o nome de *Murcus* àquele que cortava o dedo polegar para se isentar do serviço militar¹⁰⁰. No Minho temos ouvido a palavra *Murcão* empregada como injúria à pessoa desajeitada; de facto, o *murcus* não podia sustentar a besta. Com este carácter os povos antigos da Lusitânia recorriam à guerra como defesa, dando-lhe a forma de emboscadas; a nacionalidade portuguesa, acabado o período das guerras defensivas da sua independência, acentuou-se na História pela actividade das grandes navegações. Nenhum povo se soube defender com mais bravura do que o português, repelindo a ocupação espanhola e a invasão francesa. Diz Estrabão: «Os Lusitanos, segundo contam, são excelentes para armar emboscadas e descobrir pistas; são ágeis, rápidos, destros. Armam-se de punhal ou grande faca; alguns servem-se de lanças com pontas de bronze...» Eram assim os *chuços* na época da invasão francesa. A guerra defensiva apresenta uma forma peculiar.

A forma das batalhas por meio de *guerrilhas*, que tanto tem distinguido o povo espanhol e português nas lutas pela sua independência, é um costume das primitivas tribos germânicas. César nos seus *Comentários* diz destas escaramuças: «Género de combate no qual os Germanos alcançaram uma grande habilidade.» (Livro 1, § XLVIII.)

Por outro lado, o costume das *almenaras*, ou fogos de aviso, já se encontrava também nos costumes da milícia romana; diz César, nos seus *Comentários*: «Do nosso

⁹⁹ Na antiga navegação, anterior ainda ao século XII, chamava-se *tramontana* à Estreia Polar: como por ela ainda se dirigiam os marinheiros, daqui figuradamente a expressão das dificuldades em que se achava o que a perdia; eis a linguagem de um poema francês do século XII em que se autentica este facto:

De nostre pere l'apostoile
 Vonsisse qu'il semblast l'estoile
 Qui ne se meut; mont bien la voient,
 Li marinier qui si navoient.
 Par cete estoile vont et vienent
 Et lor sens et lor voje tienent;
 Il l'appelient la *tresmontaigne*,
 Celle est atachi et certaine:
 Toutes les autres se removent.
 Et lor leus eschangeat et meuvent.
 Mais cele estoile ne se meut.

(Ms. do XII siècle, Ap. Becquerel, *Résumé de l'Hist. de l'Electricité*, p. 58.)

Nas praias açorianas, aparecem sementes de *Dolichos urens* e de *Mimosa scandens* trazidas Pela corrente do golfo do México quando recebe as águas do Mississipi. Estas sementes, que Para os navegadores antigos eram os indícios de unia terra ao ocidente dos Açores, são hoje aproveitadas pelos pescadores açorianos para guardarem nelas o Simonte. Diz o Dr. Ernesto do Canto: «Nos Açores dá-se-lhe vulgarmente o nome de *Favas do mar*; os marítimos servem-se todos delas para guardarem o tabaco em pé que usam para cheirar.» (*Arquivo dos Açores*, t. IV, p. 582.)

¹⁰⁰ Amiano Marcelino, XV, 12; Belloguet, *Glossaire Gaulois*, p. 114.

lado, tendo-se dado o alarme por *grandes fogueiras*, que era o sinal prescrito e acostumado, ...» (Liv. III, § XXXIII.) Por estes dois factos se conhecem os caracteres do romano-gótico nos costumes peninsulares. Mas nos usos consuetudinários. o *fogo* é sinal de paz, tal como se acha no provérbio jurídico *Fogo e logo*; também nos monumentos egípcios, nas esculturas das batalhas, o fogo é o sinal da fortaleza sitiada quando pede paz; é portanto o mais antigo, e de origem turaniana.

Não é sem influência a organização militar primitiva na vida social. A dependência do soldado para com o seu chefe territorial aparece na vida civil sob vários aspectos, já como clientela, já como comensal. A palavra *Malado*, que ainda hoje se emprega já sem sentido nos romances populares, deriva, segundo Muiioz y Romero, da «palavra árabe *maulat*, que significa patrocínio, clientela, e ao que estava sob a encomenda de outro, homem de benfeitoria (de *Behetria*) ou *mallatus*, que equivaleria a *maulá*, nome com que os Árabes designavam o cliente.»¹⁰¹ No romance da Infantina, ainda se diz:

Eu sou filha de um *malato*,
Da maior malataria;
Homem que a mim se chegasse
Malato se tomaria.

Desta dependência do cliente resultavam certas obrigações feudais; da parte dos nobres havia também a obrigação de sustentar os soldados em campanha, por isso à sua insígnia do *Pendão* andava anexa a da *Caldeira*. Este costume manteve-se pela fidalguia em épocas pacíficas, tendo as suas casas com mesa franca e como asilo de quem queria recolher-se a elas. Diz Gaspar Frutuoso, falando do conde da Calheta, Simão Gonçalves da Câmara: «Era inclinado a ter sua casa em que morava *sempre acompanhada*, para o que mandou fazer dos muros adentro um jogo de bola, em que gastou mais de quinhentos cruzados, onde iam folgar muitos da cidade e de toda a ilha; e por este respeito e por outros desenfadamentos que tinha e ordenava das portas adentro, *sempre estava cheia sua casa de gente de toda a sorte*, etc.»¹⁰² Como se estava já fora da época da guerra privada do feudalismo, essa actividade bélica convertia-se em jogos de força e de presteza. Continua Frutuoso: «Era o capitão Simão Gonçalves afeiçoado a ver folgares, touros, lutas, e jogar canas e todas as mais festas e jogos para alegrar o povo; nos *dias de lutas*, principalmente nos de S. Sebastião e de S. Brás, juntava no terreiro, defronte de suas casas, muita gente de toda a ilha; e se vinha algum grande lutador, e havia outro que lhe dava duas quedas, lhe mandava dar a capa que o tinha coberto, além de grandes fogaças, que de sua casa estavam prestes, como marrãs mortas, e também algum dinheiro para todos os lutadores.»¹⁰³ Já Estrabão falava dos jogos dos Lusitanos como forma da actividade militar defensiva: «Celebram jogos gímnicos, hoplíticos e hípicos, nos quais se exercem no pugilato, e na carreira, e simulam escaramuças e batalhas campais.» Assim essa luta primitiva conservou-se no *bafordo*, a carreira no *aleo*, e os jogos hípicos nas *cavalhadas*. O serviço dos chefes militares era uma distinção, e por isso o capitão Simão Gonçalves conservava na sua casa esse costume que ficou privativo da realeza moderna: «Servia-se este capitão com os filhos dos melhores e mais honrados da terra, e, se eram tais, fazia-lhes muito bem assim no tratamento de suas pessoas, como em os casar rica e honradamente, etc.»¹⁰⁴ Na

¹⁰¹ *Del Estado de las Personas*, p. 44.

¹⁰² *Saudades da Terra*, p. 297. Ed. Funchal.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 298.

¹⁰⁴ *Saudades da Terra*, p. 298.

sociedade civil a aristocracia conservou os restos desta actividade guerreira nos trajes, recebendo a sua classe a designação de *Capa e Espada*; lê-se num viajante do século XVIII em Portugal: «Vê-se andarem os homens pela rua *trazendo uma espada comprida*, a maior parte do tempo debaixo do braço, e um rosário na mão, falando acerca de negócios e divertimentos, mas não deixando de rezar, ou pelo menos de o fingir, particularmente quando estão uns com outros.»¹⁰⁵ O militar português era simultaneamente bravo e fanático, como o Condestável Nuno Álvares, ou esse outro tipo também popular do Saldanha. O *duelo*, resto da guerra privada do feudalismo, que passou para a sociedade civil na forma de *Combate judiciário*, é reclamado no século XVI pelo velho conde de Marialva contra o marquês de Torres Novas, invocando o *Foro velho de Castela*. No meio da sociedade pacífica do século XVI, quando estava terminada a reconquista neogótica, a aristocracia continuou a desenvolver a sua capacidade guerreira nessa monomania dos *Valentões*, comum a Portugal e Espanha, como se conhece pelos versos de Camões e pela morte do jovem D. Telo de Meneses. A *Valentia*, depois das arruaças nocturnas, exercia-se nas corridas de touros; lê-se na *Description de Lisbonne*: «Antigamente os dias de grande gala eram festejados com *corridas de touros*, que duravam alguns dias; foram porém suprimidas no fim do último reinado, pela influência da rainha. Como o rei D. Pedro, seu marido, que tinha uma *força extraordinária*, gostava imenso de ir nestas ocasiões agarrar um touro à unha, a rainha, receando que lhe acontecesse alguma desgraça, tanto trabalhou que obteve dele a supressão destas corridas, e contentaram-se depois em dá-las por ocasião do nascimento dos príncipes e princesas.» Ainda hoje as corridas de touros se fazem como uma distinção e como passatempo ao domingo, às vezes com intuito de caridade.

A descoberta das armas de fogo veio tornar mais expedita a guerra, dando-se uma recrudescência na Europa sob a forma de guerras dinásticas. Fernão de Oliveira indica o ano em que o arcabuz começou a ser usado em Portugal: «E *arcabuz* há sete ou oito anos (1528-1529) pouco mais ou menos, que veio ter a esta terra com seu nome de antes nunca conhecido nela.»¹⁰⁶ O povo até à entrada dos Franceses conservou a arma tradicional do *chuço*, com que fazia a sua defesa territorial.

A terra é também um vínculo que chama os moradores à defesa comum, mais ainda do que o prestígio pessoal de um chefe. O *sino* da torre do Concelho é que chamava o burguês para o combate. No *Cancioneiro da Vaticana* lê-se este verso precioso: «Tal Concelho tal *campana*.» Gaspar Frutuoso escreve: «Em cima da qual (torre) está um sino de relógio tão grande que levava em sua concavidade trinta alqueires de trigo, e de tão soberbo e grande som, que se ouve de duas léguas, onde acode a gente a qualquer rebate de guerra, quando ele se tange.»¹⁰⁷ Quando o Funchal foi atacado por um corsário francês, à primeira suspeita «deram rebate ao Capitão, o qual mandou dar *repique no sino*; e, ainda que era meia-noite, em que todos ordinariamente repousam, em menos de uma hora se ajuntaram com seu capitão quase quatro mil pessoas...»¹⁰⁸ Depois desta narrativa do século XVI, vemos o costume repetir-se no começo do presente século na luta defensiva contra as tropas da invasão napoleónica; diz Nayles, falando da resistência de Penafiel: «O toque de rebate fazia ouvir-se por toda a parte, o som lúgubre e pavoroso do *sino* imprimia uma espécie de espanto, que nunca fora inspirado pelo ribombar da artilharia e da espingardaria.»¹⁰⁹ E esse mesmo sino do rebate que o povo emprega para afugentar as tempestades, segundo

¹⁰⁵ *Description de la Ville de Lisbonne*, 1778.

¹⁰⁶ *Gramática*, cap. XXXII. Foi publicada em 1536.

¹⁰⁷ *Saudades da Terra*, p. 86.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 298.

¹⁰⁹ *Mémoires sur la Guerre*, p. 109. Ap. Bernardes Branco. *Portugal e os Estrangeiros*, t. I, p. 524.

aquela epígrafe de Schiller: *Vivos voco, mortuos plango, fulgura frango*.

Do estado de guerra primitivo, persistem apenas na época pacífica da indústria a forma das hostilidades locais e as antipatias de classe.

As hostilidades nacionais e locais. Os povos antigos eram naturalmente inimigos uns dos outros, segundo a frase de Hobbes. *guerra omnium contra omnes*. O progresso da civilização consistiu na diminuição crescente desta insociabilidade, manifestando-se gradualmente pelas confraternidades e pelas federações. Contudo, ficou um resto de desconfiança tradicional contra o estrangeiro. As hostilidades nacionais e locais são os vestígios de épocas históricas de separação entre os diversos estados, quando a relação de estrangeiro se exprimia pela ideia de inimigo, *hostis*. Segundo Diodoro Sículo (Diod., IV, 19), chamava-se *xenoctonia* o costume de dar a morte a todos os estrangeiros, que existissem na Céltica; os Ligúrios são chamados por Tito Lívio *invisitati et insociabiles* (Tit. Liv., XXVII, 39); os Bretões eram também cruéis para com os estrangeiros, carácter a que alude Horácio. chamando-lhes: *Britanos hospitibus feros* (Od., III, 4). No século XVII, os estrangeiros ainda conservavam em Portugal uma designação de desconfiança; diz o padre Vieira: «Há perto da nossa barra de Lisboa uns ilhéus, que chamamos Berlengas, e porque passam por eles todos os estrangeiros que vêm do Norte, chamamos a todos *Berlenguches*.»¹¹⁰

As hostilidades locais foram sempre vivíssimas na Itália; de onde Giusti fez o ditado: «Três castelos, três punhais.» Acrescenta Marc Mornier: «Em tempo de paz as comunas que não se amavam continuavam a guerra pelo chasco. e para não falar senão da Sicília, Salaparuta e Gibelina, apodam Pastanna, que lhes paga bem; Palermo, que foi capital, escarnece os provincianos, que por seu turno retrucam aos Palermitanos; e Monte Erix acha Trapani completamente ridículo, e Trapani vinga-se cantando as vitórias dos seus habitantes sobre os maridos do Monte Erix. Em revindicta todos os Sicilianos estão conformes em amesquinharem os Calabreses. e sobretudo os Napolitanos, que os dominaram.»¹¹¹ Este facto, que se dá nos Estados extremamente divididos, repete-se na Península Hispânica, conservando-se depois da unificação política ainda nas antipatias de classe. Dunoyer, na sua importante obra da *Liberdade do Trabalho*, descrevendo a época dos privilégios e das desigualdades feudais, quando as localidades possuíam no seu separatismo um certo número de imunidades, quando a Igreja tinha direito seu, quando as classes operárias formavam Jurandas em luta aberta entre si porque reduziam a indústria à forma exclusiva dos monopólios, quando as famílias se tornavam inconciliáveis entre si pelo orgulho genealógico, o eminente economista deduz que as *hostilidades locais* eram a consequência imediata desta organização social, hostilidades que persistiram na tradição mesmo depois desses privilégios separatistas terem sido incorporados no centralismo do Estado. Num documento do século XIII encontramos um vestígio dessas hostilidades, que ainda hoje se repetem: «Em sinal de se ter posto termo aos muitos danos e agravos dos dois concelhos, nós ordenamos que o alcaide da Covilhã desse um ósculo de paz ao mestre do Templo, e que o mesmo fizessem os alcaides da dita vila aos alcaides de Castelo Branco, o que imediatamente se cumpriu.»¹¹² Um documento de 1266 alude a grandes discórdias entre os concelhos de Aguiar da Betra e Cernacelhe: «*suitas baralhas*.»¹¹³ Ainda em 1884 referiram os jornais grandes conflitos entre os habitantes da parte alta de Alenquer com os da parte baixa.

¹¹⁰ *Arte de Furtar*, p. 299.

¹¹¹ *Les Contes Populaires d'Italie*. (Rev. des Deux Mondes, 15 de Agosto, 1875, p. 835.)

¹¹² De 1230. Ap. Herculano, *Hist. de Portugal*, t. IV. p. 444.

¹¹³ *Elucidário* de Viterbo.

O espírito satírico da Idade Média, que inspira os *fabliaux* e as farsas, foi em parte o reflexo desses antagonismos sociais e locais. Entre as nações do Ocidente, que chegaram a desconhecer a sua solidariedade histórica, essa hostilidade exprimiu-se também nas suas literaturas. A Itália parodia de um modo grotesco as Gestas francesas; a Espanha ridiculariza o tipo grandioso de Carlos Magno; os Provençais chasqueiam dos trovadores alemães, e os tropeiros francos chamam os guerreiros para a cruzada sangrenta contra a França Meridional. O povo ridiculariza a aristocracia no seu poema de *Renard*, e os Goliardos ridicularizam em *farsiture* os cantos eclesiásticos e trazem para a cena os Reis e os Papas e as figuras do Evangelho. Este espírito cáustico espalhou-se nas conversas e nos apodos locais ou ditados tópicos a que os Franceses chamam *chanter pouille*. Na Grécia chamava-se a certos lugares públicos onde os ociosos se ajuntavam para conversarem e bisbilhotar ao calor do sol *lesche*; este mesmo costume se observava em Roma nas *stationes* e *tonstrina*. É ao que em Portugal se chama o *soalheiro*; nas aldeias chama-se-lhe o *raposeiro*, e em algumas cidades o *pasmatório*. Camões cita este costume no prólogo da sua comédia de *El Rei Seleuco*: «E diz que quem se dela não contentar, querendo outros novos acontecimentos, que se vá aos *soalheiros* dos escudeiros da Castanheira, ou de Alhos Vedros e Barreiro, ou converse na Rua Nova em casa do Boticário; e não lhe faltará que conte.» O sequeiro das Chagas e o alto de Santa Catarina eram no começo do século XVIII afamados pela concorrência dos caturras, como se lê no *Folheto de Ambas Lisboas*. Os apodos pessoais são imensamente variados, apresentando às vezes o carácter de recorrência étnica; Mme D'Aulnoy, na sua viagem a Espanha, diz dos apodos dos barqueiros: «Vim de Dax embarcada, e notei que os barqueiros do Adon têm o mesmo costume que os do Garona, isto é. quando passam ao lado uns dos outros injuriam-se (*ils se chantent pouille*), e eles antes queriam não receber o seu frete do que o calarem-se diante destes apupos, ainda que espantem os que não estão acostumados a isso.»¹¹⁴ Ainda persiste este costume entre os pescadores portugueses; no rio Douro chamam-se *rabelos*, e na ilha de S. Miguel chamam *carecas* aos da freguesia de S. Pedro. Também certos nomes próprios têm ligados na tradição popular apodos sarcásticos, pela circunstância que quase sempre os nomes eram o último vestígio da fusão de certos elementos étnicos. Vejamos cada um destes grupos de hostilidades.

Os nomes de povos, em geral, apresentam-se com um sentido hostil ou malévolos; o *Ladino*, significa o astuto, o sagaz, tradição evidente de quando o Latim era o veículo de toda a civilização ocidental, e quando o maior elogio acerca da capacidade de um homem era o chamar-lhe – bom latino. A língua vulgar chamava-se *ladinha*, e nos poetas da Idade Média a linguagem era designada pela expressão genérica de latim: «Cantam as aves em seu latim.»

O nome de *Grego* tem um sentido completamente separado da História, mas liga-se às tradições do fim da Idade Média acerca do terror dos Ciganos; em geral os Ciganos foram denominados no século XV *gregos*, como se vê pelo *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende e pelos *Autos* de Gil Vicente¹¹⁵. Na linguagem popular temos ainda a locução *Ver-se grego*, significando: achar-se em dificuldades, perseguido, como acontecia aos Ciganos por onde eles passavam.

O nome de *Gótico* é empregado no sentido de obsoleto, atrasado, mas unicamente na linguagem culta. O *Mouro*, que os escritores eclesiásticos pintavam como odioso às populações cristãs, é um sinónimo de trabalhador, do que leva uma vida afanosa. E vulgar o prolóquio *Trabalhar como um mouro*, e *mourejar*, porventura da época em que os mudéjares ficaram cativos na reconquista cristã. Referindo-se ao *tempo dos Mouros*,

¹¹⁴ *Relation da Voyage d'Espagne*, p. 2. Ed. 1874.

¹¹⁵ Vid. o nosso estudo sobre *A Origem dos Ciganos*, no Positivismo, t. I, p. 269.

e aos tesouros enterrados que deixaram em Portugal, a tradição popular diz do sitio de Castro e de Santa Maria de Ul:

Entre Castro e Castril
Cá deixaram seu ouril ¹¹⁶.

O nome de *Sarraceno* aparece-nos na forma injuriosa de *Sarrasina*, o teimoso, impertinente, com o mesmo sentido empregado na poesia francesa medieval, *nielles sarrasines*¹¹⁷. A palavra *Aravia* significou a linguagem do vulgo, e ainda modernamente designa nas ilhas dos Açores o canto heróico ou romance cavalheiresco. O nome de *Galego* é sinónimo de grosseiro, sórdido, brutal, como se vê nos versos de Gil Vicente, Sá de Miranda. António Prestes e Camões. O povo português esqueceu as suas origens comuns com o galego, e a fidalguia a sua principal proveniência. No Alentejo chama-se *galegos* a todos os povos do Ribatejo, como uma reminiscência vaga da antiga unidade territorial da Galiza, que se estendia até ao Tejo. Aldeia *Galega* envergonha-se do seu nome, e chegou a representar ao governo para mudar de designação!

«Nas províncias do Minho. Beira Alta e Trás-os-Montes se chamam *galegas* às coisas fracas, pequenas ou pouco aproveitadas, v. g. gados, linhos, frutas, etc. Da mesma sorte disseram antigamente *Psalterio gallego*, o que era de carácter miúdo e nada majestoso. Aquela antipatia das nações limítrofes e que repetidas vezes se tem combatido fez que os Portugueses olhassem com indiferença ou menos afecto para as coisas da Galiza como não frisando com os seus génios briosos e ativos.»¹¹⁸

É notável a hostilidade instintiva entre o povo espanhol e a pequena nacionalidade portuguesa, que tem sempre resistido à incorporação política; dizem os Espanhóis:

Portuguezes pocos.
Y eses locos.

Os Portugueses, que conheceram as consequências dos casamentos reais da filha de D. Fernando I, de D. Afonso V. do príncipe D. Afonso, de D. Manuel e D. João III, e também de Carlos V com uma princesa portuguesa, dizem ainda:

De Espanha, nem bom vento
Nem bom casamento.

Nos ditados tópicos espanhóis. acha-se a forma original:

De Jerez
Ni buen viento,
Ni buen casamiento.
Ni mujer que tenga asiento ¹¹⁹.

Este mesmo ditado é aplicado a outras povoações, tal como a Granja de

¹¹⁶ *Panorama*, t. VII, p. 344.

¹¹⁷ Du Ménil, *Hist. de la Poésie Scandinave*, p. 479.

¹¹⁸ *Elucid.*, t. II, p. 166. Ed. Inocênciao.

Temos um prólogo popular:

Duzentos galegos não fazem um homem,
Senão quando comem.

¹¹⁹ *El Folk Lore Frexnense*, p. 67.

Torrehermosa, da província de Badajoz: «Em todos os ditados que se referem a ventos é regra constante que cada povo tenha má disposição contra o que está do lado do vento que mais nocivo lhe possa vir para a saúde pública e para a agricultura. Por isso este ditado aplicam-no à Granja os vizinhos de Berlanga e Ahillones, que recebem do lado dela o desastroso *solano*; e pela mesma razão deve encontrar-se entre os vizinhos de Fregenal, Oliva, ou Zahinos.»¹²⁰ É esta a razão por que o nome de *Galego* significa brutal. insolente, porque esse é o nome do vento norte:

El viento *gallego*
Es la escoba del cielo¹²¹

Santa Rosa de Viterbo, traz no *Elucidário* a antiga designação injuriosa que os Portugueses davam aos Espanhóis: «Já conta alguns séculos o prejuízo louco com que o vulgo português chama aos castelhanos *Rabudos*, como se nascessem com um grande e vergonhoso rabo. Mas não há que admirar nisto, pois todas as nações confinantes entre quem houve guerras, ódios, invejas, etc., se costumam reciprocamente injuriar com anexins e apodos, ou bem ou mal fundados. E se os portugueses chamam aos espanhóis *Rabudos*, estes os tratam de *Judios*.» Nos ditados tópicos espanhóis os moradores de Calera chamam-se por apodo *Rabudos*¹²². No tempo de D. João I, também os Espanhóis nos chamavam *Chamorros*¹²³.

O nome de *Francês* emprega-se no sentido de falso e cortês, e *francesismo* é essa qualidade moral que repugna ao povo na sua *franqueza*. As palavras *Franco* e *Franquias* têm o sentido qualificativo de liberal, e de garantias locais. Vê-se que sobrevivem da época em que várias colónias do norte da França se estabeleceram em Portugal com foro privilegiado, ao passo que as palavras com sentido pejorativo datam do ódio nascido pela invasão napoleónica. Desta época da anarquia militar ficou o grito de guerra: *Mata, que é francês!* e essa locução *Roupa de franceses*, como um objecto que se destrói impunemente, era já popular no século XVII:

dizei por que tantas vezes
fazeis *roupa de franceses*
a de um triste português¹²⁴.

«Há um fado antigo que pesa sobre este mesquinho Portugal, e que, segundo cremos, a experiência de muitos séculos converteu num desses rifões, que representam e resumem a sabedoria popular. Tudo quanto é rapinável e rapinado tem entre nós uma denominação característica: chama-se-lhe *roupa de franceses*; porque os sucessos da nossa história nos hão bem à nossa custa provado que no meio daquela nação, aliás generosa e honesta, há muitos homens prontos sempre a lançar mão de tudo o que podem tirar sem resistência e convertê-lo em substância própria. Os saltos dos Normandos e Lotaríngios nas costas do Minho e da Beira durante o século XII, as depredações de Du-Guesclin e de seus homens de armas, a soldo dos reis de Castela, no

¹²⁰ *El Folk Lore Betico-Estreño*. p. 114.

¹²¹ *Ibidem*, p. 85. «Há um vento particular chamado *vento gallego*; quando ele sopra, diz-se que foi algum galego que morreu arrebatado.» (Torre de D. Chama) Leite de Vasconcelos, *Tradições*, p. 47.

¹²² *Folk Lore Frexoense*, p. 66.

¹²³ «O nome de *Chamorro* deram os Castelhanos por desprezo aos Portugueses, ressentidos da batalha de Aljubarrota ... O mesmo rei D. João I de Castela dizia, que não tivera tanto sentimento, se o vencera outra qualquer nação do mundo, mas que não podia sofrer que assim o derrotassem uns poucos de *Chamorros*.» (*Elucidário*.)

¹²⁴ António Serrão de Castro. *Os Ratos da inquisição*, p. 113.

fim do século XIV; as piratarías dos armadores da Bretanha e Normandia que no século XVI infestaram os nossos mares de Europa e da África: o sacco do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XVIII; a invasão do princípio do século XIX, em que ficaram as igrejas de Portugal sem um lampadário, sem uma custódia, sem um vaso sagrado; todos estes factos santificaram o rifão, e levaram até à última evidência que sobre nos pesava o fatal destino simbolizado na frase popular.»¹²⁵ Si Herculano, apesar da sua erudição, não tinha o sentimento da história: a frase *Roupa de Franceses* exprime o fervor das nossas represálias, que inspirou esse outro grito das guerrilhas nacionais no princípio deste século: *Mata, que é francês!* Beckford, em uma das suas Cartas, conta que recebera um insulto chamando-se-lhe *Francês*; e Manique nas suas Contas para as Secretarias alude à hostilidade das mulheres do povo no tempo da Revolução, que ameaçavam os estrangeiros chamando-lhes *Diabo de Francês*. Também quando os Jesuítas entraram em Portugal em 1542. chamavam-lhes em Coimbra *Franchinotes*, nome que ficou uma injúria banal. Diz o padre Baltazar Telles: «por desprezo e zombaria lhes chamavam comumente os *Franchinotes*, nome que em Portugal costumam dar a alguns pobres estrangeiros que vêm do norte e andam pedindo esmolas cantando pelas portas»¹²⁶ Em menos de quarenta anos esses pobres *Franchinotes*, apupados em Coimbra, tinham mi nado a independência da nacionalidade portuguesa.

É frequente no nosso povo empregar o nome de outros povos como uma das maiores injúrias: *Cofre*, significa malvado, *Alarve*, comilão, *Cigano*. usurário, *Chino*, um porco, *Maltês*, o trabalhador ambulante, que vai para as cavas e apanha da azeitona no Alentejo. *Picardia* significa a pirraça ou acto agressivo recebido de quem menos se esperava: *alicantina* (sub. Alicante) exprime uma traficância industriosa; *Palerma*, é o broma ou imbecil. O nome de *Flamengo* acha-se com sentido hostil na locução: Não conheço *Flamengos à meia-noite*¹²⁷. Em Espanha achamos o nome de Flamenco no mesmo sentido de cigano e aciganado; Machado y Alvares não deriva este nome dos Flamengos que vieram à Espanha sob Carlos I. Desta época data a palavra *Frاندunagem*, ou frاندulagem, significando a linguagem misturada com vocábulos de Flandres. O nome de *Tártaro* também aparece com um sentido grotesco, degeneração do antigo terror que o movimento dos Tártaros no século XIII produzia na Europa; no *Cancioneiro da Vaticana* ajude-se a este terror. No seu livro do *Pays Basque*, traz Francisque Michel: «Nos Pirenéus, o que não se encontra em outros pontos, chamavam aos hereges albigenses *Tartarius*.»¹²⁸ O nome de Tártaro tornou-se sinónimo de um gigante malévolo; em Portugal *Tartarinho* designa o desajeitado, desastrado e vacilante nos seus movimentos. Na linguagem popular também se conserva a palavra *Tanso*, designando o que exerce um influxo sinistro; o povo de Hiongnou, antepassado dos Chineses, dava ao seu chefe o nome de *Tanshu* (filho de Deus, isto é, *Tian-shu*). É crível que esta palavra entrasse com os Hunos na Europa, como se infere pelo seu sentido pejorativo. Finalmente a palavra *Turca* emprega-se na gíria popular como sinónimo de bebedeira.

¹²⁵ Herculano, *Pan.*, t. VII, p. 49.

¹²⁶ *Crónica da Companhia*, livro I, cap. 21.

¹²⁷ E para ser meu açoite
Conheceis à meia-noite
Flamengos se queijos são.

Serrão de Castro, *Os Ratos*, p. 139.

¹²⁸ *Op. cit.*, p. 223. «Em S. Maninho de Recesinhos (Penafiel) diz o povo que, quando há nevoeiro, se sente um cheiro a azeite, que é produzido pelo *Tatro* azeiteiro. As tecedeiras espantam o *Tatro* de noite, ao acabar do serão, fazendo mover o caneleiro do tear.» (*Tradições Populares de Portugal*, p. 51. n.º 115.) Evidentemente liga-se à ideia de *Tártaro*, com personificação meteorológica.

As hostilidades locais e os ditados tópicos em Portugal são extremamente pitorescos, como consequência de uma longa incomunicabilidade das povoações por falta de estradas. No *Cancioneiro da Vaticana*, canção nº401, já se cita o ditado: «Dessa cidade *tam boa, Lisboa.*» Na viagem dos dois embaixadores venezianos Tron e Lippomani a Portugal em 1580 vem como vulgar o prolóquio acerca da beleza de Lisboa: «Celebaram Lisboa com tal cópia de palavras, que a fazem igual às primeiras cidades do mundo, e por isso costumam dizer:

Quem não vê Lisboa
Não vê coisa boa.»¹²⁹

Contudo nas hostilidades locais os habitantes de Lisboa são apodados de *Alfacinhas*, por se alimentarem frugalmente, despendendo as economias em ostentação exterior, como no século XVI o notara Nicolau Clenardo, descrevendo a sua alimentação de rabanetes.

O Porto tem o apodo de *Tripeiros*, por serem as tripas guisadas um prato característico da culinária local; a independência burguesa do Porto antigo suscitou o ódio, que transparece neste ditado:

Deus me livre do Mouro
E do Judeu
E da gente de *Viseu*;
Mas lá vem o *Braguês*,
Que é pior que todos três;
E o *Porto* no seu contrato
É pior que todos quatro.

Nos seus *Ditados tópicos* traz Leite de Vasconcelos o seguinte:

Coimbra, coisa linda!
Lá vem o *Porto*,
Que lhe dá pelo rosto.

Ser de *Braga ao pé* é um equívoco injurioso para designar que se anda com grilheta. Diz António José, numa comédia: «*Braga* é má terra para cultivar.»¹³⁰ Há uma locução: *Ver Braga por um canudo*. Num jornal encontrámos:

Lá diz o rifão:
Braga para padres,
Porto para comércio,
Lisboa para doutores.

A locução *Ir a Aveiro sem sapatos*, refere-se ao costume antigo de aterrar as ruas em Aveiro com cascas de berbigões. O costume ainda se conserva, como vemos por este trecho de um folhetim: «Este ano (1883) uma chuva desabrida ensopou ferozmente os toldos das barracas e empoçou o chão por forma tão abismada, que não houve casca de berbigão que bastasse para dessecamento dos vastos charcos dos arruamentos. – É fabuloso: mas um exemplo estentórico do carinho dos edis para os pés dos munícipes e

¹²⁹ Ap. Herculano, *Panorama*, t. VII, p. 84.

¹³⁰ *Óperas portuguesas*, t. I, p. 120.

ao mesmo tempo um documento do humano poder inventivo e da variedade das aplicações do berbigão. Denunciar essa maravilha do génio do homem é vulgarizar esta nova utilidade do *lamellibranchio*, é honrar o município aveirense...»¹³¹ Como esta locução traz D. Francisco Manuel de Melo uma análoga: «*ir a Setúbal e não comer besugo.*»¹³² *Seguir a estrada Coimbrã* era já vulgar no século XVII, como se vê pelo *Fidalgo aprendiz*.¹³³ Jorge Ferrei traz na *Fufrosina* uma locução referente às hostilidades locais: «*Assim parti Santarém com Torres Novas.*» E nos *Apotegmas* de Supico se lê esta outra: «*Tir-te-lá, que Almeida está dada.*»¹³⁴ Da tradição popular do Alentejo coligimos o seguinte prolóquio toponímico:

<i>Lisboa</i> , coisa boa.	<i>Mulatos de Alter do Chão</i> ;
E o <i>Porto</i> dá-lhe pelo rosto.	Pisa-barros de <i>Fronteira</i> ,
<i>Barquinha</i> , oh, minha menina;	Lavradores de <i>Cabeço de Vide</i> ,
<i>Tancos</i> , baila nos bancos.	Partidários de <i>Monforte</i>
<i>Punhete</i> , belo ramalhete.	Ladrões de <i>Sousel</i> ,
Passamos a <i>Redemoinhos</i> ,	Altas sobreiras de <i>Póvoa</i>
E <i>Abrantes</i> está como dantes;	Dão peleja a <i>Montalvão</i> ;
<i>Sardoal</i> , vai-lhe muito mal.	Enxota pardais de <i>Marvão</i> ,
Surra peles de <i>Moção</i> .	Lagarteiros de <i>Escusa</i> ,
Saboeiros do <i>Carvoeiro</i> ;	Cardadores de <i>Castelo de Vide</i> ;
<i>Gavião</i> ,	Bêbados de <i>Portalegre</i> ,
Altas mesas, pouco pão.	Alfacinhas dos <i>Fortizes</i> ,
Muita água leva <i>Margem</i> ,	Balseiros da <i>Alagoa</i> ,
Em proveito da <i>Polverosa</i> ;	Papa-solas de <i>Alpalhão</i> ,
Carqueijeiros da <i>Comenda</i> ,	Queimadinhos de <i>Nisa</i> ,
Santieirinhos de <i>Gáfete</i> ,	Fraca-Justiça de <i>Avis</i>
Bugalho de <i>Vale de Peso</i> ;	Dá combate a <i>Vila-Flor</i> ,
Louceiros de <i>Flor da Rosa</i> ,	Bagaceiros da <i>Amieira</i> ,
Escalda-favais do <i>Crato</i> .	Tronchos da <i>Ponte de Sor</i> .

Há outros apodos locais alentejanos, como:

Os de *Alvor*
Mataram a Nosso Senhor.

– Ah cães de *Nisa*
Que mataram o seu Deus!
«Não fomos nos,
Foram os de *Arez*.

Gáfete, Tolosa e Arez,
Oh que três!

Na província do Algarve abundam os apodos locais. Os habitantes de *Lagoa* são chamados *Linguareiros*. «Os de *Olhão*, em lhe falando nos *Santos órgãos*, arrenegam-se. – Os habitantes desta povoação (Armação de *Pêra*), em se lhe dizendo: *Larga o*

¹³¹ *O povo da Guarda*, nº 26.

¹³² *Cartas*, p. 268.

¹³³ *Op. cit.*, p. 66.

¹³⁴ *Apot.*, parte III, liv. I, p. 70.

prego! zangam-se e correm atrás de quem tal disser, batendo-lhe se podem. – Os de *Alvor* são *Os que roubaram o Senhor...* Os de *Budeus* são *Casmurros*. – As mulheres de *Estoí*, em se lhe falando no *Garrocho*, insultam e excomungam a quem o diz.»¹³⁵

Na Estremadura temos também abundantíssimos ditados:

<i>Salvaterra, Benavente</i>	Correr Seca e Meca
<i>Gericó</i> fica no meio,	E olivais de <i>Santarém</i> .
<i>Pinheiral de Escaropim,</i>	
<i>Balada, Porto de Mós,</i>	<i>A Cascais</i>
<i>Santarém e Almeirim,</i>	Uma vez e não mais.
Estas terras que eu nomeio,	
É que deram cabo de mim.	Oh cães de <i>Carnide,</i>
	Cadelas do <i>Lumiar,</i>
Quem vai a <i>Santarém</i>	Acudi às de <i>Benfica</i>
Se burro vai, burro vem.	Que se querem afogar.

Os habitantes do lugar de Pedreiro são apodados pelos de Tomar com o nome de *Batoteiros*; os de Carregueiros, com o de *Mantas-rotas*. Tem carácter injurioso a locução *Meu amigo de Peniche*, e *Seu criado Matias de Alverca*.

Da Beira e Douro coligiu o sr. Leite de Vasconcelos muitos apodos locais, e com especialidade o Minho é a província mais bem representada na sua colecção:

E como os da <i>Mealhada</i> ,	<i>Zagães</i> , (Oliv. de Azem.)
O que dizem à noite	Perna curta
Pela manhã não é nada.	Pai dos cães.
É como os de <i>Campanhã</i> ,	<i>S. Martinho de Leitões</i> (Minho)
Casam à noite	Vinte e nove fregueses,
E descansam de manhã.	Trinta ladrões.
Os da <i>Balga</i> (Oliv. de Azem.)	<i>Mirandela</i> ,
Bebem o vinho,	Mira-a de longe
E quebram a malga.	E foge dela.
Oh de <i>Viseu</i> ,	<i>Guimarães</i>
Larga o rabo	Perna torta,
Que não é teu.	Pai dos cães.
<i>Gondiães</i> ,	Bem te conheço;
Esfola cabras,	É de Vila Nova,
E capa cães.	Chamas-te Lourenço.
<i>Guimarães</i>	Em <i>Barrô</i>
A cada porta	De cem homens
Sete cães.	Nem um bom.

Os apodos locais têm uma forma estrófica desde o dístico simples, ou de parelha,

¹³⁵ Reis Dámaso, no *Anuário das Tradições Portuguesas*, p. 51.

até à forma ditirâmbica:

<i>Valdigem,</i> É terra que Deus não quis.	Os de <i>Nagosa</i> (Beira Alta) Tem rabo como raposa.
<i>Pesqueira,</i> Linda roseira.	<i>Chavães (Ib.)</i> Terra de cães.
<i>São Joaneiros</i> (S. João de Tarouca) Comem cornos de carneiro.	<i>Ervedosa (Ib.)</i> Porca ranhosa.
<i>São Joaneiro</i> (da Foz do Douro) Rezingueiro	Vinho de Airó, Não o dê, bebe-o só.

Os habitantes da freguesia de Sobrado, concelho de Valongo, são chamados *Os da broa de unto*; explica-se pela mesma injúria: *Rema que é queijo* aplicada aos algarvios. Um homem de Sobrado, tendo visto no rio a imagem da lua, meteu-se pela água para ver se apanhava aquilo que lhe parecia um unto.¹³⁶

Os habitantes de Cabaços são apodados de *lobos*; os de Leomil de *judeus*; os de Riudades, *gatos monteses*; os de Escurquela *lagarteiros*; os de Longa *malhados*; os de Mondim, *meieiros*; os de Afeos, *cães*; de Vilar, *Pica-peixes*; Mileu, *terra de atacas*. «Os habitantes de Guilheiro. em lhes perguntando *Pelo papel*, vão logo atrás de quem faz a pergunta.»¹³⁷ Os habitantes da Granjinha são chamados *batoteiros*; os de Cabaços, *lobeiros*. «Os de Granjal, em lhes perguntando pelo *pão da cruz*, arrenegam-se todos e batem em quem faz a pergunta.»¹³⁸ Os de Coimbrões são apodados de *paneleiros*; de Santo André, *mariolas*; de Valadares, *capadeiras*; os de Sarzedo zangam-se quando lhes dizem que são da *terra dos cucos*; e os de Penajóia e de Távora enfurecem-se quando se lhes pergunta: *A espada vai na burra?* Na ilha de S. Miguel, os habitantes de Agua de Pau arrenegam-se ao perguntarem-lhe: *A porca já furou o pico?* Os de Murça também se zangam ao perguntarem-lhe pela *barca*. Os de Samodães são chamados *judeus*. Na Redinha enfurecem-se ao perguntarem pela *sepultura de Pilatos*, e em Cernache ao perguntarem-lhe pela *música*. Os homens das ilhas são igualmente apodados: «O *ilhéu*, dá coice três dias depois de morto.» E também:

É das ilhas
E conta maravilhas;
Come favas
E diz que são ervilhas.

Os habitantes da ilha de Santa Maria são alcunhados de *cagarros*; os de S. Miguel *unha na palma*, e os da Terceira, *rabos tortos*, e *Faca sem ponta*. O padre António Cordeiro na *História insulana* explica a origem histórica deste apodo, do tempo da ocupação castelhana. Nos *Cantos do Arquipélago* acham-se estes apodos insulanos:

¹³⁶ J. Leite de Vasconcelos, *Tradições*, p. 18.

¹³⁷ J. Leite de Vasconcelos, *Ditados Tópicos em Portugal*, Porto. 1882; desta colecção extraímos muitos materiais do presente capítulo.

¹³⁸ *Idem, Ibidem*, p. 12.

São Miguel, <i>unha na palma</i> ,	Na Terceira são <i>alferes</i> ,
Terceira, <i>faca sem ponta</i> ,	Em S. Jorge <i>capitães</i> ,
Pico, Faial, Graciosa,	No Pico são <i>picarotos</i> ,
Tudo vai na mesma conta.	No Faial <i>finos ladrões</i> .

(*Op. cit.*, p. 83)

Dos habitantes da ilha da Madeira, dizem:

Um, dois, três, filho de inglês;
Um, dois, três, quatro, filho de mulato.

O espírito das hostilidades locais aproveita-se das cantigas, para transmitir-se no meio da improvisação popular; é um género poético bem característico:

Casar em <i>Valongo</i> ,	Vou-me casar a <i>Salzedas</i> ,
É melhor que ser bispo;	Que me deram por degredo;
Tem mulher para a cama	Que é terra de muito padre.
E burro para o serviço.	Canta lá o cuco cedo.
Perguntas-me onde eu moro,	Bois de <i>Ramalde</i> ,
Minha terra é <i>Serzedo</i> ,	Homens de <i>Silvalde</i> ,
Terra de muito ramalho	Mulheres de <i>Santo André</i> ,
Onde canta o cuco cedo.	Livra-nos e dominé.
Os homens de <i>Vouzela</i>	Não vás ao serão à <i>Avintes</i>
Alguns que são	Nem para lá botes o jeito,
Também tocam na trombeta	Olha que as moças de Avintes
Na procissão.	Tem-na semente do feito.

Se *Armental* tivera renda
Como tem de gravidade,
Carregosa fora vila
E *Arrifaninha* cidade.

Certas terras são apontadas como injuriosas: «*Ser como as de Seja*» isto é prostitutas; ou notadas como foco da idiotia: *Ser da Lourinhã*; ou *do Ermelo*, em Celorico de Basto ¹³⁹. Os moradores de Perosinho são *leiteiros*; os de Avintes, *porqueiros*; os de Serzedo, *polainas*: «quem quiser fazer zangar os de Serzedo, digalhes: *Virai a porta para o mar*».¹⁴⁰ Os moradores de Vilar do Paraíso são *gravatinhas*;

¹³⁹ No século XVI o habitante de *Rates* era tido como o tipo da ingenuidade lorpa; Gil Vicente introduz nos seus Autos o personagem nacional do *Ratinho*, descrito também por Miguel Leitão de Andrade e Baltazar Dias. Serrão de Castro, nos *Raros da Inquisição*, diz deles:

Com ser a gente de *Rales*
tão simples e boa gente...
.....
quando tão aproveitados
da Beira são os *Ratinhos*. (p. 7.)

¹⁴⁰ *Anuário das Tradições Populares Portuguesas*, p. 50.

os de Oliveira do Douro, *rabões*; os de S. Cristóvão, *ceirinhas*; as mulheres de Madalena, são *amazonas*; as de Canelas, *bruxas*. Os povos de Miranda do Douro, *vêm as águias pelas costas*.

Assim como as localidades, também as classes sociais têm a sua hostilidade mútua, apodando-se com acrimónia: «*Sete alfaiates para matar uma aranha.*»

Alfaiates não são homens,
Carpinteiros também não,
Homens são os *Lavradores*
Que encham a casa de pão.

Aqui d'elrei quem acode
Ao fogo de Santarém!
Acudam os *Alfaiates*
Enquanto os homens não vêm.

Alfaiate das mentiras
Todo o pano faz às tiras.

Caldeireiro na terra,
Chuva na serra.

Sapateiro mangoneiro.
Come tripas de carneiro.

Pedreiro, pedreirete,
Há-de ser sempre
Pobrete e alegrete.¹⁴¹

Ferreiro da maldição,
Quando tem ferro
Não tem carvão.

Estudante, bargante,
Chapéu de alguidar,
Com o sentido nas moças
Não pode estudar.

Trolha, mirolha,
Rabo de solha.

Os barqueiros também se apodam, como acima notámos: «Os *rebelos* (barqueiros do Douro) zangam-se igualmente. quando alguém lhes diz: *Coça, coça, carrega o prego! carrega o prego! a panela tem cominhos; a panela estoirou.*» No Mondego dá-se o mesmo, dizendo: «*Oh Zezinho, ferra a unha.*» Os *moleiros* são desprezados por se pagarem por suas mãos tirando a *maquia* à moenda.¹⁴²

Depois das hostilidades locais seguem-se por fim os chascos pessoais, ligados ao nome do indivíduo, ou ao seu apelido:

Antão,
Guardava ovelhas,
Um das suas
Outras alheias.

Ana, Magana,
Rabeca, Susana,
Pariste um menino
Debaixo da cama;
Não come, nem mija
Nem vai à igreja.

Antão,
Era moleiro,

¹⁴¹ Leite de Vasconcelos. *Tradições*, p. 250.

¹⁴² Diz uma Parlenda popular:

Lá vem a minha mulher,
Tirá o que quiser;
A minha filha Maria.
E tira a sua maquia;
Vem o meu filho Manoel,
Também leva o seu farnel;
E no fim diz o meu criado:
– Este saco ainda não foi maquiado.
(Porto)

Fazia anzóis
E pescava caracóis.

João garanhão,
Focinho de cão;
Vai com a seira
Ao camarão.

Oh *José*,
Carramé,
Bota os gatos
À maré;
Enfiados numa linha
Para tocar a campainha.

Oh *José*, Fragaté
Clemente, té, é, té!
Teu pai é de Angola
Tua mãe da Guiné.
Teu pai é carneiro,
Tua mãe é mé.
Acudi sapateiros
Ao largo da Sé,
Com formas e buchas
E seu tira-pé,
Para fazer mais botas
Ao nosso José.

Oh *Augusto*,
Lava a cara com cuspo.

São Luís
Perdeu o nariz
No jogo da bola;
Quem lho achar
Que lho dê por esmola.

Oh *Maria*,
Fia, fia,
Sete maçarocas ao dia,
Que lá vem a tua tia,

Oh *Rita*
Caganita,
Quando mija
Vai de bica.¹⁴³

Magalhães,
Esfola gatos
E mata cães;
Leva a pele a Guimarães
Enfiada numa linha
Para tocar a campainha.

Todos os factos aqui acumulados são a prova do principio abstracto, formulado por Kant acerca da *insociabilidade sociável*, que actua no aperfeiçoamento das relações humanas.

¹⁴³ Muitos destes apodos nominais foram pela primeira vez publicados na *Zeitschrifte fur Romanische Philologie*.

CAPÍTULO III

As indústrias locais e tradicionais

As formas primitivas da agregação local expressas pelo Fogo e Logo. – *A Casa*: Persistência das casas de colmo: a Berga, Cardenha, a Palhoça ou Cabana. – As Varandas. – O uso do sino corrido. *As comidas*: Uso das glandes de carvalho. – As castanhas ou bilhós. Milho cozido, Michas ou Mondas. – Os moinhos de mão ou lambas. – O alho. – O vinho doce. – A vicera ou antiga cerveja. – Os Bodos. – As refeições do dia. – *A actividade agrícola e pastoral*: Épocas do ano tiradas do trabalho dos campos – As formas da constituição da propriedade segundo as diferenciações étnicas. – Os moços da lavoura. – Costumes romanos e árabes na agricultura portuguesa. – As queimadas no Alentejo. – As tulhas ou Matmorras. – As hortas ou Onias. – A debulha do trigo. – Os carros. – A Mesta árabe e a deambulação dos gados. – Tipos da raça dos carneiros portugueses. – A mangra. Introdução do milho. – O costume de deitar as milhas, e de cavalgar o cambão. – A cultura da vinha no século XIV: Costumes das cavas. – O vinho da Madeira. Relações da Agricultura com a Indústria. – *As Indústrias locais e domésticas*: A exploração das minas. – O trabalho da Ourivesaria e da Serralharia. – Leis sumptuárias. – Estado actual das indústrias locais. – Diferenças do trabalho no norte e sul de Portugal. – Os Azulejos e a Cerâmica. – Tecidos, bordados, rendas. – As lãs portuguesas. – As Feiras, sua origem religiosa. – Ideia moral do trabalho entre o povo.

O trabalho é uma forma de actividade que corresponde à estabilidade social em que se organizam as instituições civis e políticas, depois de ter decaído a exclusiva ocupação guerreira. No onomástico peninsular, como notaram George Philipps e Jubainville, as formas em *eli*, *ili* e *iri* entram na composição dos nomes de lugares com o sentido de cidade, dado pelas populações ibéricas. Os Romanos enumeraram muitíssimas cidades na Terraconense, na Bética e Lusitânia, e foi pelo apoio das suas cidades, que as tribos ibéricas resistiram à conquista. Os *vilares*, *casais*, *pobras* e *aldeias* foram os núcleos da população que veio a formar os *concelhos*, em que se criou a liberdade civil e a independência política, por meio das suas *Behetrias*. Desta organização rudimentar ficaram certas formas dos costumes, como a pastagem dos gados em comum, na Serra Amarela, a divisão das terras ou Sortes, como no Soajo, os Celeiros comuns, como no Alentejo. O *loguo*, onde se enterravam os mortos da família (*lug*, o herói) e onde se levantavam as Mamoas, Antelas ou Dólmenes para os sacrifícios funerários, subsistiu na frase *Fogo e loguo*. A Behetria, formada pelo pacto defensivo das cidades vizinhas, distinguia-se por um monte natural ou artificial, *coroa*, *arca* (arx) ou *castro*, no alto do qual existia o templo (como hoje a igreja da freguesia) e onde se fazia a assembleia dos homens bons, como se conservou nos usos da Idade Média com o *malhom*, junto da carvalheira da igreja. No onomástico português existem estes vestígios nos nomes de *Castros*, *Castrelos*, *Campos*, *Campelos*, etc.¹⁴⁴ Com o elemento árico, que entrou na Espanha com a raça céltica, misturaram-se com as instituições *locais* a organização civil baseada em elementos pessoais das *gentes*, com a propriedade individual, confundindo-se a comunidade doméstica com o regime da linhagem. Com estes elementos podemos compreender muitas formas dos costumes actuais das diferentes povoações provinciais.

A Casa. – As habitações gaulesas eram redondas, como nota Belloguet,¹⁴⁵ de uma inferência de Estrabão, fortalecida pela representação das casas da coluna de Antonino; é este também o tipo da casa da Citânia de Briteiros. Segundo Estrabão, as casas gaulesas eram feitas de colmo ou de canas, com que cobriam os tectos empinados, *tecta*

¹⁴⁴ *Elementos da Nacionalidade Portuguesa*, § 5. *Revista de Estudos Livres*.

¹⁴⁵ *Ethnogenie Gauloise*, p. 471.

alta, para que as neves se não demorassem ali. Viterbo no *Elucidário* notou a persistência deste costume: «Ainda hoje, e principalmente na província do Minho, se conservam alguns vestígios do antigo costume de serem as casas, ainda honradas e distintas, *cobertas de colmo* ou *giestas* e não de telha: pois no Tombo do Aro de Lamego, de 1346, se acha que alguns lugares de Mugeja eram obrigados a uns tantos feixes de giestas negrais para se cobrirem as casas que o rei tinha no castelo daquela cidade. Sobre o colmo ou giesta punham uma certa jangada de paus atravessados, para que os ventos as não deixassem expostas à inclemência dos temporais. Era pois *cangar a casa* pôr-lhe este reparo...»¹⁴⁶ Gaspar Frutuoso, falando da ilha da Madeira, diz: «Há também muitos folhados, que crescem muito direitos e grossos, de que se faz a *armação para as casas*, e muitas vezes de um só pau se fazem três e quatro pernas de asnas; mas não é tão rijo como o desta ilha de S. Miguel, etc.»¹⁴⁷ Nos documentos portugueses da Idade Média, Viterbo encontrou as palavras *Berga*, *Bergança*, *Cardenha* e *Palhoça*, significando a casa coberta de palha, como as *Virgeas casas*, que Estrabão atribui aos Gauleses. Isidoro de Sevilha (Etym., XV, 12) dá o nome de *Cabana* à cafua em que se abrigavam os que guardavam as vinhas, designação que aparece com sentido mais geral nos dialectos célticos¹⁴⁸ nas Inquirições de D. Afonso III «com muita frequência se chamam *Cabaneros* os homens braceiros e que vivem do seu trabalho e maneio, e que hoje mesmo se chamam *Cabaneiros*». (Viterbo.) Esta designação está ainda em todo o seu vigor no Minho. Junto da casa isolada ainda se conserva um pequeno campo ou beira; diz Viterbo: «Nos documentos de Lamego, de 1416, 1418, 1422 e 1444, se acha já *Eixido*, já *Enxido*. Na província do Minho ainda hoje chamam *Enxido* a estes cerrados que ficam junto das casas em que moram; porém a palavra *Fido* ampliaram a todo o assento das casas, hortas e quintais, e a todo o recinto que pertence a qualquer vivenda.»¹⁴⁹ O costume das *casas isoladas* ainda persiste: «Neste país vêem-se as casas de campo isoladas; nas cabanas encontra-se louça inglesa, xícaras de louça do Japão e chá verde, etc.»¹⁵⁰ A *Aldeia* significou primeiramente o casal ou «casa de lavoura ou abegoaria em que se recolhiam os frutos do campo» e também as casas ou palheiros, na época em que colonizámos o Brasil, como nota Viterbo. Dava-se também a estas casas isoladas o nome de *Alcheria* ou *Alqueria*: «E nada mais eram do que umas quintas mais ou menos extensas, onde os caseiros viviam com a sua família, pascendo os gados, lavrando, e recolhendo os frutos com que deviam responder ao direito senhor.» (Viterbo.) A *mudança de habitação* é um facto que ainda se observa no alto Minho, chamando-se *Verandas* aos sítios só habitados no Verão. Este costume de próximo de Melgaço é notado entre os Fulas por Eichthal: «ocupados do cuidado dos rebanhos e particularmente do gado, vivem em cabanas de folhagem e *mudam de habitação*, segundo o curso das estações e as necessidades da pastagem»¹⁵¹. Em algumas terras de Portugal ainda existe o *sino corrido*, em que não era permitido andar por fora de casa depois das oito ou nove horas da noite, passando depois a proibição só para as lojas de negócio; é uma persistência do *Couvre feu*, do tempo de Guilherme o Conquistador, que ordenava aos cidadãos que apagassem o fogo, porque então as casas eram geralmente de madeira.

¹⁴⁶ *Elucidário*, vb° DESCANGAR, Doc. de 1308.

¹⁴⁷ *Saudades da Terra*, cap. XIX.

¹⁴⁸ Belloguet, *Gloss. Gaulois*, p. 240.

¹⁴⁹ *Elucid.* vb° EIXIDO.

¹⁵⁰ *Mémoires sur les Opérations Militaires des Français en Gallicie et Portugal*, 1808. (Ap. Bernardes Branco, t. I, p. 490.)

¹⁵¹ *Histoire des Foullahs*, p. 5.

As comidas. – Estrabão, falando dos costumes dos antigos Lusitanos, diz deles: «Nas três quartas partes do ano o único alimento na montanha são as *glandes de carvalho*, que secas, quebradas e pisadas servem para fazer pão; este pão pode guardar-se por muito tempo.» Hoje no Alentejo a glande ou bolota ainda é comida, sendo previamente torrada. Na Beira Alta predominava a castanha, com a qual depois de assada se faziam as *Bilhós* ou *Beilhoós*, como encontrou Viterbo num documento da Universidade, de 1508; a generalidade deste alimento conhece-se por um documento de Salzedas e pelo Foral de S. Martinho de Mouros de 1513; descrevendo o modo como as castanhas são descascadas com os pés na eira, diz Viterbo: «que na Beira se chama *riscar*; aos fragmentos da casca ... se chama *risca*». Avançando para o norte de Portugal começa a alimentação pelo milho e centeio, notada pelos antigos geógrafos. Diz Plínio, que na Aquitânia o pão era feito de uma espécie de milho chamado *panicum*; no Minho, Madeira e Açores o pão é geralmente de milho; ao carro que leva à feira os sacos de milho chama-se no Minho um *carro de pão*. Na ilha de S. Miguel come-se *milho cozido*, segundo o costume das mulheres gaiatas, de que fala Plínio; e comem *favas cozidas*, como os antigos habitantes da Circumpadana. Em um documento de 1417 encontrou Viterbo, a *boroa*, significando «o pão de painço, de que usavam os pobres;» no Minho ainda persiste a *boroa* de milho, misturada com o painço ou milho alvo, e em forma grande. As *mondas*, eram um pão pequeno, ou *Michas* «de centeio ou milho e de toda a peneira, que ainda hoje se costuma dar aos pobres nas portarias das ordens monacais». (Viterbo.) Felizmente já passou esta época, em que o povo se despojava do que tinha para viver das esmolas dos frades. Na antiga cultura gaulesa o *Bracé* ou trigo *blanzé* era frequentemente usado por causa da alvura do pão¹⁵²; o povo ainda chama *pão alvo*, ao que é feito de trigo, e no Minho às sopas dele chamam-se *berças*, e talvez da comida dada aos trabalhadores que vem gratuitamente à lavrada do milho ou do centeio *bessada*. O grão era moído em casa em pequenos moinhos de mão, como se usa ainda nos Açores, nas povoações isoladas; aparecem citados nos antigos documentos portugueses com o nome de *Cambas*. «Outros se persuadem que estas *cambas* eram moinhos de mão a que chamam *zangas*... E não falta mesmo quem diga que eram *moinhos pequenos*, *molinheiras*, ou *picarneis* (como lhe chamam na Beira Alta), que fazendo-se anualmente na via dos rios, e durante só o tempo da secura, se lhe deve alterar a maquia em atenção aos perigos, trabalhos e dispêndios.»¹⁵³

O anexam: «*Quem tem fome cardos come*» já não é hoje compreendido; mas ainda no século XVI encontramos em Frutuoso, acerca da ilha da Madeira: «Há muitos *cardos de espinhos*, de muito bom sabor, os quais alporcados vendem muitos e bem baratos pela terra.» «E sucedia valer um vintém um saco deles alporcados.»¹⁵⁴

Nas aldeias ainda se *come junto do lar*, exactamente como Diodoro Sículo descreve os repastos dos Transalpinos e o peixe é assado na brasa (*Cada um puxa a brasa para a sua sardinha*) temperado com vinagre, como refere Sulpício Severo dos que habitavam no litoral do Mediterrâneo e do Oceano. Nos anexins populares exprime-se a pobreza pela locução: «*Não ter onde embrulhar cinco réis de cominhos.*» Belloguet, na *Etnogenia Gaulesa*, descreve o uso dos *cominhos* nas comidas dessa primitiva raça que ocupou o ocidente. O *alho* é também do uso exclusivo do povo; Sá de Miranda alude a esse cheiro característico:

E podem *cheirar ao alho*

¹⁵² Belloguet, *Ethnogénie Gauloise*, p. 458.

¹⁵³ Viterbo, *Elucidário*, vb° AZENHA.

¹⁵⁴ *Saudades da Terra*, pp. 49 e 50. Ed. Funchal.

Ricos homens e Infanções.¹⁵⁵

A comida de carneiro dos antigos Lusitanos ainda se conservava nos séculos XV e XVI, em forma de caldeirada a que se dava o nome de *Badulaque*, como nota Viterbo. Na província do Minho é mais frequente a carne de porco, a que se dá o nome de *Persigo*, e na Beira Alta, *Apeguilho*. (Viterbo.) Na *Description de la Ville de Lisbonne*, de 1738, fala-se dos «*presuntos de Lamego*, que são melhores que os de Bayona e de Mayence». Assim as terras vão-se também diferenciando pela especialidade de suas comidas. No *Cancioneiro* de Resende, citam-se as *castanhas da Beira*:

E por fruta das *castanhas*
das colharinhas da Beira. (III, 94.)

Tolentino também alude à especialidade do *manjar branco* de Celas:

Da bolsa os bofes lhe arranco
No fresco pátio de *Celas*,
Pedindo com génio *franco*
Doces, gratuitas tigelas
Do famoso *manjar branco*. (*Obras*, p. 173.)

O vinho doce, que ainda se fabrica em Abrantes com o nome de *mustela*, era usado pelos antigos Gauleses na província Narboneza, onde lhe davam o nome de *helvenaque*, como observa Plínio.¹⁵⁶ O uso da *cerveja*, também peculiar dos povos gauleses, era ainda vulgar nos primeiros tempos da monarquia portuguesa, segundo afirma João Pedro Ribeiro, nos retoques ao *Elucidário* de Viterbo: era conhecida pelo nome vulgar de *Vicera*, e a cevada com que a fabricavam era moída nos cambões ou moinhos de mão. Estrabão descrevendo os costumes festinantes dos Lusitanos, fala «dos grandes banquetes de família tão frequentes entre estes povos». Este costume persistiu nas *Bodas*, ou banquetes já com carácter religioso, como os *Bodos do Espírito Santo*, de Alenquer e ilhas dos Açores, já com carácter funerário como os *bodivos*, *ceras* e *obradas* do Minho, ou como os *tamos*, das festas de casamento.

As comidas do nosso povo, são a *parva*, que se dá aos trabalhadores na Beira Alta, tendo pão e azeitonas por *peguilho* ou *condoito*; depois, vem o *almoço*; entre este e o jantar, há em Carrazeda de Anciães a refeição chamada *côdea*, ou *fatiga*; segue-se o *jantar* ao meio dia, geralmente, e a *ceia* ao sol posto. Entre 25 de Março e 8 de Setembro, ou os dias grandes, há a *merenda*; no Minho o trabalho das eiras faz-se muitas vezes de noite, e gratuitamente, dando-se na despedida o *ceiinho*, a que se chama *ceiote* em Taboaço, e compõe-se de pão e uma sardinha¹⁵⁷. A relação entre a comida e o trabalho acha-se naquela locução do século XVI, que mais tarde aparece na sátira de Serrão de Castro:

Olhai que quem quer comer
trabalha, lida e trabuca;
que *quem trabuca manduca*,
mil vezes ouvi dizer.
.....

¹⁵⁵ *Memorial do Marquês de Montebelo*, p. 248.

¹⁵⁶ Belloguet, *Ethnogénie Gauloise*, p. 461.

¹⁵⁷ J. Leite de Vasconcelos, *Tradições Populares de Portugal*, p. 228.

como quem sua e trabalha,
 beba quem na eira malha
 ao sol e calma o centeio.¹⁵⁸

A principal comida da gente do campo consiste em couves cozidas, com boroa, e por isso junto das cabanas existe sempre um pequeno couval, e a sua cultura acha-se mistificada na imaginação do povo: «Disse a couve quando falava:

Esterca-me de uma vez,
 Sacha-me cada mês,
 E rega-me de cada vez.»¹⁵⁹

A alimentação do povo português é insuficiente, como se verifica pelos dados estatísticos, influndo isso na sua existência valetudinária, apática e sem iniciativas, e ao mesmo tempo no desenvolvimento morosíssimo da população. Nos Relatórios médicos acerca do Cólera-morbus em 1855 acham-se indicações preciosas sobre a alimentação do povo português, e de onde se inferem considerações fundamentais:

REGIÃO MONTANHOSA: *Distrito da Guarda*: Alimentação de pão de centeio e batatas (*Foz Côa e Almendro*), o mesmo, com algum trigo (*Aldeia do Bispo e Aldeia Velha*); o mesmo com pão de milho, hortaliças e alguns frutos (*Cortiço*).

REGIÃO DO NORTE: *Distrito do Porto*: «a gente de campo usa muito de legumes, de peixe seco, salgado ou defumado, carne de porco, boroa em abundância, e em algumas localidades batata em lugar de pão». – *Distrito de Braga*: «Na grande maioria o povo é mal alimentado, principalmente em relação à quantidade dos alimentos, que se reduzem a pão de milho, legumes e peixe salgado.» – *Distrito de Aveiro*: «A alimentação e na maior parte de milho, feijão, batatas, hortaliça, assim como de peixe para os que vivem perto da costa, e carne para os que se dão à cultura da terra.» – *Distrito de Coimbra*: «O pão de milho, legumes, batatas, hortaliças, algum vinho ordinário, etc., formam a base da alimentação dos menos abastados.»

REGIÃO DO CENTRO: *Distrito de Santarém (Rio Maior)*: «Alimentação em regra composta de pescada salgada e de vegetais.» – *Distrito de Leiria*: «pão de milho, batatas, peixe salgado, legumes e hortaliças adubadas com azeite.» – *Distrito de Lisboa*: «A alimentação da classe pobre consiste em pão de milho, legumes, hortaliças, bacalhau e sardinhas (*Azambuja*);» e «cavala salgada, bacalhau, sardinha e legumes (*Vila Franca de Xira*).»

REGIÃO DO SUL: *Distrito de Faro*: «Os habitantes são pobres, e alimentam-se ordinariamente de batatas, papas de farinha de centeio, feitas com mel ou gordura, e de frutas muitas vezes verdes (*Aljezur*). – Na *Fuzeta*: «alimentam-se ordinariamente de peixe, mariscos, milho, couve, abóbora, favas, figos e uvas». Em *Tavira* e freguesias vizinhas: «marisco, peixe, papas de milho com marisco ou azeite, e raras vezes comem pão». No concelho de *Faro*: «Os trabalhadores pobres raras vezes comem pão de trigo e o alimento ordinário é no Inverno: couve em abundância e papas de milho; na Primavera, favas; no estio, abóbora, uvas e figos; e no Outono, figos secos, e peixe de má qualidade. – As mesmas observações se repetem acerca de muitos outros concelhos.» – *Distrito de Portalegre*: «O comum do povo faz grande uso de legumes e de carne de porco muito apimentada (*Campo Maior*).» Em *Assumar* e *Montalvam*: «Sustentam-se os habitantes quase exclusivamente de legumes e carne de porco.»¹⁶⁰

¹⁵⁸ *Os Ratos da Inquisição*, p. 135.

¹⁵⁹ Ap. J. Pedro Ribeiro, *Reflexões Históricas*, parte III, p. 17.

¹⁶⁰ *Relatório sobre o Comércio dos Cereais*, pp. 32 a 34.

A locução popular portuguesa *enganar o estômago* sintetiza esta alimentação insuficiente na qualidade e na quantidade.

A actividade agrícola e pastoral. – A vida do campo tira dos trabalhos das culturas e das colheitas as épocas cronológicas da divisão do ano e da sua própria orientação no tempo. No Minho diz-se *Pelas bessadas*, para designar o tempo em que se lavram as terras para a sementeira do milho (em Maio); *Pelo sacho*, designa a época em que o milho recebe a primeira cava; *Pelas malhadas*, isto é no tempo em que se recolhe o centeio das eiras (em Agosto); também se diz *Pelos linhos*, e nas *Espadelladas*. No Alentejo segue-se a mesma cronologia com outras colheitas, como *Pela azeitona*, quando vêm os malteses ou *caramelos* da Beira para o trabalho da apanha. No trabalho da terra conservam-se as feições étnicas da raça, e pelas formas da agricultura na Península pode Firmin Caballero, na sua obra da *População rural*, estabelecer as analogias dos seus primitivos habitantes. Como tipo da primitiva população rural figuram em primeiro lugar Navarra e Rioja com o sistema beneficiário das *Caserias*, imensamente vulgarizado em Portugal com o nome de *Casais* e *Cabdal*, como descreve Santa Rosa de Viterbo. Depois segue-se Astúrias e Galiza, com os seus complicados *foros e subforos*, a que em Portugal correspondem os emprazamentos na província do Minho, e em todas estas províncias a população é devorada pela paixão demandista e pela exploração dos advogados e escrivães. Para Firmin Caballero, Catalunha, Aragão e Baleares constituem um terceiro grupo; Valência e Múrcia, onde prepondera a tradição agrícola mauresca, forma um quarto grupo digno de ser imitado; a Andaluzia com as suas *encortijadas*, distingue-se pelo defeito da grande acumulação de propriedade; na Estremadura conserva-se a reminiscência das *Encomiendas*, e da hostilidade contra a organização da *Mesta*, e é por isso a província mais atrasada; Castela e Leão ainda apresentam os estragos da reacção neogótica contra a antiga povoação muçulmana. Criticando este livro de Caballero, diz Sanchez Ruano: «O autor da Memória, instruído a fundo nos anais da nossa história, recorda mui oportunamente, para explicar o estado agrícola das províncias, as origens de raça de cada uma. No biscainho encontra o antigo *vasco*, independente até à ferocidade nos antigos tempos; no *cantabro* indouto, de erguida cerviz, indócil mesmo para suportar o jugo dourado de Roma; no *astur*, o aguerrido e incontrastável descendente de Pelayo...; no *valenciano* vê reminiscências do laborioso e pitoresco mouro; e no *andaluz*, tão mole, tão fatalista, movendo-se em um clima delicioso, de primavera sem fim, não é difícil contemplar os traços característicos do árabe indolente e leviano. – Quem não admira nos naturais destas províncias (*Astúrias* e *Galiza*) aquela raça goda, religiosa, frugal, dura e perseverante, que ousou iniciar a guerra contra a mourisma.»¹⁶¹ Estas diferenças étnicas acentuam-se com a especialidade das danças e instrumentos musicais de cada província. (Vid. p. 31.)

A persistência do costume nota-se principalmente nas práticas agrícolas; ainda hoje se conservam em Portugal os *potes de barro* untados de pezo, em que se guardava o vinho, apesar dos Celtas e Romanos terem preferido as *cubas*. No Alentejo, onde preponderou o elemento bastulo-fenício, as adegas são formadas com esses *potes*. Ainda hoje se usam as rodas dos carros fixas aos grossíssimos eixos móveis; ainda se fazem as sebes de ramos entrelaçados e se usam os trilhos para a debulha do trigo. Na província do Minho os costumes da vida agrícola ainda são os mesmos do tempo de D. Afonso III; quando se contrata um criado ao ano, ajusta-se tanto em dinheiro, e os *usos e costumes*; estes *usos e costumes* compreendem a comida e o vestir e calçar. João Pedro Ribeiro remonta estes *usos e costumes*, até ao tempo de D. Afonso III, porque na lei de

¹⁶¹ *La Democracia*, de 22, 23 e 26 de Fev. de 1864.

7 das calendas de Janeiro de 1291¹⁶², os cita, estabelecendo as taxas para a província do Minho *secundum consuetudinem terrae*¹⁶³. Os Romanos já acharam na Península as boas práticas agrícolas, e Columella, o autor da *Re Rustica*, era natural de Cadiz e grande proprietário na Bética; os árabes, deviam os seus conhecimentos agronómicos à civilização da Caldeia, e é a esse tronco comum aos acádicos (os turanianos) que pertencem as tribos ibéricas da Península. Portanto esta persistência revela-nos o fundo étnico primitivo que tendia para uma revivescência todas as vezes que novas raças trouxessem as suas qualidades, como os líbio-fenícios, os romanos, os colonos germanos e os árabes. Para que estes países tão ricos sob o regime agrícola dos Árabes se tornassem estéreis e miseráveis, foi precisa a acção diuturna de abusos sistemáticos, como a devastação estratégica, as doações régias às Ordens religiosas, a introdução da enfiteusa romana, enfim a escravidão da terra depois da escravidão das pessoas. Onde o território está ainda hoje sáfaro e abandonado é justamente o que em menos de meio século foi absorvido pelas Ordens religiosas dos Templários, Hospitalários, Satarios, e Monges cistercienses de Alcobaça, que por doações régias se apoderaram da Estremadura, do Alentejo e do Algarve. A esterilidade da terra trouxe as fomes periódicas, com o seu séquito da peste, e portanto uma subserviência do povo às Ordens religiosas, que o conservavam na sua estupidez pelo terror supersticioso destas calamidades atribuídas à cólera divina. Os que ainda possuíam terras doavam-nas as Ordens para aplacarem as iras divinas, e a miséria pública não dava aso a pensar para descobrir a origem do mal; as Ordens religiosas faziam também o monopólio das letras e das vocações, e só por um sistema tão habilmente montado de perversão das leis económicas é que o catolicismo pôde fazer da Península um reduto de prepotência clerical. Por isso podemos dizer que a feição essencial do carácter português é uma hesitação constante, incapacidade de uma determinação pronta, que faz do povo sofredor, contemporizador e visionário, sem espírito de empresa, nem originalidade industrial. Tiraram-lhe os conventos, contrariaram-lhe o génio solitário; acabou o direito de conquista, deixou de ser aventureiro e ficou miserável.

O português foi sempre um precioso colonizador, e a sua tendência para a emigração um carácter de todas as épocas históricas, em que se viu sempre despojado da propriedade acumulada nas mãos dos grandes senhores. Escreve Rebelo da Silva, sobre a situação do povo no século XVI: «bandos imensos de mendigos e de vadios válidos, homens e mulheres, percorriam as vilas e os campos, pedindo esmola e alegando que não achavam ocupação. Muitos passavam aos remos estrangeiros e principalmente a Castela pela facilidade da vizinhança, e fundavam verdadeiras colónias em algumas cidades. A quarta parte da população de Sevilha nascera em Portugal, e nas suas ruas não se ouvia quase senão a nossa língua. O mesmo se podia dizer de Madrid. Nas províncias de Castela Velha e da Estremadura o maior número dos mestres ou oficiais de artes manuais eram portugueses».¹⁶⁴ Estas relações dos dois povos sentiam-se na agricultura; Frutuoso falando da ilha da Madeira escreve: «tem muita hortaliça, muitas couves *murcianas*, mas espigam; pelo que sempre vem a semente de Castela».¹⁶⁵ Com estas relações dos dois povos explica-se a persistência de certos costumes agrícolas.

O costume das *queimadas* do Alentejo, acha-se entre os Fulas, o que prova a sua origem primitiva; diz Gustave d'Eichthal, citando Leander: «Este progresso da indústria

¹⁶² Veja-se nas *Dissertações cronológicas*, t. III, parte III, pp. 59 e segs.

¹⁶³ *Repositório Literário*, do Porto, nº10, ano 1834.

¹⁶⁴ Rebelo da Silva, *Mem. sobre a População e a Agricultura de Portugal*, p. 68; cita Severim de Faria.

¹⁶⁵ *Saudades da Terra*, p. 106. Ed. Funchal.

pastoral reagiu felizmente sobre a agricultura dos Fulas; cada ano antes das sementeiras arrancam e queimam as más ervas, e depois misturam as cinzas, com o estrume que têm em abundância.»¹⁶⁶ As queimadas foram no começo do século XVI regularizadas pela *Ordenação Manuelina*, porque existia uma rivalidade entre os que apascentavam o gado e os que lavravam a terra.¹⁶⁷

Certos costumes populares, como os *silos* ou *celeiros* subterrâneos, acham-se simultaneamente entre os germanos e árabes. Escreve Tácito, no seu livro *De Germania*: «As famílias vivem isoladas. Habitam dispersas por aqui e além, conforme uma floresta, um campo, uma fonte as fixou. – É também um dos seus costumes cavar *subterrâneos*, que enchem de estrume. Dos subterrâneos fazem *tulhas para as sementes*, e ali se refugiam dos frios excessivos, bem como das incursões do inimigo...» (§ XVI.) Os Árabes também tinham este mesmo costume dos *Silos*¹⁶⁸ ou *Atamorrhás*, ou *Matmorrhás*, que se conservou em Portugal; em um documento do século XIV citado por Viterbo, pertencente a S. Vicente de Fora, se lê: «Há mais a dita Capela cinco *Covas de ter pão*, que estão na dita aldeia da Cuba no terreiro, que está diante das portas da dita casa: e são duas delas grandes, que levarão ambas VII moios pouco mais ou menos: convém a saber, uma IV moios, e outra III.»¹⁶⁹ No terreno de Monte-Fragoso, antigo Ferragial de Cima, achou o arquitecto José Valentim *masmorrhás* árabes ou covais para guardar os cereais.¹⁷⁰ As duas correntes germânica e árabe fundiram-se na sociedade *mosárabe*; muitas designações territoriais são germânicas, tal como o *Scire*, que entre nós se conservou em *Xira*, *Cira*, *Xara* e *Enxara*, o matagal, e se repete já sem sentido na parlenda infantil:

Sarra madeira (madeira)
Da ponta da cira...

«O que porém é admirável é que os trigos e outros frutos da ilha (Terceira) não duram além do ano em perfeito estado. Os que restam corrompidos no fim do ano não têm valor algum. Para que, pois, preservem o trigo, guardam-no os habitantes debaixo da terra por espaço de quatro a cinco meses. Para este efeito, cada cidadão abre num certo largo ou praça um poço redondo, tirada a terra com pequeno trabalho, deixando-lhe uma abertura por onde à vontade pode descer um homem, e com uma tapadeira onde se inscreve o nome do dono. Desta forma cada um guarda na sua cova o trigo que tem, depois da ceifa em Julho, e coberto com a terra e com a tapadeira o conserva até o tempo do Natal. Então os habitantes o tiram inteiro e são, por parte, só aquele de que querem usar, deixando o resto no mencionado poço. Passado o tempo em que se gastou o outro, este que desenterraram dura por todo o resto do ano em cestos ou cabazes de cana, sem nenhuma necessidade de lhe tocarem.»¹⁷¹

A palavra *Wilari*, o burgo, conservou-se nos antigos vilares, como *Gardr*, o nome de uma grande povoação; o magistrado germânico electivo abaixo dos condes, o *Tunginus*, conserva-se na forma de uma entidade malévola o *Tan ganho* ou *Tanganhão*.

Os costumes árabes da agricultura conservam as suas antigas designações, tais como o sistema de regas por meio das noras, (*Nonas*) e pelas presas ou poças, como no

¹⁶⁶ *Histoire des Foullahs*, p. 249.

¹⁶⁷ Rebelo da Silva, *op. cit.*, p. 191.

¹⁶⁸ Rossew Saint Hilaire, *Hist. d'Espagne*, t. III, p. 141.

¹⁶⁹ *Elucidário*, vbº COVA.

¹⁷⁰ Dr. Guimarães, *Sumário de Vária História*, t. I, p. 92.

¹⁷¹ *Itinerário* de Lintschoten, de 1592: Descrição dos Açores. (Trad. de J. de Torres, *Pan.*, t. XIV, p. 39.)

Minho, a que os árabes chamavam *albuheras*.¹⁷² As hortas, a que os árabes chamavam *Almonias* ou *Almunias*, conservam este mesmo nome ainda hoje, e Viterbo diz: «As hortas e pomares de Santarém ... se chamam *Omnias*, o que parece corrupção de *Almonias* ou *Almunias*.» No *Cancioneiro* da Ajuda citam-se as *Almenas*, e é este o nome das terras planas ou de veiga nos campos da Golegã, ribeiras da Torre, Brescos, S. Tiago de Cacém, no século XV e XVI; ainda no Alentejo, como nota Viterbo, chama-se *alcacel* (de Alcazar) o campo de erva com ferrã ou cevada. Rebelo da Silva, na citada Memória, diz dos Árabes: «Na disposição e amanho das hortas e pomares eram insignes, e da enxertia das árvores de fruto possuíam noções adiantadas ... Muitas hortaliças mimosas e raras foram introduzidas por eles, entre outras as *alcaparras* e os *espargos*.»¹⁷³ O sistema da debulha do trigo pela unha do boi na eira, usado pelos Árabes, persiste ainda na Espanha¹⁷⁴ e na nossa província da Estremadura. Nas eiras em que se debulha o trigo, nos Açores, emprega-se um carro puxado a bois, e nas tábuas lascas de pedras basálticas encravadas para desfazerem a espiga; na Beira usa-se um cilindro com dentes de ferro. Sobre estes processos diferentes transcrevemos aqui as palavras de Roulin: «Segundo Wilkinson, a espécie de *traineau* que empregam ainda agora os felás egípcios para bater o cereal, e que segundo duas passagens da Bíblia era conhecido entre os Hebreus no tempo de Isaías, teria sido antigamente armado por baixo com pontas de sílex, pontas hoje substituídas por lâminas de metal fazendo saliência na face inferior, e sobre os eixos que giram à medida que a máquina avança. É certo que na Itália, pouco antes do começo da era cristã, e provavelmente muito depois havia em certas províncias um aparelho semelhante, chamado *tribulum*. – *Id fit e tabua lapidibus, ut ferro asperata* –, como descreve Varrão. O sábio agrônomo nos diz mais que na Espanha ceterior se estava melhor provido, porque as lâminas cortantes estavam como no *traineau* egípcio sobre cilindros móveis; o nome pelo qual o designa é *plastelum poenicum*, o que parece indicar que os Hispanos o receberam directamente dos Cartagineses, tão superiores em agricultura aos seus vencedores, como estes o confessaram assaz quando traduziram para seu uso o tratado de Magon.»¹⁷⁵ O general Loysel viu usado na ilha da Madeira o *tribulum* semelhante ao descrito por Varrão¹⁷⁶; nas proximidades de Lisboa vimos o trilho com lâminas de ferro, e com certeza a coexistência destes três processos correspondem a três civilizações diferentes.

No Minho para a debulha do centeio emprega-se o *mangoal*, ou malho, formado de um cabo de pau de salgueiro e um *pirtego* preso a ele por couro cru. Na lavoura conservam-se instrumentos e aprestos característicos pela sua remontíssima antiguidade; o carro gaulês de duas rodas, o *essedum*¹⁷⁷ é o que se usa em Portugal em todas as províncias, e no Minho dá-se o nome de *Cheda* a uma peça do carro de bois, que entre os Gauleses também se chamava *Carrus* e era comum à Itália¹⁷⁸. Ainda se usam as

¹⁷² Rossew Saint Hilaire, *Hist. d'Espagne*, t. III, p. 140.

¹⁷³ *Memória sobre a População*, p. 95.

¹⁷⁴ Saint Hilaire, *Hist. d'Espagne*, t. III, p. 141.

¹⁷⁵ *Rapport à l'Académie des Sciences sur une Collection d'Instruments de Pierre Decouverts à Java*. *Compt. rend.*, t. LXVII.

¹⁷⁶ Lenormant, *Premières Civilisations*, t. I, p. 169.

¹⁷⁷ Belloguet, *Ethnogénie Gauloise*, p. 492.

¹⁷⁸ *Ibidem*, *Glossaire Gaulois*, pp. 125 a 226. – Mme d'Aulnoy, na sua *Viagem a Espanha*, p. 9, descreve uns carros e usos comuns a Portugal: «Eu notei em todo o caminho, desde Bayona até ali (Bidassoa), pequenos carros, nos quais se carregam todas as coisas que se transporta; não os há senão de duas rodas, que são de ferro, e a sua chiadeira é tão grande que se ouve a um quarto de légua, quando vão muitos juntos, o que acontece às vezes, encontrando-se sessenta e oitenta simultaneamente. São puxados a bois. Vi-os semelhantes nas landes de Bordéus e particularmente do lado de Dax». Em Portugal os carros *chiam* nas estradas pela falsa ideia de que isso alenta os bois, e também por causa de espantar as coisas ruins.

rodas fixas e maciças, como entre os Celtas¹⁷⁹. A corda do carro, a qual media doze braças, era chamada *Adival* na Beira, e servia de unidade de medida territorial no século XIII, como a *Aguilhada* (de dezoito palmos) em Coimbra no século XV, ou o *Astil*, (de vinte e cinco palmos nos campos de Santarém.)¹⁸⁰ No Minho o *carro* é unidade de medida, ou quarenta alqueires de milho, e quando alguém tem mais de quarenta anos, diz-se: *Já passa de um carro*; se tem sessenta anos, diz-se: *anda lá pelo carrameio*.

«O tipo o mais antigo dos carros de transporte dos Romanos, o *plaustrum*, tinha também rodas cheias e apresentava esta particularidade, digna de ser notada, que *as duas rodas, munidas cada uma de uma abertura central, de forma quadrada, eram espetadas sobre os eixos de pau*, os quais eram guarnecidos de pinos (*tourillons*) redondos, permitindo-lhes girar sob o carro. Este modo de construção tem-se conservado até hoje em Portugal, e é ainda sobre este tipo que os indígenas da ilha Formosa constroem os seus carros.»¹⁸¹

A *grade*, que ainda se usa nas lavradas e bessadas, a que os Romanos chamavam *crates dentatae*, e de que fala Plínio (XVIII, 50), eram, segundo Reynier e Cancalcan, de invenção gaulesa;¹⁸² o *engaço*, a foice, o crivo feito de crina, eram também usados pelos gauleses¹⁸³ e persistem na nossa lavoura. No Minho os bois são jungidos com a canga no pescoço, e nisto difere no Alentejo que junge o boi pela cabeça como se usava antigamente na Itália (Plínio, VIII, 70). Ainda hoje se conservam os potes de barro untados de pez por dentro, em que se guarda o vinho na Estremadura e Alentejo, apesar dos Celtas e Romanos terem preferido as cubas, as quais no século XIII e XIV se chamavam *coteira*, *laioneza*, *frona*, *chastelar*, *bentalha sacudida*, *castanha*.¹⁸⁴

A cultura dos cereais nas suas diferenças demarcam as zonas agrícolas de Portugal; na região do norte, compreendida pelos distritos de Viana, Braga, Porto, Aveiro, Viseu e Coimbra, predomina a produção do *milho*; na região do centro, abrangida pelos distritos de Leiria, Santarém e Lisboa, o *milho* e o *trigo* contrabalançam-se em uma produção quase igual; na região do sul, que se estende pelos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro, domina a cultura exclusiva do *trigo*; na região das terras altas e montanhosas, dos distritos de Vila Real, Bragança, Guarda e Castelo Branco, prevalece em primeiro lugar a produção do *centeio*.¹⁸⁵ Além das condições climatológicas que diferenciam estas culturas cerealíferas, a própria constituição da propriedade influi na preferência dada a algumas destas frumentáceas. Lê-se no Relatório sobre os Cereais: «Ocupa o milho a quase totalidade das terras cultivadas de cereais na região do norte, e tem um lugar igual ao do trigo na região do centro. E na porção mais povoada do reino que esta planta frumentácea predomina. *O milho é o cereal da pequena cultura*; é a planta sachada que se intercala ao trigo nas medianas e grandes culturas; é o recurso do lavrador quando não pode agricultar as suas terras no tempo oportuno para a sementeira do trigo.»¹⁸⁶ Cultivam-se vinte e três variedades de milhos em todo o país, variando as colheitas segundo elas são de regadio ou de sequeiro. Efectivamente na região norte de Portugal é onde a propriedade se acha mais dividida pela preponderância do regime enfiteutico. No Minho a cultura do milho é intercalada com a do centeio, própria das terras altas; e por isso diz-se nas parlendas populares, que o milho chasqueara do centeio barroso, pela seguinte forma:

¹⁷⁹ Rebelo da Silva, *Memória sobre a População e a Agricultura de Portugal*, p. 4.

¹⁸⁰ Viterbo, *Elucid.*, vb° ADIVAL, ASTIM, etc.

¹⁸¹ Reuleaux, *Coup d'oeil sur l'Hist. du Développement des Machines dans l'Humanité*, p. 15.

¹⁸² Belloguet, *Ethnogénie Gaul.*, p. 460.

¹⁸³ *Elucid.*, p. 222. Ed. Inn.

¹⁸⁴ *Elucid.*, p. 222. Ed. Inn.

¹⁸⁵ *Relatório e Projecto de Lei sobre o Comércio dos Cereais*, p. 8.

¹⁸⁶ *Relatório e Projecto de Lei sobre o Comércio dos Cereais*, p. 14.

Gandarela, gandarela
Que andas cinco meses na terra!

Respondeu-lhe o centeio:

Cala-te lá, meu gadelhudo,
Quando te acabas, sou eu que te acudo.

Em outras regiões cerealíferas repete-se este mesmo diálogo entre o trigo e o centeio. Diz o citado Relatório: «A cultura do centeio tem importância na região montanhosa, onde este cereal representa, em relação à alimentação, papel igual àquele que o trigo representa na região do sul.»¹⁸⁷ Na tradição popular, em Vila Nova de Gaia, repete-se:

O trigo disse para o centeio:
– Cala-te lá, centeio, centeiaço,
Que tu não fazes as funções que eu faço.

O centeio disse para o trigo:
«Cala-te lá, trigo espadanudo,
Que não acodes ao que eu acudo.»¹⁸⁸

Aqui o nome de *espadanudo* é um epíteto injurioso, significando a sua qualidade inferior; das vinte e nove qualidades de trigos portugueses que se cultivam, prevalecem catorze variedades inferiores do *triticum durum*, ou durázio, na maior área do País. Lê-se no citado Relatório: «Este predomínio dos *trigos durázios* é o resultado em parte do clima, em parte de antigos usos tradicionais, em parte do mau amanho e pouca riqueza do solo. É no centro e no sul do reino que domina a produção do trigo, e aí abundam sobre todos os trigos durázios.»¹⁸⁹ A cultura da aveia, que se alastra por todas as regiões da Europa, «tem entre nós importância unicamente em relação à alimentação dos animais.»¹⁹⁰ Este seu destino ordinário, acha-se na parlenda popular, em que a aveia disse:

– Eu sou a aveia, Negra e feia;
Mas quem me tiver em casa,
Não vai prá cama sem ceia.¹⁹¹

A situação da agricultura está dependente da criação dos gados, e da falta ou diminuição destes provém a esterilidade da terra, e a insuficiente alimentação do povo que decai na sua constituição física e individualidade moral. Diz o citado Relatório: «Infelizmente em Portugal é limitadíssimo (o uso da carne), e o nosso povo dos campos pode dizer-se que usa quase exclusivamente de uma alimentação vegetal.»¹⁹² «Temos

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 14.

¹⁸⁸ Leite de Vasconcelos, *Tradições*, p. 128. Há preciosas variantes no Ms. E 5-29, fl. 70, da Bibl. Nac. de Lisboa.

¹⁸⁹ *Relatório*, p. 9.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 16.

¹⁹¹ J. Leite de Vasconcelos, *Ibidem*.

¹⁹² *Relatório*, p. 19.

muito pouco gado para a extensão do nosso território, e daí resulta não crescer, antes diminuir a fertilidade do solo arável, principalmente nas duas regiões do centro e do sul, onde a cultura exige do solo muito mais do que lhe restitui.»¹⁹³

Na actividade pastoral é maior a persistência dos costumes árabes, começando mesmo pelas designações vulgares; o rebanho, manada, fato, e até o próprio curral chamam-se *Alfeire*; o maioral do gado é o *Alganame*, o guarda dos rebanhos é o *Almocouvar*; a enxada ou picaveque da cultura hortense é a *Alferce*, como à colheita dos frutos se chamava *Alacir*. Os Árabes pastorais passavam a estação do verão (*Mesaifa*) no Iraque ou na Caldeia, e a estação do inverno, (*Mesta*) no Egipto e terras do poente; Mr. Delaborde não atribui este costume privativamente aos Árabes com o intuito de tornar mais fina a lã dos seus gados,¹⁹⁴ e Rossew Saint-Hilaire considera-o como comum a outros povos pastorais antes da entrada dos Árabes na Península hispânica¹⁹⁵. Spencer explica este costume pela necessidade de livrar os gados das picadelas das moscas, como se observa entre os Quirguises que levam no mês de Maio os gados para as montanhas, quando as estepes estão cheias de fartas pastagens.¹⁹⁶ Em França os carneiros das províncias meridionais viajam cada ano, e já no tempo de Plínio (XXI, 31) vinham procurar o timo aos campos da Narboneza; o costume dos gauleses tem-se conservado no sul da França.¹⁹⁷ Em Portugal este costume foi observado por alguns estrangeiros, como Hoffmansegg, na sua *Viagem à serra da Estrela*: «Não têm alguns outro meio de subsistência senão seus rebanhos, mas vêm-se obrigados a mandá-los durante cinco meses do ano para o Alentejo, e a carestia das pastagens bem como as despesas da viagem quase que absorvem o valor da lã.»¹⁹⁸ A *Mesta* da Espanha mudava anualmente os seus enormes rebanhos das planícies da Andaluzia e Estremadura para as montanhas de Aragão; sobre este ponto lê-se no Panorama: «Entre nós se imita isso pelo mesmo principio, e duas vezes no ano passam e repassam o Tejo os rebanhos do Alentejo para a Serra da Estrela.»¹⁹⁹ A *deambulação dos gados* também se costuma fazer nas povoações para as sanificar em tempo de peste: «Quando o povo da vila (Guimarães, 1509) se quis recolher a suas casas por estar aplacado o contágio da peste, primeiro encheram a povoação por alguns dias de *gados* dos contornos, para que com seu bafo sanassem as partes infeccionadas.»²⁰⁰ As raparigas que guardam o gado chamam-se *doeiras* em Vouzela e Mortágua.

As raças dos carneiros portugueses, em quanto às suas qualidades laníferas, correspondem aos três tipos das raças espanholas, a *ribeirinha* ou *charrua* ou *lacha*, (Leão, Castela Velha e Mancha) a *merina*, estante (Estremadura, Andaluzia, Córdova e Aragão) e transumante (de Leão à Estremadura). Segundo estes tipos, temos o carneiro *bordaleiro*, o *merino* e o *estambrino*.

O carneiro *bordaleiro* é de pequeno corpo, com pontas voltadas em espiral, ou sem elas, distinguindo-se pelos pêlos cabrios, (*churros*) ou pelos pêlos lanosos empastados (*bordaleiro feltroso*). É esta a raça mais generalizada no país, mas sobretudo em Viana, Braga, Viseu, Coimbra, Leiria, Santarém e Lisboa, e é geralmente preta. Nas serras do norte de Lisboa, chamam-se *careos*, *charnequeiros* e *galegos*. Neste primeiro tipo há uma terceira variedade, em que os pêlos cabrios diminuem, prevalecendo o velho em mechas, ou *bordaleiros comuns*; estes constituem a raça

¹⁹³ *Relatório*, p. 25.

¹⁹⁴ M. Delaborde, *Voyage Pittoresque en Espagne*, t. III, p. 41.

¹⁹⁵ *Histoire d'Espagne*, t. III, p. 142.

¹⁹⁶ *Sociologie*, t. I, p. 49. Ed. franc.

¹⁹⁷ Belloguet, *Ethnogén.*, p. 465.

¹⁹⁸ Ap. Bernardes Branco, *Portugal e os Estrangeiros*, t. I, p. 396.

¹⁹⁹ *Panorama*, t. VIII, p. 127.

²⁰⁰ *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, p. 352.

alentejana, das areias e dos matos, (transumantes da Serra da Estrela, do planalto de Miranda de Trás-os-Montes, campinas e encostas dos vales do Tejo e Mondego). Desta variedade, os das *areias* (Portalegre) e os pretos (Serpa e Moura) aproximam-se do tipo merino, fornecendo a melhor lã.

O segundo tipo, ou o carneiro *merino*, ou que não tem pêlos cabrios, apresenta as seguintes variedades: dos *barros* (Elvas, Campo Maior e Mourão) semelhantes aos merinos estantes da Estremadura espanhola; *raça fina sabia* ou *brancos finos*, (carneiro branco das cercanias de Lisboa, concelho de Oeiras); e os *badanos*, da terra quente do distrito de Bragança (entre Torre de D. Chama e Torre de Moncorvo).

O terceiro tipo, chamado *estambrino*, é o que produz a lã de pente, dividindo-se em *grande churro* ou *lacha* espanhol pouco vulgar, os *churros* nas serranias de Viana, e os *bordaleiros comuns* (Castelo Branco, Guarda, Viseu e Bragança). O tipo bordaleiro predomina nas ilhas da Madeira e Açores; e o estambrino em Angola e Moçambique, e mestiçado em Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe²⁰¹.

As persistências na vida agrícola são verdadeiramente notáveis; na citada *Memória sobre a População e Agricultura de Portugal* escreve Rebelo da Silva: «Todos os indivíduos, hoje empregados numa grande lavoura, nos aparecem já em acção no século XIII desde o *abegão*, (abegom) o lavrador, (*mancipius de lavoura*) o azemel ou condutor das cavalgadas (*azamel*) e o moço da lavoura (*cachopius de vaccis*) até ao maioral dos vaqueiros, (*maior mancipius vaccis*) ao conhecedor dos porcos (*cognitor porcis*) e das ovelhas, (*cognitor de ovibus*) aos azagais e porcariços (*mancipii de ovibus et porcis*) ao rapaz do gado (*cachopius de ganato*), e à criada do campo, (*mancipia*).»²⁰² «No Alentejo já subsistia o uso, ainda hoje em vigor, dos lavradores darem a certos criados pequenas searas para cultivarem por conta própria e colherem para si o produto.»²⁰³ O regime do trabalho agrícola ainda hoje apresenta singularidades notáveis; há indivíduos que contratam operários da Beira para virem trabalhar durante três ou quatro meses nas carvoarias no Alentesses contratadores são chamados *Manajeiros*, e os contratados *Malteses*, cujos costumes desregrados se acham parodiados em uma oração popular comum a Portugal e à Andaluzia.

O antigo trabalho agrícola estava sob a intervenção directa do poder real, que proibia ou impunha certas culturas; uma lei de 12 de Fevereiro de 1564 deterina: «que se monde o trigo, o centeio e cevada nos meses de Março, Abril e Maio, e se faça o mesmo aos milhos nos tempos que for necessário. E *que se sacudam os pães da água e neve que neles houver caído com um cordel de lá comprido, da grossura de um dedo*, que cada lavrador deve ter para o referido fim: Ordenando mesmo que os Juizes e Vereadores em cada ano vão ver os termos dos seus lugares antes que se recolham as novidades, e provejam sobre as ditas coisas, etc.»²⁰⁴ O orvalho que embaraça o crescimento das searas era chamado *Mangra*, e de o modo de sacudi-lo com o cordel de lá, diz Viterbo: «em a vila de Sanceriz junto a Bragança, em cuja câmara se guardam ainda estes longos cordéis com que se sacudiam os pães; mas sem a lembrança ou memória de que tivessem algum uso». Junto com a *mangramella* das searas, cita-se num documento do século XV a *alforra*, e esta palavra subsiste ainda nos Açores como chiste sarcástico que se diz a quem espirra:

Viva, até que morra,

²⁰¹ A. J. Teixeira, *Relatório do Conselho Geral das Alfândegas nos Anos de 1876 e 1877*, p. 37 a 41.

²⁰² *Op. cit.*, p. 103.

²⁰³ *Ibidem*, p. 104.

²⁰⁴ Ap. *Elucidário*, vbº MANGRA.

Com a barriga cheia de *alforra*.

A cultura do milho é considerada como do século XIII, em Portugal; no Minho ainda se chama *milhão*, tal como num documento de S. Simão da Junqueira de 1289; diz Viterbo: «Daqui se podia inferir, que já então havia em Portugal *milho maiz*, ou grosso, a que hoje chamam naquela terra *milhão*.» Depois acrescenta um facto acerca da introdução tardia do milho: «no século XVII um certo Paulo de Braga o trouxe à sua terra, vindo da Índia. Ao princípio, dizem, se proibiu o semeá-lo, e só alguns semearam poucos pés nas suas hortas e jardins. Hoje é o mais frequente pão naquela província, e lhe chamam *milho zaburro*, milho grande, milho graúdo, milho maiz, milhão, ou milho grosso e milho de maçaroca». ²⁰⁵ Existe de facto um certo milho arredondado, que predomina no Minho e um milho grado, de cana alta, que é exclusivo das ilhas dos Açores; este é que ainda se chama ali milho de *maçaroca*, ao passo que no Minho é a *espiga*. Viterbo aponta o facto, depois da descoberta da Guiné, de ser trazido para Portugal o *milho grosso de maçaroca* «e que se principiou a cultivar nos campos de Coimbra, de onde passou a todo o reino». ²⁰⁶ A sementeira do milho é uma festa em casa de cada lavrador do Minho; é a *bessada*, a que concorrem todos os vizinhos com os seus bois, à maneira do *Potirum* ainda usado no Brasil. Depois da *bessada*, segue-se a *picada*, indo as mulheres cobrir ou enterrar os grãos do milho que estão fora do rego ²⁰⁷. Depois do milho nascido há a *monda*, depois a *sacha*, a *rega*, a *escava*, ou *descroa*, até que depois de maduro o milho no pé este é cortado, trazido para a eira, onde se faz a *esfolhada* ou *descamisada*, ao som de cantigas e de colóquios dos embuçados, sendo por fim *malhado* a mangoal (Mondim da Beira) ou *debulhado* à mão como nos Açores, dando-se em paga às mulheres o *carrilho* ou *carolo*. Nos Açores, na esfolhada do milho ficam algumas folhas na maçaroca, por onde elas se *atam* com um *vencilho* formando um *mancho*; e logo que estão muitos formados guarnecem-se com ele três paus que se espetam no campo em forma de barraca, a que se chama *tolda*. Ali seca o milho ao ar livre, de onde é tirado antes das chuvas para ser debulhado. Quando na esfolhada se acha uma maçaroca vermelha, fica-se com direito a dar um abraço em cada uma das moças.

A sementeira e colheita do centeio tem também suas práticas especiais; na época da sementeira procura-se uma rapariga que seja Maria e que esteja donzela para lançar os primeiros grãos à terra, para que os campos dêem maior novidade; é uma reminiscência do culto de Deméter. Na colheita usa-se uma cerimónia logo que acaba a malhada, em que os malhadores *apuparam* (aclamaram) os donos da casa: reúnem-se todos em volta de uma padiola, onde deitam um mono de palha, vestido de velha, e junto dele chora um dos malhadores fazendo de *viúvo*, os outros levam a padiola e fogem com ela para os campos, e o viúvo põe-se em altos berros e com graçolas diz que lhe querem roubar a sua velha, agarra-a e vai pendurá-la no cimo de uma cerejeira. No desafio dos malhadores, aqueles que não sabem ou nem têm força para fazer *zoar* o mangoal, são vencidos, e ao virar da palha gritam-lhes: *Leva a gata! Leva a gata!* O grito, que é injurioso, alude a um costume de perto de Viana do Castelo em que no fim da malhada se queima uma meda de palha moída, em cima da qual se colocava uma panela com um gato dentro, que fugia pelos campos quando a panela estoirava ²⁰⁸.

A colheita da azeitona na Beira e Estremadura é em geral feita por mulheres, e também ao som de cantigas, sendo esta época do ano aquela em que as *modas*

²⁰⁵ Ap. *Elucidário*, vb° MILHAN.

²⁰⁶ *Ibidem*, vb° MAÇAROCA.

²⁰⁷ Leite de Vasconcelos, *Tradições*, p. 236.

²⁰⁸ Leite de Vasconcelos, *Tradições*, p. 237.

(melodias) passam de uma terra para outra.

No trabalho do campo existem costumes supersticiosos verdadeiramente extraordinários; tal é o que se chama *Deitar as milhãs*: «*Deitar as milhãs* (más ervas que prejudicam as sementeiras) é uma operação que consiste no seguinte: É na véspera de entrudo. O que quer *deitar as milhãs*, chama o vizinho em voz alta pelo nome, e grita logo em seguida:

Milhas para nós;
Milhãs para vós!
Levai o burro
Corregidos sereis vós.

«E desata logo a tocar numa buzina com toda a força e de modo que não possa ouvir a resposta do vizinho. Se ouvir a resposta do vizinho (que e o mesmo palavreado), a eficácia deste esconjuro ou imprecação perde-se. Pelo contrário, o que primeiro *deitar as milhãs* fica com elas. O vizinho que ficou com as milhãs o remédio que tem é passá-las a outro vizinho. De sorte que nesta noite muitas aldeias até à meia-noite não fazem mais do que *deitar milhãs* (às vezes para um comparochiano de longe) e tocar buzina.»²⁰⁹

O lavrador, para guardar o seu campo das influências maléficas, espeta nele um corno de carneiro, uma ferradura caída de uma mula, e na noite de S. João atira ao campo com três pitadas de sal dizendo:

Trista com trista,
São João Evangelista!
Ao derredor
Deste renovo assista;
Porque se alguma bruxa
Mo quiser levar,
Há-de contar as estrelas
E as areias do mar,
Com a cabeça para o chão
E as pernas para o ar.
E este sal há-de apanhar.²¹⁰

(*Minho.*)

Para afugentar a passarada o dono da seara mete fel de boi num púcaro novo e pendura-o no campo; depois do que uma moça chamada Maria e que esteja em folha, dá três voltas à roda do campo, dizendo:

Passarinhos! ao monte, ao monte,
Que o meu campo tem fel,
E o do meu vizinho mel.

(*Briteiros.*)

Ou indo a mulher em fralda:

²⁰⁹ *Superstições populares*, n.º 642, col. Z. Pedroso.

²¹⁰ Também em Pedroso, *Superstições*, n.º 647; Leite de Vasconcelos, *Tradições*, p. 235.

Passarinhos, deixai o meu painço
 Que tem fel!
 Ide para o monte
 Que tem mel.

No tempo da ceifa é preciso tirar o púcaro de fel para que o painço não fique amargo.²¹¹ Nas aldeias há um ditado, que se aplica àquele lavrador que teve bons milhos: *Aquele andou no cambão*. Alude a locução ao costume que há-de montar o lavrador em um cambão na noite de S. João e atravessar o campo do seu vizinho proferindo esta fórmula:

Aqui estou neste cambão
 Na noite de S. João,
 Pra trazer atrás de mim
 Pipas de vinho e carros de pão.

Depois disto, o campo do vizinho não viça e o daquele que *montou no cambão* fica abundante. Aquele que for, depois de ter *andado no cambão*, bater com malho ou mangoal nas medas do centeio do vizinho, vem-lhe o grão cair na caixa em casa ²¹². Antes disto, ao ter cavalgado no *cambão de sete chavelhas*, deve ter dito, simulando fustigá-lo:

Vai boi, vai vaca,
 Esta terra é fraca;
 O renovo que ela der
 Cairá na minha arca.²¹³

Os moços de gado, quando andam no monte e se espalha o nevoeiro, sobem *acima de um penedo*, e dali proclamam uma fórmula de impreciação:

Névoa, nevoeiro
 Vai para trás daquele outeiro,
 Que lá anda João Cabreiro
 Com as calças queimadas.
 Quem lhas queimou foi o fogo;
 O fogo anda na mata;
 Que a mata deu a cabra,
 E a cabra deu o leite,
 E o leite é para as velhas,
 E as velhas dão o milho,
 E o milho come-o a galinha;
 A galinha põe os ovos,
 E os ovos come-os o cura,
 E o cura diz a missa
 Atrás daquela arrabiça.²¹⁴

²¹¹ Pedroso, *Superstições*, nº657; Leite de Vasconcelos, *Trad.* p. 165.

²¹² J. Leite de Vasconcelos, *Tradições*, p. 234.

²¹³ Z. Pedroso, *Superstições*, nº 644.

²¹⁴ Leite de Vasconcelos, *Tradições*, p. 50.

(*Serra da Estrela.*)

Num Auto de Gil Vicente este João das Calças queimadas, aparece na fórmula:

No penedo, *João preto*
 E no penedo.
 Quais foram os perros
 Que mataram os lobos,
 Que comiam as cabras,
 Que roeram o bacelo
 Que pusera João preto
 No penedo.²¹⁵

É evidentemente uma imprecação contra o nevoeiro, usada pelos pastores no século XVI.

A cultura da vinha foi devida à influência árabe; uma canção de Estevão da Guarda, privado do rei D. Dinis, descreve minuciosamente esta cultura:

D'uma gram vinha que tem em Valada,
 Alvar Rodriguis nom pod'aver prol,
 vedes porquê, ca ei non cura sol
 de a querer per seu tempo *cavar*;
 et a mays d'ela jaz por *adubar*,
 pero que têm à *mourisca podada*.

El s'entende que a tem *adubada*,
 pois lh'a *podaram* et sen razon,
 e tan menguado ficou o torçom
 que a copa nom pode bem deitar;
 cá em tal tempo a mandou podar
 que sempre lhe ficou decepada.

S'entom de cabo nom for rechamtada
 nenhum proveito nom pod'end'aver,
 ca per ali per hu a fez reer
 já em dezembro está para secar;
 et mais valeria já pera queimar,
 que de jazer como jaz mal parada.²¹⁶

O assunto desta canção com intenção satírica bem nos revela os assuntos das conversas da corte do rei *lavrador*; a alusão a Valada, por ventura encerra o facto do costume da divisão anual das terras de Valada, no tempo de D. Afonso Henriques²¹⁷. Na cava das vinhas o último da direita é chamado o *rei da cavada*, o da esquerda é a *rainha*, e o que anda no meio é o *vassalo*. O *rei da cavada* é o que dá o sinal para as comidas, dizendo a fórmula:

Comam e vamos,
 Limpem as barbas

²¹⁵ *Obras*, t. III. p. 448.

²¹⁶ *Cancioneiro Português da Vaticana*, nº905.

²¹⁷ Viterbo, *Elucid.*, vbº BALATA.

E atem os panos.

O vinho que se distribui é mandado vir pelo *vassalo*, e a *rainha* só dá ordens no sábado à noite. A segunda cava é chamada *redar* e *stravessar*²¹⁸. Na sátira *Os Ratos da Inquisição*, lê-se:

Eu *empo*, *cavo* e *podo*
E vós *vindimais* a vinha.²¹⁹

O trabalho das vindimas, como as *esfolhadas* do milho e *espadeladas* do linho são feitos entre cantigas e risadas.

A produção do vinho na ilha da Madeira foi precedida pela do açúcar, que dali se propagou para o Brasil, onde se tomou a sua principal riqueza; escreve Frutuoso: «o infante D. Henrique mandou as *canas de Cecília* para se povoarem na ilha, e *de Candia mandou trazer bacelos de malvasia* para se plantarem».²²⁰ Depois da decadência da cultura da cana do açúcar é que os vinhedos tiveram o seu maior desenvolvimento, criando-se as seguintes qualidades o *sercial*, considerado como superior, o *boal* e *bastardo*, o *tinta* afamado e o *seco*.²²¹

As terras também se diferenciam ou são conhecidas pela especialidade dos seus frutos; de uma Sátira do século XVII tiramos algumas indicações, preciosas pela tenacidade da sua persistência:

são as pêras que levais
Conicabra e carvalhal,
.....
A *pêra parda* na cama
de vós não está segura;
e em vós fazeis dependura
da *bergamota* de fama:
a que *pigarça* se chama
que é *pêra* de estimação,
tanto que vos chega à mão,
logo dela fazeis farsa
e sendo *pêra pigarça*
vós a fazeis *pêra pão*.

.....
na canastra não se esconde
nem minha *pêra de conde*
nem *pêra de Rio Frio*;

.....
as ricas maçãs de Abrantes,

as de Oeiras tão galantes,
as da Lourinhã chainhas,
as de Monte-mor rainhas,
e as de Alcobaça brilhantes.²²²

Não vos escapam por pés
minhas *cerejas bicaís*,
nem as *ginjas garrafais* ...

As *laranjas* extremadas
da *China* ricas e belas...

A fruta fresca gostais,
e para desenfastiar

ides a *seca* buscar
e inda desta gostais mais:
A de *Alcobaça* levais,
a do *Algarve* estremada,
a das *Pias* tão gabada, etc.

²¹⁸ Leite de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 235.

²¹⁹ Ed. Porto, p. 121.

²²⁰ *Saudades da Terra*, p. 113.

²²¹ Dr. Álvaro Rod. de Azevedo, Ed. Frut., p. 707.

²²² *Ratos da Inquisição*, pp. 147 a 150.

Os trabalhos do campo conduzem a um certo número de indústrias locais e tradicionais, como vemos por esses produtos já celebrados desde o século XVI; podemos apontar ainda outros que estão no seu vigor:

O meu *queijo do Alentejo*

.....
que quando vou mui contente
comê-lo por ser frescal.

Aos *queijos* do termo nosso
que chamamos de *Sabias* ...

.....
e até os de *Monte-mor*
que têm graça por salgados.²²³

Ao descrever a situação das pequenas indústrias na região do norte de Portugal, a Comissão do inquérito de 1881 apresentou o facto da regressão dos operários fabris para o trabalho dos campos, ou muitas vezes a alternância do trabalho da lavoura com qualquer ofício: «todos os operários das indústrias locais rurais alternam o exercício da profissão com o trabalho agrícola conforme as construções são mais ou menos abundantes, e tanto mais quanto menor é a sua aptidão profissional».²²⁴ «Em grande parte os operários são também lavradores, pequenos proprietários, e as economias do salário consolidam-se na terra.» Falando-se dos fabricantes de telha, diz o mesmo *Relatório*: «alternam este serviço com o rural, como sucede a uma grande parte das indústrias do campo».²²⁵ Dos calafates de Vila do Conde, Porto e Gaia, diz: «uns trabalham nos campos, outros emigram para o Brasil».²²⁶ Na decadência lamentável das pequenas indústrias, os operários que não emigram pedem ao trabalho agrícola os recursos imediatos da subsistência; os oficiais de ourives, dos concelhos de Gaia e Gondomar, depois da entrada do ouro francês, tiveram de ir trabalhar nos campos, ou, como se diz na locução chula: «*foram plantar batatas*». O mesmo aconteceu aos oficiais de marceneiro no concelho de Paredes²²⁷. A Agricultura torna-se assim um trabalho secundário, um sucedâneo da emigração.

As indústrias locais e domésticas. – E este um dos quadros mais pitorescos da nossa vida nacional; em Portugal a pequena indústria apresenta o carácter singular de ser mais activa e fecunda do que a grande indústria. Lê-se no *Relatório* da Subcomissão do Inquérito Industrial de 1881: «Ainda hoje porém no distrito do Porto e em todos os do reino a chamada *pequena indústria* é numérica e economicamente muitas vezes maior do que a grande.»²²⁸ Ela luta com o elemento capitalista, com a celeridade das máquinas e com a inconsciência do regime das pautas e tratados de comercio. Não acompanharemos o quadro doloroso do seu atrofiamiento, mas limitar-nos-emos a esboçar as feições tradicionais dos seus processos.

A riqueza metalúrgica da Península, explorada pela raça ibérica, atraiu os

²²³ *Ratos da Inquisição*, pp. 139 e 140.

²²⁴ *Relatório*, pp. 26 e 27.

²²⁵ *Ibidem*, p. 32.

²²⁶ *Ibidem*, p. 34.

²²⁷ *Ibidem*, p. 52 e 53.

²²⁸ *Relatório*, ofício ao governador civil.

navegadores fenícios, e continuou a ser explorada sob o domínio dos Romanos; deu-se porém um facto importantíssimo para se deduzir dele uma conclusão histórica. E vem a ser: o conhecimento da indústria metalúrgica perdeu-se e as minas ficaram por largos séculos abandonadas.²²⁹ O trabalho de mineração substituiu-se pelo trabalho agrícola. Há neste facto a revelação de uma característica étnica; entre as raças ibéricas da Península o ramo *berber* era essencialmente agrícola, e é a agricultura que ainda hoje prepondera entre as povoações vascongadas; os elementos líbio-fenícios, introduzidos pelos Cartagineses em Espanha, eram também agrícolas, bem como os Liti, que se ofereciam como colonos agricultores à administração romana. Quando os Árabes vieram a ocupar a Península, o elemento *berber*, que diferenciava o mouro do árabe, veio também influir no desenvolvimento exclusivo da agricultura. Pode dizer-se, que estas causas, ligadas a outras mais fundamentais da marcha da civilização da Europa, faziam que a indústria agrícola se tornasse uma nova fonte de riqueza para a Península; porém as devastações do território, usadas como táctica militar na reconquista cristã, tornaram este vasto território deserto e miserável: mineração e agricultura tudo se esqueceu.

Falando das riquezas metalúrgicas do território português exploradas por Iberos, Fenícios e Romanos, não podemos deixar de dar aqui um leve esboço da sua extensão. Abundam em todo o território os jazigos de cobre, nos granitos e porfírios, nos xistos cristalinos e argilosos e grauwackes devonianos, nos trias e calcários jurássicos²³⁰, Onde se estendeu a civilização fenícia ai se encontra a maior abundância de minério e os vestígios de uma exploração primitiva continuada pelos Romanos; na parte central do Alentejo, os veios de cobre apresentam uma uniformidade de estrutura e de composição, e de direcção, que os ligam a um único sistema. Esta região está compreendida entre a Serra de Ossa, Serra de Portel, Serra de Viana e Serra de S. Tiago do Escorial; as explorações primitivas fizeram-se à superfície do solo e somente nas planícies. Sobre a margem direita do Guadiana existe o jazigo de cobre de Xeres e Barcas abandonado apesar da sua riqueza; e na zona dos porfírios feldspáticos de Alcáçovas, entre Vila Nova de Barónia e Alcáçovas, existem os filões de cobre numa abundância tal, que justifica os vestígios de largas explorações primitivas.

A região xistosa, que compreende as vilas de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, Alandroal e outras, é de uma riqueza metalífera tal que não escapou à exploração dos antigos, sendo continuada pelos Romanos, pelos Árabes e até pelos reis portugueses. As minas de ferro, igualmente abundantes em todo o território português, chegaram também a ser exploradas pelos Romanos, como se vê pela grande quantidade de escórias e vestígios de fornos e restos de construções do jazigo de ferro da Moita do Arnal. O Romano não fez mais do que continuar uma indústria que já estava montada, e aproveitar a actividade de povoações submetidas, empregando-as no trabalho das minas. O abandono sucessivo dessa indústria pode em parte explicar-se como uma reacção à violência empregada pelos Romanos nas suas explorações. Depois da queda do império e sob o domínio gótico e árabe, a península tornou-se especialmente agrícola. O trabalho das minas só renasceu em Portugal de um modo progressivo em 1853, regularizando-se este trabalho pela lei de 1854, imitada da lei francesa de 1810. Em 1853 havia em Portugal apenas duas minas em exploração; em 1862 já se exploravam mais ou menos activamente vinte e quatro minas; e em 1866 já se contavam cinquenta e seis em exploração, noventa e quatro concessões, e cento e setenta e um pedidos de concessão.

A decadência da indústria metalúrgica, ligada a causas históricas das antigas

²²⁹ Buckle nota este facto importante no capítulo sobre a *Civilização em Espanha*.

²³⁰ *Exposition Portugaise* (de 1867), grupo V.

civilizações peninsulares, seguiu-se também a decadência da agricultura, substituída pela rapina sistemática sobre as riquezas dos Árabes. Quando essa riqueza se anulou completamente nas mãos dos dominadores neocatólicos, isto é, terminada a reconquista cristã, tanto Castela como Portugal se lançaram na corrente das expedições marítimas, à descoberta e conquista de novos territórios. Pode estabelecer-se que, além dos estímulos orgânicos, e da provocação do território, esta extinção de recursos económicos foi um impulso que nos levou para o mar.

O trabalho dos metais, especialmente o do ouro e do aço, tornou-se um característico do génio português, e apesar de todas as vicissitudes porque tem passado a nossa nacionalidade, a *ourivesaria* e a *serralharia* conservam a sua tenacidade local e tradicional. E certo que nos falta a originalidade, mas isso resulta do próprio carácter da estabilidade da tradição, que a tem mantido a despeito de todas as causas que lhe atacam a existência.

De todas as formas da Arte portuguesa é a Ourivesaria a que tem uma evolução completa, podendo pelas suas relações com a Arquitectura e com a Escultura, com a opulência cultural e com a sumptuária civil, e mesmo ainda com os ornatos populares, formar-se por ela a síntese do génio artístico português. A Ourivesaria entre nós foi o reflexo passivo da Arquitectura, imitando mesmo a sua policromia nos esmaltes; o gosto ou estilo bizantino, as criações da construção gótica ou ogival, o misto da renascença greco-romana produzindo o gótico florido (a que em Portugal se chama o *estilo manuelino*), o *barroco* e *rococó* da época jesuítica e pombalina, tudo isto aparece imitado nos inúmeros produtos da Ourivesaria portuguesa, conservados nos mosteiros, nos paços e nas casas fidalgas. Este fenómeno não é exclusivo a Portugal; Renan, falando da *Arte na idade Média*, acentua este carácter absorvente da Arquitectura: «ela teve a desgraça de prejudicar muito as outras artes plásticas, condenando-as a uma condição subalterna. Como a teologia matava a ciência racional reduzindo-a à situação de ancila, a arquitectura gótica, sendo só por si a arte, tornava impossível o progresso da pintura e da escultura. Que diria Fídias, se ele se visse sujeito às ordens de architectos que lhe tivessem encomendado uma estátua destinada a ser colocada a duzentos pés de altura?»²³¹ A esse fervor religioso e político, que espalhou pela Europa as Catedrais góticas, aparece a Ourivesaria como parte complementar e acidental da ornamentação desses portentosos monumentos. Se a Escultura teve de se amesquinhar em minudências, a Ourivesaria, para ser vista de perto e como um meio de deslumbramento da sumptuosidade cultural, tomou-se um desenho de miniatura, reproduzindo o estilo e o aspecto da própria catedral que ornamentava. E por isso que a influência da Renascença da Itália sobre a Arquitectura gótica é a mesma na Ourivesaria; Bramante e Miguel Ângelo são continuados no mesmo espírito por Benevenuto Cellini. Em Portugal deu-se a luta da Arquitectura gótica com a nova escola greco-romana da Renascença, não só pela transacção do gótico florido, como pela preponderância das doutrinas de Francisco de Holanda; na Ourivesaria o estilo gótico de Gil Vicente é indirectamente satirizado por Garcia de Resende nos seus versos da *Miscelânea*:

Ourives e Escultores (sc. italianos)

São mais sutis e melhores.

Num país em que o povo só muito tarde teve existência civil, a arte apresenta apesar disso uma certa feição democrática na Ourivesaria, que ainda hoje persiste nos ornatos de *filigrana*, em *arrecadas* das orelhas, *dixes* e *nominas* ou *veneras*. A

²³¹ *L'Art au Moyen-Âge* (Rev. dez Deux Mondes, 1862).

Ourivesaria foi quase que exclusivamente religiosa, porque as ordens claustrais absorveram em si todas as riquezas e energias durante séculos; a sumptuária civil só se desenvolveu segundo a intervenção dos decretos reais, e por isso sem um plano tão manifesto.

O facto da existência de formas populares na Ourivesaria leva-nos a supor a existência de um veio tradicional nesta forma de Arte portuguesa. A *filigrana* é um resto do domínio dos Árabes na Península; a civilização bastulo-fenícia, que precedeu aqui a cultura jónica e romana, aproveitou-se da indústria metalúrgica dos povos ibéricos. Os fenícios tinham caracteres artísticos próprios, que as colónias maurescas renovavam, e um desses é a indústria metalúrgica, em que o génio escultural se manifesta. Diz Renan: «Em geral os antigos Fenícios parecem ter sido *mais escultores do que arquitectos.*»²³² Deste carácter deduz o eminente crítico o tipo e o gosto da arquitectura fenícia: «Um obreiro costumado a trabalhar em metais ou em marfim, se se aplicar à pedra, trairá os seus primeiros hábitos; assim nos fragmentos de Um-el-Awamid sente-se o estilo formado sobre outros materiais e nascido num outro meio. A aparência grosseira de todos os antigos monumentos fenícios vem de que os seus muros recebiam toda a ornamentação de placagem e de revestimentos.»²³³ É este gosto semita, que nos explica o azulejo na arquitectura e essa ornamentação de fitas e linhas geométricas do estilo árabe, de que a Espanha ainda apresenta assombrosos monumentos.

É entre esta dupla corrente da Arquitectura, ora absorvendo como subalternas todas as outras artes, como a escultura e a pintura na Idade Média da Europa, ora sendo apenas um pretexto para a ornamentação da escultura, como na tradição semítica peninsular, que se deve procurar a razão dos estilos e da fecundidade da ourivesaria portuguesa.

A Igreja popular da Idade Média aristocratiza-se em Portugal, lutando contra o poder real pelas imunidades dos seus bispos, verdadeiros barões feudais; a classe senhorial serviu-lhe de instrumento, que ela conservou sempre numa submissão fanática, perdeu a sua resistência e tornou-se um aparato da monarquia absoluta. É por isso que a Igreja deu ao culto essa sumptuosidade deslumbrante, empregando montes de ouro nas suas *custódias, cruces, báculos, lampadários, cálices, relicários, frontais, sacras, turíbulos, tocheiras*, e outros objectos litúrgicos que excediam a opulência desvairada dos grandes príncipes. Os Ourives trabalhavam para as ordens religiosas e para os reis que as presenteavam, quando lhes compravam indulgências para os seus crimes. E uma arte especial, profundamente ligada ao espírito das classes e às transformações das grandes épocas sociais.

No livro V, tit. 56, das Ordenações Filipinas, publicado em 1603, encontramos estas curiosas disposições: «Mandamos que nenhum ourives lavre ouro em obra sua ou alheia, de menos quilate, do que se lavra na moeda. Mas as peças que comprarem de ouro, que forem feitas fora do reino, e que notoriamente parece que são de obra estrangeira, poderão vender, posto que não sejam de ouro dos ditos quilates que corre. E primeiro que as vendam as mostrarão aos juizes do seu ofício, para reverem a qualidade delas. E quando as venderem, será por a lei do ouro de que as tais peças forem.

«1 – Nem outrossim venderão peças de prata, ou ouro a olho, senão a peso, nem farão manilhas de prata ou ouro sobre outro metal algum, qualquer que seja.

«2 – E mandamos que ourives algum, ou outra alguma pessoa não engaste nem ponha pedra alguma falsa ou contrafeita, assim como são rubis, diamantes, esmeraldas, safiras, turquezas, balais, jacintos, pérolas, aljôfar grosso ou miúdo, nem outra alguma pedra em anel de ouro ou de prata, nem em outra coisa nem peça alguma. O que se não

²³² *Mission de Phénice*, p. 829.

²³³ *Ibidem*, p. 819.

entenderá nas coisas que lhe mandarem fazer para serviço das igrejas.

«3 – E quem fizer o contrário em cada um dos casos acima ditos, perderá todos os seus bens, metade para a Arca da Piedade, e a outra para quem o acusar.

«4 – E nenhum ourives de ouro, ou de prata faça falsidade nas obras de ouro ou prata que fizer para vender metendo-lhes alguma liga porque a lei, bondade e valia do ouro ou prata seja abatida, nem metam nas obras, que lhe mandarem fazer, mais baixo ouro ou prata do que os donos das obras mandarem. E qualquer que maliciosamente o contrário fizer, se a falsidade que tiver feita chegar à verdadeira valia de um marco de prata, morra por isso. E não chegando à dita valia, seja degradado para sempre para o Brasil. E em cada um destes casos sua fazenda será confiscada.»

Por esta lei se descobre um tópico para conhecer os objectos da ourivesaria portuguesa, pela *analogia com os quilates da moeda*; além disso, a escola portuguesa era tão distinta na sua feição, que para distinguir os objectos estrangeiros, se apelava para o confronto da sua notoriedade. Nos objectos de ornato das igrejas é que era somente permitido o engaste de pedras falsas. Esta última cláusula explica a extinção da ourivesaria religiosa, porque mostra que acabara essa crença que inspirava os artistas da Custódia de Belém, ou da oferecida à Senhora da Oliveira.

É nas províncias do norte que se conserva a tradição industrial da ourivesaria, em S. Cosme, Valbom, Rio Tinto, Jovin, S. Pedro da Cova e Fânzeres, onde ainda existem várias oficinas. A situação desta indústria acha-se curiosamente descrita no *Relatório da subcomissão* do inquérito industrial de 1881: «São os concelhos de Gaia e Gondomar que se ocupam nesta indústria local e histórica: – o foco industrial desta espécie é Gondomar. Todo o concelho, à excepção das freguesias serranas, possui mais ou menos oficinas onde trabalham operários hospedados e alimentados pelos patrões, ou oficiais que trabalham domesticamente por tarefa e por conta dos mestres das oficinas.» Depois de definir bem a organização desta indústria, continua:

«Os oficiais que trabalham em suas casas recebem por peça. Fabricam principalmente *cordão*, e a unidade da obra é o cordão de grossuras ordinárias com oito palmos de comprimento, cujo feitiço é pago a razão de 320 réis. Cada operário pode fazer meio cordão por dia ... A indústria decaiu desde 1870 pela introdução do ouro francês. O número dos ourives era há dez anos triplo. Setecentas ou oitocentas pessoas foram expulsas pela concorrência, indo trabalhar para os campos, emigrando muitas. Assim se despedaçam gradualmente as pequenas indústrias históricas e tradicionais, diminuindo os elementos da riqueza tradicional.»²³⁴ Além desta causa de decadência da ourivesaria, o autor do *Relatório* apresenta uma de carácter social: «É a alteração dos hábitos da população rural. As populações primitivas entesouram sob a forma de alfaias de ouro, e o Minho era e ainda é um tipo curioso desta espécie. Mas há maneira que as novas noções crematísticas vão entrando no espírito do povo, as economias preferem empregos lucrativos.»²³⁵ Para lutar com a bijuteria francesa, falta aos nossos operários o essencial, ignoram o desenho, e poucos sabem ler, e apenas haveis em reproduzir, os modelos estrangeiros, têm em seu favor a barateza dos salários proveniente da sua organização doméstica. O ouro em que trabalham é fundido das antigas *peças* do século XVIII ou de D. João V, das *águias* americanas, ou de obras velhas.

Na indústria da prata, a organização é a mesma que na do ouro; trabalham em prata importada da Inglaterra e na dos *pintos*, hoje retirados da circulação, e a oitava parte da sua produção é destinada ao culto católico e o restante à sumptuária civil.²³⁶

A serralharia teve o seu esplendor no século XVI, como se infere deste quadro

²³⁴ *Relatório*, pp. 51 e 52.

²³⁵ *Relatório*, p. 357.

²³⁶ *Ibidem*, p. 359.

traçado por Frutuoso: «A Justiça e o Capitão (da Ilha da Madeira) lhe encarregaram (a Gaspar Borges) a arcabuzaria, e ensinou certos serralheiros do Funchal a consertá-la. Ensinou a todos os serralheiros da cidade de Ponta Delgada o concerto e feitio da arcabuzaria e armas, tanto que o que dele não aprendeu não as sabe bem fazer, como é notório. Fez as balanças da alfândega desta ilha e da Terceira, que são peças reais e de grande desengano... Fez o relógio da cidade e de Vila Franca, e renovou o da Ribeira Grande, tudo em baixos preços a respeito da delicada obra que fez... Fez alguns ferros de hósticas... o que cumpre de armas, espingardas novas, assim de pederneira como de fogo; grades para a alfândega e para a capela do Santo Sacramento da vila da Ribeira Grande, que não acabou e outras obras... e contudo vive pobre, tendo tão rico engenho.»²³⁷ No Relatório do Inquérito industrial de 1881 lê-se também: «Em torno do Porto, nos concelhos de Bouças e de Gaia, vê-se ainda o resto das antigas *Ferrarias*, já de todo extintas no da Maia»²³⁸; «na Póvoa repara as ferragens dos barcos, por toda a parte as alfaias agrícolas e os acessórios da construção de casas. Em Penafiel o carácter da ferraria é também este, mas já foi outro. Ainda resta uma velha oficina, onde trabalham dois homens no fabrico de *candeias de ferro* estanhadas, de que outrora se fazia uma exportação importante para o Brasil. – Porque morreu esta pequena indústria? Porque essas antigas candeias passaram de moda, especialmente depois da introdução do petróleo. – A causa do atrofamento da antiga indústria do *prego* no concelho da Maia é outra. Vêem-se ainda hoje ao longo da estrada de Braga, fechadas, arruinando-se, as numerosas casinhas dos antigos ferreiros condenados pela concorrência do prego de arame fabricado mecanicamente em Lisboa e no Porto, etc.»²³⁹ «As oficinas de *prego batido* e de *fechaduras* de Gaia estão localizadas ao sul do concelho, na Bandeira, no Padrão, no Marco, e em Avintes há três que funcionam exclusivamente para a exportação. Pequenas e miseráveis oficinas, os mestres recebem a matéria-prima da mão dos negociantes do Porto, aos quais vendem o produto depois de fabricado: existem nas condições típicas da pequena indústria.»²⁴⁰

Um dos caracteres do povo português é a habilidade com que trabalha a pedra; escreve Hautford: «Merece especial menção a maneira como em Portugal *trabalham a pedra* produzida neste país. Nenhum outro possui melhores materiais para as construções. Esta pedra é calcária, é o mármore nobre de Lineu. A perícia dos habitantes para a lavrarem é pouco vulgar, e as obras que saem das suas mãos são de uma perfeição admirável.»²⁴¹ Comprovaremos esta observação por estas palavras de um director da Academia de Belas Artes de Lisboa: «Os nossos operários foram sempre tidos na conta de mui hábeis *canteiros* e *ourives*, e com efeito é inexcedível a perfeição com que sabem reproduzir os modelos que lhes são apresentados. Na execução são admiráveis, e todas as vezes que se trata de levar a cabo uma obra para que tenham bons modelos, podem os seus produtos correr parelhas com os de qualquer outra nação. O caso porém é diferente, quando se lhe pede algum trabalho original, quando se lhe pede não só que reproduzam senão que inventem quando lhes falta um guia seguro para o que respeita à concepção. A razão deste fenómeno é fácil de encontrar. Os operários portugueses têm boa educação técnica, mas não a têm artística; e esta falta é por tal forma importante, que lhes não valem sua natural propensão e facilidade para suprir o que lhes não deu o estudo.»²⁴²

²³⁷ *Saudades da Terra*, p. 294.

²³⁸ *Relatório*, prólogo.

²³⁹ *Ibidem*, p. 29.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 31.

²⁴¹ *Coup d'Oeil sur Lisbonne et Madrid en 1814*, p. 13.

²⁴² *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Belas-Artes em Portugal*, p. 39.

A primeira influência a que obedeceu a indústria da construção foi francesa; ainda num documento de S. Tiago de Coimbra, de 1324, as paredes de taipa eram chamadas *muro francês*, como o notou Viterbo; as descobertas marítimas actuaram directamente sobre o tipo da construção civil, como observou Azurara, «e *as grandes alturas das casas*, que se vão ao céu, que se fizeram com a madeira daquelas partes»²⁴³ Os portugueses que regressam do Brasil com os seus capitais têm modificado também as formas da construção, como se reconhece no Relatório do Inquérito industrial de 1881: «O concelho de Felgueiras, por exemplo, onde a abundância de capitais dos repatriados é tanta ... aparece mosqueado de verdadeiros palácios bordando as estradas.»²⁴⁴ Os costumes e forma do trabalho são primitivos: «O operário dos arrabaldes (do Porto) vem aos bandos à segunda-feira de madrugada, carregado com a saca onde traz a *broa* para toda a semana; vive durante ela; arranchando pelas obras ao *caldo*; e ao sábado regressa a passar o domingo em casa com a família, que entretanto cuida da lavoura e da engorda dos bois. Em parte os operários são também lavradores, pequenos proprietários, e as economias do salário consolidam-se na terra. Ler não sabem, em geral, nem têm rudimentos sequer das artes do desenho: copiam com certa habilidade os modelos tradicionais, e trabalham sob o comando dos mestres-de-obras que ou dirigem as construções por conta de seus donos ou as tomam de empreitada. O mestre, formada a sua turma de carpinteiros ou pedreiros,.. procura o trabalho para conservar esses que são e ficam como seus clientes, e do salário de cada um cobra 40 réis, além do que mete em conta ao proprietário como jornal dos aprendizes, a quem nada paga. É um regime. de trabalho primitivo, em que o operário paga um prémio excessivo a quem lhe angaria trabalho, e no qual a aprendizagem é brutal, impedindo as crianças de aprenderem as primeiras letras.»²⁴⁵ Precisamos mais uma vez transcrever as próprias palavras do Relatório oficial, para definir o carácter tradicional da indústria construtora, e que diferencia as duas regiões portuguesas: «O sistema diverso das construções faz com que a natureza do trabalho dos ofícios de pedreiro e estucador seja *diferente no norte e no sul* do reino. Na região dos granitos os muros fazem-se ordinariamente com paralelepípedos, mais ou menos regulares, que vêm desbastados das pedreiras e são assentes em fiadas que o operário cimenta com argamassa: no Porto e seus arredores sob o nome de *perpeanho* usa-se de lajes que têm em regra 0,28 m de espessura, e com as quais se levantam panos de muro de casas de três e quatro andares. A construção das paredes é mais simples e mais fácil do que no sul, onde se necessita estudar o assentamento de cada pedra, de dimensões e formas variáveis; mas o pedreiro do norte é ao mesmo tempo canteiro, isto é, lavra a pedra das vergas e umbreiras, das cornijas e mais adornos das casas, trabalho que nos calcários do sul compete a um ofício particular. No sul é o pedreiro que enche e reboca os muros que fez; aqui (norte) esse trabalho compete ao *trolha* ou estucador, que, depois de encher com argamassa, guarnece de cal fina ou gesso nos tectos. Assim a construção emprega no sul pedreiros, canteiros e estucadores; e no norte só pedreiros e *trolhas*. – Mas a pedra que vem para as obras, chega já aparelhada de modo que entra directamente na construção dos muros, se é destinada a eles, ou carece apenas de ser acabada se é destinada a vergas, umbreiras, cunhais ou cornijas isto é o que se chama *esquadria*. Esse primeiro aparelho da pedra é o ofício dos chamados *montantes* que trabalham nas pedreiras de onde se abastece a cidade.»²⁴⁶ Além desta organização e forma do trabalho, existem costumes particulares da classe, tais como *esconder as ferramentas* na obra ao sábado, quando

²⁴³ *Crónica da Conquista da Guiné*, p. 14. Ed. Paris.

²⁴⁴ *Op. cit.*, p. 26.

²⁴⁵ *Relatório*, p. 27.

²⁴⁶ *Relatório*, p. 373.

retiram os operários; não as levam consigo, para que a obra não fique interrompida. Em Lisboa, assim que se acabou de armar a gaiola de madeira para se revestir de maçame, lançam-se foguetes, embandeira-se tudo, e dá-se um beberete aos operários; é ao que se chama colocar o *pão de fileira*. Tanto no norte como no sul de Portugal os estucadores vêm de Afife e de Viana.

Cabe tratarmos aqui das formas tradicionais da construção naval; Azurara fala no *Barinel*²⁴⁷, do qual ainda no século XVII dizia D. Francisco Manuel de Melo: «Era uma embarcação de remo, que então se usava, cujo nome ainda retemos nas *Varinas* subteis, de que hoje nos servimos.»²⁴⁸

Na ria de Aveiro, usam-se os barcos *moliceiros* «construções obesas, de proa e ré contraídas e que servem para o transporte das algas impropriamente chamadas moliço, pois que elas não podem servir para as palhoças e constituem apenas um riquíssimo adubo para a agricultura, etc. – Estes barcos aparecem por centenas na sua feira (25 de Março) sarapintados na popa e proa com pessoas reais e animais disformes».²⁴⁹

Diz o Relatório do Inquérito Industrial de 1881: «A construção naval pode dizer-se extinta: os estaleiros de Vila do Conde, do Porto, de Gaia, não têm a quilha de um navio; é a cabotagem e a pesca que alimentam esses operários. Os construtores de Vila do Conde sumiram-se; uns trabalham nos campos, outros emigraram para o Brasil. – A decadência da marinha é a da construção naval, porque os dois factos são correlativos, etc.»²⁵⁰ A *cordoaria* apenas se conserva na Póvoa de Varzim por causa das pescarias.

Os trabalhos da carpintaria levam-nos a falar da indústria da *louça de pau*, da qual já no século XVI escrevia Frutuoso, referindo-se à habilidade dos habitantes da ilha da Madeira: «Em muitas partes desta ilha produziu a natureza muitos dragoeiros do tronco dos quais se faz muita *louça*, e muitos são tão grossos que se fabricam de um só pau *barcos*, que hoje em dia há, que são capazes de seis ou sete homens, que vão pescar neles; e *gamelas* que levam um moio de trigo.»²⁵¹ No Minho ainda se conservam estes costumes na fabricação de *concas*, *maceiras* e *pás* para as eiras, *socos* ou *tamancos*. Lê-se num estudo sobre a Reforma do Ensino das Belas-Artes: «Todos os que viveram em Coimbra conhecem a habilidade dos filhos da terra nos trabalhos de *escultura em madeira*; essa aptidão natural pode e deve servir para alguma coisa mais do que fazer *palitos* mais ou menos frisados. É igualmente triste ver o modo como nas localidades do Minho os operários malbaratam a sua natural habilidade na escultura em madeira, cortando dentro de uma garrafa de vidro estreito uns castelos fantásticos de madeira, que são abortos de uma fantasia artística inculta.»²⁵² indústria dos *marchetados* e *obras de vime* da ilha da Madeira, que hoje sai da sua estreiteza local, já nos aparece celebrada no século XVI: «E nas faldas da serra, da banda do sul, muita giesta, que é mato baixo como urzes, que dá flor amarela, de que gastam nos fornos, e dela se colhe a verga, que esburgam como vimes, de que se fazem *cestos brancos* mui galantes e frescos para serviço de mesa e oferta de baptismos e outras coisas, por serem mui alvas e limpas, e se vendem para muitas partes fora da ilha e do reino de Portugal, porque se fazem muitas invenções de cestos mui polidos e custosos, armando-se às vezes sobre um, dez e doze diversos, ficando todos juntos em uma peça só; e para se fazerem mais alvos do que a verga é de sua natureza, ainda que muito branca, se defumam com enxofre.»²⁵³ Na

²⁴⁷ *Crón.*, p. 59.

²⁴⁸ *Epanáforas*, pp. 317 e seg.

²⁴⁹ Carlos Faria, *Folhetim no Povo Português*, da Guarda.

²⁵⁰ *Relatório*, p. 34.

²⁵¹ *Saudades da Terra*, p. 50.

²⁵² *Reforma cit.*, p. 197.

²⁵³ Frutuoso, *Saudades da Terra*, p. 106.

Viagem a Portugal de Tron e Lippomani, em 1580, já se elogia a habilidade dos artistas portugueses para o torno: «Trabalham delicadamente ao tomo, em que fazem guarda-sóis de barba de baleia, obra acabada, e cocos lavrados a modo de taças com embutidos de madeira do Brasil. Vasos de estanho e mais objectos deste metal se fabricam abundantemente, e se carregam para a Índia, onde dão grande lucro.» Este tipo de guarda-sol ainda se conserva no Minho.

A indústria do barro é a que conserva no seu tipo tradicional o carácter de um importantíssimo documento étnico; Viterbo cita um documento de Penacova de 1192, em que a palavra *infusa* tem ainda o sentido actual: «Era a *infusa*, como hoje, um vaso de barro com igual disposição para servir a água e ao vinho, e sem determinada grandeza.» Os *púcaros* de Estremoz já eram citados no século XVI pelos viajantes estrangeiros; na Relação da Viagem do Cardeal Alexandrino em 1571 lê-se: «Sobre a mesa estava sempre um grande vaso de prata, cheio de água, do qual se deitava em um jarro, chamado na língua portuguesa *púcaro*, do feitiço de uma urna antiga, de altura de um palmo, e feito de certo barro vermelho, subtilíssimo e luzidio, que chamavam *barro de Estremoz*, pelo que el-rei bebeu seis vezes.» Madame d'Aulnoy, na sua Viagem a Espanha, fala destes pucarinhos notados pela sua porosidade ²⁵⁴, que produz pela vaporização a frescura da água. A *louça preta* que se consome nos campos é produzida nos fomos de Baião e de Gaia.

Na *Revista de Instrução*, do Porto, lê-se acerca de cerâmica nacional: «Em Coimbra conservou-se tradicionalmente o fabrico de uma faiança barata, popular, cuja ornamentação é sumamente característica. O barro é de boa qualidade, o esmalte delgado, bastante claro, e funde-se bem com a massa; a cozedura é satisfatória, porque a louça dá um toque metálico, as cores são vivas, resistentes e bastante variadas, numa palavra: o produto agrada; ... Para o arqueólogo essa louça de Coimbra tem um valor especial, porque é a única faiança nacional que representa hoje claramente a tradição oriental, e diremos, particularmente a influência do estilo árabe. Se fôssemos a escolher entre os estilos do Oriente, diríamos que é a arte persa popular a que tem com a arte de oleiro de Coimbra maior semelhança. E sabida a íntima ligação que existe entre o estilo persa e o estilo hispano-árabe da Idade Média; isto é corrente para aqueles que estudam a história da Arte, mas neste lugar convém acentuar a ligação, para que não haja dúvidas. Não deve admirar esta remota afinidade através dos séculos e dos mares, quando na olaria das aldeias, tanto na louça preta como na vermelha tosca (não vidrada), achamos formas de vasilhame e motivos de ornamentação puramente pré-históricos e que poderiam ter sido achados tanto nas habitações lacustres da Suíça, como na Ásia Menor, como na Bretanha ou Escandinávia. – Essa pintura da louça de Coimbra, simulando penas e penachos de aves raras, de plumagem aveludada, deslumbrante, de caudas de pavão, traçadas sobre um fundo formado por grandes fetos verdes, produz um efeito tão singular, dá à louça um aspecto tão arcaico, tão característico, que é impossível confundi-la com a de outra qualquer região.»²⁵⁵

O historiador francês Henri Martin, ao visitar Portugal pela ocasião do Congresso Antropológico de 1880, descreve numa das suas cartas o nosso génio colorista a propósito do aspecto das casas: «O pitoresco aspecto não está só na grandeza e na diversidade dos locais, está também na decoração destas *elevadas casas* brancas, muitas delas revestidas de (*azulejo*) faianças azul-claro, com tabuinhas verdes, beirais e

²⁵⁴ «Il semble quelle (l'eau) bouille quand elle est dedans, au moins on la voit agitée, et qui frissonne (je ne sais si cela se peut dire), mais quand on l'y la laisse un peu de temps, la tasse se vuide, tant cette terre est poreuse; elle sent fort bien.» Camões, na sua primeira Carta da Índia, diz das damas que «*chiam mais do que pucarinho novo*».

²⁵⁵ J. de Vasconcelos, *Revista da Sociedade de Instrução*, t. III, p. 379.

telhados encarnados. Este povo é colorista por instinto; nos campos as mulheres e as raparigas, quando se juntam, agrupam as cores vistosas e variegadas dos seus trajos com uma harmonia que poupava a qualquer pintor o trabalho de compor o seu quadro. É singular coisa, que um povo que neste grão tem o sentimento da cor, não possua escola de pintura, ele, tão vizinho da grande arte de Andaluzia.» Ao tratarmos da ourivesaria já caracterizámos uma das formas de arte popular; o trabalho dos *azulejos* é a transição da indústria para a invenção artística, e provém das mais remotas orientações das raças peninsulares. As civilizações da Mesopotâmia empregaram o tijolo esmaltado para o revestimento dos seus muros, como em Erech, com cores vermelha, branca e negra; sabe-se que a liga do bronze dos povos hispânicos era igual à da civilização da Caldeia, e que um ramo ibérico veio da Ásia Ocidental através da África até entrar na Espanha. Aqui temos estabelecida a linha de continuidade, pela qual se pode explicar o desenvolvimento exclusivo que teve a ornamentação dos *azulejos* na Espanha, logo com o primeiro contacto com os Árabes, e a sua invencível persistência depois de terminada a reconquista cristã. As casas, os templos, as colunas, em tudo se empregava o *azulejo* segundo o gosto mauresco, como um luxo próprio da gente abastada; donde vem o ditado espanhol, aplicado por Sancho a um indivíduo pobre: *No hara casa con azulejos*. No seu livro sobre as *Artes em Portugal*, Raczynski escrevia em 1845: «Os *azulejos* constituem em parte a fisionomia de Portugal. – Há poucas igrejas, poucas casas que os não tenham. Umhas vezes circundam as portas dos edifícios, outras vezes ornham os vestíbulos e as escadarias. Na maior parte das casas, mesmo nas mais pobres, as paredes interiores são guarnecidas deles até à altura de três pés ou mais. Há casas que são revestidas exteriormente desde a sua base até ao tecto.»²⁵⁶ Os *azulejos* antigos, como observa Ceuleneer, são caracterizados pelo seu reflexo metálico, sendo o mais vermelho das fábricas de Valência e Maiorca, e os mais dourados da Andaluzia formam o tipo hispano-mauresco. Depois temos o *azulejo* em camafeu, em que predomina a cor azul sobre fundo branco, dos séculos XVII e XVIII; desta categoria diz Raczynski: «Os mais belos *azulejos* são aqueles que pertencem aos séculos XVII e XVIII, e que representam caçadas, assuntos sagrados, factos referentes à história de Portugal, cenas campestres, paisagens, vasos de flores, arabescos, ornamentos arquitectónicos da época de Le Notre. Estes assuntos são muitas vezes tratados com talento.» Os *azulejos* em que predomina a cor amarela são os que se consideram fabricados sob a influência italiana. O gosto do reflexo metálico foi decaindo com a influência árabe, ou mudéjar, conservando-se até ao século XVII, em que a Pragmática Real de 1566 proibiu em Espanha o trabalhar à mourisca.²⁵⁷ Compreende-se como num país católico, e sob a intolerância da Inquisição, se operasse esta revolução repentina no gosto, e em Portugal se imitasse a faiança holandesa, como na Espanha se imitava o estilo italiano. Diz Ceuleneer: «Os melhores *azulejos*, no género holandês, datam em Portugal do XVII e XVIII séculos. O fundo é branco e o desenho em camafeu é de um brilho azul-ferrete; alguns destes *azulejos* têm uma cor violeta, como nos corredores do Convento de Cristo de Tomar. A principio estes *azulejos* vinham de Delft; até que se começaram a fabricar em Portugal. – Foram mais longe que os Holandeses. Não se contentaram em fazer *azulejos* ornados de alguns pequenos desenhos, mas quiseram produzir verdadeiros quadros de faiança. – Estes quadros são muito mais raros em Espanha do que em Portugal. – Os *azulejos* em relevo são sobretudo vulgaríssimos em Portugal; e actualmente ainda em Lisboa, Porto e outras localidades as fachadas das casas são revestidas com estas faianças. O ornato que nelas se encontra mais frequentemente é o cacho de uvas, e as cores dominantes são o amarelo e o verde. Estes produtos são em geral de uma produção pouco esmerada, e de

²⁵⁶ *Op. cit.*, p. 427.

²⁵⁷ Ceuleneer, *Le Portugal*, pp. 55 e 56.

um valor artístico relativo; porém, esta policromia dá às casas um cunho e aparência de alegria...»²⁵⁸ Vê-se que o período de florescência da cerâmica dos *azulejos* coincidiu com a influência holandesa, que tantas relações tinha com a arte antiga de Portugal; desde que a influência italiana entrou cá tardiamente, acabaram essas cores vivas que consolam a vista, predominando o verde e o amarelo, e extinguindo-se as composições largas da pintura mural.²⁵⁹

O *mosaico*, transformado pelos Árabes em *azulejo*, recebeu também em Portugal uma forma característica, a que se chama *Embrexados*, dos quais escreveu o visconde de Juromenha: «...que se compõe de pedrinhas de diversas cores, misturadas com conchas e cacos de faiança. Também se empregavam os *embrexados* para ornar com eles os muros, as fontes, as salas de jantar, os refeitórios, etc.»²⁶⁰

As indústrias locais acham-se também reforçadas por notáveis indústrias caseiras; sobre este ponto observa o Sr. Vasconcelos, entre a extraordinária actividade das províncias do Douro e Minho: «Guimarães com a sua ourivesaria e os seus *magníficos linhos*, o seu belíssimo aço;... Faro, há ali uma indústria única no país, e de grande futuro: a dos *tecidos de crina*, não falando na das *rendas* de Olhão e outros pontos. – A ilha da Madeira e as dos Açores (Angra) florescem ali numerosas indústrias caseiras, que se podem transformar facilmente em indústrias de concorrência; citaremos somente as indústrias de *vime* e *junco*, dos *tecidos de palha*, das *rendas* e *bordados*, das madeiras *intarsiadas* (embutidas), das *flores de penas* e *de cera*, etc.»²⁶¹ No Minho são muito gerais os teares, em que se tecem os panos de linho, os bragais, e dali o singular fenómeno de abandonarem os trabalhadores do campo a labutação da lavoura pela tecelagem dos cotins. As raças pré-célticas do Ocidente da Europa distinguiram-se pela sua grande habilidade para a tecelagem; Plínio (XXX, 2) enumera entre os tecidos mais estimados, que suplantavam os dos Romanos, os fabricados pelos *Cardúcios*, pelos *Rutenos*, pelos Bituriges, pelos Caletes e pelos *Morins*²⁶² entre os nomes antigos dos panos, temos ainda o *cadarço*, o *cadoxo*, as *rotinas*, as *baetas*, as *chitas* e os *morins* que coincidem com estes nomes de povos. O asseio de uma casa ainda hoje entre o povo consiste na abundância das roupas brancas, e em ter na arca teias de linho. Na sua viagem a Espanha, Mme d'Aulnoy observou este mesmo facto: «É preciso que me não esqueça dizer-vos que se não pode achar linho mais belo do que o que se tece neste país (Bayona) – a teia é feita de um fio mais fino que os cabelos, e o belo linho é ali tão comum que toco nisto acidentalmente.»²⁶³ Já no século XVI, na relação da viagem a Portugal de Tron e Lippomani, se citavam os panos portugueses pela sua superioridade: «As telas portuguesas são na verdade belas; algumas chamadas *casiquino*, mui alvas e finas, e alguns lençóis à mourisca, que são baratos e lindos.» Alguns desses panos acham-se citados nos forais antigos e emprazamentos com o nome de *Bragal*, e da sua persistência diz Viterbo: «Na Beira e Trás-os-Montes ainda hoje chamam *Bragal* a um pano de linho grosso atravessado com muitos cordões.» Da habilidade de mãos das mulheres fala também no século XVI Frutuoso, indicando a causa do vigor das indústrias caseiras: «Esquisitos manjares de toda a sorte como os sabem fazer as

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 59.

²⁵⁹ Num estudo sobre a pintura moderna em Lisboa, Ramalho Ortigão lamenta: «...que tão deploravelmente se houvesse quebrado no século XVII, juntamente com a nossa tradição marítima e comercial, a nossa tradição de arte tão estreitamente ligada à tradição flamenga no tempo de Van Eyck e de Francisco de Holanda, de João Flamengo e de Grão Vasco, única época da nossa história em que a pintura nacional teve o seu clarão no mundo.» *Revista de Estudos Livres*, t. I, p. 540.

²⁶⁰ Ap. Raczynski, *Les Arts en Portugal*, p. 429.

²⁶¹ *A Reforma do Ensino das Belas-Artes*, p. 194.

²⁶² Belloguet, *Ethnogénie Gauloise*, p. 482.

²⁶³ *Op. cit.*, p. 5.

delicadas mulheres da ilha da Madeira, que, além de serem mui bem assombradas, mui formosas e discretas e virtuosas, são extremadas na perfeição deles, e em todas as invenções de ricas coisas que fazem não tão-somente em *panos com polidos labores*, mas também em açúcar com delicadas frutas.»²⁶⁴

Da manufactura do linho, lê-se no Relatório do Inquérito de 1881: «É esta uma das indústrias mais gerais e mais características de todo o Minho. Não há concelho do distrito do Porto onde mais ou menos se não cultive, se não amasse, se não fie e se não teça o linho. – Há cerca de duzentos teares, especialmente nas freguesias de S. Cosme e Fânzeres, distribuídos pelas casas; e além dos panos lisos, ou dos atoalhados, tecem-se riscados tintos e cobertas de um tipo característico em que a lã de várias cores entra como ornato em desenhos mais ou menos bárbaros.»²⁶⁵ Em Gondomar e Penafiel esta indústria caseira já se alargou em oficinas, tendo entrado num período de concorrência de que decaiu haverá dez anos. A fiandeira do algodão desenvolveu-se na Maia e em Bouças, tornando-se a sua tecelagem uma pequena indústria local dos *cotins* e *riscados*²⁶⁶, Em Santo Tirso «fabricam as baetas *carriças*, de um uso local tradicional»²⁶⁷, Na Póvoa e em Felgueiras tecem-se «mantas para a gente do campo». As camisolas de malha de lã grossa dos marinheiros e camponeses que se produziam em Bouças ainda são objecto de uma indústria doméstica em Vila do Conde, onde se mantém a indústria das *rendas*, definhada com a decadência da navegação. As *rendas* ainda são uma forma da actividade doméstica em Vila do Conde e Azurara, sustentando-se por causa da bela *linha* de Guimarães, e pelo comércio de mulheres que as exportam para o Brasil e as vendem pelas portas. Os costumes domésticos da fiação e da tecelagem acham-se determinados desde os tempos mais antigos da nossa nacionalidade; no *Cancioneiro da Vaticana* lê-se:

Sédia la fremosa seu *fuso torcendo*,
sa voz manselinha fremosa dizendo
cantigas de amor.

(Canç. nº321.)

Vi boas donas *laurar e tecer*
cordas e cintas, nem as vi teer
berç'ant'o fogo a dona mui honrada, ...

(Canç. nº786.)

À indústria das lãs anda ligada a actividade pastoral e as suas qualidades são também características em cada província, segundo as raças ovídias que aí estacionam; elas apresentam as qualidades típicas das três variedades de carneiros portugueses, dividindo-se em lãs *merinas*, *feltreiras* e *longais*, comuns às lãs brancas e pretas. As lãs brancas apresentam as seis qualidades *merino fino*, *entrefino*, *ordinário*, *grosseiro*, *feltroso ordinário* e *entrefino*, *entremertino* e *longal-lustrino*, todas do tipo merino. Ao tipo feltreiro pertencem as qualidades *feltreiro ordinário*, *entrefino* e *fino*; ao tipo longal pertencem o *longal lustrino*, simples e feltroso, e o *longal churro*, simples e feltroso. Nas lãs pretas também há divisões especiais segundo os três tipos; ao merino,

²⁶⁴ *Saudades da Terra*, p. 200.

²⁶⁵ *Relatório*, p. 44.

²⁶⁶ *Ibidem*, p. 45.

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 47.

pertencem as qualidades do *merino entre simples fino, surrubeca e mesclado*; *merino ordinário simples*, crespão e feltroso, e *merino grosseiro*. Ao tipo feltreiro pertencem o *feltreiro entrefino simples*, altoso e mesclado, *feltreiro ordinário simples*, mesclado e altoso; *entrefeltreiro* e *merino*. Ao tipo longal pertencem o *entrelongal* e *merino*, ordinário e grosseiro, *longal*, *lustrino feltroso* e *longal churro feltroso*,²⁶⁸ A lá suja (*churdo* e *lurdo*) ou com *suarda* de Trás-os-Montes lava-se em água para a exportação; a do Alentejo lava-se com urina ou soda (ou *sugarda*)²⁶⁹ e secam-na em *ramblas*.

A indústria da seda tem em algumas províncias a forma doméstica, criando-se o bicho e vendendo-se o casulo às rasas; florescente no tempo da administração do marquês de Pombal, «foi rapidamente decrescendo até chegar ao estado em que hoje se acha, permanecendo a cultura reduzida quase às províncias de Trás-os-Montes e das Beiras, e aí bastante decadente agora em resultado da moléstia que atacou o sirgo, etc.»²⁷⁰

Em Santo Tirso e Penafiel refina-se a cera; em Paços de Ferreira, na freguesia da Carvalhosa, fabricam-se as *croças* ou palhoças; em Penafiel, as *chancas* ou tamancos; no concelho de Paços de Ferreira, os *fusos*. A fabricação do *pão* é ainda nas províncias uma indústria caseira, tomando-se já fabril no concelho de Gaia, do Marco e de Valongo, e como emprego de mulheres; *governar o pão* consiste em peneirá-lo e amassá-lo; quando começa a fermentação da massa, diz-se que está *finto* ou levedo, tendo-se-lhe previamente feito três cruces na massa, com as seguintes fórmulas:

à *primeira cruz*: O Senhor te acrescente,
O Senhor te levede.
à *segunda*: São Mamede
Te levede.
à *terceira*: São Vicente
Te acrescente.²⁷¹

Do fermento que se mete na massa fez o povo a entidade *São Crescente*, e nos Açores chama-se-lhe o *crescente*; o Sr. Leite de Vasconcelos, descrevendo os costumes supersticiosos ligados à cozedura do pão, cita uma fórmula italiana análoga à nossa:

Pani, crisci,
Come Diu ti binidissi;
Crisci, pani, 'uta la fumu
Comu Diu crisciu a lu munno.

Se a massa não leveda, põe-se-lhe em cima um rosário ou roupa de homem, ou passa-se com um tição por cima; para que a massa não azede mete-se uma faca na cruz, ou um copo de água; o bolo que se faz da massa das rapaduras chama-se *neto* ou *brindeiro*, e costuma dar-se às crianças. Quando há forno comum numa terra o homem que trabalha nele recebe uma *poia* (Tabuaço) ou pão que lhe é destinado em cada fornada.

Vejamos agora o tipo tradicional do pequeno comércio que é coexistente com a pequena indústria; as *Feiras* andam correlacionadas com certos dias da semana e com as festas religiosas do ano.

²⁶⁸ A. J. Teixeira, *Relatório do Conselho Geral das Alfândegas*, em 1876 e 1877, p. 41.

²⁶⁹ *Relatório da Subcomissão do Inquérito*, p. 323.

²⁷⁰ A. J. Teixeira, *op. cit.*, p. 43.

²⁷¹ *Tradições populares de Portugal*, p. 230.

Os nomes dos dias da semana perderam em Portugal a sua designação politeísta; apenas se encontra *dia martes* em uma poesia de Luís de Azevedo, do meado do século XV; sob a pressão católica ficou-se chamando por *férias*, derivado das rezas canónicas. Os mercados permanentes e os anuais também se chamam *feiras*; fazem-se por ocasião dos ajuntamentos populares nas férias religiosas de comemoração de templos ou dos patronos, ou da exposição de relíquias; numa feira de Coimbra, no Campo de Santa Clara, era a abadessa que vinha almotaçar os géneros, como se usava em muitas feiras de França. Diz o abade Corblet na sua *Notice Historique sur la Foire de la Saint Jean, à Amiens*: «O aniversário da dedicação das igrejas, as festas patronais dos mosteiros e das paróquias, o culto de certas relíquias veneradas, atraíam anualmente uma grande afluência de fiéis a certas localidades. Os mercadores eram ali atraídos pela esperança de uma venda fácil, e as festas da igreja, como diz S. Basílio, tornavam-se para de logo festas de comércio ... Quando se conhece a origem religiosa das *Feiras*, não há que admirar ver a Igreja representar nelas uma parte tão importante durante o curso da Idade Média. Em Ruão a abertura da feira era inaugurada pelo prior e pelos religiosos de Notre Dame. Na feira de St. Germain dizia-se missa todas as manhãs ...» Isto mesmo se vê em Portugal ainda agora; as feiras são sempre por ocasião de festas de santos, como de S. Bartolomeu, em Coimbra, ou da Agonia em Viana do Castelo. O *Auto da Feira*, de Gil Vicente, é neste ponto curiosíssimo para a história dos costumes portugueses. No *Auto de Mofina Mendes*, Gil Vicente fala na *Feira de Trancoso*, e num documento de 1395, em que D. João I concede uma feira franca em 15 de Maio à Torre de Mem Corvo, diz-se aí com os privilégios da *Feira de Trancoso*; no século XIII já existia a feira franca anual de Moncorvo quinze dias antes da Páscoa e quinze dias depois *para pão, gados e marchandias*.²⁷² Uma feira tradicional, destinada às coisas velhas, é a da *Ladra*, em Lisboa, da qual escrevia no século XVII Serrão de Castro:

Se essa pobreza que tem
Tanto, ratinhos vos quadra,
Para que a *Feira da Ladra*
Vós dela fazeis também?²⁷³

Transcrevemos aqui algumas linhas que pintam esta feição do comércio local: «A *Feira de Março* é o grande acontecimento anual desta localidade (Aveiro). É a exposição do que Guimarães dá em bons e duradouros *guardanapos*, do que Braga produz em espantosos e invencíveis *tamancos* e *guarda-chuvas*, do que Penafiel inventa em *albardas* com as respectivas *retranças*, do que as nómadas lojas de capela e quinquilharias contêm de mais avariado e vendável. – É a única época em que as famílias convivem e conversam na rua, em que saem diariamente e em que se vestem desafectadamente com as melhores roupagens. – A 19, no muito católico, técnico e alusivo dia de S. José, há a Feira de *madeira de pinho, carvalho e castanho* e de *charruas, arados e cabeçalhos*, o que tudo representa uns três contos de contratos pecuniários. A 25 faz-se a venda de barcos moliceiros...»²⁷⁴ Há também as feiras especiais de porcos, de gado, de milho, e no Porto a *feira dos moços* todas as terças-feiras de Abril em que se contratam os criados para a lavoura. Não levamos mais longe estas indicações, porque nos parecem já bastantes para se determinar a feição da actividade local. Gil Vicente alude ao carácter festivo das feiras:

²⁷² Viterbo, *Elucid.*, vb° AGINHA.

²⁷³ *Ratos da Inquisição*, p. 125.

²⁷⁴ Carlos Faria, *Folhetim*, cit.

Eu não vejo aqui cantar
 Nem gaita, nem tamboril
 E outros fulgores mil
 Que nas feiras soem de estar.

(*Obr.*, t. I, p. 175.)

Na sua actividade, em geral, o homem do povo pouco confia na eficácia do trabalho e da economia; crê na entidade da fortuna, da sorte, ou de qualquer poder mágico, e procura obter o seu favor. É por isso que em todos os processos do trabalho se encontram superstições ou agouros, praticados para alcançar um bom resultado. A planta do *jarro* indica se o ano será estéril ou abundante (Ucanha); a *Erva de Nossa Senhora*, apanhada no dia de S. João, conserva-se sempre verde como sinal de ser feliz a pessoa por cuja sorte foi colhida; a *Feitelha*, ou o feto-real colhido à meia-noite em ponto na festa de S. João, dá àquele que o apanhou todas as venturas que desejar. A mesma virtude se atribui à *erva moliana*, à qual Gil Vicente alude entre as cantigas da Rubena. Colhida esta planta, dispõe-se num vaso onde se deitará um pedacinho de ouro, outro de prata e outro de cobre; todos os dias quando o indivíduo se levantar da cama deve ir saudar a erva *moliana* (nos Açores diz-se: *Cantar a moliana*) com a seguinte oração:

Deus te salve, moliana,
 Onde Nosso Senhor Jesus Cristo
 Pôs os pés e fez a cama.
 Assim como Nosso Senhor
 Te encheu de verdura,
 Assim tu me enchas de fortuna
 No comprar e no vender,
 E em todos os negócios
 Que eu pretender fazer;
 Assim como te eu dei prata e cobre,
 Assim tu me dês ouro
 Para eu dar esmola ao pobre.²⁷⁵

²⁷⁵ Z. Pedroso, *Superstições Populares*, nº 595. no Positivismo. – Esta mesma crença se aplica também ao *Azevinho*, que se borriça com vinho no momento de ser colhido, dizendo-se:

Azevinho, meu menino,
 Aqui te venho colher
 Para que me dês boa fortuna
 No comprar e no vender,
 E em todos os negócios
 Em que me eu meter.

(*Ibid.*, nº 247 e 600.)

O mesmo se dá com a *Laranja para dar fortuna*, colhida nas mesmas condições, e dizendo-se voltado para o nascente:

Laranjinha redondinha,
 Cortada por minha mão;
 Dai-me fortuna
 No comprar e no vender,

Enquanto a erva se conservar verde há felicidade na casa; quem tiver a *moliana* e a der a alguém perde a sua fortuna. Os dias da semana têm certas virtudes especiais, como determinadas horas do dia (*das onze para a meia-noite, pino do meio-dia*) e como os meses no último dia. Neste estado de espírito a actividade do homem do povo está subordinada a uma disciplina afectiva de agouros, de esconjuros e de superstições, que toma quase necessária uma classe de *pessoas de virtude* que o dirijam nesse dédalo da credulidade. A falta de confiança nos próprios recursos faz com que a maior parte das vezes se iluda o trabalho, ou se aproveite o primeiro pretexto para a ociosidade. Na parlenda dos dias da *Semana da mulher preguiçosa*, de Trás-os-Montes, diz-se:

Na segunda me eu deito,
 Na terça me levanto,
 Na quarta é dia santo;
 Na quinta vou para a feira
 Na sexta venho da feira,
 Sábado vou-me confessar
 Domingo vou comungar,
 Diz-me agora comadrinha
 Quando hei-de trabalhar?²⁷⁶

E em tudo o que eu pretender.

(*Ibid.*, nº 631.)

²⁷⁶ Leite de Vasconcelos, *Folk Lore Andaluz*, p. 211. – Na tradição espanhola há esta fórmula aplicada à semana do sapateiro; *ib.*, p. 186.

CAPÍTULO IV

Estados sociais representados nos costumes portugueses

Relação entre os ritos funerários, as cerimónias do casamento e as formas simbólicas do direito, derivada da constituição primitiva da Família. – *Dos ritos funerários em Portugal*: Actos por ocasião do falecimento. – Despenadeiras. – Montes de pedras. – Poços secos. – Formas de incineração e da inumação. – O banquete funerário. – Obradas, Bodivos; Pão, vinho e candeias; Ofertas aos meninos. – A encomendação: Nélias e Dança funeral. – O pranto e as carpideiras. Os Clamores e Voceros. – O luto nas suas formas popular e oficial. – Tosquiar o cabelo. – Formas do culto ou Comemoração dos mortos. – Almas santas. – O gilde ou banquete sobre as sepulturas. – Mamoas e Antelhas. – A Tripudia hispana. – O toque dos sinos. – Consequências da falta do culto dos mortos: Almas penadas. – Baptismo de cinza. – Semear o morto. – Requer alma e ter espírito. – A evocação dos mortos. – O burburinho e a Procissão dos Defuntos. – *Das formas populares do Casamento*: Época do Familismo, e formas hetairistas da Promiscuidade e da Ginecocracia. – União temporária, Prostituição sagrada e Virgindade ignóbil. – Poliandria, escolha pela mulher e Celibato. – Época da tribo patriarcal, ou casamentos endogâmico e exogâmico. – Sacrifício à comunidade; Compra de corpo, Dote paternal, Coabitação. – O Rapto da mulher, o Combate simulado e a Confarreação. – Na época nacional: Cerimónias no lar do pai, na transição e no lar do marido. – Comparações com os costumes gregos e romanos. – *Costumes e símbolos jurídicos*: As duas formas sociais do estatuto territorial e pessoal. – Os Pelourinhos e a liberdade municipal. – As Irmandades. – A justiça local e a do Foro do rei. – Sistema tradicional da penalidade. – As penas infamantes. – Os estados das pessoas nos costumes populares. – Formas dos contratos.

No nosso trabalho intitulado *Sistema de Sociologia*, apresentámos o seguinte princípio geral que nos servirá de guia na coordenação dos complicados materiais deste estudo: «Enquanto a sociedade estava embrionária no tipo de família, a religião era o vínculo de unificação, acompanhando todos os actos colectivos, como os ritos funerários pelos antepassados, as cerimónias do casamento, a consagração da propriedade, a propiciação para as sementeiras e colheitas.»²⁷⁷ Todos estes actos tão variados e quase sempre praticados sem consciência do seu intuito primitivo acham-se relacionados entre si pela sua origem religiosa. Com a sucessão e cruzamento das raças, com a elevação dos estados sociais, que passam do familismo rudimentar para o cantonalismo ou para os agregados nacionais, alteram-se as concepções religiosas, os dogmas substituem-se, mas ficam os actos exteriores, como a última coisa que se perde. Bem diz Fustel de Coulanges: «Se é preciso muito tempo para que as crenças humanas se transformem, é preciso muito mais ainda para que as práticas exteriores e as leis se modifiquem.»²⁷⁸ Os ritos funerários em Portugal apresentam actos isolados e incompreendidos que pertencem a um sistema primitivo do culto dos mortos; as cerimónias do casamento, praticadas na vida provincial, derivam desse mesmo sistema, que transparece em muitos dos seus elementos através da crusta católica. A relação entre estes dois grandes actos da vida social é a principal luz para a coordenação de elementos tão desconexos e para a inteligência do seu espírito tradicional; a falta deste ponto de vista faz com que espíritos subalternos se limitem a compilar sem plano os usos locais, condenando como inútil e apriorística toda a tentativa de reconstrução dos estados sociais antigos. Fecham a ciência no limite da sua incapacidade, envolvendo no seu azedume os que avançam.

Partindo dos estados sociais superiores, como o de nacionalidade, vamos encontrar nos costumes os vestígios primordiais da agregação no tipo de família. Na Grécia a palavra que designa a família significa – *aqueles que estão juntos do mesmo lar*; e essa unidade rudimentar da família não se funda socialmente no parentesco do

²⁷⁷ *Op. cit.*, p. 311.

²⁷⁸ *La Cité Antique*, p. 17.

sangue, mas na obrigação moral de venerar os antepassados que ela representa.²⁷⁹ Esta veneração não podia manter-se por um sentimento abstracto de dever, incompatível com o estado da consciência de civilizações nascentes, mas sim por meio de actos, práticas ou diligências culturais de forma concreta, constituindo um rito obrigatório para os parentes e excluindo de um modo absoluto dessa participação todos aqueles que não pertencessem à família. Na agregação social dos povos áricos preponderou o tipo de Família, e por isso em todos os ramos deste tronco antropológico, na Índia, Grécia e Itália, o culto mais antigo e geral é o dos mortos, conservando através de todos os acidentes históricos as suas formas ritualísticas. Diz Fustel de Coulanges, observando esta similaridade fundamental, derivada de uma mesma ordem de concepções: «Os dogmas podem ter-se extinto muito cedo, mas os ritos têm durado até ao triunfo do cristianismo.»²⁸⁰ Os costumes funerários em Portugal confirmam este princípio, apesar da cruzada católica durante cinco séculos contra o islamismo na Espanha, em que se envolvia também o politeísmo greco-romano, e apesar de três séculos de canibalismo da intolerância inquisitorial. Ligado ao primeiro rudimento social do familismo, o culto dos mortos antecedeu todas as outras formas religiosas, e na nossa raça árica, como observa Fustel de Coulanges: «Antes de conhecer e adorar Indra ou Zeus, o homem adorou os mortos, etc.» E esta orientação primordial da credulidade que persiste ainda entre o povo nas suas práticas de veneração pelos mortos, e que fez com que a Igreja convertesse os Deuses *Manes* e os *Penates* nos *Fiéis defuntos* da sua hierologia. Estabelecido o culto dos mortos em cada família, o pai era o pontífice da religião doméstica e daqui derivava a força ou poder moral e material sobre os que se reuniam em volta do mesmo lar. A mulher que passava *in manu mariti*, que casava, tinha por uma cerimónia particular de abjurar do culto dos seus antepassados, para ser admitida sem profanação aos actos cultuais da família do seu marido. Nas superstições e agouros populares tanto de Portugal como da Espanha, ainda existe uma vaga relação entre o culto dos mortos e o acto de casamento; dizem os nossos anexins:

À terça-feira
Não cases a filha,
Nem lances a teia.

E no refraneiro espanhol:

En *Martes*,
No te cases,
Ni te embarques.²⁸¹

Basta lembrar que o deus *Marte*, consagrado na terça-feira (*Dia martes*, no *Canc.* de Resende; no *mardi*, francês, etc.), era o que dirigia as almas dos mortos como psicopompo, e este carácter aziago de tal dia liga-se inconscientemente à consagração dos mortos. A frase bíblica «por mim deixarás pai e mãe» alude a esta substituição do culto doméstico no casamento, como notou Fustel de Coulanges: «Desde o casamento a mulher nada tem de comum com a religião doméstica de seus pais; ela sacrifica ao lar do marido.»²⁸² Quando Estrabão observa que os costumes do casamento entre os

²⁷⁹ Diz Fustel de Coulanges: «Uma família era um grupo de pessoas às quais a religião permitia o invocar o mesmo lar, e o oferecer o mesmo banquete fúnebre aos antepassados.» *La Cité Antique*, p. 41.

²⁸⁰ *Op. cit.*, p. 15.

²⁸¹ *El Folk Lore Andaluz*, p. 155.

²⁸² *Op. cit.*, p. 42.

Lusitanos se pareciam com os dos Gregos podia estabelecer logo a correlação para com os ritos funerários.

A propriedade era também primitivamente demarcada pela cerimónia religiosa da implantação do *termo* ou marco sobre os carvões do lar em todos os povos indo-europeus; a propriedade tomava-se tão individual e inamovível como o culto da família, que lhe confiava o depósito dos seus antepassados. À medida que as famílias se associam sobre o mesmo território, organiza-se um culto público dos antepassados que serviram a comunidade, e são esses os heróis, o *genius loci*, centro de convergência das instituições municipais; o *Picus*, ou *Pilus*, dos povos itálicos conservou-se longos séculos nos Municípios portugueses na coluna chamada *Picota* ou *Pelourinho*.

Nos costumes populares portugueses existem vestígios de outras raças que não pertencem ao grupo indo-europeu; por isso na coordenação dos elementos consuetudinários importa agrupar em sistemas isolados esses fragmentos, recompondo com eles os estados sociais que se sobrepuseram ou confundiram. E esta a principal condição para a clareza descritiva e para as conclusões sociológicas. Dividiremos, portanto, este capítulo de uma maneira lógica, seguindo as relações étnicas que existem entre os Ritos funerários com as Cerimónias dos casamentos e com os Símbolos do direito consuetudinário.

Dos ritos funerários em Portugal. – A complexidade e variedade de actos praticados pelo povo quando morre alguém, ou quando comemora algum falecimento, organizam-se em três grupos independentes: *a)* o que respeita à ocasião de ser sepultado o defunto; *b)* o que se refere à consagração da sua memória em épocas anuais; *c)* e o que resulta do abandono completo do culto, em que os mortos se tomam *seres malévolos* de que se tem medo, e que importa torná-los propícios por meio de determinados agouros. Por esta divisão podemos agrupar as formas rituais pertencentes às diversas camadas étnicas que constituem o povo português.

O antigo costume de dar a morte aos velhos ou enfermos incuráveis pela mão dos próprios parentes com um intuito de piedade é um facto que remonta à época mais atrasada das sociedades, quando a falta de subsistência ou os acidentes da guerra forçavam a tribo a este recurso violento. Robertson, na *História da América*, descreve este costume do assassinio dos velhos existindo entre todas as tribos do continente desde a baía de Hudson até ao rio da Prata; Jacob Grimm também em numerosas Sagas escandinavas comprovou este costume entre os povos do Norte da Europa antiga; Koenigswarter coligiu documentos por onde comprova este costume entre os Hérulos, os Iaziges, os *Cantabros* (Sílio Itálico, *Punica*, III, 328) e bem ainda na raça eslava do Leste da Europa, os Vagrianos, os Vendas, os Vilsas e os Prussianos.²⁸³ Era preciso que este costume tivesse raízes étnicas muito profundas para existir nos contos populares a sua reminiscência e para se praticar ainda excepcionalmente. Nos contos do povo conta-se que um filho ia abandonar o pai para a morte voluntária; e ao deixar-lhe uma manta velha, observara o pequeno que desse ao avô só metade, porque a outra metade da manta serviria para quando lhe tocasse a vez de ser atirado ao escampado. Porém, mais do que esta reminiscência existem pelas aldeias certas mulheres que vão às casas *ajudar a morrer* os doentes que estão na agonia, gritando-lhes à cabeceira, para afugentar o diabo: «Ande, diga comigo do fundo do seu estômago: Ih, Jesus, que morro.» O carácter deste acto acha-se na sua forma primitiva em Nisa, onde estas mulheres eram chamadas as *Despenadeiras*, as quais para abreviarem a agonia do moribundo cravavam-lhe os cotovelos sobre o peito, comprimindo-lhe a caixa torácica! Ainda há bem poucos anos

²⁸³ *Études Historiques sur le Développement de la Société Humaine*, p. 9.

se passava isto assim, como o observou uma testemunha insuspeita que no-lo garantiu; às vezes os doentes pediam por misericórdia *que os não despenassem ainda!*²⁸⁴ É evidentemente a persistência desse costume das antigas raças da Europa que aparece na Espanha entre os Cantabros. Da freguesia de Cabreira, relata J. Avelino de Almeida, no seu *Dicionário Corográfico*, o seguinte costume: «No tempo da primitiva igreja, os filhos, tanto que os pais não podiam trabalhar para se sustentarem, levavam-nos às costas a uma laje corrediça, e os precipitavam no Poço de Portocales, acima da Ponte, no rio que vem de Outeiro maior...»²⁸⁵

O modo de tratar os cadáveres, enterrando-os, queimando-os ou abandonando-os, corresponde a determinadas raças e épocas de civilização, e por isso trataremos das formas da *inumação*, da *incineração* e do abandono em covas descobertas segundo esta coordenação étnica bem evidente entre as raças antigas da América. A *inumação* era de preferência usada na América do Sul, e em especial no Peru; a *incineração* acha-se como peculiar do México, sobretudo aplicada às pessoas de distinção; na América do Norte dava-se o abandono dos cadáveres.

A *incineração* dos cadáveres ataviados com vestes e jóias era uma cerimónia dos Lusitanos e dos Galegos, ou propriamente céltica. Sibel e Murguia referem-se a urnas cinerárias achadas nos túmulos ou *mamoas* da Galiza. Como a *incineração* caiu em desuso entre os Gregos e Romanos, veio também este costume a decair na civilização peninsular sob a influência jónica e pela incorporação romana. Apiano, ao descrever a incineração de Viriato, chama a este rito funerário *costume bárbaro*; Tito Lívio, descrevendo as danças funerais ordenadas por Aníbal em honra de Graco, chama-lhes *tripudia hispanorum*. Os Romanos estavam já na Idade de Ferro quando ocuparam a Península, e por isso consideravam como nefando esse uso da incineração característica da Idade do Bronze. Existe uma profunda diferença entre os povos primitivos que enterravam os seus mortos e aqueles que os queimavam, Lubbock no seu livro *O Homem antes da História*, tenta apresentar esta característica: «Não se pode duvidar que durante o período neolítico da Idade da Pedra *enterrava-se* ordinariamente o corpo na posição de assentado. Em resumo, parece provável, embora nada possamos afirmar positivamente, que na Europa Ocidental esta posição do cadáver caracteriza a Idade da Pedra, e a *incineração* a Idade do Bronze; ao passo que, quando o esqueleto está estendido, pode-se sem muita hesitação atribuir o túmulo à Idade do Bronze.»²⁸⁶ O que se conclui é que a *incineração* é um facto muito especial das raça amarelas ou mongolóides²⁸⁷, e que sendo elas que introduziram o bronze na Europa, os vestígios da incineração são documentos desta camada étnica, odiada pelos elementos áricos. Na linguagem popular ainda se diz as *cinzas* como sinónimo dos despojos mortais de um indivíduo. Como costume de uma raça detestada, e ao mesmo tempo como dispendioso, e tanto que se tornou um distintivo das pessoas elevadas, a *incineração*, que sucedera ao abandono dos cadáveres, foi por seu turno substituída pela *inumação*.

O abandono dos cadáveres aparece simultâneo com a incineração, prevalecendo sobretudo aquela forma primeira nas classes inferiores; diz Finlayson isto das classes pobres dos Mongolóides. Pausânias diz que os Celtas abandonavam os seus mortos no campo da batalha, e Sílio Itálico diz efectivamente «que este uso de abandonar os mortos existia entre os mais antigos Celtas que nós conhecemos, derivado da sua fé religiosa».²⁸⁸ Belloguet pergunta se não será isto consequência do Masdeísmo? E afasta-

²⁸⁴ Comunicação do digno juiz de direito Celestino Emídio.

²⁸⁵ *Op. cit.*, t. I, p. 200.

²⁸⁶ *Op. cit.*, p. 107. Trad. Barbier.

²⁸⁷ Letourneau, *Sociologie*, p. 226 e 227.

²⁸⁸ Belloguet, *Ethnogénie Gauloise*, t. III, p. 141.

se da verdadeira origem ibérica, isto é, da sua proveniência de uma raça amarela que precedeu na Europa os ramos áricos. O facto dos *poços secos* é a prova do sistema do abandono dos cadáveres, que aí se deixavam; tanto na Inglaterra como em França existem largos boqueirões escavados, cujo destino, em terrenos sem água, «parece ter sido unicamente funerário, pelo que se vê dos ossos de animais e esqueletos de homens que aí se encontram».²⁸⁹ Este costume aparece ainda entre os Romanos, no cemitério da plebe do Monte Esquilino, onde os escravos eram abandonados em *puticuli*, «espécie de pequenos poços, que existiam na mesma colina, e de que as valas nos cemitérios de hoje são uma tristíssima recordação, etc.».²⁹⁰ Do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa extraiu o autor do Relatório sobre os Cemitérios desta cidade um documento importante sobre o abandono dos cadáveres; é uma carta do rei D. Manuel dirigida àquela corporação, que aqui transcrevemos pela sua importância:

«Vereadores procurador e procuradores dos mesteres. Nos elrey vos enviamos muyto saudar. Nos somos certificado, que os escravos que falecem nessa cidade asy dos tractadores de guynee como outros nam sam asy bem soterrados como devem nos llogares onde sam llançados e que se llançam sobre a teerra em tall maneira que fiquam descubertos ou de todo sobre a teerra sem cousa algua delles se cubryr, e que os cães os comem, e que a maior parte d'estes escravos se llançam no monturo que estaa junto da cruz que estaa no caminho que vay da porta de Santa Catherina para Santos, e asy tambem em outros llogares pllas herdades dhi da redor. E que posto que nyso tenhaes provido com pnnas e provejaes todo ho posivell, por a corruçam que se se segiria da podridam dos ditos corpos. Consyramos que o melhor remedio seria fazerse hum poço o mais fundo que podesse ser no llugar que fosse mais convinhavell e de menos inconveniente no quall se llançasem os ditos escravos e que fose llançado de tempo em tempo no dito poço allgua cantidade de call virgem pera si melhor gastarem os corpos e se escusar o mais que possivell for a dita coruçam e que este poço fose feito ao redor da boca hu cercuyto de parede de pedra e call e que qualquer que escravo llançasse ou mandasse llançar em outro cabo salvo no dito poço, pagáse huua certa pnna qual se vos bem parece, porem vos encomendamos e mandamos que lloguo nysto entendaes e vejaes o llugar que será mais convyniente para o dito poço se fazer e ascentay a pnna que se pohera e todo o que nyso fizerdes nos escrevei cumpridamente para o vermos e averdes nosa resposta. E encomendamos que llogo nysto entendaes porque ho avemos por cousa de muito noso serviço. Escripta em almeyrim a XIII de novembro de 1515. Rey. p^a a çidade sobre o poço p^a se llançarem escravos.»²⁹¹ O sítio hoje denominado de *Poço dos Negros* coincide com o local em que se abandonavam os cadáveres no tempo de D. Manuel.

A sepultura no mar, era também uma antiga tradição hindu, usada por necessidade pelos marinheiros, quando lhes morria alguém a bordo; no Naufrágio da Nau *S. Paulo* relata-se a morte de uma menina: «encomendou-a o padre, e em uma alcatifa, com um pelouro aos pés, tomou ao mar, etc.».²⁹²

O sistema da *inumação* veio a prevalecer nas mais elevadas civilizações, como entre os Semitas, talvez pelo seu cruzamento com o elemento negróide, como entre os Arias Védicos e os Persas, ou coexistindo com a incineração como entre os Germanos. A locução *A terra lhe seja leve* é uma noção moral derivada deste costume generalizado com o cristianismo. Os *montículos funerários* são frequentes em vários pontos de Portugal, restos de uma população ante-histórica; têm na linguagem popular o nome de

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 476.

²⁹⁰ *Os Cemitérios de Lisboa*, Relatório, p. 9 1880.

²⁹¹ Arquivo da Câmara de Lisboa; *Provimto de Saúde*. Liv. I, fl. 51 – Ap. Relat. cit., p. 14.

²⁹² *Hist. Trágico-Marítima*, t. I, p. 411.– Barros, *Década IV*.

mamoas, antelhas e antinhas, não obstante uma grande parte deles ter sido destruída pela exploração agrícola, e também pelos rebuscadores de tesouros. O Dr. Martins Sarmiento dá uma curiosa notícia destes *montículos* do Vale Âncora, alguns deles em grupos: «O exame dos dólmenes e túmulos de Âncora mostra mais que os dólmenes e túmulos são sempre ou foram cobertos por uma *mamoia maior ou menor, conforme o tamanho da sepultura que escondia, mas composta sempre do mesmo modo, terra e pedregulho.*»²⁹³ O terreno entre a Citânia e Sabroso, onde está um montículo sepulcral, ainda conserva o nome de *Monte d'Antela*; e em Pamplide o *Campo das Antinhas* tem algumas sepulturas contíguas abertas em rocha.²⁹⁴ Estes montes formavam-se por um acto cultural, atirando pedras para cima da sepultura; quando novas práticas religiosas atacaram este uso, alternado as formas da crença, ficou ainda o costume de lançar pedras nas sepulturas, porém considerando-as como de justicados ou abandonados. Na época cristã, em Portugal, quando se não enterrava o morto em sagrado, isto é, nas igrejas e adros, lançavam-lhes pedras sobre a sepultura, fazendo montículos chamados *Fiéis de Deus*, ou na linguagem popular *Montes Gáudios*. No *Elucidário* de Viterbo fala-se deste uso: «Em todo este reino vemos destes pedregulhos junto das estradas, sem que nos fique a mais leve dúvida que ali foram advertidamente postos e não por acaso.» E cita um documento de Pinhel, de 1473, em que se refere este título «que o povo também chama *Montes Gáudios*». Santa Rosa de Viterbo atribui este uso a origem grega, derivado do costume de se atirarem pedras para honrarem Hermes ou Mercúrio para tornar propícia a viagem; mas o deus dos viandantes era primitivamente um *psicopompos*, ou guia das almas dos mortos, e por este aspecto nos remontamos à origem mítica deste uso funerário.

Nos cantos populares, como o de *Petit Poucet*, a criança *atira as pedrinhas* pelo caminho por onde a levam para a exporem à morte, e por elas descobre o caminho para voltar para casa. No mito de Pyrra, das pedras atiradas para trás nascem os homens, *durum genus*. A pedra funerária tem portanto um sentido mítico a que se liga a esperança da ressurreição do morto, ou pelo menos a guia para achar no mundo subterrâneo o caminho para a luz e a bem-aventurança. Gubernatis cita este costume entre os Tártaros da Pequena Rússia, que em viagem atiram para a sepultura que encontram na estrada pedras com um sentido religioso propiciatório;²⁹⁵ este mesmo uso é indicado em Sérvio como existindo na Itália Meridional; Liebrecht encontrou-o entre os antigos gregos, bem como entre os Germanos, Escandinavos e Celtas da Grã-Bretanha, remontando-os também à Índia, aos Chineses, aos Japoneses e Hotentotes.²⁹⁶

O costume de colocar pedras sobre as sepulturas acha-se entre as raças selvagens, entre os povos que atingiram uma civilização rudimentar, e persiste ainda nas raças superiores da Humanidade como vestígio de uma concepção primitiva.

Segundo Park, no interior da África existem montões de pedras que os negros acumulam sobre as sepulturas dos seus parentes e amigos, aumentando-os quando por ali passam; Galton descreve o mesmo costume entre os Damaras, e Spencer nota-o entre os Bodos e os Dimals. Darwin, na sua *Viagem de Um Naturalista*, observou na Sierra de las Animas, em Maldonado, montões de pedras, a que atribui um intuito comemorativo histórico, mas que em rigor são exclusivamente de uso funerário; basta o nome de Sierra de las Animas e a relação já estabelecida por Gubernatis entre a pedra e o *monte (adri)*

²⁹³ Revista *O Pantheon*, p. 4.

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 21.

²⁹⁵ *Mitologia comparada*, p. 102.

²⁹⁶ Smith, *Histoire des Druides*, p. 71, descreve o uso céltico dos montes de pedras nas sepulturas dos justicados.

nos mitos indianos²⁹⁷ para se conhecer o intuito das raças indígenas da América e estabelecer mais um ponto de contacto com a civilização primitiva dos Árias. Darwin compara estes montões de pedras da Sierra de las Animas com os que comumente se encontram nas montanhas do País de Gales. Os Árabes também costumam atirar pedras às sepulturas com um fim religioso, prevenindo-se de longe com pedras que acham pelo caminho para não faltarem a este piedoso dever; assim o observou em 1845 o viajante. Carrete, na Argélia Meridional: «Viajando um dia com muitos árabes, admirei-me de os ver apanhar uma pedra cada um deles sucessivamente; um deles apresentou-me uma, e perguntei-lhe porque é que procediam assim. – Devemos passar diante do *nza* (túmulo) de Bel-Gassen. Não compreendendo, peguei na pedra; daí a pouco chegámos a um montão informe de pedras de metro e meio de altura. Cada um dos companheiros foi lançando a pedra que trazia na mão dizendo: ao *nza* de Bel-Gassen. Fiz como eles.»

O nosso amigo Teixeira Bastos cita igual costume na província do Minho, por informações recebidas de Cabeceiras de Basto: «Quando um aldeão passa por pé de uma cruz, que indica o sitio em que se cometeu um assassínio, *apanha uma pedra*, e depois de rezar pelo descanso eterno do morto, *atira-a para o montão de pedras, que se vai formando em volta da cruz*. O mais interessante é que às vezes, quando naquele sitio não pode encontrar facilmente uma pedra fora do montão, tem o cuidado de a trazer de longe, para não deixar de prestar aquele preito supersticioso à alma do finado.»²⁹⁸ Vê-se que o costume primitivo foi particularizado para os mortos violentamente, talvez para guiar as almas errantes dos que não foram enterrados em sagrado; e o intuito de desacreditar o costume popular fez com que as pedras fossem atiradas por devoção para as sepulturas dos justicados. Contudo, o costume ainda persiste em Portugal, ligada a tradição da *pedra* ao culto da montanha; diz o Sr. Leite de Vasconcelos: «Ao pé do Rio Tinto, junto à *Serra da Mulher Morta* (segundo informações que obtive do meu amigo o Sr. Leite de Faria) conserva-se o costume de deitar uma pedra e rezar um padre-nosso ao pé de uma cruz de ferro que aí há, e assinala morte. Ninguém pode tocar os montículos de pedra.»²⁹⁹ Em nota acrescenta: «Sabemos que existe noutras partes de Portugal.» A cruz é ainda na linguagem metafórica a *árvore* da redenção; nos mitos indianos, a palavra *adri*, que significa a pedra e o *monte*, exprime também a *árvore*, origem da vida. Há aqui dois sistemas religiosos correspondentes a duas concepções das origens do homem, uma que o deriva da *terra*, ou argila animada, como nas raças kuschito-semitas, e outra que o deriva das *árvores*, como nas raças áricas; portanto na esperança de renovação do morto, o *monte de terra* e a *pedra* pertencem à concepção rudimentar da raça sobre que se desenvolveram os Semitas; e a *árvore* corresponde ao domínio de uma raça superior, o ária, que substituiu na História a hegemonia semita.

Hoje já se não atiram *pedras* à sepultura do morto, mas nos costumes provinciais os indivíduos que acompanham o saimento consideram como um dever religioso o atirar um punhado de terra para dentro da cova. Gubernatis alia estes dois factos, dizendo que a palavra indiana *adri* significa *pedra* e *monte*. Diodoro Sículo conta que Semíramis levantara sobre a sepultura do marido uma colina de terra; o túmulo de Heitor era de terra e de pedras, do mesmo modo que o túmulo a Aliates por Xenofonte; Pausânias diz que o túmulo de Laius era feito por um monte de pedras, e segundo Virgílio, o rei do Lácio Dercennus foi enterrado sob uma colina de terra. Lubbock traz uma frase proverbial dos montanhese da Escócia, colhida por Wilson, que é uma espécie de cortesia: «*Hei-de ajuntar uma pedra ao túmulo que te cobrir.*» (*Curri mi clach er do cuirn.*) São numerosíssimos os factos coligidos por Tylor, Lubbock,

²⁹⁷ *Mitologia Comparada*, p. 100.

²⁹⁸ *Ensaio sobre a Evolução da Humanidade*, p. 19.

²⁹⁹ *Era Nova*, p. 78: *Tradições das Pedras*.

Liebrecht e outros, e por isso é fácil a erudição, mas difícil um sistema de coordenação. A imensa generalidade destes usos nas raças mais vetustas da Ásia, da África e da Europa revela-nos a persistência de um fundo de civilização proto-histórica que se acha nos povos áricos e indo-europeus, especialmente nos costumes. Qual o povo que forma este fundo étnico da Europa? As raças ibérica, gaulesa, cítica, fínica e tártara não foram eliminadas pela migração indo-europeia, e sobretudo no Ocidente da Europa é onde se conservam mais evidentes restos de uma civilização anárca rudimentar. A Etnogenia não deve ficar simplesmente descritiva, como aconteceu à Geografia antes dos estudos de Ritter; precisa apoiar-se na Antropologia como primeiro elemento de coordenação e visar a reconstrução da história social da Humanidade, interrompida entre a vida das cavernas e a extraordinária civilização do Egipto.

Nos contos populares portugueses encontra-se ainda um vestígio das *Árvores funerárias*, com todo o seu sentido mítico antropológico; nos costumes actuais, planta-se nos cemitérios os ciprestes com o sentido funerário como no tempo dos Romanos, em que se plantavam à porta das casas dos patrícios que estavam de luto.³⁰⁰ A *árvore funerária* acha-se descrita no romance do *Conde Ninho*:

Morreu um e morreu outro
 Já lá vão a enterrar;
 De um nascera um pinheirinho,
 Do outro um lindo pinheiral;
 Cresceu um e cresceu outro
 As pontas foram juntar,
 Que quando el-rei ia à missa
 Não o deixavam passar.
 Pelo que o rei maldito
 Logo os mandara cortar;
 De um correrá *leite puro*
 E do outro *sangue real*!
 De um fugira uma *pomba*,
 E do outro um pombo trocal...³⁰¹

Temos aqui preciosos elementos míticos, tais como a árvore fálica da vida, a árvore que deita sangue, o pinheiro essencialmente funerário e a *pomba* como forma concreta da alma do finado. Discutindo o sentido das árvores do *Uttarakuru*, junto da qual habita o deus da morte Yama, e do *Yggdrasil*, junto da qual habita o rei dos mortos Mimir, conclui Gubernatis: «A árvore plantada sobre o túmulo considera-se representando a alma tornada imortal, e pensa-se mesmo que a árvore rebenta espontaneamente do corpo. Quem se não recorda do célebre episódio de Polidoro, em Virgílio, e da imitação que dele fez Dante no canto de Pietro delle Vigne, o terceiro do *Inferno*.»³⁰² As árvores que vertem sangue são frequentes nos contos indo-europeus; representam o céu alumiado, idealizado em forma de árvore «de onde pode correr a ambrósia, ou também o sangue, conforme a árvore é considerada como árvore de vida ou árvore de morte.»³⁰³ Estas duas concepções primitivas aparecem no romance português, em que de uma árvore corre *leite puro* e da outra *sangue real*. O carácter

³⁰⁰ Gubernatis, *La Mythologie des Plantes*, t. II, p. 118.

³⁰¹ *Romanceiro Geral*, nº 15; *Cantos Populares do Arquipélago*, nº 32: *Cantos populares do Brasil*, nº 4.

³⁰² *Myth. des Plantes*, t. I, p. 161.

³⁰³ *Ibidem*, p. 284.

funerário do *pinheiro*, acha-se já notado por Plínio, e na Rússia ainda cobrem o defuncto que vai a enterrar com ramos de pinheiro.³⁰⁴ A alma deixando o corpo em forma de pomba perpetuou-se nas lendas cristãs da Idade Média³⁰⁵, e vemo-la no mito de Semiramis; nos jogos funerais atirava-se à pomba presa num mastro, e é com o carácter funéreo que aparece no Rig Veda. As concepções animistas do homem antigo acham-se expressas ainda num grande número de actos que se praticam actualmente nos enterros.

A mesma ideia da relação entre a vida e a morte, que se exprime pelas *pedras atiradas* e pelas *árvores funerárias*, que vertem o amrita ou o sangue, é a que inspira os cantos e as danças lúgubres das incinerações e inumações antigas. Estes cantos tristes e alegres eram também o elemento cultural dos fenómenos sidéricos dos solstícios estival e hibernal; e com igual sentido religioso se ampliavam às cerimónias funerárias. Chamavam-se *Nenias* os cantos acompanhados de dança em volta da pira em que se incinerava o morto, e a que os Romanos deram o nome de *Laudes*. Tito Lívio, descrevendo o funeral de Graco ordenado em sua honra por Aníbal, chama-lhes *tripudia hispanorum*; e Sílio Itálico alude aos *barbara carmina* dos Lusitanos, os quais eram tão característicos para os Romanos que lhes chamavam *Hiberae naeniae*, como se acha num prólogo latino coligido por Erasmo. Estes cantos persistiram em toda a tradição ocidental, transmitidos nos costumes populares dos *Voceros*, dos *Clamores*, das *Carpideiras*; a Igreja, que atacou profundamente os costumes do povo, proibiu essas cerimónias que eram o vínculo moral entre a família e a pátria. No Concílio III de Toledo diz-se: «Proibimos completamente o cantar *carmes fúnebres*, que o povo costuma entoar aos mortos.» Apesar disso, nas línguas vulgares continuaram a ser entoados esses cantos, que ainda hoje se repetem na Península. Costa, na *Poesia Popular Española*, consigna o facto: «Y todavía hoy existen poblaciones à uno y otro lado del Pirineo, donde permanece la costumbre de formar el duelo dos hijos, los padres, la esposa, etc., del defuncto, y hacer en el públicos extremos de dolor y ponderar las excelencias del defuncto.»³⁰⁶ Os cantos populares de Espanha e Portugal, que se elaboraram por ocasião da morte do filho único de Afonso VI, pela do Condestável D. Nuno Alvares Pereira e pela morte do príncipe D. Afonso, filho único de D. João II, ligando-se a este costume, são a localização das primitivas tradições da mélica elegíaca ocidental renovadas entre o povo por uma impressão casual da realidade. O canto da morte de *Maneros*, dos Egípcios, identificado por Heródoto ao *Lins*, era segundo a lenda dedicado à morte prematura do filho único de um rei; as relações deste canto com o mito siríaco de *Adónis*, alargando-se pela universalidade da tradição a *Hylas* dos Bitínios, a *Bormos* dos Mariandines, à elegia dos *Lilyerses* da Frígia, ao *Skephros* de Tageia, e ao *Jálemos* da Ásia Menor, vieram achar na Península as circunstâncias que o transformaram na *Endecha*. A morte prematura do príncipe herdeiro e filho único de Afonso VI, no século XI, provocou ao próprio pai este pranto, que traz Sandoval:

Ay meu fillo! Ay meu fillo
Alegria de mi corazon,
Et lume de meus ollos,
Solaz de miña vellez.

Ay meu espello,
En que yo me soia veer,
E con que tomaba

³⁰⁴ *Ibidem*, p. 289.

³⁰⁵ Alfred Maury, *Essai sur les Legendes Pieuses*, p. 184.

³⁰⁶ *Op. cit.*, p. 281.

Muy gran pracer.

Ay meu herdero mayor,
Cavalleros hu me lo lexastes?
Dadme meu fillo, Condes.³⁰⁷

Também na morte do rei trovador D. Dinis fez um jogral esta endecha:

Os namorados que trovam de amor,
Todos deviam *grã dó fazer*,
E não tomar em si nenhum prazer,
Porque perderam tão bom senhor,
Com el-rei D. Dinis de Portugal.

Os cavaleiros e cidadãos
Que deste rei haviam dinheiros,
E outros donas e escudeiros
Matar-se deviam com suas mãos,
Porque perderam a tão bom senhor.³⁰⁸

Há aqui uma alusão aos sacrifícios funerários dos reis bárbaros, em que lhes imolavam as mulheres, os amigos mais íntimos e os escravos, como se vê dos costumes dos Mexicanos, e do Peru, como conta Balboa dos funerais do inca Yupangi, ou nos de Huagu-Capac.³⁰⁹ Num dos contos do *Orto do Eposo*, escrito no tempo de D. Dinis, há um sobre este costume referido na canção do jogral.³¹⁰ Os cantos e as danças funerais aparecem-nos com um carácter comemorativo na romaria que todos os anos o povo dos arredores de Lisboa fazia à sepultura do Condestável; porém, a vitalidade do costume acha-se indicada no Alvará de 14 de Agosto de 1423: «Porque o *carpire depenar sobre finados* é costume que descende dos gentios e uma espécie de idolatria, e é contra os mandamentos de Deus, ordenam e estabelecem os sobreditos, que daqui em diante em esta cidade, nem em seu termo nenhum homem, nem mulher não *se carpa nem depene*, nem *brade sobre algum finado*, nem por ele, ainda que seja padre, madre ou filho, irmão ou irmã, ou marido, ou mulher, nem por outra nenhuma perda nem nojo, não tolhendo a qualquer que não traga o seu doo, e chore se quiser; e qualquer que o contrário fizer pague cinquenta libras para as obras e tenha o finado por oito dias na casa, e quem não tiver por um pague, seja degradado da cidade e termo até merece d'el-rei.»³¹¹ O *brado* do costume popular aparece-nos na forma de *Baladro*, que chegou a penetrar na literatura, como se infere do título de uma composição o *Baladro de Merlim* sepultado pela fada Viviana; a *balata*, que era uma pantomima funerária dos Gregos acha-se proibida por uma lei de Sólon, e o *lessus* era também condenado pelas Doze Tábuas como um costume bárbaro. Apesar da proibição do Alvará de 1423, no fim do século XV vamos encontrar estes costumes no seu vigor, manifestando-se pela morte do príncipe D. Afonso em 12 de Julho de 1491. As *Endechas* e *Clamores* chegaram até nós, como se vê pelos cantos insulanos e brasileiros.³¹²

³⁰⁷ Ap. D. Manuel Morguia, *Hist. de Galicia*.

³⁰⁸ *Canc. da Vaticana*, n.º 708.

³⁰⁹ Letourneau, *Sociologie*, p. 221 e 222.

³¹⁰ *Contos Tradicionais do Povo português*, t. III.

³¹¹ *Memórias de Dom João I*, t. IV, p. 335.

³¹² *Contos Populares do Arquipélago Açoriano*, n.º 54 e 55.

Garcia de Resende descreve esse sucesso com as emoções que despertou no povo: «E com isto se levantou entre todos um muito grande e muito triste e desventurado pranto, dando todos em si muitas bofetadas, depenando muitas e mui honradas barbas e cabelos; e as mulheres desfazendo com as mãos a formosura de seus rostos, que lhe corriam em sangue, coisa tão espantosa e triste, que se não viu nem cuidou. El-rei por tamanha perda e tamanho nojo se tosquiou. E a princesa tosquiou seus prezados cabelos e se vestiu toda de almafega, e a cabeça coberta de negro vaso. E na corte e em todo o reino não ficou senhor, nem pessoa principal, nem homem conhecido que se não tosquiasse... E a gente pobre que não tinha com que comprar burel, que valia a 300 réis a vara, muito tempo andou com os vestidos virados do avesso... e porque se não achava tanto burel, os lavradores e gente baixa vendiam os cobertores de suas camas a preço de panos finos, e os homens se vestiam de sacos e cobertas de bestas.»

Eis como se manifestou o pesar das pessoas mais importantes que assistiram às exéquias no Mosteiro da Batalha: «Vendo-lhes muito cruamente dar na eça tamanhas cabeçadas, que parecia que quebravam as cabeças, depenando todos suas barbas e cabelos, dando em si muitas bofetadas, e assim homens como mulheres, velhos e moços, coisa tão espantosa e de tanta dor e tristeza que não se viu, e durou tanto que os não podiam fazer calar.»

É curiosíssima a *Endecha* que então se cantou sobre a morte do príncipe D. Afonso, achada por M. Gaston Paris, num manuscrito do século XVI:

Ay, ay, ay, ay! que fuertes penas!
Ay, ay, ay, ay! que fuerte mal!

Hablando estaba la Reina,
En su palacio real,
Con la infante de Castilla
Princesa de Portugal, etc.³¹³

Seguem-se mais quatro estrofes narrativas, sempre acompanhadas do estribilho lúgubre; Gregorovius, descrevendo os costumes funerários, diz que as mulheres fazem um improvisado ditirâmico e «O coro berra a cada estrofe: *Deh! Deh! Deh!*». Na *Endecha* do príncipe D. Afonso:

Lloran todas las mujeres
Casadas y por casar.

Pelos costumes populares da Córsega, em que as mulheres é que cantam os *Voceros* junto do cadáver, se compreende o costume das mulheres de Lisboa cantarem pela Páscoa florida sobre a sepultura do Condestável, no Convento do Carmo, como se vê pelos versos tradicionais conservados por Azurara e publicados pelo cronista José Pereira de Sant'Ana. Gregorovius, descrevendo estas mesmas cerimónias nos costumes actuais da Córsega, diz: «Nas montanhas do interior, sobretudo no Niolo, elas subsistem na sua força antiga e pagã e parecem-se com as danças funerárias da Sardenha. A sua rivalidade dramática e o seu êxtase furioso agita e amedronta. São só as mulheres que dançam, que se lamentam e cantam.» No século XVI repete-se ainda a cerimónia do *pranto*, mas o costume obliterado que se refugiava nas aldeias persistiu na corte pela imobilidade da etiqueta; escreve Frei Luís de Sousa acerca da morte do rei D. Manuel:

³¹³ Publicada na *România*, t. I, p. 373; e depois nos *Cantos Populares do Brasil*, t. III, p. 170, anotando a versão brasileira, nº 10.

«Ao quarto dia depois do falecimento se ordenou a *cerimónia antiga do pranto*, que está à conta dos que presidem no governo popular da cidade. A ordem é saírem os Vereadores da Câmara a pé, arrastando grandes capuzes de dó, e com varas negras nas mãos, acompanhando uma grande bandeira negra, que indo aos ombros do Alferes da Cidade, que a leva a cavalo, vai arrastando as pontas por terra;... nesta ordem passeiam as ruas principais da cidade, seguida dos senhores e fidalgos mais nobres da corte. Passam em três lugares notáveis, onde se quebram três escudos, que levam sobre as cabeças ministros honrados da Câmara. Os escudos negros e as quebras de cada um soa uma voz alta e triste lembrando ao povo que saiba sentir a falta de um senhor, que nos anos de seu governo foi valeroso escudo de suas terras, e contra os inimigos deles trouxe sempre bandeiras levantadas.»³¹⁴ Gil Vicente alude a estes *prantos*. Quando em 1578 morreu o rei D. Sebastião, repetiram-se os prantos populares, como se narra numa carta contemporânea: «Aos vinte e oito de Agosto, os cidadãos fizeram os *costumados prantos*, ainda que algum tanto enxutos, e ao dia seguinte levantaram rei ao cardeal...»³¹⁵ Por este tempo vulgarizou-se um canto à morte de D. Sebastião, cuja música se acha impressa na *Miscelânea* de Miguel Leitão de Andrada.³¹⁶ O que se fazia pela etiqueta palaciana era ainda tomado a sério pelo povo das aldeias; daqui veio o proibirem-se os *prantos* nas Constituições dos Bispados, como vemos em 1621: «Proibimos que nos ditos acompanhamentos e enterramentos, e nas igrejas em que os defuntos se enterrarem, se não consintam pessoas que vão *dando vozes decompostas* ou fazendo extraordinários e desordenados *prantos*».³¹⁷ Estes acompanhamentos aqui referidos correspondem ao que nos costumes da Córsega se chama o *Corteo*; escreve Gregorovius: «Das aldeias vizinhas chegam para o enterro os amigos e os parentes. Esta multidão reunida chama-se o *corteo*, ou escolta, ou *cirrata*; e também se diz: *Andare alia scirrata*, quando as mulheres vão juntas à casa do morto.» A palavra *ensarrado* usa-se ainda no Minho para significar o luto de família, e no romance de *D. Linda*, as mulheres vão *alia scirrata*:

Ela depois que o viu morto
Logo se pôs a chorar:
– Chamem-me padres e frades
Para o vir enterrar,
Eu mando chamar senhoras
*Pra me ajudar a chorar.*³¹⁸

Nos cantos populares conservam-se nas reminiscências de costumes às vezes extintos; há uns versos chamados *Maravilhas do meu velho*, que são uma espécie de paródia dos *Voceros* ou *Clamores* e *Endechas* dos mortos, com preciosos referências, como às *despenadeiras*, às *carpideiras* e às *pedras atiradas* à sepultura:

Vou dar com o meu velho morto
Ante as pedras do lagar,
Atirei-lhe com um fueiro
Acabei de o matar;

³¹⁴ *Anais de Dom João III*, p. 20. É tal a imobilidade da etiqueta. que isto mesmo se praticou pela morte de D. Maria II em 1853, e de D. Pedro V em 1861; o que confirma a observação de Spencer.

³¹⁵ *Apud* Ribeiro Guimarães, *Sumário de Vária História*, t. IV, p. 133.

³¹⁶ Vide a letra em o nosso *Cancioneiro popular*.

³¹⁷ *Constituições do Bispado da Guarda*, liv. III, cap. 13.– O mesmo nas do Porto.

³¹⁸ Ap. L. de Vasconcelos, *Tradições*, p. 244.

*Fui chamar as choradeiras
Que o viesse chorar;
Bem chorado ou mal chorado
Vá o velho a enterrar.*

*A pedra que lhe botares
De peso de cem quintais.*

(Maia.)

No romance da *Dona Infanta*, versão da Beira Baixa, lê-se:

– Ai, triste de mim viúva,
Ai triste de mim coitada!
Ir-me-ei por esse mundo
Chamando-me desgraçada.
Ai triste da só viúva
De mim, que nanja de nada.³¹⁹

No romance da *Faustina* há também uma endecha funerária:

Nossa Senhora do Pranto
Era quem a pranteava,
No seu pranto que dizia:
– Domingo de madrugada
Vieram, etc.

No romance do *Casamento Malogrado*, cantado na morte do príncipe D. Afonso, conserva-se a alusão ao costume:

Cobrirá-se com o seu manto,
Tratará de caminhar;
As servas iam atrás dela
Cuidando-se de a não alcançar;
O pranto que ela fazia
Pedras fazia abrandar...

O costume das mulheres que faziam profissão de andar *alla scirrata* ainda vigora em Portugal: – «Na freguesia do Soajo (Arcos) costumam ir as *Carpideiras*, mulheres com saia pela cabeça a chorar ao pé do morto, para o que recebem uma posta de bacalhau, um vintém de pão, e vinho ou dinheiro correspondente a um quartilho.»³²⁰ Existia também ainda há pouco em Vila Chã de Cangeiros, e da sua generalidade veio o anexam, que se refere ao seu sentimento:

Choram o meu e o alheio
Por uma quarta de centeio.³²¹

³¹⁹ *Romanceiro Geral*, nº 1.

³²⁰ Leite de Vasconcelos, *Tradições*, p. 245.

³²¹ Vid. *Contos Tradicionais do Povo Português*, t. III.

A saia pela cabeça corresponde ao antigo vaso ou sinal de luto.

Na freguesia de Deão achamos indicado o seguinte costume: «Quando algum morria, ao outro dia vinham os parentes à igreja embuçados numa capa, e os chapéus com as abas baixas, braços cruzados, com as mãos debaixo dos sovacos, assentavam-se em bancos, e nem à elevação da hóstia e cálice se levantavam, nem descobriam; as mulheres em altas vozes queixavam-se do Santo Padroeiro (S. Pedro) por tão cedo lhes tirar deste mundo aquela pessoa falecida.»³²²

Num documento do século XIV citam-se duas espécies de luto, o que era usado pelos serviçais da casa durante um ano, e se chamava *dó de almafega*, ou burel branco e grosseiro, e o *dó de raiz*, o que competia aos próximos parentes.³²³ Este facto explica-nos a razão do luto decretado pela morte dos reis, que consideravam os povos como seus vassallos³²⁴ pelo falecimento de D. João V, em 31 de Julho de 1750, o Senado de Lisboa decretou em 1 de Agosto «que os homens pobres usassem *gorra* e as mulheres de *toalha não encrespada*».³²⁵ Além disto o luto devia durar dois anos, um pesado, outro aliviado. Em alvará de 8 de Agosto de 1750, ordenou mais a Câmara que todos os cidadãos assistissem à *quebra dos escudos* vestidos de luto rigoroso, sob pena de pagarem dois mil réis de multa! No falecimento do rei D. José, renovou-se ainda a multa, mas já reduzida a 400 réis!

Quando morre alguém, toca-se o *sinal*, no sino da freguesia, e ao dobre dos sinos ao sair do enterro chama-se os sinais; no romance insulano do *Pobre Preso*, conhecendo que não sairá vivo da prisão, diz:

E disse ao tesoureiro
Que me toque o meu sinal...

E no romance do *Toureiro namorado*: «Não me toquem a campana.» Na Beira Alta toca-se três vezes, se é homem, duas quando é mulher, e repique sendo criança. O sino ocupa um lugar importante nestes ritos: «Em Basto há duas freguesias limítrofes; no limite delas está um pau, onde pode içar-se uma bandeira. Quando numa das ditas freguesias morre alguém, na outra içar-se uma bandeira, *preta* se o defunto é homem, *branca* se é mulher, *vermelha* se é anjinho. A primeira pessoa que conseguir nesta freguesia tocar o sino, ou a defunto ou a anjinho salva-se necessariamente. Isto dá lugar a diferentes conflitos. Se o falecimento é na segunda freguesia, na primeira repetem-se as mesmas cenas.»³²⁶ Há algumas superstições relativas ao sino, como: «Quando um sino que está a tocar a finados se prolonga muito o dobre, é sinal que chama por outro defunto.»³²⁷ «Nos arredores do Porto, quando uma pessoa está para morrer e não pode (i. é, na agonia) é costume das pessoas da família ou amigos mandarem tocar *sete badaladas* a um sino de Igreja».³²⁸ É o último resto do costume da morte dada pelos parentes.

Alguns ritos subsistem conservando-se como vagas superstições, como se vê por este costume ou agouro de Bragança: «É bom trazer sempre uma *moeda* de cruz na algibeira, porque morrendo a gente num caminho deserto pode ser enterrado em chão sagrado por isso que mostra ser cristão; e se o defunto for justo, 5. Pedro abre-lhe a

³²² *Dic. Corográfico* de J. Avelino de Almeida, t. I, p. 339.

³²³ Testamento de Maria Esteves, em 1372. Ap. *Sumário de Vária História*, t. II, p. 118.

³²⁴ Ainda no Tratado de Goa, feito com a Inglaterra os Portugueses são ali chamados *Vassallos do rei de Portugal!*

³²⁵ *Sumário de Vária História*, t. III, p. 136.

³²⁶ Z. Pedroso, *Superstições Populares*, nº 629. No *Positivismo*.

³²⁷ *Ibidem*, p. 43 e 113; *Positivismo*, t. IV, p. 53.

³²⁸ *Ibidem*, p. 43 e 113; *Positivismo*, t. IV, p. 53.

porta do céu sem nenhum sacramento.»³²⁹ Que é isto senão o dinheiro funeral com um sentido católico, mas tendo ainda o poder mítico de dar entrada na porta do céu.

O nosso amigo Leite de Vasconcelos, solícito investigador dos usos das nossas localidades, alude ao costume primitivo do *dinheiro de Caronte*, que se conserva ainda no Jura e no Dorvam, como nota Alfred Maury, e que em Portugal se lança no caixão do defunto, para passar o rio dos mortos: «Na freguesia de Guifões, perto de Matosinhos, deita-se no caixão do morto *dinheiro de cruces* para o morto passar S. Tiago de Galiza, onde há um buraco a que toda a gente tem de ir vivo ou morto. Em Cimbres, concelho de Mondim da Beira, deita-se no caixão dinheiro para o morto passar a *barca* (ou a *ponte*). O mesmo costume existe em Sinfães e creio que no Minho. No Porto e em Vila Real sei que se espeta um alfinete no hábito do morto para este se lembrar dos vivos perante Deus.»³³⁰ A crença da *barca* chegou a inspirar na literatura portuguesa os três Autos hieráticos de Gil Vicente, *A Barca do Inferno*, do *Purgatório* e do *Paraíso*; a crença da *Ponte* da passagem das almas é fixada na via-láctea, ou na linguagem popular, *Carreiro de S. Tiago*, por onde as almas partem deste mundo.³³¹

A *Psicostasia*, ou pesagem das almas para julgar dos seus merecimentos pelo arcanjo S. Miguel, é vulgar no povo português, e acha-se descrita em uma Oração tradicional do Porto:

S. Miguel, *pesai as almas*,
 Ponde pesos na balança.
 Os pecados eram tantos
 Foram com eles ao chão!
 Pôs Nossa Senhora o manto,
 Ficaram pesos suspensos:
 Com a graça de Maria
 Ficou a alminha contentes.³³²

Estas concepções acham-se geralmente representadas em todas as manifestações da arte cristã. Por aqui se vê como os costumes são a expressão de noções primitivas, sendo o seu estudo um meio directo para se recompor o estado psicológico de onde o homem se elevou às concepções filosóficas.

A ideia de que o morto revive em outro mundo, levou os povos primitivos a enterrarem com o cadáver não só os instrumentos da sua actividade, como também os alimentos necessários para manter-se longe dos seus parentes. João Müller, citando na sua *História universal* o costume chinês de servir à mesa o rei morto, como fazem também os Hiongnu ao seu *Tanso*, diz: «Este uso, que se pratica ainda na China, praticava-se outrora em França, onde até ao tempo de Luís XIV, eram servidos os reis defuntos durante quarenta dias depois da sua morte.»³³³ Este resto das noções animistas existe em Portugal no enterro do rei, o qual para ser levado do palácio espera pela voz do parente mais próximo, que vem dizer à carruagem: «*Vossa majestade pode partir.*» O banquete dado ao morto, ou a comida enterrada com o morto, passou a distribuir-se por aqueles que vinham acompanhá-lo; e depois que estes banquetes funerários decaíram por alguma forma entre os povos católicos, o padre é que ficou recebendo

³²⁹ *Ibidem*, p. 43 e 113; *Positivismo*, t. IV, p. 53.

³³⁰ *Notas sobre os Funerais, Pantheon*, p. 97; e *Tradições*, p. 242.

³³¹ Nas crenças dos antigos Parsis é pela ponte de *Tchinevad*, que o morto entra no céu. Estas relações parecem explicar o agouro do cão que uiva pressentindo que o moribundo expira.

³³² *Romanceiro Geral*, n.º 49.

³³³ *Op. cit.*, t. I, p. 267.

esses comestíveis a título de *Ofertório* e de *Obradas*. É esta a forma da transformação de um costume tão universal. Os Egípcios usavam os banquetes fúnebres por ocasião do enterro; os Gregos ofereciam as suas *Colybes*, que consistiam em uma distribuição de frutos e legumes. O funeral romano acabava também por um banquete, e distribuía-se carne pelo povo. Entre os Lituanos bebia-se hidromel, leite e cerveja junto da fogueira em volta da qual se dançava; na Rússia este mesmo banquete subsiste com o nome de *trizna*.³³⁴ Bastam-nos estas rápidas indicações para compreendermos o valor de certos costumes portugueses. No testamento de João Afonso Barbadão, do fim do século XIV, se lê: «e ao dia de minha sepultura me façam ofício de finado de três lições, e ladainha com sua oficiada, e mando a oficiar com pão e vinho e candeias segundo se costuma...». E mais abaixo acrescenta: «e ao ano saiam sobre mim com senhas missas oficiadas, e mando-as ofertar com pão e vinho e candeias, segundo meu testamenteiro vir.»³³⁵

Temos aqui um facto que abaixo desenvolveremos, é o *banquete comemorativo* ligado ao culto dos mortos. Ainda hoje no Minho se usa este ofertório nos enterros, levando-se ao abade da freguesia um açafate com um bacalhau com o rabo de fora; a família do morto dá um jantar aos convidados que assistem ao enterro, e que pagam a leitura de um responso a que se dá o nome de *Clamores*. Distribui-se pão *molete* por todos os que estão presentes, e o jantar é em geral composto de feijões, favas ou outros legumes. Sobre o sentido deste uso, escreve Gubernatis: «O uso deste legume (ervilhas) nas cerimónias fúnebres refere-se a um antigo costume. Os rituais védicos fazem já menção dele a propósito dos funerais; nas crenças gregas, os mortos deviam levar consigo aos infernos legumes que lhes servissem quer para pagar a passagem, quer para os sustentar durante a viagem. No Piemonte é ainda usança fazer no 2 de Novembro, Dia de Finados, uma grande distribuição de *feijões* à gente pobre, que reza pela alma dos defuntos. Os legumes, ervilhas, e feijões são símbolos da abundância, e pode ligar-se a esta ideia numerosas lendas indo-europeias nas quais se faz menção de *favas* que se multiplicam por si mesmas na panela, ou de ervilhas que trepam até ao céu, de cujo caule se serve o herói para ali subir. Os legumes necessários para ser introduzido no reino dos mortos, e o caule do feijão por meio do qual o herói penetra no céu, são variantes do mesmo tema mítico.»³³⁶ Nos costumes populares das ilhas dos Açores (S. Miguel) é de uso comer-se caldo de lentilhas no Dia de Finados. E com relação ao sentido prolífico dos legumes, os anexins em que eles se empregam têm sempre um intuito afrontoso. Assim: *Vai à fava enquanto a ervilha enche*, é uma injúria, tanto como *Abóbora!* é uma imprecação de insulto; *Pagar as favas* é uma ameaça popular.

À distribuição do *molete*, no Minho, corresponde o *Pa de morts* da Catalunha, segundo escreve Labrós³³⁷ no banquete funerário da Catalunha usa-se o grão de bico ou gravaços. Na Itália (Monferrato) e na Grécia moderna, dá-se pão aos pobres nos enterros, como descreve Ferraro.³³⁸ No *Itinerário* de Rozmital, em 1465-1467, vem descritos os seguintes usos funerários portugueses, observados em Tomar: «Há também ali esta costumeira: morrendo alguém, levam para a igreja *vinho, carne, pão* e outras *comidas*; os parentes do morto acompanham o funeral vestidos de roupas brancas próprias dos enterros, com capuzes à maneira de monges, com o qual vestuário se vestem de um modo admirável. Aqueles, porém, que são assalariados para carpirem o defunto vão vestidos com roupa preta, e fazem um pranto como os daqueles que entre

³³⁴ Abb. Bertrand, *Dictionnaire des Religions*, vb° FUNERAILLES.

³³⁵ *Memórias de D. João I*, t. IV, p. 120; Dec. 18.

³³⁶ Gubernatis, *Mythologie Zoologique*, t. I, p. 177.

³³⁷ *Rivista di Letteratura Popolare*, de Sabatini, p. 53. Roma.

³³⁸ *Ibidem*, p. 151.

nós pulam de contentes ou estão alegres por terem bebido.» Na Ordenação Manuelina, (liv. V, tit. 33, § 6) proíbe-se os Vodos de comer e beber, permitindo-se os banquetes funerários: «Porém nos lugares onde costumam comer quando levam os finados, o puderam fazer, e puderam fazer sem pena alguma, não comendo dentro do corpo das Igrejas.» (Ib., § 7.) Em uma memória da Peste grande de 1569 se lê sobre este costume: «mas nem esta diligência bastou para deixarem de tomar muitas pessoas os seus mortos às costas e i-los sepultar até o campo da forca, que também sagraram, onde também *davam as ofertas aos meninos*, que em sua santa inocência iam ver, o que fazia pasmar».³³⁹ Nos costumes antigos da igreja francesa acham-se também as crianças intervindo nos ritos funerários: «Na igreja de S. Quentin, durante o ofício da noite, as crianças do povo percorriam as turmas dos fiéis pedindo a esmola dos mortos, sacudindo bacias de cobre, que enchiam de pequenas moedas.»³⁴⁰ Em Coimbra as crianças tomam parte nas cerimónias tradicionais da comemoração, pedindo com grande algazarra pelas portas. Falando dos *Bodivos*, ou refeição, jantar ou comedoria, que se dava aos pobres pelas almas dos defuntos, escreve Viterbo: «Nas províncias do Minho, Beira e Trás-os-Montes ainda se não esqueceu inteiramente a disciplina das *ceras e obradas*, (assim chamam hoje as oblações e ofertas) pois não só quando morre alguém levam de casa do defunto suas ofertas de *cera, pão, vinho e outras cousas*, aos Párocos segundo os costumes da terra; mas também durante o ano, nos domingos e dias festivos se oferecem por devoção, *picheis ou frascos de vinho, e certos pães que põem em uma toalha estendida sobre a sepultura do defunto e uma vela acesa*. Então reza o pároco um responso pelo tal defunto, e faz recolher a *Obrada*. A esta cerimónia chama-se *Ementar*, talvez pela corrupção da palavra *Memento*, com que principia o responso.»³⁴¹ João Pedro Ribeiro, também consignou estas observações: «É nos enterros, que nas aldeias também se notam práticas não menos ridículas que supersticiosas: em algumas a *oferta para o pároco* é conduzida por um homem, diante do mesmo enterro, embrulhado em um capote e chapéu desabado, levando uma cana levantada; e nesta espetada uma laranja em que vai enterrada a oferta em dinheiro. Em outras é a oferta conduzida por uma mulher, que tenha a circunstância de se chamar Maria, e ser *errada*, isto é, ter tido filhos que não sejam de matrimónio. Em outras a oferta, que se compõe de pão, vinho, e um *cordeiro vivo*, de tal forma se arruma em uma canastra, que se observa a etiqueta de se poderem ver as pernas amarradas do cordeiro, dispondo-se para isso a toalha que cobre a mesma canastra.»³⁴² No banquete funerário antigo da península, comia-se um *anho*, ou cabrito de um ano, de onde veio o dizer-se que está de *enojo* ou *anejo* a família do morto. Em 1843, escrevia-se no *Panorama*, enumerando-se as superstições vivazes do povo: «Finalmente, nos lobisomens, agouros, encantamentos e sortes nas *ofertas de pão, vinho, e galinhas*, que vão na frente dos saimentos representando ao vivo as comezainas da antiguidade, nisto e no mais que se pratica com tanto descaro, particularmente nas aldeias, desejamos ver descarregar a espada da ilustração, perseguindo a justiça os embusteiros como fomentadores da idolatria, contra os quais não faltam leis, etc.»³⁴³ Em Ois da Ribeira, junto de Agueda, a família do morto paga ao pároco um *carneiro* se o falecido é homem, e uma *galinha*, se é mulher; aqui vemos uma distinção entre as ofertas descritas por João Pedro Ribeiro e Sousa Moura. A marcha do saimento tem também seus ritos especiais: «Em Basto (Minho) quando um defunto tem de atravessar a ponte para ser enterrado na freguesia limítrofe, o

³³⁹ Ap. Ribeiro Guimarães, *Sum. de Vária História*, t. II, p. 169.

³⁴⁰ *Revue de l'Art chrétien*, t. I, p. 520.

³⁴¹ *Elucidário*, t. I, p. 139. Ed. Inocência.

³⁴² *Reflexões Históricas*.

³⁴³ N. P. de Sousa Moura (*Pan.*, t. VII, p. 408).

seu padre acompanha-o até ao meio da ponte. Aí pousa-se o corpo. Todos os que o acompanham, parentes ou amigos (só do sexo masculino) levam punhados de areia fina, e cada um por sua vez atira a areia ao rio, dizendo: – F... (nome do morto) tantos anjos te acompanhem para o céu, como areias caem na água. – Ao atirarem as areias tapam os ouvidos de modo que não ouçam o barulho da queda na água. Em seguida o pároco da outra freguesia, que vem do lado oposto da ponte, levanta o cadáver e condu-lo à igreja.»³⁴⁴ Os anojados também praticam actos especiais: «Em Paraduça, ao pé de Leomil, o dorido fica um mês com a camisa suja no corpo. No fim deste tempo vai o povo acompanhá-lo à missa. – Em Gondifelos (Famalicão) o dorido fica um mês sem fazer a barba.»³⁴⁵

«É costume nesta ilha (do Maio), quando morre alguém, começar logo o choro (*guisa*) como na maior parte das ilhas do arquipélago de Cabo Verde; porém, nesta tem mais o aparato da *esteira*, a qual se conserva por sete ou quinze dias, conforme os haveres do espólio. A festança ou funeral consiste no seguinte: A um canto da casa, em completa escuridão, jaz a viúva, embiocada, coberta com um pano pela cabeça, enquanto que as visitas (que são numerosas) jogam a bisca, no centro da casa, sendo a importância da perda paga em padre-nossos em frente de um imperfeitíssimo crucifixo (*S. Manuel*). A casa da *esteira* não é mais que o rendez-vous, de moços e moças, e em noites de reza não é raro encontrá-los em colóquios amorosos. No último dia do nojo, há a verdadeira *esteira*, grande festa, cujo menu é cabra, cherém, abóbora, e a nunca esquecida aguardente, que sem ela não há festa possível.»³⁴⁶

«Os enterros dos fiéis faziam-se (em Nisa) com grande aparato: nas classes pobres, iam os parentes do finado em roda da tumba com muitos prantos e alaridos acompanhando-o até à sepultura, onde soltavam grandes e descompassados gritos, recitando os seus louvores, e fazendo um minucioso relatório de suas prendas e virtudes; e dali voltavam tão sentidos e enojados, que se metiam em casa, chorando no maior recolhimento; e dela não saíam sem passarem nove dias para os homens e trinta para as mulheres; e as portas e janelas da casa, onde o defunto habitara, conservavam-se rigorosamente fechadas por um ano inteiro: e em todo aquele período de rigoroso luto, nem recebiam pessoa estranha, nem assistiam aos ofícios divinos; o que foi severamente censurado e proibido no ano de 1708 pelo bispo D. Domingos Barata.

«Nas classes ricas não ia a família acompanhar o féretro, nem pranteavam com tanto estrondo a sua dor e amargura, mas pagavam a três ou quatro mulheres, que vestidas de preto o rodeavam e seguiam até à sepultura gritando e chorando; e depois no sétimo dia colocavam-se sobre ela durante as exéquias, que se lhe faziam, recitando-lhe elogios, no meio de grandes prantos e gemidos... Mas porque elas interrompiam os cânticos sagrados, e desviavam a atenção dos espectadores do verdadeiro fim que ali os levava, foram também severamente proibidas pelo referido prelado no mesmo ano de 1708; mas era tal a simpatia popular por este uso, que continuou por muitos anos, ainda depois da proibição...

«Hoje, na classe indigente e artista e nos lavradores ainda, as pessoas do sexo masculino acompanham seus parentes e mulheres até à sepultura, e estas em casa fazem seus prantos em voz alta e sonora, às vezes com tal incompetência e estranheza, que mais excita o riso que o choro; por isso também aqueles que sabem chorar os seus defuntos adquirem fama e reputação, e são invejados e conhecidos, e quando os têm em casa, há grande concorrência para os ouvir e desfrutar.»³⁴⁷

³⁴⁴ Leite de Vasconcelos, *Tradições*, p. 243.

³⁴⁵ *Ibidem*, p. 242.

³⁴⁶ *Almanaque de Lembr.* para 1877, p. 263.

³⁴⁷ Dr. Matos e Moura, *Mem. Hist. da Vila de Nisa*, t. I, p. 123.

Na ilha da Madeira, nos Lourais, pequenas povoações do concelho da Calheta, quando morre alguma criança amortalham-na de branco, com laços de fita, colocam-na sobre uma mesa, e convidam os vizinhos para virem *dançar ao anjinho*, tocando viola e bailando até ao outro dia, em que levam a criança a enterrar.³⁴⁸ O Dr. Matos e Moura, descrevendo o facto extraordinário das *despenadeiras* de Nisa, fala também da satisfação com que ficam naquela vila quando morrem os filhos em qualquer família.³⁴⁹

Depois das práticas correspondentes ao falecimento e enterro, segue-se o sistema de ritos comemorativos anuais, que são o resto do *culto dos mortos*, admitido pela igreja sob o nome de *Fiéis defuntos*. Esses ritos consistem também em cantos, danças e banquetes sobre as sepulturas. As cantigas sobre as sepulturas e os banquetes fúnebres eram as *Dadsila* gaulesas (*Dihsila*, segundo a correcção de Belloguet) condenadas pelas Capitulares de Carlos Magno, e que segundo Gregório de Tours existiam no Auvergne, degeneradas em ritos mágicos, da mesma forma que na Alemanha do século XI.³⁵⁰ Este rito comemorativo acha-se entre os Hebreus, como se vê do aviso de Tobias a seu filho: *Panem tuum et vinum tuum super sepulturam justi constitue*. (Tob., IV. v. 18.) Na Igreja primitiva conservou-se o costume, como se vê pela frase de Santo Agostinho que recomenda acerca dos banquetes funerários: *Non sint sumptuosae*. Importa bem definir o carácter deste culto com carácter público.

Os *banquetes sobre as sepulturas* aparecem entre os povos escandinavos como formando parte das suas festas religiosas; Agostinho Thierry deriva deste uso os banquetes comuns das Irmandades da Idade Média, em que se renova a liga defensiva: «o terceiro copo era bebido pelos parentes e amigos cujas sepulturas, notadas por montículos de relva se viam aqui e ali na planície. O nome de amizade, *minne*, era dado algumas vezes à reunião daqueles que ofereciam em comum o sacrifício, e de ordinário esta reunião era chamada *ghilde*, isto é, *banquete pago em comum*, palavra que significava também associação ou Confraria, porque os co-sacrificantes prometiam por juramento defenderem-se uns aos outros e de se coadjuvarem como irmãos».³⁵¹ As saúdes com vinho são ainda hoje um sinal de amizade, bem como os *bodos* nas festas dos santos, são o vestígio do culto dos heróis, da antiga festa da *ghilde*. Agostinho Thierry descreve a transformação do costume, que na península se liga à existência das *Irmandades*: «Os Germanos, nas suas migrações levaram este costume por toda a parte; conservaram-no depois da sua conversão ao cristianismo, substituindo a invocação dos Santos à dos deuses e heróis, e ajuntando certas obras pias aos interesses positivos que tinham sido o objecto deste género de associações. De resto, a instituição original e fundamental, o *banquete*, subsistiu; o *copo dos bravos*, bebeu-se em honra de algum santo reverenciado ou de algum patrono terrestre; o *dos amigos* bebeu-se, como outrora, em comemoração dos mortos por alma dos quais se rezava reunidos depois da alegria do festim. A *ghilde* cristã teve muito vigor entre os Anglo-Saxões, e vê-se aparecer na Dinamarca, na Noruega e na Suécia, pela extinção do paganismo.» A história das associações fraternais, das *Germanias*, *Arimanias*, *Irmandades* e *Confrarias*, em que a liberdade individual se defendeu contra a prepotência do feudalismo, está ligada a este costume social, que ainda persiste nos usos funerários, mas já sem consciência do seu intuito. É preciso portanto separar os *Obradorios* ou *Oblatas*, que o povo usa pelos enterros, ofícios, exéquias e trintários (ex. Vila de Carros, etc.) dos *banquetes sobre as sepulturas*, que correspondem a uma fase social mais elevada, como vimos pelo uso escandinavo e germânico.

³⁴⁸ *Almanaque de Lembranças* para 1870, p. 287.

³⁴⁹ *Mem. Histórica da Vila de Nisa*, t. III, p. 135.

³⁵⁰ *Ethnogénie Gauloise*, t. I, p. 216.

³⁵¹ *Considérations sur l'Hist. de France*, cap. 6.

Este carácter achamo-lo bem definido no importantíssimo documento das Seguidilhas cantadas pelo povo sobre a sepultura do Condestável; no nosso *Cancioneiro popular* transcrevemo-las pela seguinte ordem: *Seguidilha que as mulheres de Lisboa cantavam pela Páscoa florida na sepultura do Condestável*; – *Cantigas que os moradores do Restelo (Belém) cantavam na segunda oitava do Espírito Santo na sepultura do Condestável*; – *Cantigas dos moradores de Sacavém no aniversário do Condestável*. Eis um pequeno excerto de um dos cantos que era pretexto de uma dança religiosa:

GUIA só, e depois todos:
 No me lo digades, none,
 Que Santo es el Conde.

GUIA só: O gram Condestabre
 Nun' Alves Pereira,
 Defendeu Portugale
 Com sua bandeira,
 E com seu pendone.

TODOS: No me lo digades none,
 Que santo es el Conde.³⁵²

Parece-nos que a proibição nos índices Expurgatórios da *Oração do Conde* se refere a estes cantos inapreciáveis pelo seu valor etnológico e social. Com valor comemorativo ainda se usa na Rússia o canto do *Pesni pogrebalnia* e o *Nad-mertrinsi*. «Cantam-no cada domingo, durante um certo tempo sobre as sepulturas dos seus parentes mais próximos, e depois durante os grandes dias de festa por algum tempo ainda. Mas o que é mais notável, é que cada vez que vão visitar os túmulos dos seus parentes, põem em cima pequenos bolos, à maneira das *colyva* dos gregos modernos e da *feralia* e *salicernium* dos antigos; acompanham as suas oferendas da *conclamatio* ou lamentações usadas na antiguidade.»³⁵³ As danças fúnebres russas ou *Trisna*, são como as que se usavam entre nós na sepultura do Condestável. É notável a persistência dos cantos funerários, como as *Dadsila*, e com o carácter de irmandade, como existe em Santarém: «Durante a Quaresma de todos os anos andam nove homens do campo a cantar de noite pelas portas, pedindo esmolas para as almas. Finda a Quaresma, o dinheiro junto é entregue ao prior para dizer missas pelas almas do purgatório. O prior tem que dar no dia da recepção do dinheiro um jantar aos cantores, cujo preço sai daquele dinheiro e o remanescente é destinado às missas. Juntos então todos os nove cantam em coro:

Rezemos, que todos rezam
 Este bendito louvado;
 Também os anjos rezam
 Na capela do sagrado.

Oh que bela perfeição
 De ouro tão desejado,

³⁵² Vid. *Cancioneiro Popular*, n.ºs 8, 9 e 10. – Sant'Anna, *Crónica dos Carmelistas*, t. I, p. 30, p. 466.

³⁵³ Guthrie, *Antiquités de Russie*, p. 42 e p. 78.

Também Jesus Cristo andou
Nove meses em sagrado.

«Em seguida separam-se em dois grupos, um de seis, outro de três; aqueles postados à primeira porta cantam cada uma das quadras seguintes, e os outros repetem postados junto da porta imediata:

À porta das almas santas
Bate Deus a toda a hora;
Almas santas lhe perguntam:
«Oh meu Deus! que queres agora?»
– Quero que deixes o mundo,
Que venhas para a glória.
«Oh meu Deus! oh meu Senhor,
Ai Jesus! quem me la vira,
Na companhia dos anjos
Também da Virgem Maria.

.....
Das almas do purgatório
É bem que nos alembremos,
Nós havemos de morrer,
Sabe Deus para onde iremos, etc.»

As vozes tornam-se a ajuntar no seguinte coro final:

Nós devemos ir ao céu
Por umas continhas brancas;
Nós somos os devotos
Das benditas almas santas.

Nós devemos ir ao céu
Por umas continhas de cheiro,
Em nossa companhia venha
Jesus Cristo verdadeiro.³⁵⁴

Neste canto há ainda uma alusão inconsciente ao rito de *atirar pedrinhas*, que são as continhas brancas. Os banquetes funerários no cemitério eram ainda usados em 1872 em Lisboa. Viterbo no *Elucidário* descreve estes banquetes, que se usam nas festas dos Santos com o nome de *Bodos*. «O juiz e irmãos de muitas *Irmandades* e *Confrarias* se ajuntavam em certo dia do ano, e à custa do rendimento destas sociedades santas, davam aos pobres um abastado jantar de carnes e outras coisas comestíveis, de que eles mesmos e outros seus amigos participavam. Muitos em seus testamentos deixaram grossos legados para instituir ou manter estes bodos.»³⁵⁵ Viterbo atribui este nome de *Boda* aos dos banquetes germânicos *bodanos*, dados em honra de Wodan. Nas antigas associações mortuárias, a que em Roma se chamavam *Columbaria* ou *Collegia compitalitia*, entre as quais se estabeleceu a Igreja Cristã, já existiam estes banquetes comemorativos com o intuito cultural que ainda conservam, bem como na visita aos cemitérios e ornamentação das sepulturas, como no Porto e Lisboa, Catalunha e

³⁵⁴ Ap. Z. Pedroso, *Positivismo*, t. IV, p. 408.

³⁵⁵ *Elucidário*, t. I, p. 140. Ed. In.

Sicília.³⁵⁶

Assim como para os povos áricos os mortos apresentavam um carácter sagrado, sendo adorados e venerados pelos gregos com o nome de *deuses subterrâneos*, e pelos romanos como de *deuses manes*, e entre os povos cristãos pelo de *Fiéis defuntos*, eram também considerados como entidades malévolas quando se não satisfaziam os ritos comemorativos. A *alma penada* é esse ser malévolos, que anda errante por lhe não terem cumprido a última vontade, ou como entre os greco-romanos, porque ao enterrarem o cadáver não se cumpriram perfeitamente os ritos funerários. Fustel de Coulanges descreve estes dois extremos da mesma crença na nossa raça: «O Hindu como o Grego considerava os mortos como seres divinos que gozavam de uma existência bem aventurada. Mas, havia uma condição para a sua felicidade, e é que as oferendas lhes fossem regularmente levadas pelos vivos. Se se deixava de cumprir o *sraddha* por um morto, a sua alma saía da mansão pacífica e tornava-se uma alma errante que atormentava os vivos; de sorte que se os manes eram verdadeiramente deuses, era só enquanto os vivos os honravam com um culto. – Os Gregos e os Romanos tinham exactamente as mesmas crenças. Se se deixasse de oferecer aos mortos o banquete fúnebre, imediatamente os mortos saíam de seus túmulos; sombras errantes, ouviam-nas carpir por noites silenciosas. Eles increpavam os vivos da sua negligência ímpia, procurando puni-los com doenças, ou esterilizando os campos.»³⁵⁷ É este lado malévolos do culto dos mortos que mais subsiste entre o povo português, a que se chama *medo das almas do outro mundo*. São inúmeras as Superstições que se ligam ao passamento, enterro e sufrágio, sob a crença de um poder malévolos do finado. Transcrevemos aqui algumas dessas superstições coligidas por Consiglieri Pedroso:

Quando uma pessoa morre, é bom queimar-lhe a cama, para não voltar a este mundo. (Nº 96.) E bom quando uma pessoa está para morrer, abrir a janela do quarto em que ela está. (Nº 124 e 294.) – Quando uma pessoa morre, o seu carnal não volta mais; mas pode aparecer uma sombra ou uma estátua. (Nº 588.) Quando se vai amortilhar um defunto, se ele está mole (i. é, sem rigidez) e não custa a vestir, é sinal que leva atrás de si pessoa da família. (Nº 213.) – Quando se vai acompanhar um defunto, para ele não lembrar mais, ou a alma dele não aparecer, deve deitar-se-lhe na cova uma mão cheia de terra. (N.ºs 29 e 589.) Quando morre alguém, não se devem apagar as luzes que estiverem a alumiar o morto, até que o corpo chegue à igreja. (Nº 44.) – Segundo algumas pessoas, quando um defunto vai para a igreja sem ser acompanhado por um padre, a alma do falecido fica pelo caminho, e anda errante pelo sítio por onde se perdeu. (Nº 466.) – A alma dos indivíduos que morrem, aparece às vezes debaixo da forma de um cão preto. (Nº 447.) – As almas do outro mundo, se ficam devendo alguma coisa neste, e lho não perdoam à hora da morte, tem que vir entre os vivos para o ganharem. (Nº 592.) – Quando lembra uma alma do outro mundo, deve rezar-se-lhe um padre-nosso e dizer: Toma lá este, mas não é para avezar. (Nº 95.) Quando se fala nalguma pessoa morta, deve dizer-se: Deus te chame lá, que ninguém te chama cá. (Nº 185.) – Quando uma criança ao morrer fica com os olhos meio abertos, morre atrás dela a pessoa que mais a estimava. (Nº 101.) – É bom pregar alfinetes no vestido dos anjinhos (crianças falecidas em tenra idade) porque elas vão pedir pela pessoa que os pregou. (Nº 654 e 378.) – Quem tem uma ferida, livra-se dela facilmente. Para isso limpa a ferida a um pano, mete o pano por baixo da cabeça do defunto, dizendo-lhe: «Oh fulano (*pelo nome*) leva-me isto para o outro mundo.» (Nº 652.) O povo também cura as alporcas (escrófulas) fazendo-as coçar com as unhas de um modo.

Para que o morto não volte a este mundo, além da prática rigorosa de certos ritos

³⁵⁶ *Rivista de Letteratura Popolare*, p. 47.

³⁵⁷ *La Cité Antique*, p. 17.

propiciatórios, há também a cerimónia de *semear o morto*. Lemos recentemente num jornal da ilha de S. Miguel: «quando passava para o cemitério o acompanhamento que conduzia o cadáver de Francisco Vicente, saiu à rua uma mulher trazendo uma porção de cinza, e dizem que misturada com sal torrado, que deitou por cima do modo, dizendo estas palavrinhas:

Quando esta cinza embarrelar,
É este sal temperar,
É que hás-de cá voltar.³⁵⁸

A esta cerimónia chama-se propriamente o *baptizado de cinza*; para *semear o morto* é preciso ir atrás do caixão até ao cemitério deixando cair escondidamente sal misturado com cevada. Quando morre alguma pessoa, que em vida inquietou outra, a que foi inquietada, torra tremoço, cevada e sal, mói tudo junto e acompanha o préstito do defunto lançando na terra, durante o caminho à maneira de quem semeia, alguns pós, dizendo:

Quando este tremoço nascer,
Esta cevada enrelvar,
E este sal temperar,
Seja quando me voltes
A inquietar.³⁵⁹

No Minho espalha-se um alqueire de painço, para afastar o espírito que vem inquietar alguém; porque ele como subsiste com um graeiro por ano, fica para muito tempo ocupado.

Uma das crendices do enterro é a ideia da bem-aventurança ligada ao facto de crescer a terra que torna a encher a sepultura; nos Cantos populares do Alentejo observa-se:

Abre-se uma sepultura
Na terra mais recalcada,
Enterra-se a criatura,
Fica a terra como estava. (Nº 1316.)

Às vezes a *alma penada* torna inabitável uma casa ou um sítio qualquer: «Gentes há, que não duvidam despender com benzedeiros e impostores todo seu haver, como se lhe figure que em sua casa anda *alma do outro mundo*.»³⁶⁰ D. João II julgava-se perseguido pela alma do Duque de Bragança, que ele mandara executar em Évora em 1483; e o Duque D. Jaime ouvia os gemidos da alma de D. Leonor de Gusmão que ele assassinara por estúpidas suspeitas de infidelidade. Segundo a crença veneziana, catalã e portuguesa, as almas fazem-se lembradas puxando pelos pés aos que estão na cama.³⁶¹

No direito português, sob o título de instituição da *alma por herdeira*, chegou a influir este terror determinando um culto propiciatório, sendo extinta essa instituição pelas leis de 25 de Junho de 1766 e de 9 de Setembro de 1769. As almas que vêm a este mundo fazem um ruído como o de *correntes arrastadas*, ou *enfronham* a roupa de

³⁵⁸ *A República Federal*, nº 135, ano III, (1882). Ponta Delgada (Açores).

³⁵⁹ *Almanaque do Arquipélago Açoriano*, de F. M. Supico, para 1868, p. 108.

³⁶⁰ Sousa Moura. *Panorama*, t. VII, p. 408.

³⁶¹ Sabatini, *Rivista di Letteratura Popolare*, t. I, p. 48.

algumas pessoas, sendo então necessário *requerê-las*, para se saber qual é a sua vontade; «logo que aparece um espectro a alguém deve gritar-se-lhe: Da parte de Deus te *requeiro* digas o que queres, porque se há-de fazer, *podendo ser*. – Não se dizendo isto, principalmente as últimas palavras é muito perigoso; pode a pessoa viva ficar com a alma do morto até se cumprirem as ordens do outro mundo.³⁶² As almas dos mortos também costumam *meter-se nos corpos* dos vivos, a que vulgarmente se chama *ter esprito*, e que corresponde aos fenómenos patológicos do histerismo e da epilepsia; quando *fala uma alma*, em alguém, é para pedir o cumprimento de alguma promessa, e crê-se que ela abandona o corpo na forma de uma pomba.

O poder dos mortos acha-se sobretudo nas *evocações*, como vemos entre os Hebreus, na evocação de Samuel, ou na *Ilíada* na aparição da sombra de Patrículo. A evocação é um processo mágico, empregado para conhecer o futuro ou para exercer vinganças; é ainda empregado na bruxaria portuguesa; nos romances e lendas populares Santo António evoca a alma do morto para confessar quem foi que o matou. Há fórmulas mágicas para estas evocações.

No processo de Luiz de la Penha (Inquisição de Évora, de 1626) vem a seguinte indicação *para chamar uma alma*: «Pôr-se-á uma pessoa em pé uma hora com um rolo aceso diante de si, de cera; há-de rezar trinta e três credos e trinta e três ave-marias, e trinta e três padres-nossos, e antes que reze isto, dirá desta maneira:

Deus é luz,
Luz é Deus
Requiescant in pace
Pelos fiéis de Deus.

E isto três vezes; depois há-de dizer isto:

Alma santa desamparada
a este mundo sejas tomada
e de Deus sejas desconjurada;
Por aqueles desejos, ardores e fervores
que tendes de ver a Deus nosso senhor,
vos peço me venhais falar,
me respondeis ao que souberdes;
e isto que aqui rezo
não vo-lo ofereço, nem vo-lo dou
até me não virdes falar;
e se me vierdes falar
dar-vos-ei tudo
o que até agora rezei,
e me pedirdes: *amen*.

«Isto é para saber o que está por vir, e para saber se está uma alma em bom lugar, ou onde estará, e isto há-de fazer-se todas as noites até que a alma lhe venha falar e aparecer.»³⁶³ Em Guimarães, no adro da igreja do campo da Feira juntavam-se ainda há pouco várias mulheres chamando as almas do purgatório.³⁶⁴

Além destas *aparições*, há outras formas com que aparecem os mortos, e que dão

³⁶² Consiglieri Pedroso, *As almas do outro mundo*. No *Positivismo*, t. IV, p. 387.

³⁶³ *Apud Positivismo*, t. III, p. 203.

³⁶⁴ *Ibidem*, t. IV, p. 399.

lugar a um vasto ciclo de lendas e contos das almas do outro mundo; em todas elas predomina o carácter malévolo: «O *balborinho* (redemoinho de vento) são as almas perdidas que não puderam entrar no céu, por deverem restituição aos vivos. O povo foge de ser apanhado por ele (o *balborinho*) mas vai-o seguindo e gritando sempre. O grito mais favorito é: Vai-te para quem te comeu as leiras! – Quando o redemoinho se desfaz e começam a cair as palhas que ele sorveu para o alto, seguem-se com muita atenção estas palhas, e onde elas caem sabe-se logo que uma das *almas perdidas* fez em vida roubo naquele campo. (Minho.)»³⁶⁵ A lenda de D. João tem uma parte popular comum a muitos países da Europa, relativa ao banquete para que foi convidado o morto; em Portugal é muito geral a crença conhecida pelo nome de *Procissão dos defuntos*, da qual apresentamos uma versão do Algarve no conto da *Mulher curiosa*,³⁶⁶ e se acham outros na forma de lenda em Ponte de Lima, Guimarães, S. Cristóvão de Mafamude, Valença e Galiza: «Uma pessoa antes de morrer já se vê sete anos antes na *Procissão dos defuntos*. A *Procissão dos defuntos* faz-se todos os dias às trindades; ninguém a vê senão as pessoas que têm uma palavra de menos no baptismo. E estas são as que sabem as pessoas que hão-de morrer, porque as vêem na *procissão*.»³⁶⁷ Uma das manifestações das *almas penadas* é uma ave imaginária, que de sete em sete anos se ouve piar no Alentejo e Algarve, a que se chama a *Zorra da Odeloca*, tomando-se o seu grito mais perceptível à meia-noite e ao pino do meio-dia. Como as crenças no poder malévolo dos defuntos subsistem no seu vigor entre o povo, não acharia limites este estudo se tivéssemos simplesmente em vista uma compilação material; para a recomposição de um sistema cultural tão importante, e das noções psicológicas animistas bastam-nos os factos que aí ficam coordenados.

Terminando este estudo dos ritos funerários portugueses acrescentaremos alguns factos sobre o *assassinato voluntário dos moribundos*, mais vulgar e persistente do que pensávamos.

Numa aldeia do concelho de Tondela, estava uma velha, alcunhada de bruxa, nas vascas da morte; como se prolongasse o paroxismo, disseram as vizinhas: «que não esperassem que ela morresse antes de *lhe darem com o pau da cruz*, porque, diziam elas, ao contacto do pau sagrado, se afastava o demónio, que naquela hora tentava de novo sujeitá-la ao seu domínio... Com efeito, dentro em pouco, nove pancadas, capazes de produzirem o milagre, *lhe* eram aplicadas com o *pau da cruz*, por uma vigorosa pitonisa (análoga à *despenadeira de Nisa*) e passados alguns minutos a pobre sucumbia, ou vítima da pancadaria, ou porque a sua hora tinha soado! Estes casos e quejandos dão-se por aqui (Viseu) ainda a cada passo».³⁶⁸ O uso geral primitivo foi-se particularizando às pessoas que tinham pacto com o Diabo, cujos paroxismos eram demorados. Na ilha de S. Miguel, o que tem pacto não pode morrer, à espera de que alguém queira aceitar os seus poderes; no estertor julgam que essa pessoa diz: – *Quem pega, que eu largo!* É preciso que alguém diga: *Pega aquela tranca da porta!* para que ela possa morrer. Aqui ainda figura a tranca, mas não já de um modo tão directo como nos arredores de Viseu. Em uma Memória *Dos enterros precipitados e seus inconvenientes*, publicada pelo Dr. Assis, em 1837, lê-se este facto explicável pela tradição: «Entre nós, os indivíduos que parece haverem exalado o último suspiro, são logo escandalosamente abandonados; e é prática geral tirarem-lhes o travesseiro, ainda quando agonizantes, circunstância que

³⁶⁵ *Ibid*, t. IV, p. 391; na Beira chama-se-lhe *besbrinho*.

³⁶⁶ *Contos Tradicionais do Povo Português*, t. I, p. 148.

³⁶⁷ Pedroso, *ibidem*, p. 395. – Parece-nos ser esta a origem popular da grande tradição da *Dança da Morte*, idealizada na pintura, na poesia e no drama medieval.

³⁶⁸ *Almanaque de Lembranças* para 1865, p. 212.

pode contribuir para aumentar a congestão cerebral, já determinada para a cabeça.»³⁶⁹

As relações entre os ritos funerários e os nupciais, que observámos nos anexins populares, principalmente neste que está ainda em todo o seu vigor: «O *casamento* e a *mortalha*, no céu se talha» acham-se manifestas em certos costumes provinciais: «Em muitas freguesias rurais de Trás-os-Montes existe desde tempos imemoriais a costumeira de *tocar a finados quando alguém casa.*»³⁷⁰

Formas populares primitivas do Casamento. – O estudo das complicadas formas do casamento entre os povos selvagens, e ainda entre as raças superiores que iniciaram a civilização humana, como os Semitas e os Árias, tem sido largamente desenvolvido pelos etnologistas sob o ponto de vista da comparação, mas bem pouco enquanto à relação desses ritos e cerimónias com os estados sociais. E este ponto de vista social o esboço de coordenação sintética pelo qual se devem relacionar tão complicados elementos, alguns dos quais persistem desde a vida selvagem até às civilizações mais elevadas. Sob esta ideia escreve Lubbock: «O casamento por *coemptio* entre os Romanos indica uma época na sua história em que se comprava habitualmente as mulheres, como tantas tribos selvagens o fazem ainda hoje. O simulacro do *rapto* da mulher na cerimónia do casamento, entre todos os povos, não se pode explicar senão pela hipótese, que o rapto das mulheres era outrora a triste realidade.»³⁷¹ Estas duas formas do casamento ainda existem em Portugal, o que nos não espanta em relação da sua universalidade; o casamento pelo *rapto* ou captura acha-se usado na Austrália, entre os Papuas e Esquimós, nas Filipinas, na China, e entre os Romanos e os povos Eslavos; o casamento pela compra ou *dote* pratica-se na Cafraria, no Gabão, Timanis, entre os Bongos, na América, na Mongólia, na China, e existiu na Grécia e em Roma.³⁷² Por isto se vê que é imensamente necessário recompor com estes elementos os estados sociais primitivos, de que eles são a expressão actual, ou também, como diz Lubbock: «as relíquias das idades passadas». Seguiremos este processo racional na coordenação dos costumes portugueses. Partindo do estado presente da sociedade até nos remontarmos às suas crustas ou constituição primitiva, vemos com a forma de *nação* coexistirem os vestígios da organização da *tribo*, e do isolamento egoísta do familismo. As relações sexuais do homem com a mulher transformaram-se sucessivamente e aperfeiçoaram-se moralmente à medida que a sociedade se elevou do estado *familista* ao estado de *tribo*, e deste ao estado de *nação*.

A forma mais remota da organização social é aquela em que a agregação da família se estabelecia pela vida sedentária da mulher, isto é, no regime do parentesco derivado da *Maternidade*. Este estado de organização social é conhecido em etnografia pelo nome de *Matriarcado*, persistente nas raças inferiores da África, entre os povos de raça amarela, como no Tibete, na China, no Peru, e entre os Cossacos, e mesmo em povos áricos como na Grécia. Lenormant determina no *Genesis*, uma alusão evidente a este regime social do *Matriarcado*, no ódio entre a Serpente (símbolo das populações agrícolas) e a *raça da mulher*.³⁷³ Na linguagem popular conserva-se na frase *Filho da mãe* um carácter insultuoso, atribuído a esse estado de um hetairismo inicial

³⁶⁹ *Anais da Sociedade Literária portuense*, nº 2, p. 57. (1837). Na obra do Dr. Matos e Moura, vem esta importante revelação dos costumes de Nisa: «quando alguém está por muito tempo nos transe da agonia sem poder acabar, vão chamar certas mulheres mais desembaraçadas e resolutas, às quais chama *despenadeiras*, que acabam de a matar e depenar, julgando praticarem um acto de grande caridade poupando-lhes os sofrimentos e agonia». *Op. cit.*, t. III, p. 135.

³⁷⁰ *Almanaque de Lembranças* para 1860, p. 299.

³⁷¹ *Origines de la Civilisation*, p. 2.

³⁷² Letourneau, *Sociologie*, p. 311 a 354.

³⁷³ Vid. o nosso *Sistema de Sociologia*, p. 332.

correspondente a um culto estoniano ou de prostituição sagrada, de que temos abundantíssimos vestígios nas nossas superstições populares. Este culto celebrava-se nos vales pantanosos, cujos templos eram *in solo palustri*³⁷⁴ é em relação com estas formas culturais, que o filho sem pai conhecido se chamava Filho das *ervas*, e a mulher da sociedade hetairista *ervoeira*. Na canção da *Engeitada*, do Algarve, acha-se:

Eu não tenho pai, nem mãe,
Nem nesta terra parentes;
Sou *filha das pobres ervas*,
Neta das águas correntes.³⁷⁵

Também no Elucidário traz Viterbo um trecho de um documento de Tomar de 1388, em que se cita a palavra *ervoeira* como uma injúria: «E se o confrade chamar à confrada *Ervoeira*... pague V soldos à Confraria.» Viterbo na sua explicação acrescenta: «Ainda hoje dizemos: *filho das ervas*, aquele cujo pai se ignora, por sua mãe tratar desonestamente com muitos.» Este estado social do Familismo hetairista, apresenta duas formas gerais de agregação, a que resulta da *Promiscuidade*, e a que deriva da preponderância da mulher no regime da *Ginecocracia*. De ambas estas formas rudimentares temos abundantes vestígios consuetudinários. Do estado espontâneo da Promiscuidade, temos costumes praticados pela união temporária, pela prostituição religiosa, e pela consideração da virgindade como ignóbil.

No casamento simbólico no Bouro acha-se a consagração do costume da união temporária: «Nos montes criam-se muitos gados que são guardados por moços e moças, que se desregam por causa das ocasiões próximas; e por isso quando se efectua algum casamento, no acto de irem receber-se vem um dos principais parentes do noivo à porta do sogro, onde está um outro dos principais parentes da noiva, e tirando ambos os chapéus, pergunta o da casa ao de fora:

– Que procurais?

«Responde este: – Mulher, honra, fazenda e dinheiro.

«Logo o de dentro toma a esposada pela mão, e apresentando-lha, diz:

Ela cabras guardou,
Sebes saltou,
Se em alguma se espetou,
E a quereis;
Assim como é,
Assim vo-la dou.

«Dito isto dirigem-se todos à igreja e celebra-se o matrimónio; e não pode haver desunião, nem questão alguma ainda que haja defeito, porque ela se vale da força daquelas palavras trocadas entre os parentes de um e outro, que são um baptismo que lava de todas as culpas passadas.»³⁷⁶ Esta fórmula portuguesa aparece num refrão espanhol com o mesmo sentido:

A Castilla fué,
De Castilla volvió,

³⁷⁴ J. Baissac. *Origine de la Religion*, t. I, p. 143.

³⁷⁵ Na sua linguagem popular diz António José: «já me não basta ser um saramago *nascido das ervas*...». *Operas*, t. I, p. 320.

³⁷⁶ J. A. d'Almeida, *Dic. Abrev. de Corografia*, t. I, p. 157.

Barranco saltó,
 Garrancho le entró,
 Tal cual está
 Tal te la doy.³⁷⁷

É importante a circunstância de referir-se este costume à vida pastoral. Numa cantiga popular há uma referência ao culto das *pedras fálicas*, na forma da dança com que se faziam os casamentos ou uniões temporárias:

Três voltas dei ao penedo
 Para namorar José,
 Namorei-o em três dias,
 Valeu-me a mim dar ao pé.

É evidentemente um costume das raças ante-históricas da Europa; Girard de Riale cita trabalhos de Piette e de Lacaze sobre as superstições relativas aos monumentos megalíticos, nas regiões pirenaicas, em que as rochas fálicas conservaram a confiança dos aldeões: «tal é a pedra de Pourbeau, à sombra da qual as uniões entre raparigas e rapazes se concluem antes de se apresentarem ao *maire* ou ao cura, em volta da qual se dançava na noite de *terça-feira* gorda em uma dança obscena; tal é também o menir de Bourg d'Ouvil, que as mulheres abraçam e tocam de um certo modo para serem fecundas».³⁷⁸ o antigo casamento português era feito religiosamente e chamava-se de *Recabedo*, e tinha uma forma civil, chamada de *Marido Conozudo*; conserva-se porém nos costumes uma forma natural, a que se chamava de *Morganheira*. Deste casamento, em que não era conhecido o marido, e era de carácter temporário, diz Viterbo: «Entre as pessoas mais distintas e nobres, e talvez reais, se acharam estes matrimónios, que aqui se opõem ao *marido conozudo*; pois neles se ocultava o marido e só por acaso se vinha a conhecer. Estes eram os casamentos celebrados, como diziam, à *morganheira*... – Eis aqui os *matrimónios clandestinos*, que entre nós francamente grassaram até aos fins do século XV.»³⁷⁹ No casamento à *morganheira* conservava-se o parentesco pelas mães, e o direito civil reconheceu pela *avoenga*, esse parentesco invocado na compra dos bens tanto por tanto. Nas Constituições dos Bispados, de Portugal, proíbe-se a coabitação antes do casamento, o que leva a inferir pela sua persistência, a prática do primitivo costume hetairista. Em uma breve comunicação ao Congresso antropológico de 1880, traz o Sr. Pedroso «Asseguraram-me que em um sítio chamado a Magdalena, nos arredores do Porto, alguns noivos observam ainda o uso de coabitarem antes do casamento. Mas onde o costume se apresenta sob uma forma verdadeiramente característica, sem sombra de dúvida, quanto à sua importância tradicional, é numa pequena aldeia, nas cercanias de Lisboa. Esta aldeia está compreendida na zona etnográfica conhecida sob o nome de *Saloios*, cuja população conserva um grande número de usos antigos e interessantes no mais alto grau. As raparigas que chegam à idade de dezasseis anos, pouco mais ou menos achando-se ainda virgens, são ali objecto de mofa continuada, a ponto que para fugirem a esta vergonha, se entregam com grande facilidade ao primeiro que as requesta, e estas uniões efémeras e pouco recomendáveis em quanto à pureza dos costumes, continuam de ordinário até ao momento em que elas se acham grávidas. Então uma nova forma de viver começa para elas, esquecendo o seu passado aqueles que se julgam o pai da criança, desposando-as. Pela sua parte elas

³⁷⁷ D. Joaquim Costa, *Poesia Popular española*, p. 54.

³⁷⁸ *Mythologie Comparée*, t. I, p. 173.

³⁷⁹ *Elucid.*, vbº MARIDO CONOZUDO.

tornam-se em geral honestas e passam daí por diante por boas mulheres.» A ideia da *virgindade ignóbil* é comum a certos povos selvagens como os Sakkalaves de Madagáscar; na linguagem popular temos ainda uma locução afrontosa que se diz à mulher que não teve relação sexual: *Ficou para tia*.

A *ginecocracia*, conhecida vulgarmente pela tradição das Amazonas, é um esboço de regime social provocado pela estabilidade das mulheres e pela dependência dos filhos por efeito de uma morosa criação. Lubbock conheceu a importância deste facto natural: «A força do laço de parentesco derivando do aleitamento pela mesma ama, tal como existe nos montanheseiros da Escócia, é para nós um exemplo familiar dos laços de parentesco bem diferentes daqueles que existem entre nós.»³⁸⁰ Em Portugal, ainda se reconhece este parentesco por via da mesma ama, chamando-se *Colaços* ou *irmãos de leite* àqueles que foram amamentados pela mesma mulher, embora de classes diversas.³⁸¹ Do regime da ginecocracia ficaram na civilização humana os seguintes costumes: a *poliandria*, ou casamento de uma mulher com muitos homens, a *escolha do marido pela mulher* e o facto de carácter essencialmente religioso no *celibato da mulher*. A poliandria tornou-se repugnante, e há apenas uma reminiscência afrontosa no *Nobiliário* e no *Cancioneiro* de Garcia de Resende na palavra *Burrella*; no direito anglo-saxão chama-se *Birele* a mulher que enche os copos no banquete para os homens beberem, e o símbolo da oferta do copo era o sinal da escolha do marido feita pela mulher. Entre os Celtas Ligúrios, as raparigas é que escolhiam os maridos, como se sabe pela lenda da fundação de Marselha, revelando elas a preferência no fim do banquete dado pelos pais aos pretendentes.³⁸² Achamos esta forma de casamento completamente conservada em Vermoil, descrita no *Dicionário Abreviado de Corografia*: «As mães de família desta freguesia, quando pretendem casar as filhas, levam-nas a três espécies de romarias que os habitantes daqueles arredores costumam fazer, e são Conceição Espírito Santo e Bodo de Vermoil. Perto da tarde, mães e filhas, todas vestidas de estamena e em corpo, com chapéu de aba larga na cabeça, aparecem no arraial, e chegando perto dos rapazes a que já têm deitado o fito, chamam-nos para a venda, onde lhes pagam o vinho, bebendo eles juntamente com as filhas: estas indo já preparadas com dez réis e um guardanapo lavado, compram tremoços e dizem: *Dá a mim, dou a ti*. Os manéis todos tafuis com seu calção de tripe e camisa de linho com seus colarinhos altos, abrem a jaleca e mostram às namoradas o bolso furtado, dizendo-lhes: *Dou a ti*. Elas tiram os tremoços dos bolsos, e eles do guardanapo. Daí a pouco ouvem-se às vezes as denúncias de um casamento que não teve outros princípios senão esta simples troca de palavras e favores com que reciprocamente se brindaram os dois contraentes.»³⁸³ No casamento na freguesia de Bonfim, a mulher oferece ao homem uma pequena moeda, porventura alusiva a um acto praticado noutras povoações, como este da compra dos tremoços. O celibato da mulher aparece nos costumes de muitos povos antigos, como no México e em Roma: entre nós foi aproveitado para os votos da clausura, e quando uma mulher resolve ficar solteira ainda se diz: *Ficou para vestir imagens*. Entre os Iberos, segundo Estrabão, predominava o regime do matriarcado, ou do parentesco pelas mães: «Tal é o costume entre os Cantabros de casarem os homens dotando as mulheres, sem que elas levem coisa alguma. As filhas são ali herdeiras de tudo, de modo que elas são as que se encarregam da colocação e casamento dos irmãos, resultando daqui uma

³⁸⁰ *Origines de la Civilisation*, p. 136.

³⁸¹ Segundo a *Ord. Afons.*, liv. V, til. 139, chamava-se *colácia*, o privilégio concedido aos que tinham o parentesco de leite com os cavaleiros o não poderem ser açoutados ou ter pena vil. (Vid. Viterbo, *Elucid.*, vbº COLLACIA.)

³⁸² Belloguet, *Ethnogénie Gauloise*, t. III, p. 391.

³⁸³ J. A. d'Almeida, *op. cit.*, t. III, p. 190.

espécie de *ginecocracia*, ou aristocracia mulhêr, que em verdade não é coisa bem pensada em política.»³⁸⁴ Além deste testemunho de Estrabão, (III, IV, 18), Diodoro Sículo indica o mesmo regime social nas Baleares, e César entre os Bretões. A organização ginecocrática é característica dos povos mongolóides, e isto define-nos bem o tipo antropológico do ibero.

A sobreposição de outras raças fizera preponderar na civilização peninsular o regime *patriarcal*; assim à organização familista seguiu-se a organização social da tribo, nas suas diversas relações endogâmicas e exogâmicas. A transição do regime do matriarcado para o patriarcal observa-se nos vestígios consuetudinários da *Couvade*, e nos símbolos jurídicos da *Adopção*. A *Couvade*, costume tão particular dos povos selvagens, existia entre os povos ibéricos, como se vê por esta passagem terminante de Estrabão: «As mulheres são tão fortes como os homens, mesmo para os serviços mais pesados; elas trabalham na lavoura; e apenas acabam de parir começam a servir os homens e são estas as que ficam na cama em lugar delas.» Em certas terras de Portugal, o pai do recém-nascido come marmelada ou molete, para que a criança se fortifique. A simulação do parto, como fundamento material da paternidade, conservou-se no símbolo jurídico da adopção entre os Romanos, e no adágio português ainda se diz: «Filho alheio, mete-o pela manga e sair-te-á pelo seio.»³⁸⁵

No regime da tribo patriarcal, as formas do casamento variaram segundo o casamento era efectuado dentro da mesma tribo, ou *endogâmico*, e fora da tribo, ou *exogâmico*. O casamento fora da tribo teve formas violentas, de *rapto* e *combate*, e ainda hoje os adágios conservam esse espírito de hostilidade:

Quem ao longe vai casar,
Ou vai enganado,
Ou vai enganar.

No casamento dentro da tribo há certas relações com as formas familistas anteriores, tais como o *Sacrifício à comunidade* pelo marido e a promiscuidade antes do casamento ou *prelibação*. Frei Bernardo de Brito alude a este costume: «Se algum homem do Porto quisesse receber mulher de Braga, e houvesse consentimento dos parentes para esse fim, a não levasse de sua honra, mas qualquer dos parentes que ela escolhesse; e a graça era que acabados os convites e jantar que se dava naquelas festas, o triste noivo cobria a cabeça com um pano, e tomando a noiva sobre os ombros, a levava até à câmara, onde o parente os estava esperando, etc.»³⁸⁶ Brito parodiava nisto as velhas tradições da *Couliage*, da *Jambage* ou *Marcheta*. Em Espanha ainda em 1810 o deputado por Valência Lloret alude ao *direito de pernada*, usado em Verdum, segundo um impresso de 1786.³⁸⁷ A comunidade contentava-se com a paga pelo marido do seu direito exclusivo à mulher; é assim que se explicam variados costumes: «Em Tomar... o que queria casar naquela vila cavalgava um cavalo, com uma lança na mão, e levando um alqueire de pão cozido e um almude de vinho, chegando ao castelo dava com a lança na porta, dizendo: *Cavaleiro quero ser!* Saía o alcaide do castelo a esta voz, e cobrava a pitaça, voltando o noivo para casa habilitado para poder casar-se; e se algum não satisfazia esta cerimónia, nem pagava aquele emolumento, o alcaide por via de multa levava-lhe o oitavo.»³⁸⁸ Ainda modernamente em Tomar, o noivo vai

³⁸⁴ *Geogr.*, p. 116.

³⁸⁵ Delicado, *Adágios*, p. 79.

³⁸⁶ *Monarquia Lusitana*, t. I, p. 535.

³⁸⁷ Soriano, *Hist. da Guerra Civil*, 2ª Época, t. III, p. 643.

³⁸⁸ *Panorama*, t. IV, doc. da época de D. João I.

buscar a noiva a casa da madrinha; a noiva esconde-se por detrás da porta, e somente depois de ter o noivo respondido a certas perguntas é que se apresenta; este mesmo costume observa-se na população do Barroso. Na Guarda a noiva fecha-se num quarto com algumas das suas amigas solteiras; quando o noivo bate à porta não lhe abrem sem que ele tenha primeiramente respondido a dadas perguntas, e depois de aberta a porta a noiva esconde-se, e logo que o noivo a acha vão todos para a igreja. O respeito pela comunidade acha-se em algumas aldeias da Beira: quando o cortejo do noivado vem da igreja, os convidados vêm atirando pelo caminho fatias de pão de rala para conseguirem passar por entre o povo, que finge querer arrebatá-la noiva.³⁸⁹ O *sacrifício à comunidade* é ainda evidente no costume de demorar a consumação do acto matrimonial; em Manteigas o casamento só se consuma quatro dias depois de celebrado; nos arredores da Covilhã ao fim de três dias, bem como na povoação de Lavos junto da Figueira; no Peral, próximo das Caídas da Rainha, não se mantém o costume da separação; mas faz-se durante três noites um charivari desesperado à porta dos noivos para os não deixar dormir; na Vila da Feira, depois do casamento o noivo sai por uma porta e a noiva por outra. Na Estremadura e Alentejo, o padrinho tem de atirar aos rapazes confeitos e dinheiro, e se o não faz apodam o casamento com chufas:

Desde que morreu o Félix,
Nunca vi casamento tão reles.³⁹⁰

Nas formas do casamento em Germelo é mais evidente o *sacrifício à comunidade*: «Primeiramente o noivo com os seus parentes vai buscar a noiva, que não deixam sair de casa sem alguma dificuldade; vão dali para a igreja, e ao voltar para casa tudo são obstáculos a vencer: uns põem-lhe na frente mesas, com açafates de flores, e só dão passagem depois de lhes darem alguma coisa; outros atravessam a rua com fitas, exigindo uma certa portagem, enfim todos os obstáculos se vencem com ofertas; chegados a casa da noiva ela recolhe-se e o noivo vai para sua casa. Findo isto, de casa da noiva saem três mulheres a oferecerem ao povo tabuleiros com papas cortadas em quartos; de casa do noivo saem três homens distribuindo cuscuréis em um açafate, e dando copos de vinho. Acabada esta cerimónia entram os convidados, assentando-se à mesa sem distinção de pessoa; no fim do banquete aparece o noivo com a falange dos seus convidados, que vêm buscar a noiva; os de fora querem entrar à força, os de dentro defendem-se, trava-se a luta, e nisto os poetas lançam seus versos, pedindo a entrega da noiva, outros retrucam às cantigas, que não a devem dar, até que passado o tempo conveniente vence o que tem de ser. A noiva é logo arrebatada em triunfo e termina tudo.»³⁹¹ Embora já apareça aqui o *combate* e o *rapto*, a cerimónia é essencialmente alusiva a um resgate e satisfação à comunidade. No Foral de Pesqueira, Paredes, Souto, Linhares, Anciães, dado por D. Afonso Henriques e reformado por D. Afonso II em 1218, pagava-se o direito de *Osas* à comunidade; este tributo veio a cair especialmente sobre as viúvas que convolvavam a segundas núpcias, como se sabe pelas Inquirições de D. Afonso III; o tributo das *Osas* (abreviação de *Goyosa*, e contraposto a *Luctuosa*) equiparou-se na tradição popular ao costume da *prelibação*. Viterbo alude à tradição, que dura nas margens do rio Lima, dizendo: «que um Florentim Barreto, senhor absoluto da freguesia de Cardielos, e fundador da Torre, que hoje mesmo se conserva com o nome de *Torre de Dom Sapo*, extorquia dos seus vassallos recém-casados a

³⁸⁹ Ap. Pedroso. *De Quelques Formes du Mariage Populaire en Portugal*.

³⁹⁰ Leite de Vasconcelos, *Tradições*, p. 218.

³⁹¹ *Dic. Corográfico*, t. I, p. 460. – *Almanaque de Lembranças* para 1858, p. 360. – Leite de Vasconcelos, *Tradições*, p. 221.

infernally marcheta...»³⁹² De facto a confusão das Osas com a prelibação resulta de uma relação primitiva com um costume social que se transformou na prestação em tributo de géneros ou dinheiro. O *dote paternal* e a *compra de corpo* são formas do casamento endogâmico na tribo patriarcal. O *dote* tem também as suas formas populares: «Em Lanheses e subúrbios (Minho), no dia do casamento, a noiva faz-se acompanhar do seu *dote* (geralmente uma caixa com muita roupa) num carro de bois, e puxam os dois noivos o carro para dentro da igreja até chegarem ao local do casamento: terminada a cerimónia, tornam os noivos a levar o carro para a porta, onde de novo se põem os bois ao carro.»³⁹³ Vemos aqui a realidade daquela fórmula já simbólica no direito romano: *Ubi tu gaius ego gaia*, que a mulher dizia ao marido; na linguagem vulgar, quando os casados se dão bem diz que *puxam certos*.

No *Cancioneiro* de Resende citam os poetas palacianos da corte de D. Afonso V e D. João II o acto frequente de *oferecer mulas ajaezadas* às damas; esta galanteria, para nós hoje incompreendida, esclarece-se pelo costume aristocrático estatuído no *Foro velho de Castela*, pelo qual o fidalgo devia dar a sua mulher «*uma mula ensilhada e enfreitada*».³⁹⁴ E acrescenta: «*isto soíam usar antigamente*». Nos Foros de Aragão também vem o mesmo costume: «*Unam mulam de cabalgar*».³⁹⁵ Na forma popular dos casamentos em Cabo Verde há ainda esta reminiscência: «Quando casa uma donzela, vai sempre a cavalo numa égua até à porta da igreja, para ser fecunda; e, não sendo donzela, a pé; o noivo vai a cavalo de calça branca, lenço branco na mão direita com as pontas caídas para o chão, e ao pescoço cordão de ouro, que o padrinho é obrigado a pedir emprestado quando o não tenha. É-lhes proibido rirem e comerem neste dia, salvo se os padrinhos lhes metem alguma coisa na boca, sempre em pequena quantidade. Desde que chegam à igreja até serem conduzidos pelos padrinhos à casa em que devem dormir, ficam os noivos sentados numa espécie de tribuna no interior da casa. Pela noite adiante ouve-se um tiro, esperado com ansiedade pelos pais e parentes, que então parecem doidos de contentes, batem as palmas, dão guinchos e pinotes, há batuque e chaveta (toca-se e canta-se). Pela manhã vão os padrinhos acordar os noivos e acompanham-nos até à rua, onde já está uma mesa e duas cadeiras para estes se sentarem; vem uma mulher, põe em cima da mesa um corte de camisa, outra um corte de pano, outra um corte de saia de chita; os homens uns dão 240, outros, 320, outros, 480 conforme suas posses.»³⁹⁶

O *dote* confundiu-se com a ideia de um resgate, como se vê pela identificação entre *arras* e *compra de corpo*. No *Cancioneiro da Vaticana*, do século XIV, encontra-se esta preciosa referência jurídica:

Se m'elrei desse algo, já m'iria
pera mha terra de bom grado,
e se chegasse, *compraria*
dona fremosa de grão mercado...

Eu cuitado, nom chegaria
por *comprar corpo* tão bem talhado.

³⁹² *Elucidário*, vb° OSAS. – A *goiosa* aparece em documentos do século XVI na fórmula: Casamento e *um contentamento*.

³⁹³ Leite de Vasconcelos, *Tradições*, p. 220.

³⁹⁴ Liv. V, tit. I, leis 1, 2 e 5.

³⁹⁵ Ap. D. Joaquim Costa, *Poesia Popular Española*, p. 277.

³⁹⁶ *Almanaque de Lembranças* de 1861, p. 67.

(Canç. nº 962.)

Viterbo, no *Elucidário*, cita uma doação de Martim Pires a sua mulher com a fórmula: «por compra de vosso corpo» que identifica com o costume de Aragão da *herança do marido*» e que João Pedro Ribeiro julga que deve entender-se por arras. Segundo Jacob Grimm, nas *Antiguidades do Direito Alemão*, a palavra que significava *comprar* veio a substituir no fim da Idade Média a palavra *casar*. No casamento de D. Afonso V com D. Isabel e no contrato de casamento do rei D. Manuel com a infanta D. Maria, a antiga frase «por compra de corpo» foi substituída «por honra de sua pessoa». E nas *Ordenações Manuelinas* (liv. IV, tit. 9, § 4) a doação do marido à mulher, de quantia certa, depois de consumado o casamento tinha nome de *Câmera carrada*, costume identificado por Levy Maria Jordão com o *Morgengabe* germânico.³⁹⁷

A *coabitação* era uma das formas mais frequentes do casamento endogâmico, conservando-se nas sociedades que se elevaram até à unificação de nacionalidade. Herculano, nos seus *Estudos sobre o Casamento Civil*, interpretando pelos costumes do reino o título 46 do livro IV das *Ordenações*, diz: «Este título estatua que, convivendo um homem e uma mulher, com fama de cônjuges pelo tempo estabelecido no antigo direito (vimos já que esse prazo era de sete anos), presumir-se-ia haver matrimónio entre eles para os efeitos civis.»³⁹⁸ A intervenção do clero na sociedade civil fez com que nas constituições dos bispados portugueses se condenem estes casamentos por *coabitação*, e diversos dos casamentos clandestinos em que havia esponsais. Na Madalena, nos arredores do Porto, conserva-se ainda o casamento pela forma de *coabitação*.³⁹⁹

A *coabitação* conservou-se como um acto simulado ou simbólico nos casamentos por procuração entre as famílias reais, sobretudo na Alemanha e Inglaterra. O velho João Rodrigues de Sá, casando por procuração de D. João I com D. Filipa de Lencastre, mete-se com ela na cama como conta Froissart: «Comme procureur du roi de Portugal... et furent sur un lit courtoisement, ainsi comme époux et épousée doivent être.»⁴⁰⁰ Nas Cartas de Lopo de Almeida a D. Afonso V, de 1450, dando-lhe conta do casamento da infanta D. Leonor com Frederico III, imperador da Alemanha, vem descrita a cerimónia da *coabitação*, como complemento do casamento: «Levou el-rei a dita Senhora àquela mesma câmara com poucos, salvo mulheres, e acharam-no já lançado vestido entre os lanções, e tomarão vossa Irmã, e lançaram-na na cama com ele também vestida, e cobriram-lhes as cabeças e beijaram-se, e feito isto, alevantaram-se, e tornou-se a dita Senhora à sua câmara, e ficou o dito Senhor na sua, e isto foi assim feito a *usança de Alemanha*, porque assim foi acordado com El-Rei de se fazer.»⁴⁰¹ Há aqui também um leve simulacro de *violação*, forma ainda persistente entre as tribos da Austrália, como descreve Eyre. Na interessante narrativa do casamento do fidalgo António Gonçalves com D. Isabel de Abreu, escreve Frutuoso: «Teve ele traças com que entrou de noite com aquela tensão de a receber por mulher. Vendo-se D. Isabel salteada dele, como era mui virtuosa e discreta, dissimulou com ele, dizendo: Que lhe não convinha fazer casamento daquela sorte»⁴⁰²

Na constituição das sociedades primitivas em que preponderava a organização da

³⁹⁷ Vide a minha *História do Direito português* (os Forais) p. 58 a 62, onde vem este assunto mais largamente tratado.

³⁹⁸ *Op. cit.*, p. 105.

³⁹⁹ Pedroso, *De Quelques Formes du Mariage en Portugal*, p. 5.

⁴⁰⁰ *Chron.*, Liv. III, cap. 53.

⁴⁰¹ Sousa, nas *Provas de Hist. Genealogica*, t. I, p. 643.

⁴⁰² Frutuoso, *Saudades da Terra*, p. 198. Ed. Azev.

tribo, os casamentos eram celebrados também buscando a mulher em outras tribos vizinhas; deste facto resultam caracteres e formas especiais que se designam pelo nome genérico de casamento *exogâmico*. Sob este título a Exogamia, compreende-se o casamento celebrado pelo *rapto*, pela *luta*, e ainda pela *confarreatio*; nas sociedades modernas já não existe a separação das tribos, mas ainda se conservam na forma de menções ou actos simbólicos as práticas primitivas do casamento exogâmico. Em Sindim (arredores da Régua), simula-se a hostilidade das tribos: quando um rapaz de fora da aldeia vai pedir uma moça para casar *correm-no à pedrada*, e ao casar, quando vem da igreja, embaraçam o caminho por onde ele tem de passar, tendo necessidade de resgatar-se com algum dinheiro. Ainda hoje se usa o *rapto* da mulher, quando os pais não dão o consentimento para o casamento; a frase vulgar *furtar uma mulher* corresponde a uma realidade frequente em que a autorização paterna é substituída pela autoridade do juiz. Nas *Saudades da Terra*, descreve Gaspar Frutuoso o casamento de António Gonçalves da Câmara com D. Isabel de Abreu, em 1531, por meio do *rapto*: «Aconteceu um dia que, fazendo D. Isabel uma romaria, ou como dizem, indo de sua casa ricamente ataviada e muito acompanhada para a Calheta a um baptismo a que a convidaram, passando por junto da fazenda de António Gonçalves por ser por ali o caminho, e sabendo-o ele, e tendo para si que ela se lhe mostrava, e queria já consentir no casamento (porque quem ama tudo suspeita) ajuntando prestes muita gente, com muitas armas que lhe não faltavam, se foi ao caminho, e tomando pelas rédeas a mula em que ela ia, levou D. Isabel e a meteu em suas casas contra vontade dos parentes seus e dela». ⁴⁰³ Toda esta narrativa é cheia das mais violentas peripécias, e «se começou a travar uma escaramuça perigosa entre ambas as partes, pondo-se a risco de haver entre uns e outros muitas mortes. O que vendo António Gonçalves e D. Isabel, por evitar tanto dano de que seriam causadores, saíram ambos a umas varandas donde falaram ao Ouvidor, perguntando-lhe: Que queria? Que ele estava com sua mulher! e dizendo D. Isabel o mesmo: Que estava com seu marido, e bem se podia tomar embora». A peripécia não acaba aqui, mas isto nos basta para compreender a índole do *rapto*, a que anda ligado o *combate*.

Em Miranda do Douro o casamento celebra-se pela forma de um *combate*, entre o noivo e a noiva, como cerimónia prévia dias antes de irem à igreja; o combate faz-se num lugar aprazado, a soco, e diante de gente, não podendo ninguém intervir no combate. ⁴⁰⁴ Na linguagem popular ainda se diz: «Pancadinhas de amor não doem.» No Jarmelo, na Estremadura, há também o combate: «Vai o noivo com os seus parentes e convidados buscar a noiva a casa, onde os parentes e amigos desta mostram resistência em a deixar sair, cedendo porém a final, e partindo todos a caminho da igreja. Concluída aí a cerimónia, voltam todos para casa, tendo grandes dificuldades a vencer pelo caminho fora, etc.» ⁴⁰⁵ Na Beira Alta, em Vila Nova à Coelheira, as duas comitivas dos noivos chamam-se *patrulhas*; quando vão para a igreja, os vizinhos juntam-se em *manadas* para roubarem a noiva, e é numa luta simulada que as patrulhas a defendem, perseguindo-os também simuladamente o povo, que lhes atira com açafates de trigo, com grandes e alegres algazarras. ⁴⁰⁶

Os símbolos da *confarreação* persistem nas formas populares do casamento. Em Campelo, «depois da cerimónia, para que fique o casamento completo, noivos e convidados *devem comer na sacristia com o pároco, pão, queijo e vinho*; ao irem para

⁴⁰³ *Saudades da Terra*, p. 197.

⁴⁰⁴ Pedroso, *op. cit.*, p. 2.

⁴⁰⁵ *Almanaque de Lembranças* para 1859, p. 309. A cerimónia do rapto ainda se encontra em Leão. *Folk Lore Andaluz*, p. 157.

⁴⁰⁶ Leite de Vasconcelos, *Tradições*, p. 222.

casa os convidados mandam sair-lhes ao encontro borrachas de vinho; à mesa o noivo e a noiva comem no mesmo prato. Passados oito dias, a noiva é vestida pelas suas amigas, que lhe levam presentes de coisas necessárias para o arranjo da casa». ⁴⁰⁷ «Em São Tiago da Cruz, no Minho, penduram num arco um limão e uma maçã; a noiva apanha o limão e entrega-o ao marido, e este apanha a maçã e entrega-a à desposada.» ⁴⁰⁸ As formas da confarreação são as mais gerais: em Sinfães, junto do arco sob que passam os noivos, há uma mesa onde eles comem e bebem, deixando algum dinheiro; em Trancoso, também no caminho dos noivos lhe põem mesas com doces; em Pombalinho, a quatro léguas de Coimbra, estendem guardanapos sobre as pedras por onde passam os noivos, e quando estes vem da igreja trazem sacas que encham com ervilhas, favas e batatas que lhe vem oferecer ao caminho. Na Pederneira, depois do banquete, a casa dos noivos fica franca para todos dançarem ali o tempo que quiserem.

Chegámos ao alto período histórico em que os elementos primordiais do *Familismo* e da *Tribo* se consubstanciam numa unidade social chamada *Nação*: aqui ainda persistem diferenças tradicionais reconhecidas pelo nome de classes. Entre o povo dos campos e a gente fidalga as formas do casamento variaram: nos arrabaldes de Soure (Minho) os noivos vão para a igreja num carro de bois, enfeitado e armado de campainhas; ⁴⁰⁹ nos casamentos da velha fidalguia, a noiva recebia uma mula ajaezada e nela ia para a igreja. Na corte conservaram-se costumes primitivos da tribo genealógica; os fidalgos mandavam as suas filhas para a corte, servindo e acompanhando a rainha como *açafatas*, e o rei é que se encarregava de as dotar e casar; compreende-se este costume palaciano comparando-o com o que existia na Cochinchina no século XIII, em que os pais levavam as filhas ao rei para *prelibá-las*, e casá-las depois dotando-as. «Quando um fidalgo tem seu casamento justo com alguma das damas do paço, deve trazer na abotoadura uma fita, que é um dos sinais da sua promessa; além disto é obrigado pelo espaço de seis meses a apresentar-se no palácio todas as vezes que as damas saem ou entram com a rainha, e a segui-las de longe, sem que lhes seja permitido falar à sua namorada senão por meio de sinais até ao dia da consumação do casamento.» ⁴¹⁰

Além das formas tradicionais do casamento que correspondem a certos estados sociais extintos, existem também ritos matrimoniais relativos a um tipo cultural já obliterado. Coordenaremos esses ritos segundo o que se usava no politeísmo greco-romano, pelo fundamento de que Estrabão considerava os casamentos dos Lusitanos semelhantes aos dos Gregos: *more graeco*. ⁴¹¹ O casamento (*gamos*) sob o ponto de vista de um sacramento religioso (*telos*) era a abjuração do culto do pai pela mulher que ia entrar no segredo do culto doméstico do marido; tal é o sentido das cerimónias, que se podem dividir em três actos litúrgicos bem distintos: 1º a *engyesis* dos Gregos ou a *traditio* dos Romanos, que se passava no lar paternal; 2º a *pompe* ou a *deductio in domum*, em que a mulher passa para a casa de seu marido; 3º a iniciação do culto da sua nova casa, a *telos* ou *confarreatio*, em casa do esposo.

Das cerimónias em casa do pai da noiva, citaremos o que se usa nas Covas de Barroso: «Na manhã das bodas vem o noivo com os seus à habitação da noiva, onde se acham reunidos os parentes e amigos; bate repetidas vezes à porta que está fechada, e trava-se um diálogo ritmado entre os de dentro e os recém-chegados; aparece depois a esposa e cinge a cintura do noivo com a cinta simbólica. No fim do banquete as

⁴⁰⁷ J. Avelino d'Almeida, *Dic. Corográfico*, t. I, p. 214.

⁴⁰⁸ Leite de Vasconcelos, *Trad.*, p. 218.

⁴⁰⁹ *Id., ib.*, p. 220.

⁴¹⁰ *Description de la Ville de Lisbonne*, 1738.

⁴¹¹ *Elementos da Nacionalidade Portuguesa*, § 6.

donzelas apresentam a casada um ramalhete de flores e um pombo. Afora a cinta simbólica e o pombo, observa-se ainda aqui hoje a mesma usança; o diálogo porém é mais prosaico e é assim:

«– Quem é, e o que quer?

«É F... que aqui vem procurar gente, honra e fazenda.

Entre que tudo encontrará.

«Os presentes oferecidos pelas donzelas à esposada constam, além de flores, de doces de diversas qualidades dispostos em forma piramidal; são encetados pelos esposados e depois servem os padrinhos e mais convivas; no oferecimento há versos deste gosto:

Aqui tens, menina este ramo
Que da minha mão se oferece;
Não é como eu desejava,
Nem como a senhora merece.»⁴¹²

No Cadaval este ramo tem um efectivo sentido simbólico. Os vestidos da noiva tem também um talho especial; num documento de Pendurada, de 1480 descreve-se o traje obrigado: «He ella dita noiva vestida de vestidos novos, de dia de voda, s. hua *mantilha* de meni, (baeta usada no campo) e hua *quejanda* de *courtanai*, e hua fraldilha de brestoll.»⁴¹³ Da freguesia de Dão encontrámos estes dados curiosos: «todas as mulheres casadas, quando os maridos estavam na terra, traziam à missa a *mantilha* debaixo do braço, e as que a não tinham um rodilhão; e estando eles ausentes traziam as mantilhas aos ombros, como capas, e as viúvas à cabeça».⁴¹⁴

A passagem da noiva de casa do pai para a do noivo faz-se pela igreja: a locução *levar à igreja* significa casar; à ida e à volta passam por debaixo de arcos, com símbolos, como em Marco de Canaveses, e atiram-se confeitos e trigo à noiva, ou à gente que acompanha os noivos, como nos Açores e Beira Alta. O sr. Leite de Vasconcelos mostra a persistência deste uso com um trecho da farsa de *Inês Pereira* (1523) de Gil Vicente:

E tendes vós aqui *trigo*
Para nos geitar por riba?

E aproxima-o da descrição do Romancero del Cid:

Por las rejas y ventanas
Arrojaban trigo tanto,
Que el rey llevaba en a gorra
Que era ancha, un gran puñado.

Estes elementos foram rimados por João d'Escobar no fim do século XVI, mas a sua universalidade mostra a sua antiguidade remotíssima. Na Sicília também se atira *trigo* na passagem dos noivos, bem como *farinha* e às vezes *pão*, como o descreve Pitré; em Sevilha atiram amêndoas e confeitos.⁴¹⁵ As *cantigas dos noivados*, que se usavam na

⁴¹² J. Avelino d'Almeida, *Dic. Cor.*, t. I, p. 340.

⁴¹³ Viterbo, *Elucid.*, vb°MENI.

⁴¹⁴ Almeida, *Dic.*, t. I, p. 339

⁴¹⁵ *Folk Lore Andaluz*, p. 206. Em Nisa, a noiva depois de *apregoada* não saía mais à rua, Dr. Matos e Moura, *op. cit.*, t. I, p. 129.

época visigótica, e foram proibidas pelo Concílio Ilerdense do século VI como pagãs, persistem em Portugal, e ligadas a certos actos simbólicos. Em Moura, no Alentejo, canta-se:

Quem quiser comprar, eu vendo
Um ramo que estou guardando;
 O estado de solteira
 Para mim 'stá-se acabando.

Nos costumes do Cadaval: «Chama-se *ramo matrimonial* ao ramo de flores secas que a noiva recebe da última rapariga que se casou, que nesse dia deixa de estar de noivado; é entregue à recém-casada no fim do baile das bodas. Também quando o noivo sai da igreja, passa por debaixo de um arco de canas verdes enfeitado com símbolos alegóricos à profissão dos nubentes; sustentam-no duas raparigas.»⁴¹⁶ Santo Isidoro cita (*Etym.*, VI, cap. 18) os *epitalâmios* cantados por escolares em louvor dos noivos.⁴¹⁷ Nas Comédias portuguesas de Simão Machado descreve-se a persistência deste uso:

GIL: Vamo-nos para o lugar.
 PAIO: Vamos; *seja com cantar*,
 TOM.: E por maior prazer e festa
 Eyá! a cantiga seja esta:
 TOM.: Também eu hei-de ajudar.

Cantiga:

Com muitos contentamentos
 Muitos anos melhorados
 Se logrem os esposados.⁴¹⁸

Muitos dos costumes conservados ainda pelas aldeias acham-se descritos na cerimónia do casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre, na prosa ingénua de Fernão Lopes: «E todo prestes pera aquelle dia, partiu-se Elrey á quarta feira donde pousava, e foyse aos paços do bispo, hu pousava a Infanta, e á quinta feira *foram as gentes da cidade juntas em desvairados bandos de jogos e dansas per todalas praças com muitos trebelhos que faziam*. As principaes ruas, per hu estas festas aviam de ser, todas eram semeadas de desvairadas verduras e cheiros. *Elrey saiu d'a quelles paços em sima de hu cavallo branco*, em panos de ouro realmente vestido, e a rainha em outro tal muy nobremente guarnida... Diante hiam pipias e trombetas, e outros muitos instrumentos, tantos que se nom podiom ouvir, *donas filhas d'algo, e isso mesmo da cidade cantavam indo de traz, como he costume de vodas.*»⁴¹⁹ Era assim a Mascarada nos casamentos da Areosa.⁴²⁰

Segundo o Tombo do Aro de Lamego, de 1346, se se tocava *adufe em Fevereiro*, nas bodas, pagava-se a melhor fogaça ao mordomo do rei. As superstições e agouros

⁴¹⁶ Almeida, *Dic. Cor.*, t. I, p. 202.

⁴¹⁷ Sobre a persistência destes cantos nos costumes peninsulares achámos: «Los yoglares é tañedores non son para la guerra, mas para la paz, é para honrar bodas.» Madrigal, *Eusebió de los Tiempos*, cap. 502, ed. 1507. Ap. Amador de los Rios, *Hist. da Litt. hespan.*, t. VII, p. 429.

⁴¹⁸ *Comédias Portuguesas*, p. 182.

⁴¹⁹ *Crónica de D. João I*, P. II, cap. 96.

⁴²⁰ J. P. Ribeiro, *Reflex. Hist.*, t. I, p. 39.

ligam-se aqui ao esquecimento do antigo culto doméstico: se chove no dia do casamento é sinal de felicidade para os noivos; o primeiro que entra para a cama é o primeiro que morre.

Em casa do noivo termina-se a cerimónia pelo banquete e danças. O padre Fernão Cardim descreve os costumes do casamento na colónia portuguesa de Pernambuco (1583-1590): «Casando uma moça honrada com um *vianês*, que são os principais da terra, os parentes e amigos se vestiram uns de veludo cramesim, outros de verde e outros de damasco e sedas de varias cores e os guiões e selas dos cavalos eram das mesmas sedas de que iam vestidos. Aquele dia correram *touros*, jogaram *canas*, *pato*, *argolinha*, etc.»

No casamento de Cabo Verde, depois do banquete, e quando os noivos se unem, «ouve-se um tiro esperado com ansiedade pelos parentes;» pelo casamento nos arrabaldes de Soure, no Minho, se a noiva é reconhecida como estando pura também se atiram muitos foguetes. Nas segundas núpcias costuma-se fazer assuada à porta de noite, a que em Espanha se chama as *Cencerradas*, e em França o *charivari*, costume a que já aludem Macróbio e Plutarco, como existente em Roma.⁴²¹ Em Portugal a viúva que convolava a segundas núpcias, segundo os Forais pagava uma multa; o ódio contra estes casamentos provinha da ideia da abjuração do culto doméstico pelo de um outro lar. O fogo do lar já não figura como objecto de culto nos ritos do casamento, porém nas superstições populares o fogo ainda conserva um carácter augural: «Quando num casamento a vela mais pequena está do lado da noiva, é sinal que ela morre primeiro; se está do lado do noivo é ele quem morre. – Na noite do casamento aquele que no quarto apaga a luz primeiro, é o primeiro que morre. – Para saber se duas pessoas casarão, põe-se um par de flocos de linho, muito fofos, na pedra do lar. Um dos flocos representa o rapaz e outro a rapariga cuja sorte se pretende conhecer. Em seguida pega-se fogo ao linho. Se os dois flocos ao arder sobem ao mesmo tempo ou mesmo se sobem ambos, é sinal de casamento certo; se um deles porém se eleva não acompanhando o outro, a pessoa que ele representa não corresponde ao amor. – Se na casa onde entram pela primeira vez os noivos ha luz acesa, nenhum deles vive muito tempo. – Três luzes numa casa, é sinal de casamento da pessoa mais nova dessa casa.»⁴²² Segundo Homero, as donzelas eram chamadas na Grécia *alphisibeas*, as que trazem bois em dote; em Roma, a esposada ao entrar em casa do marido sentava-se sobre uma pele e dizia: *Ubi tu gaius, ego gaia*. Segundo Michelet «Gaia quer dizer a *vaca*, e a terra arável».⁴²³ No Foro de Castela o marido dava a sua mulher uma capa de pele de cordeiro. Todos estes símbolos desapareceram nos costumes portugueses, persistindo a sua reminiscência nas superstições populares: «Quando uma pessoa passa por diante de uma abegoaria de vacas e elas mugem, é sinal de casamento. – Vaca que berra, é sinal de casamento na terra; mete-se logo a mão na algibeira para casar cedo.»⁴²⁴ Depois que os costumes se extinguem ainda se mencionam em actos e formas emblemáticas; é a este fenómeno etnológico que se dá o nome de Símbolo.⁴²⁵

Costumes e símbolos jurídicos. – As concepções primitivas na sua forma emocional exprimiram-se por manifestações concretas, ou *significadas*; à medida que elas se foram generalizando pela abstracção, esses sinais simplificaram-se em *símbolos*,

⁴²¹ *Folk Lore Andaluz*, p. 207.

⁴²² Pedroso, *Superstições*, n.ºs 83, 333, 475, 512, 520, na nossa revista *O Positivismo*.

⁴²³ *Origines du Droit français*, cap. 2.

⁴²⁴ Pedroso, *Superst.*, n.ºs 334, 330, 315.

⁴²⁵ Em Abrantes existe uma locução: *Levar com o saco nas pernas*, para significar que alguém vai casar, aludindo à obrigação de sustentar a família indo muitas vezes ao celeiro buscar o grão fiado.

e esses mesmos símbolos foram-se subtilizando em *ficções* alegóricas e em menções sacramentais.⁴²⁶ É este fundo psicológico comum, a universalidade do sentimento prevalecendo sobre o particularismo das ideias, ou melhor a situação emocional da multidão suprindo a falta de desenvolvimento da capacidade racional, que faz que em todos os povos se encontrem as formas poéticas do Direito, as tautologias rítmicas, o simbolismo dos contratos e da penalidade, essas *antiquis juris fabulas*, que os Jurisconsultos romanos acatavam no seu Direito. Mais tarde quando na sociedade vem a prevalecer o direito escrito sobre a forma consuetudinária e tradicional, ainda o costume se impõe com uma vitalidade inextinguível. É o que veremos nas instituições portuguesas. Conta Asclepias de Mirleu, que viveu na Andaluzia, ter ouvido aos Turdetanos *poemas e leis rítmicas*;⁴²⁷ nas leis célticas de Moelmud, encontra Summer Maine vestígios rítmicos, e na Irlanda os vates (*files*) eram também juizes (*brehon*);⁴²⁸ as tribos germânicas, como observa Jacob Grimm, transmitiam em versos cantados as suas leis e memórias históricas.⁴²⁹ Tendo entrado na constituição antropológica dos povos peninsulares todos estes elementos de mestiçagem, não admira que se conservassem formas simbólicas de direito segundo estas diferentes camadas étnicas. Ainda no nosso povo se repetem certas fórmulas de direito em verso ritmado:

Morte e casamento
Desfaz o arrendamento.

Boa demanda, ruim demanda
o escrivão pela nossa banda.

Mãos atadas
Terras abrasadas.⁴³⁰

Um anexam de Jorge Ferreira de Vasconcelos alude ao espírito do direito consuetudinário:

No *foro* em que um homem se põe
Nesse o tem.⁴³¹

O *foro* é evidentemente o direito derivado do consenso do costume; na legislação e história antiga distingue-se entre *leis* e *foros*. Lê-se nas *Memórias avulsas de Santa Cruz*, acerca do governo de D. Afonso Henriques: «E pero tanto tempo senhorezasse e regese, tanto foy o seu cuidado de acrescentar a onrra do reyno que ante de sua morte emcommendou a seu filho que fizesse as *lex* e *foros* que visse que compriam pera boo regimento do reino, mostrando que em toda sua vida nunca tevera tempo ocioso em que as podesse fazer.»⁴³²

Há aqui alusão às leis *pessoais* derivadas da autoridade real, e aos estatutos *locais* reconhecidos ou validados pelo rei. Os Lombardos também tinham leis consuetudinárias não escritas a que chamavam *Warfrida*, contrapondo-se a esta a palavra *Ewa*

⁴²⁶ Tratámos pela primeira vez este problema psicológico e étnico na *Poesia do Direito*, Porto, 1865.

⁴²⁷ Estrab., III, cap. 3, 6.

⁴²⁸ Joaquim Costa, *Poesia Popular Española*, p. 271.

⁴²⁹ *Poesia do Direito*, § 5.

⁴³⁰ *Notícias Recônditas da Inquisição*, p. 94.

⁴³¹ *Eufrosina*, p. 45.

⁴³² *Mon. Hist.* (Scriptores) fasc. I, p. 25.

significando lei escrita.⁴³³ O carácter territorial aparece na designação de *Fara* ou *Foral*; a *Fara* era o território livre, onde habitava o Faraman (borguinhão) ou o Ariman (lombardo).⁴³⁴ Neste encontro de raças que se invadem e subjagam, o invasor impõe a sua vontade ou lei *peçoal*, e o vencido fortifica-se nos seus costumes ou lei *territorial*. Numa carta de Agobard, a Luís le Debonaire, se afirma este facto: «Vêem-se muitas vezes conversarem cinco pessoas sem que obedeçam às mesmas leis.»⁴³⁵ o direito local mantinha-se na forma generosa dos *asilos* e *coutos*, que os nobres e a igreja observaram como privilégio pessoal; a *herança do crime* e a *vindicta particular* foram as formas mais preponderantes do direito pessoal:

Que s eu moir'assi desta vegada
Que a vo-lo demande meu linhage.

(*Canç.* n° 668 da Vat.)

O último vestígio das povoações asilos aparece-nos na pequena aldeia de Pereiro, no Algarve: «Era couto para pessoas endividadas, às quais bastava virem assignar termo na Câmara de Alcoutim, a que chamavam *assentar praça de bulrão*; e não podiam mais ser citados nem demandados por dividas anteriores.»⁴³⁶

O antagonismo destes dois direitos representa o encontro de duas classes sociais, o homem livre decaído em servidão e que se eleva até à independência burguesa, e o senhor feudal que conserva as formas da tribo genealógica. Assim nos antigos burgos portugueses não podiam pernoitar fidalgos, como se vê no romance popular de Santa Iria:

Eu estava cosendo em minha almofada,
Vem um cavaleiro e pede pousada.
Se meu pai lha nega, bem me pesaria,
Se eu ali não fora, meu pai negaria.⁴³⁷

Este direito local é o de *vizinhaça* ou das povoações próximas (*vici*) e ligam-se entre si os pobres habitantes em *companhia* (de *com-paganus*) para se defenderem contra os assaltos dos cavaleiros prepotentes. É desse terreno livre ou Arimânia, que deriva a segurança da Germânia, *Germaydade* ou *Irmandade*. Numa canção de Ayres Nunes alude-se à *Yirmaidade* (n° 455), cujo tipo histórico mais completo se acha nas ligas dos habitantes de Aiusa e de Sobrarbe. Viterbo não soube explicar certos termos arcaicos por não conhecer a primitiva organização social; assim diz da palavra *Hermenho* e *Heramenha* (Arimânia): «Dizem que na linguagem antiga de Espanha significava áspero, duro, intratável. E tais eram os montes da Serra da Estrela, e os da Serra da *Haramenha* junto à cidade de Meidobriga (não longe do sitio onde hoje está Marvão); e não menos o eram os seus habitantes em quanto se não fizeram tratáveis».⁴³⁸ Esta resistência das garantias locais era representada no Portugal antigo pelo *Pelourinho* ou *Picota*. Datava esse costume do tempo dos Romanos, mas com certeza o Pelourinho era já a representação artificial de um costume mais vetusto. A

⁴³³ Davond Oghlon. *Hist. de la Legislation des Anciens Germains*, t. II, p. 5.

⁴³⁴ Savigny, *Hist. du Droit Romain au Moyen Âge*, t. I, p. 159.

⁴³⁵ Dom Bouquet, *Rer. Gall.*, t. IV, p. 356.

⁴³⁶ Silva Lopes, *Corogr. do Algarve*, p. 397.

⁴³⁷ *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*, p. 19.

⁴³⁸ *Elucid.*, vb° HERMEN.

liberdade local exercia-se no montículo natural, o *Malhão*, citado no Foral de Cernancelhe (do *mallum* germânico), ou montículo artificial ou Arca (de *arx*), onde se reunia a assembleia dos homens livres. O *caru* céltico era o montículo formado por pedras, sagrado por cobrir a sepultura do chefe, e também infamante segundo se atiravam pedras à sepultura do condenado. Nós temos ainda a locução sem sentido *Pedra de escândalo*, e também a pena infamante de ser *amarrado ao Pelourinho*, que hoje se tornou uma figura de retórica. Quando Roma se organizou sob a forma imperial, as províncias receberam um grande impulso impondo-se aos povos conquistados as formas municipais; esta organização local robusteceu-se com a crença politeísta dos *genius loci*, de que o Pelourinho foi a representação. Herculano entreviu este facto incompletamente, dizendo que essas cidades municipais podiam «levantar na praça a estátua de Marsyas ou Sileno, com a mão erguida, símbolo da liberdade burguesa». Em nota acrescenta: «Esta é quanto a nós a origem dos Pelourinhos. Abolido o politeísmo, nada mais natural do que substituir-se aquele símbolo por uma pilastra ou coluna, a qual com o decurso do tempo foi tomando diversas formas caprichosas.»⁴³⁹ A ideia de *costume local* ligada ao *Pelourinho* conserva-se naquela frase do Marquês de Pombal a um Juiz de Fora, dizendo-lhe como havia de administrar justiça: «*Não se meta a mudar o Pelourinho.*» Gil Vicente também se refere à *Picota* da Ribeira; este nome explica-nos a relação com a divindade romana *Picus Picumnus* ou *Pilumnus*.⁴⁴⁰ Raczynski, na obra *Les Arts en Portugal*, considera os Pelourinhos como uma das nossas manifestações artísticas.⁴⁴¹ A colocação do Pelourinho diante da casa ou palácio da Municipalidade, leva a reconhecer que o seu sentido de franquia local é anterior ao uso de instrumento da penalidade infamante. Lê-se numa informação do visconde de Juromenha a Raczynski: «No antigo livro das Fortalezas do reino depositado no arquivo nacional, feito por Duarte de Armas, pintor do rei D. Manuel, eu encontro muitos pelourinhos. São eles o de Sabugal, de Castelo de Mendo, do Mogadouro e de Penaróia. Têm a mesma forma que os *Piloris* franceses, o que para mim foi uma novidade. Vêm-se ali as gaiolas ou guaritas para a exposição dos criminosos. Quase todos os que eu tenho visto, consistem em uma coluna mais ou menos trabalhada colocada perpendicularmente sobre uma base rodeada de degraus. Do ponto superior desta coluna saem quatro braços de ferro tendo na sua extremidade um anel e uma cadeia. Ela é terminada por uma coroa ou um capitel. O Pelourinho de Coimbra terminava em cutelo. A guarita do de Arruda é quadrada; os seus arcos são lavrados, e se bem me lembro termina por um escudo. O Pelourinho da Batalha é bastante lavrado, como o de Alverca e Cintra.»⁴⁴²

Bastava terem os Pelourinhos um sentido religioso, representando o *genius loci*, patrono da independência municipal, para ficarem diante do catolicismo como monumentos de ignomínia; assim à medida que o poder real prevaleceu sobre a autonomia foraleira, os Pelourinhos converteram-se em instrumento de uma penalidade infamante reservada para as classes populares, porque os fidalgos, representantes do direito pessoal, não eram sujeitos a essa categoria de penas. Em França os *Piloris* foram empregados com este intuito, e a nossa Ordenação Afonsina (Liv. I, tit. 28) mandava expor nos Pelourinhos os padeiros e carnicheiros que furtavam na venda. A transformação da penalidade actuou na decadência dos Pelourinhos; diz o Sr. Visconde de Juromenha: «Em 1834, para imitar a revolução da França, arrancaram-se os braços de ferro a alguns Pelourinhos com o fim de apagar a memória de seu antigo destino, ou melhor de seu atrasado emprego; porque nos últimos tempos eles já não eram senão o

⁴³⁹ *Hist. de Portugal*, t. IV, p. II.

⁴⁴⁰ Preler, *Les Dieux de l'Ancienne Rome*, p. 237.

⁴⁴¹ *Op. cit.*, p. 330.

⁴⁴² *Les Arts en Portugal*, p. 426.

emblema da jurisdição municipal.» Na linguagem popular ainda se conserva a tradição das suas formas de justiça, derivadas do direito territorial e do direito pessoal tomado real; Viterbo cita a frase *Justiça de Montemor*, empregada na Ordenação Afonsina (Liv. I, tit. 12, § 2) como significando a pena da despenhação. O condenado era lançado de uma rocha abaixo, e esta pena passou para Santarém e outras terras do reino;⁴⁴³ também se usa já sem sentido a frase *Justiça de Fafe*. Contra esta jurisdição local, e ainda contra a guerra privada e vindicta pessoal conservadas nos costumes da aristocracia, estabeleceu-se a *Justiça de elrei*; na linguagem popular temos ainda uma interjeição característica, o grito *Aqui d'el rei*, forma abreviada da frase *Aqui justiça de Elrei*,⁴⁴⁴ quando já o poder judiciário é reconhecido como independente do poder executivo.

Do espírito do direito territorial se deduz um sistema de penalidade: a banição. O condenado era lançado fora da terra; nos Forais velhos mandava-se que as suas casas fossem derrubadas. Temos ainda na linguagem popular a locução: *Sem eira, nem beira, nem ramo de figueira*, para significar a extrema miséria. A demolição das casas conservou-se até muito tarde nos costumes portugueses. Na Sentença do Santo Ofício de Coimbra contra o Dr. António Homem, lê-se: «mandam que as casas em que se faziam as ditas solenidades e ajuntamentos, em detestação de tão grande crime, se derrubem, ponham por terra e semeiem de sal, e nunca mais se tornem a reedificar, e para constar e ficar em memória para sempre, se levante no sítio delas um padrão alto com o letreiro que declare a causa pela qual se *derrubaram e salgaram*».⁴⁴⁵ Este símbolo penal foraleiro renovado em 1624, repete-se nas execuções do marquês de Pombal nos paços do duque de Aveiro em 1759; em Belém existe ainda um marco de pedra, ou coluna com um fogaréu no ápice, no lugar onde fora o palácio cujo chão fora salgado, proibindo-se o levantarem-se de futuro ali quaisquer construções; a pedra existe hoje escondida detrás de uns casebres, e o povo chama-lhe o *Marco salgado*. Temos ainda a locução *Pedra de escândalo*, que se referirá a estes usos primitivos.

A penalidade antiga era atrocíssima. No Foral da Lourinhã, confirmado em 1218, estabeleceu-se à maneira do direito germânico, que: «O matador, se se poder prender, seja sepultado vivo, e o morto lançado em cima dele...» Sobre este símbolo jurídico fez o jogral Johan Ayras, a seguinte canção trovadoresca:

Ai justiça, mal fazedes que nom
queredes ora dereito filhar
de Mor de Cava, porque foi matar
Joan Airas, ca fez mui sem razon;
mais se dereito queredes fazer
ela sô el devedes a meter,
ca o manda o Livro de Leom.

Ca lhe queria grão bem, e desi
nunca lhi chamava senom senhor,
e quando-lh'el queria mui melhor

⁴⁴³ *Elucid.*, vb° JUSTIÇA DE MONTEMOR.

⁴⁴⁴ «Na linguagem popular das nossas províncias ainda hoje se conserva em uso a exclamação de socorro. *Aqui d'el rei*, que Outrora era o reconhecimento da jurisdição suprema do monarca, e que na actualidade perdeu toda a propriedade, porque o poder judicial é independente da realza. Este brado, simples vestígio agora de antigas épocas, era no tempo de Dom Manuel uma imposição legal: – Nenhua nom seja lam ousado que por arroido que se alevante chame outro appellido, salvo *Aque d'ElRey*; e o que outro apellido chamar seja degradado por cinco annos fora do Logar e Termo onde esto acontecer com hum preguam na Audiencia. (Ord. Man., Liv. V, t. 61).» – Teixeira Bastos, *Rev. de Estudos Livres*, vol. I, p. 363.

⁴⁴⁵ Sentença publicada no *Antiquário de Coimbra*.

foi-o ela logo matar ali;
 mais, justiça, pois tão grão torto fez,
 metede-a já só el hua vez,
 en o mando é dereito assi.

E quando mais Joan Airas cuidou
 que houvesse de Mor de Cava ben,
 foi-o ela logo matar por en,
 tanto qu'el en seu poder entrou;
 mais, justiça, pois que assi é já,
 metan-na sô el et padecerá
 a que o a mui grão torto matou.
 E quem nós ambos vir jazer, dirá
 beeito seja aquel que o julgou.⁴⁴⁶

O adultério era punido por uma forma degradante; no *Livro velho das Linhagens*, um marido, D. Gonçalo, por esse crime: «filhou sa mulher e trosquiou-a e... posea em cima d'hum sendeiro d'albarda o rostro contra o rabo do sendeiro e hum home com ella».⁴⁴⁷ No *Cancioneiro* de Resende ainda se alude no fim do século XV a este símbolo:

Por fazer cousa enovada
 ireis ó revés da sela,
 ó rabo mui bem pegada
 escanchada,
 faça quem quiser burrela.⁴⁴⁸

A defesa do acusado fazia-se pelos *Conjuradores*; ainda hoje entre o povo é frequente a defesa a qualquer increpação por fórmulas vulgares de juramento, tais como: *Assim Deus me salve; Diabos me levem; Não chegue a amanhã; Raios me partam*, etc. A defesa fazia-se segundo os velhos forais pelo ordálio, ou *ferro quente*; lê-se no *Leal Conselheiro*: «E o *ferro caldo*, que naquella terra tantos certificam que o vyrom filhar.»⁴⁴⁹ Cardoso, no *Agiolégio Lusitano* conta a lenda da mulher de um ferreiro que prova a sua inocência levando na mão um ferro de arado em braza. Ainda hoje se diz *Andar sobre brazas, Comer brazas de lume*, alusivo à forma do ordálio usado pelos Druidas, e conhecido pelo nome de *Breithneihme*;⁴⁵⁰ a rainha D. Leonor Teles, como conta Fernão Lopes, também queria provar a sua inocência prometendo atravessar uma fogueira. A *porca de Murça* serviu de ordalio, porque sendo uma figura de pedra vermelha, mudava de cor em certos crimes como prova de inocência do acusado.

A pena de *decalvação*, acha-se imposta pelo Foral de Arganil; nós achamos uma alusão a ela, na canção (nº1037) do conde D. Pedro:

Alvar Ruiz, monteiro maior
 sabe bem qu'a-lhe el rei desamor,
 porque lhe dizem que é malfeitor;

⁴⁴⁶ *Canç. da Vaticana*, nº 1076.

⁴⁴⁷ *Mon. Hist.*, t. II, p. 190.

⁴⁴⁸ *Canc. Ger.*, t. III, p. 98.

⁴⁴⁹ *Op. cit.*, p. 211. Ed. Paris.

⁴⁵⁰ Smith, *Hist. des Druides*, p. 65.

na sa terra est' é cousa certa,
ca diz que se quer ir, *et per hu for*
levará cabeça descuberta.

E numa canção de Martim Soares, acha-se uma alusão à pena infamante da *tosquia*:

praz-me con el, pero tregoa lhes dei,
que o nom mate, mais *trosquiarei*
como quem trosquia falso traedor.

Nas parlendas infantis a *tosquia* tem um sentido degradante, e à criança que aparece com o cabelo cortado dizem-lhe as outras:

Quem te *tosquiou*
Que as orelhas te deixou,
Por traz e por diante
Como o burro do Vicente?

No Foral de Santa Cruz de Vilarica estabelecia-se que se *cortasse as orelhas* ao ladrão, como nos Estabelecimentos de S. Luiz; na Ordenação Afonsina, mandava-se que fosse *desorelhado* o que se achava a furtar uma bolsa. (Liv. V. t. 60, § 11). Outras formas da penalidade conservam-se entre o povo com um carácter particular ou de vindicta; tal é o costume de *Moer com um sacco de areia*. Viterbo cita um documento de Recião, de 1458: «uma noite com uma *calça de areia* deram tantas calçadas, de que segundo fama morreu». ⁴⁵¹ A pena também se estendia aos animais, como vemos pelos Foros de Torres Novas: «É costume, que se alguém achar porco em sas vinhas maduras, matá-los-á, se quiser, e cortar-lhes-á as cabeças quanto tanger o bico da orelha pelo pescoço, e havê-la-á; e seu dono dos porcos levará os toros, etc.» ⁴⁵² Há aqui um resto da vindicta pessoal e da guerra privada, que se dava tanto entre as terras como entre as famílias. Nos Forais portugueses existe a Faída germânica sob as designações de *Homízio* (homicídio) e *calúnia*, e consequentemente as formas jurídicas que submeteram este arbítrio a uma determinação equitativa: 1º as *tréguas* (*treugae*) em que se interrompiam as hostilidades em certas épocas do ano; 2º os *asilos* ou *coutos*, em solares nobres, ou no adro da igreja; 3º a composição a dinheiro, (*wergel*) que veio a dar a multa judicial. Na canção de Martim Soares vimos a referência às *tréguas*; no Foral de Seia aponta-se a igreja como couto ou asilo. A frase de ameaça popular *há-de mas pagar*, encerra a ideia primitiva de *Wergeld* e o espírito da vindicta.

A *vendetta* tão característica dos costumes da Córsega, é como a vindicta pessoal do direito consuetudinário germânico, pelo qual os parentes da vitima tinham de castigar o criminoso. A *vendetta* nem é exclusiva da Córsega, nem germânica; pertence a um estado social em que não há ainda a justiça pública regulando as relações individuais, mas sim um certo familismo, de sorte que a ofensa a um dos seus membros afecta todos os que o compõem. Por isso diz Gregorovius: «a *vendetta* não se encontra só na Córsega, acha-se também em outros países, na Sardenha, nas Calábrias, na Sicília, entre os Albaneses e Montenegrinos, entre os Circassianos, os Drusos, os Beduínos, etc.». O estado de guerra em que persistiu a Europa durante as conquistas romanas, invasões germânicas e árabes, manteve este costume de uma raça inferior à raça árica;

⁴⁵¹ *Elucid.*, vbº CALÇA.

⁴⁵² *Inéditos da Academia*, t. IV, p. 623.

em Portugal, existe ainda hoje a *vendetta*, entre a classe ínfima do povo, sob o nome de *Fadistas*: os que vingam as próprias ofensas. Este nome é um vestígio da designação germânica a *Faida*, ou vindicta pessoal, do direito consuetudinário; na linguagem do povo pronuncia-se *Fádista*, o que leva à aproximação fonética da *Faida*. Num povo relativamente mais atrasado do que nós, enquanto à suavidade dos costumes, a *vendetta* perpetua-se num sistema de banditismo, que em Portugal se desconhece mesmo nas épocas de violências políticas. A vindicta foi regularizada na forma do *Combate judiciário*, de que temos ainda a palavra *campar de valente*, *campar por esperto*, e terminou no costume civil do duelo, e no desafio. Canta Sá de Miranda:

Entre os Lombardos havia
Lei escrita e Lei usada,
Como se sabe hoje em dia
Que onde a prova falecia
Que o provasse a espada.

Ali no campo às singelas
Enfim morrer ou vencer,
Fosse qual quisesse delas
Não era melhor morrer
A ferro que de cautelas.⁴⁵³

As cautelas significam aqui as alegações e subtilezas do processo judiciário da jurisdição real, que prevaleceu no século XVI. No velho direito simbólico dos estatutos territoriais ou foraleiros, a mulher designava o seu estado de solteira trazendo os *cabelos soltos*, de casada trazendo-os *atados*, e de viúva trazendo-os dentro de uma *touca*;⁴⁵⁴ no *Cancioneiro da Vaticana* encontramos preciosas referências a estes símbolos, a que aludem ainda as cantigas populares:

Par deus coitada vivo,
pois nom vem meu amigo,
pois nom vem, que farei?
meus cabelos com sirgo
*eu nom vos liarei.*⁴⁵⁵

Queria dizer, segundo a eloquência dos símbolos jurídicos, que ficaria solteira; nesta outra canção há a esperança do casamento:

E com sabor delos
lavei meus *cabelos*,
meu amigo!

Des que vos lavei
de ouro los liei
meu amigo.

(Canç. n° 794.)

⁴⁵³ *Obras*, p. 194. Ed. 1677.

⁴⁵⁴ *Hist. do Direito Português*, p. 53.

⁴⁵⁵ *Canc. da Vaticana*, n° 505.

Buscade quem vos *entou que* melhor,
e vos correja pelo meu amor,
as feituradas e o cós que avedes.

(Canç. 981.)

A mulher sem estado, no velho direito germânico era chamada *arga*, como se lê nas Leis de Rothario: «Aquele que chamar *arga* a uma mulher, deve jurar que o disse em um acesso de cólera...» Não será a nossa injúria de *Hervoeira* uma derivação desta forma. Muitas palavras, que significam uma situação moral desprezível designaram um estado social; assim o *vadio* era primitivamente o *vadium*, ou penhor que se pagava para conferir a liberdade ao servo, entregando este de mão em mão até que um quarto homem livre o conduzisse a uma encruzilhada, dizendo-lhe que escolhesse o caminho que bem lhe aprouvesse porque era livre. O *aldius* era o servo que se libertava por uma carta, como se vê pelas leis lombardas: «Aquele que quiser fazer do seu escravo um *aldius* ou uma *aldia*, não deve seguir a cerimonia da encruzilhada, nem conduzi-lo à igreja, mas escrever simplesmente uma carta na qual serão inscritas as condições que se reserva, ou o libertará de viva voz.»⁴⁵⁶ Não será este facto, de um modo mais extensivo, a origem da doação de Cartas de Foral, ou Cartas-pueblas dadas a certas aldeias? A adscrição à gleba ainda existia no tempo de D. Manuel, e a palavra *terra* tem ainda um sentido extensíssimo, como pátria. O liberto também recebia a liberdade sendo novamente vestido, segundo Grimm, *impanatus*; assim os jograis *cobravam panos* nas festas reais, como vemos pela canção à morte do rei D. Dinis, e pelos costumes dos lavradores do Minho de vestirem os seus criados. A pena da *desnudação* deriva da antítese de *impans*; usava-se nas leis de Lamego.⁴⁵⁷

Não admira que quando tantos vestígios de uma organização social persistem nos costumes, se conservem também formas antiquíssimas dos contratos; sob a palavra *Alborgues*, traz Viterbo esta curiosa notícia: «Hoje se praticam em algumas das nossas províncias os *Alborgues* entre os que compram e vendem e os que servem de testemunhas: consiste em pagar algum dos contratantes (que ordinariamente é o comprador), uma vez de vinho para cada um dos presentes. E por esta alegre cerimonia dão por feito e solenizado o contracto, de sorte que já o vendedor não pode variar ainda que lhe ofereçam maior preço.»⁴⁵⁸ Este costume aparece em todos os povos em que há elemento germânico; Du Cange cita-o sob o nome de *Biberagium*, Laurière e Galland sob o de *Vin du marché*, e ainda nas leis francesas do princípio deste século a estipulação do *pot de vin*.⁴⁵⁹ Nos costumes da Alemanha chamava-se o *Weintrunk*, e *weinkanf* de que fala Reyscher, na Simbólica do Direito germânico. O símbolo da *estipulação*, pela troca da palha (*stipula festuca*) aparece nos nossos Forais, nos Capítulos especiais de Santarém, de 1323 sob a designação de *Palha de fuste*, a qual se dividia entre o credor e o devedor; já se não pratica o acto, mas ainda existe a expressão abstracta alusiva, como *arrematação* e *entregar o ramo*, e na Ordenação Afonsina (liv. I, tit. 19) há a *citação per palha*. Na linguagem popular encontramos a locução referente à pessoa que se enfurece *por dá cá aquela palha* usada por Jorge,⁴⁶⁰ e também *tirar palha* com alguém, significando puxar palavra, inquietar.

⁴⁵⁶ Rotharis, 227; Luitprandio, 4, 5.

⁴⁵⁷ *Hist. do Direito Português*, p. 65.

⁴⁵⁸ *Elucid.*, vbº REBORA.

⁴⁵⁹ Chassan. *Essai sur la Symbolique du Droit*, p. 226.

⁴⁶⁰ *Eufrosina*, p. 97.

Assim como os costumes persistem adaptando-se a diversos estados de civilização, também convém considerar a influência da vontade individual nas transformações sociais; a lei derivou-se do costume, e por fim proveio da intervenção da vontade dos chefes temporais. Para exemplificar este caso, basta-nos citar o documento da Câmara do Porto, de 1401, que estabelece: «que os mesterais da mesma cidade não fizessem obra alguma desde sábado ao sol posto até à segunda feira sol saído». As leis sumptuárias decretadas pelo poder real são a forma mais evidente desta intervenção discricionária que muitas vezes se anula diante da estabilidade do conservantismo.

CAPÍTULO V

Automatismo orgânico na imitação e na tradição

Da etnogenia ou elaboração natural dos Costumes; Acção das crianças, das mulheres e dos velhos: *A linguagem emocional – Parlendas e Jogos infantis*. – Fenómenos de Filologia generativa. – Os gestos, como manifestação de um período de mutismo. – As intonações: as interjeições populares e palavras expletivas. – Imitações dos sons naturais e vozes dos animais, nas parlendas infantis. – O género do Traba-lenguas em Portugal. – As neumas das cantigas, e a criação da linguagem de gíria. – *Os Jogos infantis e populares*: sua origem orgânica, sentidos míticos e representação de estados sociais. – Bases da crítica comparativa dos jogos populares comuns ao ocidente da Europa: – A Cebra-cega, o Dou-te-lo vivo. Contagem dos dedos. – Jogos numerativos, de adição e de eliminação. – Dança e elemento dramático dos jogos populares. – O jogo da Condessa e da Viuvinha. – Jogos de adivinhação como restos cultuais. – Enumeração dos Jogos populares nos escritores portugueses, desde o século XIV a XIX. – *Modas, Trajos e formas cerimoniais*. – Unidade ocidental nos trajos primitivos: o mandil, o barrete, a cuia e a mantilha. – Persistências de certos trajos ibéricos no uso actual. – As vestes populares descritas por Vilas-Boas e Rodrigues Lobo. – Os trajos do século XIII e XIV descritos no *Cancioneiro Português da Vaticana*. – Como os antigos escritores portugueses contribuem para a descrição dos trajos nacionais. – As leis sumptuárias. – Modas francesas em Portugal. – Títulos e cumprimentos. *As Danças e instrumentos musicais*: – As danças são documentos de diferenciação étnica, como se observa na Espanha e França. – Tipos das danças portuguesas. – Evolução histórica das danças, determinada pelas alusões dos escritores portugueses. – Uma cena do *Fidalgo aprendiz*, de D. Francisco Manuel de Melo. – Influência francesa e espanhola nas danças portuguesas: os Tordiões e as Sarabandas. – Os instrumentos musicais: suas relações com o elemento cultural. – Instrumentos musicais populares. – Transição da vida doméstica para a vida pública.

A razão de certos costumes sociais, nas suas formas e universalidade deriva dos antecedentes biológicos, quer pelo determinismo orgânico da evolução individual do *sexo e idade*, quer pelos graus do desenvolvimento ou regressão fisiológica, como se observa nas *crianças* e nos *velhos*. A persistência destas causas através de todos os estados sociais, desde a barbárie à civilização, obriga o etnologista a agrupar um grande número de factos consuetudinários, manifestados historicamente, sob a sua dependência biológica. Na Etnogenia, ou elaboração natural dos costumes da humanidade, a *criança*, a *mulher* e os *velhos* são factores imediatos, embora inconscientes, que actuam nos modos de ser de cada sociedade pela *imitação* do que vêem praticar, pela *especificidade* de certos actos, ou pela transmissão automática em forma cerimoniosa e afectiva de *tradição*.

A *criança* na sua evolução orgânica representa fases extintas do homem emocional primitivo: é assim que pelo estudo da linguagem infantil se chegou à descoberta do processo generativo da linguagem dos povos civilizados. A criança tende por instinto para a imitação do que se pratica à sua vista, macaqueia, finge, reproduz tudo; mas o objecto dilecto que leva a criança à imitação é fazer como *os grandes*, como os homens que a cercam. Já o poeta Lucílio notara este importantíssimo carácter psicológico:

Ut pueri infantes credunt signa omnia aliena
Vivere et esse homines, sic istic omnia ficta
Vera putant...

Citando estes versos, acrescenta Lactancio: «Illi enim simulacra homines putant esse, hi deos.» Sob o ponto de vista da *imitação* dos actos do homem, é que se devem agrupar os *Jogos* e as *Parlendas infantis*; alguns desses jogos foram actos sociais que se obliteraram, persistindo apenas a sua macaqueação sem sentido.

A *mulher* é também um elemento essencial da actividade etnogénica, coadjuvado pelas condições sociais. Nas relações da mulher com o homem brutal das idades primitivas ou bárbaras, uma das qualidades desenvolvidas como meio de resistência foi a sedução, a necessidade de agradar. Spencer, na *Introdução à Ciência social*, fez sentir esta importante característica: «Nós podemos apresentar em primeira linha o *talento de agradar* e o gosto do sucesso que o acompanha. É evidente que, em condições iguais, aliás, entre mulheres vivendo segundo o capricho dos homens, aquelas que *sabiam agradar*, eram as que tinham mais probabilidades de viver e de deixar uma posteridade.»⁴⁶¹ Em épocas elevadas de cultura social, esta orientação imposta pela situação do passado da mulher revela-se na preocupação do parecer bem; tal é a razão da *moda*, a modificação constante dos trajos no sentido de agradar. A *dança* e o *canto* ligam-se também a este instinto de sedução; Shakespeare, para representar a beleza invencível de Desdémona põe na boca de Otelo, como motivo da sua paixão: «uma mulher que canta». As formas feminis acham na dança o relevo que os trajos muitas vezes prejudicam. A admiração que a mulher sente pela força é também uma das causas de desenvolvimento e conservação dos jogos de valentia entre as classes populares, em épocas em que a ordem para manter-se já não carece da intervenção da bravura.

Os *velhos* obedecem a um importante fenómeno psicológico de regressão moral ao passado. Esquecem-se muitas vezes dos sucessos do dia de hoje, e descrevem com pasmosa minuciosidade acidentes remotos da sua mocidade. É esta tendência que os torna os depositários do formalismo cerimonial, do respeito pelo passado (*laudator temporis acti*) e o iniciador junto das novas gerações da tradição doméstica ou nacional. Aristóteles procurando as causas da Eloquência na natureza humana, retrata assim os velhos: «Os velhos que já passaram a força da idade, têm um carácter quase oposto ao dos mancebos. – Eles vivem mais pela recordação do que pela esperança; porque o que lhes resta para viver é breve, e o seu passado é longo; ora, a esperança reporta-se ao futuro, e a memória para o passado; é por isso que eles são narradores; eles passam o tempo a repetir o que aconteceu, porque eles gostam de recordar-se.»⁴⁶² As observações de Aristóteles foram comprovadas fisiologicamente por Erasmo Darwin na sua *Zoonomia*. E assim no estudo das transmissões tradicionais, veremos como os velhos conservam a sabedoria popular derivada de uma prática anterior. Fora da acção pela invalidez, exercem o resto da sua vida nas especulações morais, doutrinando; os *Anexins* são estas rápidas sínteses especulativas deduzidas da similaridade de casos particulares; as *Adivinhas* são os problemas espontâneos que estimulam a primeira actividade mental; os segredos médicos e os *agouros*, são o elemento de transição do culto doméstico para o culto público. Seguindo o carácter de cada um destes factores, é que os agruparemos tendo até aqui sido observados de um modo desconexo.

A linguagem emocional – Parlendas e Jogos infantis. – O fenómeno da linguagem é um dos mais importantes problemas etnológicos; homens de ciência como Bopp e Grimm, pela filiação dos grupos de línguas indo-europeias e germânicas alargaram o campo da investigação histórica da grande raça árica. Antes porém do processo histórico da filiação existiu o processo orgânico de elaboração natural da linguagem, pressentido por De Brosses e Wedyood, a que já hoje se chama *filologia generativa*. É este período que investigámos segundo o pensamento de Tylor: «A linguagem das crianças estabelece de mais de uma maneira decisiva, como é que a sociedade fez entrar palavras no uso sem lhe pedir a indicação histórica. E certo que o tom emocional e imitativo é muitíssimo familiar às crianças, e suas comunicações vocais compõem-se

⁴⁶¹ *Op. cit.*, p. 405.

⁴⁶² *Rhetorica*, II, 12.

quase sempre deste modo de expressão.»⁴⁶³ A observação da linguagem das crianças conduz a uma mais clara compreensão da linguagem emocional do povo, e a fixar os contornos do processo filológico generativo. A linguagem emocional, divide-se nos seguintes períodos: a) dos *Gestos*, correspondendo a um estado de mutismo, e em que as coisas se significam por uma representação material; b) da *Intonação*, notada genialmente por Vico, aludindo ao canto para vencer a *gaguez* do homem primitivo, a que a antropologia chama *álalo*; c) finalmente a da *Articulação*, em que a reprodução imitativa ou onomatopaica dos sons, constituindo um certo número de radicais, estes se ligam formando os temas fundamentais em que se elabora o período histórico da linguagem.

Indicaremos a linguagem dos gestos, em geral com carácter pejorativo ou insultuoso, muitos deles: A afirmação ou negação faz-se *abanando a cabeça* para os lados e de cima para baixo. *Voltar a cara para a banda*, exprime desprezo, ou terror. *Franzir a testa*, exprime severidade, ameaça; *carregar as sobrancelhas*, rigor; *piscar o olho*, intenção cómica, e aviso; *afilar o nariz*, desdém, e indicação de mau cheiro; *morder o beiço*, cólera e desejo; *fungar com força*, desconfiança; *encher as bochechas de vento*, simular importância; *arregalar um olho* com o dedo, sinal de que se não é enganado; *dar estalo com a boca*, irrisão, e contentamento; dar um estalido com a *unha nos dentes*, sinal de determinação, perda irremediável; *mão pegando na barba* e torcendo-a, grande despeito e ameaça para de futuro; *levantar os ombros*, indiferença pelo que se está passando; *curvar a cabeça*, submissão; *olhar para o céu*, esperança, recordação; *dedo no canto da boca*, concentração de espírito; *dedo sobre os lábios*, silêncio imposto ou pedido; *antebraço tapando os olhos*, descontentamento de criança, e sono; os *dedos* exprimem actos de indicação, de direcção simulam furar, cortar; sacudindo-os é expressão de dor, de queimadura; o indicador também exprime negação e movendo-se de alto a baixo, autoridade e imposição; *braços abertos*, amizade, franqueza; *um braço apoiado sobre o peito*, afirmação de sinceridade ou dedicação. *Passar a mão* por sobre uma coisa, é expressão de carinho; em movimento de cima a baixo, sossego e assento; o *punho cerrado*, é ameaça; a *mão aberta*, é justificação de impotência. Há gestos populares que são convencionalmente obscenos. O estudo dos gestos é objecto da arte cénica da Mímica, e um dos elementos principais da Eloquência; tanto Aristóteles como Quintiliano, bem como os escritores gregos estudaram esta forma da linguagem emocional «nascida nos tempos heróicos» como diz Quintiliano. Os gestos ocuparam uma parte importantíssima nas práticas religiosas augurais, os quais persistem ainda no modo de benzer e abençoar, do catolicismo. Quando mais dificuldade existe em nos exprimirmos por sons, tanto mais se recorre aos gestos, como se observa com os estrangeiros. Nos contos populares existem situações expressas por gestos, nas quais incide a intenção graciosa. «Um homem estava à mesa com sua mulher, e precisou partir um queijo; a mulher trouxe-lhe uma tesoura em vez de faca. O homem exprobou-lhe que se não partia queijo com tesoura, a mulher teimou na sua, e no acesso de desespero o marido atirou a mulher a um poço. Quando ela estava na agonia de se afogar, o marido perguntou-lhe: – Com que se costuma cortar o queijo? A mulher sem poder falar ergueu a mão e fez com os dedos o sinal de cortar com uma tesoura.» (Porto.) A maior parte dos Jogos infantis, também são um desenvolvimento da linguagem gesticulada, imitando actos. Sobre este ponto escreve Tylor: «O que os homens civilizados fazem e os seus filhos no berço, acha o seu análogo no esforço mental do selvagem e consequentemente das tribos primitivas.»⁴⁶⁴ Nos parlamentos e assembleias actuais ainda se vota por *gestos*, levantando-se ou sentando-se, erguendo o

⁴⁶³ *La Civilisation Primitive*, t. I, p. 265.

⁴⁶⁴ *Op. cit.*, t. I, p. 211.

braço, e jura-se estendendo o braço com a mão aberta. É evidentemente um automatismo natural.

A linguagem das *intonações* é, como observa Witheney, independente da das palavras; os sons exprimem intenções, tais como a intimação de pergunta, de insistência, de invocação, de exortação; há intimações exprobatórias, ameaçatórias, irrisórias; fala-se em tom pavoroso, lamentoso, patético e cómico. Nos jogos infantis conservam-se formas destacadas segundo as *intonações*. No *Jogo das Vizinhas*, temos a intonação da pergunta:

– ‘Nhora vizinha?	– Eles que comem?
«Senhora minha.	«Milho miúdo.
– Tem lá panela?	– Eles que bebem?
«Caiu-l’o fundo.	«Agua do rio.
Tem uma saia?	– Donde vieram?
«Falta-lhe o cós.	«De além, da feira.
– Tem lá patinhos?	– Quem los comprou?
«Mas não são os meus.	«Foi meu compadre.

Nisto ambas as crianças trocam de lugares, indo de cócoras aos saltos, e grasnando à imitação dos patos, dizem:

- «*Quá, quá, quá, quá, quá.*

E dialogando continuam:

- Ele que mais trouxe?
«Comrou-me um gabão.
– E de que cor é?
«E de cor de limão.

E logo as duas crianças voltam de pé aos primitivos lugares, e fazendo gestos como quem toca viola, concluem cantando:

- «Ferrum, fum, fum;
Ferrum, fum, fã.»⁴⁶⁵

Neste exemplo da *intonação* de pergunta, do fenómeno generativo da linguagem, observa-se o grande processo da linguagem desenvolvendo-se das formas imitativas espontâneas, ou onomatopeias. Imita-se a linguagem dos patos, *quá, quá*; e as vozes de uma viola *ferrum, fum, fum*; sobre a importância étnica deste facto diz Tylor: «Verifica-se que todas as línguas contêm alguns sons articulados naturais e directamente inteligíveis. Estes sons apresentam um carácter interjectivo ou imitativo, e a sua significação não provém de herança nem de importação, mas é devida à passagem directa do mundo dos sons para o mundo das ideias. Assim como os gestos mímicos, eles têm em si mesmo sua significação, a qual é independente da linguagem particular que os utiliza.»⁴⁶⁶ Nesta categoria de palavras, classificamos: as interjeições tradicionais, os nomes dos animais e vozes para os chamar, a reprodução de vozes da natureza, a designação de instrumentos, as neumas das cantigas e as aliteraões conservadas nas

⁴⁶⁵ Dr. Azevedo, *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*, p. 491.

⁴⁶⁶ *La Civilisation primitive*, t. I, p. 189.

frases feitas e anexins.

A interjeição *Arre!* que se diz nos grandes momentos de cólera, e que se repete no jogo infantil:

Arre burrinho
Para a Mealhada,
Sete vinténs
De levar a carrada,

apresenta uma genealogia vasta; segundo Tylor, o capitão Wils achou-a em uso nas ilhas Pelew, onde os remadores eram animados ao som de *arree! arree!* como fazem os arreeiros em Espanha às mulas. Na linguagem australiana *ari* é empregada afirmativamente, e no quichua significa sim; Tylor julga que esta voz *Arre!* empregada em toda a Arábia é usada na Europa até onde se estendeu a conquista dos Mouros, apontando assim o *arri* da Provença.⁴⁶⁷ Em Portugal também se emprega a interjeição *Irra!* A interjeição *Hun-hun*, que pode exprimir increpação e aprovação, acha-se entre os Caraíbas, e entre os Yorubas da África; *Puf* e *P.Jhu*, expressão de desdém como o assobio que imita, acha-se entre os australianos selvagens, e usaram-na os Gauleses; escreve Tylor: «Rocheftort descreve os Caraíbas ouvindo o discurso do seu chefe em um respeitoso silêncio e testemunhando a sua aprovação por *hun-hun!* justamente como na mesma época (século XVII) uma congregação inglesa saudava um pregador popular. O gesto de soprar é também uma expressão familiar de desprezo e de desgosto, e quando ela é vocalizada produz interjeições labiais, que se escrevem *pah! bah! pugh! pooh!* em gaulês *pw*, no baixo latim *puppup!* e segundo a relação dos viajantes, entre os selvagens da Austrália, *paoh!* E estas interjeições correspondem à massa das palavras imitativas que exprimem a acção de soprar, tais como o *puput* dos Malaios. Este gesto labial que acompanha a acção de soprar transforma-se no gesto que acompanha a acção de cuspir.»⁴⁶⁸

A interjeição portuguesa de impor silêncio, *Schu! Tchu! Chiton!* aparece em outros povos: «Empregam-se sons semelhantes para ordenar silêncio, para impedir de falar, para obstar a avançar-se; no inglês *husht! whist!* em gaulês *ust!* em francês *chut!* em italiano *zitto!* em sueco *tyst!*»⁴⁶⁹ Para afastar os animais, especialmente aves, diz-se *Chó*; Viterbo traz no Elucidário, *Ruxoxó*, voz do século XV para espantar a passarada (velho grito alemão *schu! schu!*) que hoje se emprega no Porto como sinónimo de reprimenda. A interjeição de aviso, e ao mesmo tempo impeditiva, *Olé! Olá!* é um grito de alarme entre as mulheres fidjianas, onde *oilê* veio a significar lamentar-se.⁴⁷⁰

Liga-se também à neuma *ailé, alalala* e *lelo, lelo* das cantigas populares da península ibérica. A interjeição *Ih! Ui,* e *Ai,* é frequente em composição *Ih Jesus!* ou *Ai Jesus!* Na ilha de Santa Maria diz-se *Uei!* nas ilhas de Tonga *ui!* equivale a *fi!* ou exprobação, e na Nova Zelândia, *hé,* exprime a surpresa por um engano.⁴⁷¹

Citámos apenas as interjeições mais características e universais; apontaremos a imitação das vozes dos animais, cujas onomatopeias vieram a servir de designação nominativa. Sobre este processo generativo da linguagem, escreve Tylor: «Os selvagens possuem em alto grau a faculdade de exprimirem directamente as suas ideias por tons emocionais e interjeições, faculdade implicando também a de reproduzir os sons que

⁴⁶⁷ *Ibidem*, p. 224.

⁴⁶⁸ *Op. cit.*, t. I, p. 218.

⁴⁶⁹ *Ibidem*, p. 229 e 208.

⁴⁷⁰ *Ibidem*, p. 220.

⁴⁷¹ *Ibidem*, p. 221.

lhes fazem emitir espontaneamente certas emoções; estes tons emocionais e estas interjeições servem-lhes para traduzir ideias e se introduzirem sob a forma de palavras na linguagem gramatical. Eles possuem eminentemente o meio e a faculdade de errarem a linguagem.»⁴⁷² Na vida portuguesa as crianças conservam esta faculdade generativa: *Miau*, é o gato, tal como pelo mesmo processo o designam os Chineses *maou*⁴⁷³ o cão é o *Beu, beu*, nome imitado do seu latido; o galo é o *Quiquiriqui*, como no malaio, onde *kaluruk kukuh* significa o canto do galo, e em Inglaterra *cockrow* um momento de dia;⁴⁷⁴ entre os Zulus, o *kukuluku* exprime também o canto do galo⁴⁷⁵; a galinha, na linguagem infantil é o *Pipi*, e no magiar *pipe* significa frango⁴⁷⁶; o boi é o *Bó* ou *Bu*, imitação do seu mugido, como no gaulês *bu*. O carneiro é o *Mé*, o cão um *To-tó*. Na comédia de António José, *Vida do Grande D. Quixote de la Mancha* vem imitações das vozes dos animais:

Se hoje o meu cantar	E se dos Poetas	<i>E logo acolá</i>
Um zurro há-de ser,	Galo posso ser,	<i>Cá, cará, cá!</i>
Quero começar:	Cantarei aqui	Porque canto só
<i>An! an! an! an! an!</i>	<i>Qui, quiri, qui!</i>	<i>Có, coró, có!</i> ⁴⁷⁷

Muitas vezes a interjeição é derivada do nome do animal: *Cuche! cuche!* serve para chamar o porco, por ventura do nome de *cochon*; *Bich-bich* e *bichano*; serve para chamar o gato, como no espanhol *mizmiz*; em Saxe chama-se ao gato *pus-pus!* no inglês *puss puss!* Tylor diz-nos que este nome veio com o gato do Oriente, como se vê no tamil *pûsei*, no afgão *pusha*, no persa *pushak*; Cock diz, que nas ilhas de Tonga se chama ao gato *boosi* (*husi*) e as tribos do noroeste da América chamam-lhe também *pwsh*, *pishpish*.⁴⁷⁸ Enfurecem-se os cães com a voz *Aça!* donde veio a formação do verbo *açular*, ou meter os cães à bulha; diz Tylor: «Na Suíça parece que se grita *huso!* para excitar os cães a bulharem; também temos *ks! ks!* e na Inglaterra, segundo Tylor, emprega-se *kiss-kiss!* como em França. Para fazer parar as bestas, diz-se: *Ucha!* e *Uchta!* no alemão existe a expressão *wist!* aplicada no mesmo sentido.»⁴⁷⁹

As coisas também são designadas por expressões onomatopaicas, como vemos entre os selvagens: as crianças chamam ao tambor *tam-tam*, como os orientais; o tiro de pólvora é o *Pu! Pum!* Diz Tylor: «Quando os selvagens viram as espingardas europeias, designaram-nas com o som *pu!* indicando não o efeito mas o fumo que saia do cano.»⁴⁸⁰ O som da trombeta é imitada na voz *tu, tu, tu!* Sobre este facto escreve Tylor: «O som da cometa é imitado nas nurseries inglesas, por *toot-toot*, que serve também para designar o *omnibus* de que a cometa é sinal.»⁴⁸¹ Nos jogos infantis é frequente esta imitação:

Tan, taran, tana,
 Minha carapuça!
Tan, taran, tana,

⁴⁷² *La Civilisation Primitive*, p. 192.

⁴⁷³ *Ibidem*, p. 240.

⁴⁷⁴ *Ibidem*, p. 241.

⁴⁷⁵ *Ibidem*, p. 388.

⁴⁷⁶ Os Australianos chamam os frangos pelo som de *pi-pi*. Tylor, *ibid*, p. 209.

⁴⁷⁷ *Operas Portuguesas*, t. I, p. 63.

⁴⁷⁸ Tylor, *op. cit.*, t. I, p. 201.

⁴⁷⁹ *Ibidem*, p. 213.

⁴⁸⁰ *Ibidem*, p. 238.

⁴⁸¹ *La Civilisation Primitive*, t. I, p. 243.

Que assim bailha a ruça!

Por este facto se vê que certas *neumas* que acompanham as cantigas, como *Lé, lé* e *La ri, lolé*, são a imitação dos instrumentos musicais, como a flauta ou o tambor, que foram substituídos pela boca.

Imitando os passos do cavalo, ou os do burro:

Catrapós! Catrapós!

Vamos até á Foz.

Tique! tique! toque!

Vamos a São Roque,

Ver os peraltinhas

Que andam de capote.

Os sons imitativos da linguagem infantil tornam-se palavras, como o *gró-gró*, que vem a significar bebida e grogue. As designações de parentesco, *papá*, *mamã*, *bebé*, *néné* pertencem por assim dizer à linguagem emocional de um grande número de povos. Os nomes infantis de pai e de mãe não devem ser estudados numa só língua; diz Tylor: «Eles são membros importantes de uma grande classe de palavras, pertencendo a todos os tempos e a todos os países, e formando uma língua infantil cujo carácter comum consiste em permanecer no limite das ideias por que se interessam as crianças, e a exprimir estas ideias por uma série de articulações apropriadas aos primeiros ensaios da criança para falar.»⁴⁸² Tylor exemplifica este princípio com as palavras *papi*, pai entre os selvagens australianos, em tamil *appá*, pai e *ammâ*, mãe, em bodo *appâ*, pai, e *âyâ*, mãe; os Caraíbas e insulares das Carolinas dizem *papa*, e no anglo-indiano *babá*, o pai. As relações de alimento ligadas à ideia de pai ou de mãe são apontadas por Tylor: «Estão perfeitamente indicadas como tais na antiga Roma e na Inglaterra moderna: *papas*, nutritius, nutritor, *pappus*, *senex*: cum cibum et potum *buas* ac *papas* dicunt, et matrem *mammam*, patrem *tatam* (ou *papam*).»⁴⁸³ Os negros do Congo chamam ao pai *tata*, como os do país de Gales *tad*. No jogo das *Palminhas*, vêm estes nomes generativos ligados à ideia de comida: (Porto).

Palmas e palminhas,

A *mamã* dará *maminhas*;

O *papá* quando vier

Papará do que trazer.

A criança é também chamada o *bebé*, o *né né*, como no anglo-indiano *bâbû*, no indiano dariano *ninah*, filha, no italiano *ninna*, neta; no milanês *ninim*, leito, correspondente ao nosso fazer *nana*, ou dormir, e *enanar*, embalar, como no italiano *ninnare*. A boneca com que a criança brinca é a *nena*, que nos explica a palavra *anão* (*enano*) para significar o que ficou pequeno.

Pertencem à categoria da linguagem emocional as cantigas para embalar ao berço. No *Auto da Sibila Cassandra*, Gil Vicente traz a neuma *Ró, Ró*, das cantigas para adormentar as crianças, a qual ainda subsiste na tradição actual:

Oh meu menino, *ru, ru*,

⁴⁸² *Op. cit.*, t. I, p. 262.

⁴⁸³ *Ibidem*, p. 264.

Cantam os anjos, dormirás tu.

E ainda derivada da antiga neuma:

Rola, rola, meu menino,
Quem te há-de dar a mama?
O teu pai foi pró moinho,
Tua mãe caiu na cama.

Na *Feira de Anexins*, traz D. Francisco Manuel de Melo uma referência a esta cantiga, em que a neuma do *Rã, rã*, é substituída pela *nana*:

Ora *nana* meu menino,
Que teu pai foi ao moinho.⁴⁸⁴

É conhecida a passagem da *Comédia de Rubena* de Gil Vicente, em que a ama diz o primeiro verso das cantigas que sabe para embalar crianças. Estas cantigas, a que os gregos chamavam *Nanarissa*, variam segundo se embala ou passeia as crianças:

<i>Tinglin-tin,</i>	«Varre-lhe a casa,
<i>Tinglin-tó,</i>	Sacode-lhe o pó,
Que faz o netinho	E cata-lhe as pulgas
Em casa da avó?	Do berço çó çó. ⁴⁸⁵

Quase todos os actos das crianças são expressos pelos pais com linguagem emocional; ao primeiro dente que rompe as gengivas, chama-se um *ratinho*:

Quando em rapaz me nascia
Em minha boca um dentinho,
Que me nascia um *ratinho*
Então minha mãe dizia.⁴⁸⁶

Os sons da natureza, as vozes dos animais, as orações religiosas são reproduzidas com palavras nas suas impressões aproximativas. Parece que o estado de fetichismo inicial persiste na mente da criança, que reduz à sua linguagem a voz de todas as coisas. Apresentamos aqui algumas dessas imitações da linguagem. Quando passam soldados ao compasso dos tambores, dizem os rapazes:

<i>Rana, cataplana,</i>	<i>Zás, catrapaz,</i>
Mata aquela ratazana.	A ramela fica atrás.

E também, com outro passo de marcha:

Ratos com couves,
Lagartixa com feijão,
Cá pró nosso, cá pró nosso
Cá pró nosso capitão.

⁴⁸⁴ *Feira de Anexins*, p. 164.

⁴⁸⁵ No *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*, (p. 484) vem: Catá-los piolhos/Faze-lo có-có.

⁴⁸⁶ Serrão de Castro, *Os Ratos da Inquisição*, p. 129 (século XVII).

Um cabo de tambores ensinando um recruta dizia, que para rufar bem no tambor era preciso fazer: «*Um réo, um téo, com dois catapléos.*» O toque do bombo nos arraiais é imitado no verso:

Zé P'reira, Zé P'reira,
Zé P'reira, Zé-Pum;
Casaco de chita
Remendo no tum.

Na linguagem chula o bombo é chamado *Zé Pereira*. O toque das cometas é imitado: *Ai Vitorino, Vitorino, ai, dó*. E também: *Há-de-se chamar Gonçalves, olé; inda que teu pai não queira*.

O toque dos sinos é pitorescamente imitado; diz o dobre de finados (Porto):

– Morreu uma velha!
Morreu uma velha!
«Que nos deixou ela?»
– Uma manta velha.
«Como a partiremos?»
– De lombo a lombo.

Quando o sino grande dos Bernardos, do Porto, tocava ao coro, ou quando a garrida das freiras beneditinas chamava a vésperas, o povo percebia nesses sons graves e estridentes um singular diálogo; dizia o sino grande:

– *Nós temos boa sopa! Nós temos boa sopa!* Respondia a garrida: – *Porque tendes orelheira! Porque tendes orelheira.*

Próximo de Coimbra, o sino de Torres dizia: *Tem lêndas! Tem lêndas!* E o de uma povoação vizinha responde-lhe: – *Mata-as com um pau! Mata-as com um pau!*

Os sinos de Santa Cruz de Coimbra, quando tocavam diziam:

Somos fidalgos,	Minha mãe tem pão
Temos dinheiro;	Bacalhau, feijão;
Pão e queijo	O frade está á porta
Para dar ao sineiro.	C'o chapéu na mão ⁴⁸⁷

As crianças usam o *Jogo do sino*, unindo-se costas com costas, e oscilando, levantando cada um por sua vez os pés, dizendo:

<i>Tão, balalão!</i>	Tão, balalão
Morreu o Simão,	Morreu o Simão!
Na terra dos mouros	Ficaram os filhos,
Senhor capitão.	Comeram o pão.

Uma parlenda do Minho, para ensinar as crianças a falar, imita o repique dos sinos:

Dim, dim, dom!

⁴⁸⁷ *Jogos Infantis*, p. 32.

Vamos ao som
Deste repique;
Vinho sem pique
É melhor qu'a pom.

Quando antigamente os frades começavam as rezas do coro, o povo que vivia adormentado por esse latim mortuário, traduzia os acentos soturnos do cantochão salmodeando por esta forma irrisória: – *Ervas! ervas! tudo eram ervas!* Mudando de intonação: – *E alguns feijões também.* E aumentando o som grave: – *É verdade! É verdade!*

Por esta mesma forma traduz o ofício de defuntos, imitando os padres nos enterros:

Se fores para o céu
Bem irás!
Se fores para o purgatório
De lá sairás;
Se fores para o inferno
Lá ficarás!
Quer vás, quer não,
O pinto e a vela
Cá para a mão.

E esta outra imitando o latim:

Ingrola, ingrola,
Vae para a cova;
Seis vinténs e a vela,
E vamos embora.⁴⁸⁸

As vozes dos animais dão lugar a imitações dramáticas, a jogos, a parlendas poéticas de alto valor. Eis a imitação do canto dos sapos, no Minho:

– Oh Lucas!
«Uh.
–Tu vás?
«Eu vou;
E tu?

Dizem os melros no seu canto: *O pipo do meu compadre, escorropicha-o, picha-o bem.* (Minho.) E mais: *Nós somos muito ricos, temos cerejas; lá vem as pretas moles que dizem: forrico, forrico.* (Coimbra.) E em Montemor-o-Novo:

Minha mãe, minha mãe, minha mãe
Me disse, me disse, me disse,
Que à noite não saísse,
Que havia de vir o milhano
Que me havia de comer.

⁴⁸⁸ Ap. Sequeira Ferraz (*Actualidade*, nº 207, de 1882).

Pois não comestes! pois não comestes!
 Comeu, comeu, comeu.

A voz do galo é imitada, nesta quadra:

Cá, cará, cá!
 Põe-te na pá,
 Faz um bolinho
 E bota-mo cá.

Eis a imitação do que se passa no galinheiro: Canta o galo velho – *Quem virá lá?*
 Responde o galo novo: – *Um cavalleiro*. Diz a galinha: *Jantar á cá?* Pia um frango:
Triste de mim! Pia outro mais pequeno: *Tripas ó sol!* (Minho.)⁴⁸⁹

Simulando a bulha que fazem os porcos quando comem:

Lambão, lambeu,
 Tal a coma quem ma deu.

E os gatos às bulhas; diz a gata: – *Bernardo! Bernardo! Quero uma saia*.
 Responde o gato: *Não tenho dinheiro!* A gata assanhada: *Ah mau, mau*. (Lisboa.)

Depois das imitações temos o fenómeno doméstico de desenvencilhar a língua, a que os espanhóis chamam *Traba-lenguas*, e que dá lugar a um grande número de fórmulas mais ou menos poéticas:

– Pardal pardo, porque palras?
 «Eu palro e palrarei,
 Porque sou o pardal pardo,
 Sou o palrador de elrei.

Assim espontaneamente se produz a *aliteração*, uma das formas poéticas mais primitivas:

Debaixo daquela pipa
 Está uma pita;
 A pipa pinga,
 A pita pia.

A troca de letras é também um ensaio de *trabalenguas*:

Quem pouco pano pardo tem,
 Escassa capa parda faz.⁴⁹⁰

⁴⁸⁹ Na tradição espanhola também há estas vozes imitativas: «Um galo cantando: – *Cristo murió*. Otro que lo contesta: – *Vámoslo á ver*. El 1º: *No tengo camisa*. El 2º: *Yo tengo tres*. El 1º: *Empréstame una*. El 2º: *No tengo ninguna*. Vid, *Folk Lore Betico-Extremeño*, p. 214, 1884.

⁴⁹⁰ *Jogos e Rimas infantis*, p. 24. – Nos *Cantos populares españoles*, t. I, p. 84, vem esta fórmula:

Compadre, compr'usté poca capa parda;
 Que'l que poca capa parda compra,
 Poca capa parda paga.
 Yo que poca capa parda compré

Na linguagem infantil é costume juntar a cada sílaba da palavra uma expletiva *pler* (Carrazeda de Anciães) ou *greg* (Porto) ou o *funfer maracot* (Coimbra, Açores). Apresentaremos alguns exemplos mais vulgarizados; sobre este ponto notou Leite de Vasconcelos: «Na Beira Alta, os rapazes costumam juntar à vogal ou ditongo de cada sílaba um *p*; por ex.: *estamos satisfeitos*, diz-se: – *es-pis-tâ-pâ-mos-pus sa-pa-tis-pis-fei-pei-tos-pus*.

«No Minho, segundo me informa um meu condiscípulo, os rapazes costumam juntar, também por brincadeira *greg...*, o citado exemplo diz assim: – *es-gregrés-ta-gregá-mos-gregus sa-gregá-tis-greguis-fei-greguei-tos-gregós*. Não se cuide que estas formações de linguagem são sem importaneia ou exclusivas do nosso país.»⁴⁹¹ O ilustre filólogo Paulo Meyer discutindo um fenómeno análogo no dialecto italiano de Val-Soana, considera-o como um processo generativo da linguagem «sur le quel est fondé le javanais». O patois de Val-Soana é modificado pelos habitantes quando não querem ser entendidos por estranhos, introduzindo *oth*, *ath*, *ith* diante da primeira sílaba da palavra (ex.: por-ter, diz-se port-oth-ger). Em Espanha dá-se igual fenómeno generativo, como observa Cabi y Soler: «en castellano vemos que los niños se forman una jerigonza que consiste en la introduction del sonido *guede*, *gada*, etc. en medio de cada silaba. Para decir, v. g. *Como estamos?* se expresan assi *co-godo-mo-godo es-guedes-ta-gades-mogodos?* En catalan se usa por lo comon la *x...*: *co-xo-mo-xo es-xes-ta-xa-mo-xos?*»⁴⁹² Sequeira Ferraz cita uma cantiga de Carrazeda de Anciães, em que os rapazes intercalam a expletiva *greg*.⁴⁹³ Os Contos infantis também apresentam a seguinte forma generativa: «Era uma vez uma velha, *fumfurrumfelha*, *saracotelha*, *maracotelha*, e tinha um gato *fumfurrumfato*, *saracotato*, *maracotato*, etc.» Nos Jogos e Rimas infantis, nº 44, achamos o seguinte: «Era uma vez um caçador *furunfunfor*, *triunfunfor*, *misericuntor*; e foi á caça, *furunfunfaça*, *triunfunfaça*, *misericuntaça*, e caçou um coelho *furunfunfelho*, *triunfunfelho*, *misericuntelho*, etc.»⁴⁹⁴

Estas formas dão lugar às *neumas* dos cantos líricos e a várias manifestações da *gíria* de certas classes populares. É conhecida a canção basca *Lelo*, *lelo*, neuma personificada num herói, e que se repete na Irlanda na forma *leoi*; Philarète Chasles cita um estribilho dos cantos populares da Suíça, que é semelhante a esta neuma peninsular: «o eterno *lo-lo-loi* do canto helvético vos perseguirá por muito tempo sobre a estada com os seus risonhos adeuses e seu grito amigável».⁴⁹⁵ Em uma *estampie* do Cancioneiro Douce, acha-se o verso *Heró! Heró! k'en ferai?* – É a mesma neuma que se repete nos romances espanhóis: *Helo! helo!* por do viene, etc.⁴⁹⁶ Nas antigas canções provençais portuguesas temos a neuma *lelia edoy lelia*.⁴⁹⁷ Nos cantos populares do Arquipélago da Madeira conserva-se um género particular chamado as *Lenga-lengas*, da expletiva de que é formado; citaremos um exemplo:

– *Lingue-lingue*, tu que fazes?
 «*Lingue-lingue* faço papas.
 – *Lingue-lingue*, que é das papas?

Poca capa parda pagué.

⁴⁹¹ *O Dialecto Mirandês*, p. 8, Porto, 1882.

⁴⁹² *Ensayos Poeticos en Dialecto Berciano*, p. XIII, not.; *apud* Leite de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 8, nota 3.

⁴⁹³ *Folk-Lore Betico-extremeño*, p. 217.

⁴⁹⁴ *Jogos e Rimas*, p. 24, Porto, 1884.

⁴⁹⁵ *Voyages, Philosophie et Beaux-Arts*, p. 272.

⁴⁹⁶ P. Meyer, *Rapport*, p. 227.

⁴⁹⁷ *Questões de Literatura e Arte Portuguesa*, p. 46.

«*Lingue-lingue* não tem sal.
 – *Lingue-lingue*, que é do sal?
 «*Lingue-lingue* tem rendeiro.
 – *Lingue-lingue*, lo rendeiro?
 «*Lingue-lingue* foi ao mato.
 – *Lingue-lingue*, que é do mato?
 «*Lingue-lingue* lume o queimou, etc.»⁴⁹⁸

No Porto ouvimos esta parlenda com a expletiva *Ninguerinim*; porém a designação de *lenga-lenga* emprega-se vulgarmente para significar uma linguagem monótona e prolongada. Não desenvolveremos as nossas observações sobre o fenómeno generativo da linguagem chamado *gíria*; sobre este ponto diz João Pedro Ribeiro: «*Bluteau* *lhe chama gíria*, palavra que é desconhecida a todas as idades da língua, significando aquela as expressões que os ciganos usavam entre si, para não serem dos mais entendidos. Assim nem *pintos* por cruzados novos, nem *patacos*, por moeda de 40 réis, se precisam mencionar.»⁴⁹⁹ Leite de Vasconcelos também indica o facto: «Os pedreiros, os ciganos, os contrabandistas, etc., usam entre si uma *gíria* notável.» E acrescenta: «os pedreiros em Paredes e S. Martinho de Moiros dizem *mói* por *eu*, *toi* por *tu*, *soi*, por *ele*, *galério*, por chapéu, *gâmbias*, por pernas (este termo é usado vulgarmente)».⁵⁰⁰ O trabalho mais desenvolvido que possuímos sobre este problema é o livro do século passado que se intitula *Enfermidades da língua*. Depois da *gíria*, a linguagem dialectal ainda se liga com o processo generativo.⁵⁰¹

É nos *Jogos infantis e populares* que se observa a síntese destas três formas de linguagem que temos indicado, a *Gesticulação*, a *Intonação* e a *Articulação*. Antes de qualquer intenção taxonómica, os Jogos tradicionais devem ser organicamente classificados segundo estas três formas primitivas da linguagem. As particularidades deste problema obrigam-nos a estabelecer previamente algumas considerações etnogénicas.

A vida do homem não se compõe somente de funções de relação; um grande número de actos são praticados sem terem o estímulo das necessidades orgânicas, ou das sugestões do instinto, nem das determinações da vontade; praticam-se esses actos sem intuito, sem um destino, e, segundo a perfeita expressão dos fisiologistas, são manifestações *específicas* do funcionalismo Orgânico, que caracterizam os animais superiores, sobretudo o homem. Exemplifiquemos essa actividade *específica*: o pássaro que gorjeia e que saltita de ramo em ramo, o cão que corre, latindo e mordendo de leve sem tentar fazer mal, exercem *especificamente* funções de relação independentes dos seus estímulos naturais. Quase todas as funções do homem adquiriram um uso e desenvolvimento específico, que as tornaram manifestações artísticas: assim a locomoção, independente do seu uso funcional, deu lugar à dança; a voz dá lugar ao canto; o ouvido ao ritmo, e os movimentos em geral a um grande número de actos específicos, como a pantomima. Esta tendência observa-se sobretudo nas condições da idade; os animais superiores, quanto mais novos mais exercem as suas funções de

⁴⁹⁸ Dr. Azevedo, *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*, p. 473.

⁴⁹⁹ *Reflexões Filológicas*, nº 1.

⁵⁰⁰ *Dialecto Mirandês*, *loc. cit.*

⁵⁰¹ «...ou também se faz em terras esta particularidade, porque os da Beira tem umas falas e os d'Alentejo outras; e os homens da Estremadura são diferentes dos Dantre Douro e Minho: porque assim como os tempos, assim também as terras criam diversas condições e conceitos: e o velho como tem o entender mais firme com o que mais sabe também suas falas são de peso, e as do mancebo mais leves.» Fernão de Oliveira. *Gram.*, cap. 38.

relação com certa especificidade, brincando. No estudo da etnogenia popular é nesta categoria que entram os *Jogos*, as *Parlendas*, as *Danças*, e os divertimentos domésticos infantis; é este o critério para serem avaliados estes factos aparentemente frívolos. Depois deste processo convém estabelecer comparações pelas quais o jogo ou divertimento pueril adquiere importância pela sua relação com o estado de um outro povo, que às vezes sem comunicação histórica conserva o mesmo uso. Daqui a necessidade de atribuir essa similaridade a um fundo comum de raça, atribuição que se torna uma palingenesia histórica à medida que os paradigmas aumentam. É então que os factos compilados adquirem um carácter científico; são um material que reclama aplicação. Segundo a concepção da filosofia positiva e a sua terminação hierárquica na sociologia, tudo se subordina ao conhecimento do homem. Os dados étnicos são então os factos concretos da psicologia, que deixa de ser individual ou introspectiva para tornar-se humana e objectiva. O automatismo orgânico será explicado pelos fenómenos sociológicos da tradição, que se transmite como que inconscientemente; os velhos, que se vão tornando alheios ao seu meio social, e que perdem a memória das coisas quotidianas, reagem com intensidade avivando as suas emoções tradicionais. As crianças, também alheias ao meio social em que se desenvolvem, e que não compreendem, *imitam* os actos que observam, parodiam o que notam, fazem como os grandes. Os *Jogos populares* tem esta dupla origem; uns são actos tradicionais, que se praticam pela persistência dos costumes, quando já não correspondem efectivamente ao estado social que os produzira; outros são a imitação de actos que se praticaram, e que se repetiram durante algum tempo para glorificação ou perpetuação na memória, vindo a decair de importância nas paródias infantis. Os jogos populares simulam batalhas, assaltos de pontes, ataques contra grandes monstros, paradas triunfais, e esta actividade específica das relações sociais é também parodiada pelas crianças que nos seus folguedos imitam combates, procissões e sermões com parlendas ininteligíveis. Para exemplo do primeiro caso temos os *Bafordos*, as *Alcanzias*, os torneios de *Canas*, as *Tarascas*, as figurações da procissão de Corpus, as *Cavalhadas*, as *Mouriscadas* e outros jogos que pelo seu carácter se tornaram nacionais; do segundo caso apontamos as *Charolas*, o *Dou-te-lo-vivo* a *Cabra-cega*, e outros jogos infantis cujas raízes tradicionais se vão encontrar ainda nas sociedades selvagens actuais, ou na vida civil de Atenas, em Roma no tempo de Petrónio, em França, na Itália, Espanha e Portugal, e entre a plebe da Rússia, enfim com uma universalidade que espanta.

Nestas duas categorias de jogos há um desenvolvimento artístico, que vem a parar nos jogos de cálculo e de sociedade, como os do *Xadrez* e da sua simplificação nos *Naipes*, introduzidos na civilização da Europa pelos Árabes, e os jogos com fim educativo como os que consistem em exercícios espontâneos a que as mães submetem as crianças, como são os jogos de tautologias, os de números, como a contagem dos dedos, os de perguntas e respostas. Os jogos infantis complicam-se com a idade, e assim passam do isolamento doméstico para a convivência da rua; é aí que variam segundo o calendário anual parodiando as comemorações religiosas. Para muita gente os jogos infantis adquirem um carácter profético, como quando dos seus combates simulados deduzem-se prognósticos de guerra. Os Jogos populares e infantis foram em grande parte desnaturados pela Igreja nos *Ludi*, ligando esses actos específicos tradicionais à sua liturgia como os jogos do Maio e de S. João; mas a importância deste campo étnico é extraordinária, porque ele é o ponto de convergência de muitos actos que se desenvolveram em formas artísticas, como a Dança, o Momo ou Colóquio que se tornou teatral, como a ária, como a própria canção.

No seu estudo *Dei Giuochi Fancciulleschi*, o ilustre Pitré apresenta algumas ideias gerais em que se evidencia a importância destes fenómenos para a história social da

humanidade. A criança representa transitoriamente a situação do homem primitivo, reproduzindo formas da actividade do selvagem nos seus jogos, em que imita as vozes dos animais e em que os parodia, dialogando num fetichismo espontâneo. A *caça* e a *guerra*, as duas preocupações do selvagem, são o tema inicial de uma grande parte dos jogos infantis.

Os velhos cultos esconjuratórios, subsistem em muitas parlendas que acompanham os jogos das crianças, como notou Eugène Rolland; a *sorte* e o *acaso*, essa entidade deslumbrante de todas as classes atrasadas, figuram como parte fundamental dos jogos das crianças, vindo a constituir o género das *Adivinhas* ou *Enigmas*. As ideias primitivas sobre o nosso cosmos, acham-se representadas nas doze casas do jogo do *Homem*, que Pitré equipara às do zodíaco, explicando assim a universalidade deste jogo. O *Jogo da Condessa* é considerado por Gubernatis como uma persistência do costume céltico do casamento em que o padrinho ou emissário é uma figura principal. As formas da penalidade acham-se no jogo do *Queimado*, como as do processo judiciário no jogo das *Prendas*.

Os resultados comparativos conduzem também a recompor um fundo étnico que explica a continuidade da civilização ocidental.

Começaremos um esboço comparativo dos Jogos tradicionais portugueses, partindo do solo hispânico para apontar as similaridades que temos com os jogos itálicos, da Roma antiga, e com os da Grécia; conhecida esta unidade, é que se poderá explicar porque razão os jogos da Rússia acham similares em Portugal, da mesma forma que um grande número de contos russos tem variantes curiosas na Sicília, como notou Gubernatis.

Nos *Cantos populares españoles*, do meu amigo Rodrigues Marin, a par das cantigas do berço, rimas infantis, adivinhas, orações, ensalmos e esconjuros, comuns à tradição andaluza e portuguesa, há um grande número de jogos, em que se nos impõe este problema etnológico. A tradição nos levou a procurar na história as relações étnicas primitivas que na realidade tinham existido entre Portugal e Andaluzia e que ainda sobreviviam no último vestígio da sua poesia, – as parlendas e jogos infantis. Portugal e a Andaluzia pertenceram a essa unidade territorial da antiga Lusitânia, unidade que se conservou durante todo o domínio dos Árabes. Estrabão diz que «*os Celtas lusitanos eram da mesma família* dos que vivem junto ao Anas» ou os Celtas da Betúria. Plínio acentua esta unidade étnica, dizendo que os Lusitanos se estendem do Nério até o Sacrum. Neste facto não deixou de influir também de um modo directo a transplantação pelos conquistadores romanos dos Celtas da Lusitânia para a Bética ou esse território limitado pelo Guadalquivir e Guadiana. Este contacto forçado dos dois povos, Lusitanos e Túrdulos, unificando os seus costumes e cultura, operou-se sobretudo, como entende Políbio, pelo facto do parentesco ou similaridade de raça. Don Joaquin Costa, no seu importante livro da *Poesia Popular Española*, restabelece com um grande tino crítico essa região média entre a Bética e a Celtibéria, a que chama Lusitano-Extremeña em que a cultura romana pouco penetrou e em que se conservaram mais puros os vestígios da cultura dos primitivos hispanos.⁵⁰² As inferências tiradas das inscrições e do direito consuetudinário completam-se com este elemento comum à tradição poética de Portugal e Andaluzia. Fixado este ponto de vista, a aproximação desses fragmentos poéticos de uma antiga existência e unidade social adquire a importância de um documento, que nos pode remontar a um passado ainda mais recôndito, desde que a comparação com as tradições italiana e francesa nos revelem a existência de uma raça pré-céltica comum a todo o ocidente da Europa. É este o intuito que nos dirige em todos os nossos estudos da

⁵⁰² *Op. cit.*, p. 318.

tradição portuguesa; preferimos, no processo de análise comparativa dos Jogos populares, a marcha histórica à classificação fisiológica e racional, para melhor fazer sentir a verdade dessa grande tese.

Os Jogos ainda hoje universais conservam um primitivo carácter mítico; tal é o da 1) Cabra-cega, por onde encetamos o estudo comparativo. Diz Gubernatis, na *Mitologia zoológica*, falando deste jogo comum a toda a Europa: «Este jogo tão popular, tem evidentemente uma origem e uma significação míticas: cada noite o Sol diverte-se a jogar a *Cabra-cega* (*Collin Maillar*); venda os olhos e corre velado através da noite onde ele deve encontrar a noiva predestinada ou a esposa que ele perdeu, isto é, a Aurora. Este jogo chama-se em alemão *blind-kuk*, em inglês *blind-man's buff* em italiano *mosca cieca*, e em francês *collin-maillard* ou *cligne-musette*.»⁵⁰³ Este jogo era conhecido pelos Gregos sob o nome de Myinda; e Julio Polux, no *Onomasticom* (IX, 113) cita-o com o título *O Cego*; diz Guthrie, comparando este jogo com o *Sijon posijon* dos Russos: «As regras deste jogo, usado pelos Gregos, obrigavam uma das aldeãs a agarrar a que corria em volta dela, e de lhe dar, se ela se deixava apanhar, não somente o lenço que lhe vendava os olhos, mas também um pucarinho que tinha numa das mãos, etc.»⁵⁰⁴ No divertimento russo há ainda outra disposição: «As aldeãs assentam-se com uma do grupo no meio, tendo os olhos vendados por um lenço; esta vai às apalpadelas para assentar-se no regaço da primeira que encontra, dizendo *sijon, posijon*, isto é, assento-me para descansar; é preciso que adivinhe o nome daquela em cujo regaço se vai assentar. Se acerta, a que foi apanhada toma o lenço e vai às cegas fazer as mesmas tentativas.» Guthrie compara este jogo ao *Collin-maillard*. Na Suécia este jogo tem o nome de *Blind-bock*; na Finlândia *Olla sokkosilla*, e na Grécia moderna *Kutrinda*.

No livro de Rodrigo Caro, *Dias geniales ò ludricos*, escrito em 1625, citam-se entre outros jogos comuns a Portugal e Espanha a *Gallineta ciega* (Dial. V, § 6), e na tradição popular de Andaluzia traz a seguinte parlenda:

– Gainita ciega
 Qué to s'ha perdido?
 «Una'buja y un deá.
 Pos échalo á buscá.»⁵⁰⁵

Nos *Conceptos espirituales* de Alonso de Ledesma, impressos em 1605, vem esta outra parlenda: – Qué venden en la tienda?

«Espadas.
 – Qué venden en la plaza?
 «Escaramojos.
 – Con ellos te saquen los ojos
 Si vieres, Amen.

Em Portugal o jogo da *Cabra-cega* aparece-nos desde o princípio do século XVI, com a forma de diálogo; ei-lo como o traz Gil Vicente:

– Donde vindes?
 «D'Almolina.

⁵⁰³ *Myth. Zoologique*, t. II, p. 72.

⁵⁰⁴ *Antiquités de Russie*, p. 96.

⁵⁰⁵ Rodrigues Marin, *Cantos Populares Españoles*, t. I, p. 100. – Também se joga na Estremadura espanhola. *Bibl. de las Tradiciones*, t. II, p. 144.

– Que me trazedes?
 «Farinha.
 – Tornai lá, que não é minha.⁵⁰⁶

O nome vulgar deste jogo no século XVI era a *Almolina*, como se infere deste outro lugar de Gil Vicente:

Tu agora á derradeira
 Jogas começo *Almolina*.⁵⁰⁷

O jogo conserva constantes referências na tradição literária, como vemos em Sá de Miranda e outros escritores:

O que não experimentares
 Não cuides que o sabes bem;
 E às vezes quando cuidamos
 Que experimentado o já temos,
 A *cabra-cega* jogamos.⁵⁰⁸

No entremez dos *Novos encantos do amor*, de António José, atribuído também a Alexandre António de Lima, vem uma cena do jogo popular da *Cabra-cega*: «– Hás-de fazer-te *Cabra-cega*, e aquele que apanhares, há-de perder; ata-lhe tu um lenço pelos olhos. – *Zapete*: Sim, vocês querem cegar-me para fazerem as suas poucas vergonhas; mas ainda que me vendam os olhos, não me hão-de tapar a boca. – Aperta bem, olha não enxergue. (*Depois de uma cena amorosa, diz Zapete*: O diabo da gente como está calada. Quem me dera apanhar algum.)⁵⁰⁹ Nicolau Tolentino, também alude a este jogo:

Fora na *Cabra* das melhores pernas,
 Hoje joga três setes nas tavernas.⁵¹⁰

Ainda nos escritores contemporâneos se continuam as referências, como nesta copla de Faustino Xavier de Novais:

Não jogues a *Cabra-cega*
 Com moços de amor dilectos;
 Dos que podem ser teus netos
 Não pretendas ser colega.⁵¹¹

Eis a fórmula infantil deste jogo segundo a tradição açoriana:

– *Cabra-cega*, donde vens?
 «De Castela.

⁵⁰⁶ *Obras*, t. III, p. 107. Ed. de Hamburgo.

⁵⁰⁷ *Ibidem*, t. I, p. 133. Serrão de Castro, nos *Ratos da Inquisição*, p. 127, diz:

Neste jogo da *almoninha*
 tornai lá que não é minha.

⁵⁰⁸ *Obras* de Sá de Miranda, p. 234. Ed. 1804.

⁵⁰⁹ *Teatro Cómico Português*, t. III, p. 267. No tomo I, p. 236.

⁵¹⁰ *Obras*, p. 277. Ed. Castro Irmão.

⁵¹¹ *Poesias*, p. 166.

- Que me trazes?
 «Pão e canela.
 – Dás-me dela?
 «Não que é para mim
 E para a minha velha.
 – Pica-me nela.⁵¹²

Na Itália, o jogo da *Cabra-cega* é ainda um divertimento das crianças; na Marche é denominado *Il giuoco delle lepre*⁵¹³ e também se chama *Mosca cieca e gatta-ceca*; na Toscana chamam-lhe *A Beccaglia*, aparecendo com este nome referido no *Malmantile*, de Lippi. (c. II, st. 48.) O ilustre Pitré, nos seus *Giuochi fanciulleschi* (volume XIII da Biblioteca das Tradições populares sicilianas) descreve este jogo usado em Palermo com a denominação *Ad Allupa-occhi*, em Polizzi *Ad ammuccia-uochi*; em Avola *A uocci 'utuppati*, em Cianciana, *A lu jocu di l'orvi*, em Messina *A l'augghia l'asciá*; na Calábria *La trintindaru*, em Nápoles *A ceccatella*, e em Milão *A martin bë*, e em geral *A suona-norva*.⁵¹⁴ A universalidade deste jogo explica a razão das suas relações míticas, constituindo o centro de um grupo de jogos dele derivados, como o de *Adivinha quem te deu*.⁵¹⁵

Depois deste jogo um dos mais universalizados é o 2) *Dou-te-lo vivo*. Nas Comédias de Jorge Ferreira de Vasconcelos e nos Autos de Gil Vicente alude-se a este jogo doméstico, que consiste em passar de mão em mão um pão aceso, e na mão de quem se apaga essa pessoa tem de pagar uma prenda; lê-se na *Aulegrafia*: «Minha madrinha é azogue, joga o *Dou-che-lo vivo* com quantos aqui ancoram.»⁵¹⁶ Também o costume popular em algumas festas de santos, de correr com fogaréus ou fachos acesos pertence a este mesmo divertimento, que teve intuito religioso e augural, por isso que nas Constituições dos Bispados se proíbe o queimar candeias. Os Gregos usavam este divertimento nas festas dos casamentos, e chamavam-lhe *Lampadophorein*; corriam até certa distância com um facho aceso, e logo que ele se apagava pagavam uma prenda ao rei do jogo. Pausânias descreve-o como usado pelos rapazes junto do altar de Prometeu. na Rússia *O Jio, jivkurilka*, ou o tição vive ainda, consiste em passar de mão em mão um tição aceso; aquele que o tem é obrigado a cantar a cançoneta: *O tição vive ainda; o tição vive ainda*, e quando se apaga antes de terminada a cantiga, paga-se a prenda. Na Rússia tem este jogo lugar por ocasião das festas do Natal.⁵¹⁷ Em iguais condições era usado no século XVI em Espanha, como se vê pelas glosas de Alonso de Ledesma aos ditados populares dos jogos da noite de Natal.

Sópla; vivo te lo dó
 para dó.⁵¹⁸

⁵¹² *Cantos populares do Arquipélago Açoriano*, p. 179. – Nos *Jogos Populares e Infantis* vem uma variante sem importância, nº 101.

⁵¹³ Gianandrea, *Saggio di Giuochi*, na *Rivista di Letteratura Popolare*, t. I, p. 223; e p. 225.

⁵¹⁴ Pitré, *op. cit.*, p. 187, nº 96.

⁵¹⁵ O jogo do *Colin-maillard* vem citado na grande lista dos jogos franceses do fim do século XV apontados no capítulo XXII do *Gargantua* de Rabelais. São ao todo duzentos e dezasseis jogos; indicaremos aqui alguns dos que são comuns a Portugal: *Au flux*, *A trente et un*, *Au coca*, *A pille*, *nade*, *loque fore*, *A coquimbert*, *qui gagne perd*, *A la mourre* (anel), *Aux dames*, *Aux clefs*, *A pair ou non*, *A croix ou pile*, *A la bille*, *A souffler le charbon* (Dou-te-lo vivo), *Au casse pot* (Panelinha), *Au furon* (Anel), *A la fosse*, *Au pont chen* (Minha ponte derreada?). Esta lista dos duzentos e dezasseis jogos do *Gargantua* bem carecia de um comentário dos demógrafos franceses.

⁵¹⁶ *Aulegr.*, fl. 59 v.

⁵¹⁷ Guthrie, *Les Antiquités de Russie*, p. 39.

⁵¹⁸ *Cancionero Sagrado*, p. 155 (Coll. Ribadaneira).

Este jogo é usual ainda hoje em Espanha, acompanhando-o com a fórmula:

– Soplo, y vivo te le doy.
«Sy muerto me lo das,
tú me lo pagaras.⁵¹⁹

Em França denominava-se este jogo *Petit bonhomme, vit encore*, e actualmente *Je vous vends mon allumette*, dizendo o que recebe:

– Je prends votre allumette
toute vivante, toute vivelette.

O que entrega diz:

Je vous vends mon allumette
toute vivante, toute vivelette.

Na tradição popular do Minho ainda temos a lenda do *Homem bom*, conservada numa oração contra as dadas ou inflamação dos peitos. Uma tal universalidade prova a sua antiguidade; o jogo do *Dou-te-lo vivo* é conhecido na Europa desde o século VIII; dele fala Tylor ligando-o a uma superstição de que foram acusados os Maniqueus: «Um inocente brinquedo de crianças da nossa época, acha-se misturado a uma terrível história de há mil anos. Eis aqui como este jogo se pratica em França: as crianças formam círculo; uma delas acende um palito e passa-o ao seu vizinho dizendo: *Petit Bonhomme vit encore*; continua-se assim seguindo o círculo, cada um repetindo as mesmas palavras e passando o objecto aceso tão depressa quanto possível, porque aquele em cuja mão se apaga tem de pagar uma prenda, e então diz-se: *Petit Bonhomme est mort.*» Grimm menciona um jogo semelhante como usado na Alemanha, em que se emprega um pão aceso, e Halliwell traz a canção de que se acompanha em Inglaterra: «*Jack está vivo e com boa saúde; se ele morre na vossa mão, tende cautela convosco.*» Tylor cita uma diatribe do patriarca da Arménia, João d'Osun, escrita no século VIII contra os Manicheos acusando-os de fazerem o jogo do *Petit Bonhomme* com uma criança ferida, que era passada de mão em mão, ficando venerado como primeira dignidade da seita aquele em cujas mãos morria. Esta mesma acusação fora feita pelos politeístas contra os Judeus, por estes contra os cristãos, e pelos cristãos contra a seita dissidente dos Manicheos, chamada dos *Bons Homens*, porventura assim designados desde o século VIII por uma alusão infamante à forma do jogo com que os caluniavam.⁵²⁰ Este jogo existe em Irkoutsk, na Sibéria, com o nome de *kurulka*, descrito por Bolakof.⁵²¹

Um outro jogo também universal e antigo é o dos 3) *Dedos*; consiste este jogo infantil em perguntar quantos dedos estão abertos na mão que se mostra de repente; a criança tem de responder de pronto, e se erra submete-se novamente à prova, que é acompanhada da seguinte parlenda:

– Chi-cotinho, chi-cotão!

⁵¹⁹ *Folk-Lore Andaluz*, p. 317.

⁵²⁰ Tylor, *Civilisation Primitive*, t. I, p. 88. Adiante tratamos do nosso mito popular do *Bom Homem*.

⁵²¹ Pitré, *Giuochi Fancialleschi*, p. XXXIX.

Bela corda, cordovão,
 Adivinha machacaz
 Quantos dedos estão pró ar.
 «Estão...

– Se disseses que eram... (2, 3 ou 4)
 Não perdias, nem ganhavas,
 Nem levavas cutilada.
 Cutelinho, cutelão,
 Quantos dedos estão nesta mão?

Nos *Conceptos espirituales* de Ledesma acha-se este jogo como popular na Espanha, usado na noite de Natal, e com a primeira parte já obliterada na tradição portuguesa; é o jogo de «*Codin, codon! cuantos dedos tienes en tu corazon?*»⁵²² Na tradição corrente da Andaluzia, diz-se esta fórmula:

– *Recotin, recotán,*
 Las campanas de San Juan;
 Unas piden bino
 Y otras piden pan.
 El pan está'n la cocina.
 Quantos dedos tiene'n cima»

Depois da resposta continua-se:

– Si hubieras dicho (*tantos*)
 No pasaras tanto mal
 Como tienes que pasar.⁵²³

O nome espanhol de *Codin, codon* corresponde ao nome de *coto* dado em português à mão fechada, e *couto* (de *cubitus*); na Galiza é também chamado *De codin e de codan*, com a seguinte fórmula:

De codin e de codan
 E dá cabra cordoban;
 Barquilleiro, barquilleiro
 Cantos dedos hay n' o medio?

No Bearn também se usa este jogo dizendo a fórmula:

De coutin, de coutan,
 De las craben d'Aleman;
 De cisèl
 De pourrèl
 Quant de cornes has daré?

Na tradição popular da Catalunha joga-se dizendo:

⁵²² *Cancionero Sagrado*, p. 152.

⁵²³ *Cantos Populares Españoles* de R. Marin, t. I, p. 51. *Biblioteca de las Tradiciones Populares Españolas*, t. IV, p. 119 e 150.

– Pim, pam,
 Cunillan,
 de la terra del aram,
 la cistella
 ballestera,
 quantas banyas tem darrera?
 – Si... haguesis dit
 de penas haurias exit.

Na tradição popular italiana, coligiu Imbriani a parlenda:

– Venga, venga, <i>Nicole!</i>	– E si quatte avisse ritte,
E si' belle e si bone,	'E cavalle fosse scritte
E si' bona a maretà	'E cavalle re lu pape
Quanta corne tiene 'ncape?	Quanta corne tiene 'ncape?
«Ne tenghe treje.	– Ne tenghe seje, etc. ⁵²⁴

As crianças quando prometem uma coisa, levantam *o dedo para o ar*, como garantia; nas Óperas do Judeu vem: «*Esopo*: Promete-me a liberdade? Veja lá o que diz. *Xanto*: Prometo! *Esopo*: Levante o dedo para o ar.»⁵²⁵

Sobre este jogo do dedo para o ar encontramos um precioso estudo comparativo na *Civilização primitiva*, de Tylor: «Quando, lançando os olhos sobre o primitivo desenvolvimento da arte de contar, vemos da maneira a mais evidente todas as tribos por seu turno passarem, para adquirirem a noção da numeração, por este estádio inicial, a contagem dos dedos, compreendemos o interesse que tem para o etnógrafo os jogos que nos podem representar este cálculo rudimentar. O jogo do *ti*, na Nova Zelândia, segundo os viajantes, joga-se contando os dedos: o que joga diz um número, devendo de repente tocar o dedo correspondente. No jogo das ilhas Samoa, um dos jogadores estende um certo número de dedos, e o seu parceiro deve também de repente mostrar o mesmo número, ou então perde um ponto.» É o jogo de *liagi*. Depois de mostrar a existência deste jogo entre os povos selvagens, Tylor indica-o também entre os Chineses, e simultaneamente na antiga Roma, em França, Itália e Inglaterra: «Este jogo presta-se a um divertimento sem fim na China, onde é chamado *tsoey moey*; e na Europa meridional conhecem-no os Italianos sob o nome de *morra*, e os Franceses sob o de *mourre*. Um jogo tão particular não podia ser inventado duas vezes, uma na Europa e outra na Ásia... Os antigos Egípcios, como o provam os seus baixos relevos e pinturas, conheciam um jogo análogo de dedos, e a expressão latina *micare digitis* aludia a um jogo a que os magarefes de Roma se entregavam com suas práticas, e em que as prendas eram pedaços de carne.» Tylor descreve este costume nas *nursery* inglesas, onde as amas ensinam às crianças a contar os dedos, perguntando: *Buch! Buch! quantos cornos mostra?* e também como é usado pelos garotos da rua, que saltam às cavaleiras de outro que tem de responder quantos dedos estão para o ar; e acrescenta: «É curioso notar a ampla difusão destes nadas e a sua longa persistência na história, quando se lê esta passagem de Petrónio, escrita no reinado de Nero: – Trimalção não parecia sentir esta perda; abraçou a criança e disse-lhe que se pusesse às suas cavaleiras. O rapaz saltou-lhe imediatamente para cima das costas, e bateu-lhe com a mão nos ombros, gritando e

⁵²⁴ *Apud* Rodrigues Marin, *op. cit.*, p. 121.

⁵²⁵ *Óperas Portuguesas*, t. I, p. 147.

rindo: *Bucca! Bucca! quot sunt hic?*»⁵²⁶ Na Suécia chama-se a este jogo *Bulta! bockhorn*. A esta espécie de jogo dos *dedos*, ou cálculo rudimentar pertencem também as personificações míticas dos dedos nas parlendas infantis:

4)

Dedo mindinho (*o auricular*)
 Seu vizinho (*o anelar*)
 Pai de todos (*o mediano*)
 Fura bolos (*o índice*)
 Mata-piolhos (*o polegar*).

No fim do século XVI, D. Francisco Manuel de Melo conheceu estas designações populares, vindo a escrever na sua *Feira de Anexins*: «*Erga o dedo para o ar. – O senhor aqui é o maior de todos. – Cuidei que era o mata-piolhos. – À vista de vossemecê sou o mindinho. – E eu o seu vizinho. – Pois eu serei o fura-bolos.*» No *Pároco da Aldeia* alude Herculano a esta nomenclatura: «afastar da boca o charuto entre o *pai de todos* e o *fura-bolos...*» As parlendas ou diálogos dos dedos são comuns à Europa ocidental:

Este diz que quer comer;
 Este diz que não tem quê;
 Este diz que Deus dará;
 Este diz que furtará;
 E este diz: Alto lá.

(*Açores*)

Questo dice, che ha fame,
 Questo dice, non c'è'l pane,
 Questo dice: como faremo?
 Questo dice: rubbaremo.
 Questo dice: Nicca, nicca,
 Chi rubba s'ampica.⁵²⁷

Este menino um ovo achou;
 Este o assou;
 Este sal lhe deitou;
 Este o provou,
 Este o papou.⁵²⁸

Dedo mindinho quer pão;
 O vizinho diz que não;
 O pai diz que dará;
 Este diz que furtará;
 E este diz alto lá.

(*Coimbra*)

Este niño pide pan;
 Este dice que no hay;
 Este dice; Qué jaremos?
 Este dice: Robaremos.
 Y este dice: No, eso nó,
 Que nos mata.⁵²⁹

Este niño pidió un guebo,
 Este lo puso á asá;
 Este l'echó la sá;
 Este lo sasonó
 Yeste picariyo gordo se lo comió.⁵³⁰

Análogo ao *jogo dos dedos* também se costuma fazer a contagem das pernas, no jogo da 5) *Pimpolhinha*, comum a várias províncias da Itália. Os rapazes sentam-se com as pernas estendidas, encolhendo-as à medida que a fórmula acaba:

⁵²⁶ *La Civilisation Primitive*, t. I, p. 86.

⁵²⁷ Gianandrea, *Saggio di Giuochi e Canti Fanciulleschi delle Marche*, p. 25.

⁵²⁸ Jogos e Rimas infantis, p. 14. – *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*, p. 483.

⁵²⁹ Rodrigues Marin, *Cantos Populares Españoles*, t. I, p. 46.

⁵³⁰ Marin, *op. cit.*, p. 60. – Pitré, p. 55. *Bibl. de las Tradiciones Españoles*, t. II, p. 126: *El guevo*.

Um, dois, três e argolinha,
 Finca o pé na pimpolhinha;
 – O rapaz que jogo faz?
 «Faz o jogo *licotão*.
 – Conta tu, Mané João;
 Se contares e não errares
 Vinte e quatro hás-de achar.
 Diz a velha do bordão,
 Que recolha o seu pezinho,
 Que recolha o seu pernã.

Na primeira metade do século XVIII aparece-nos este jogo citado pelo poeta arcade Garção.⁵³¹ Gianandrea, reproduz este jogo usado na Marche com o título de *Piede e Piedella*, e termina a fórmula:

Fa uno, fa due, fa tre
 Retira 'l piede, che locca a te.⁵³²

Os jogos numerativos são já um desenvolvimento abstracto da contagem dos dedos; muitos deles são comuns ao Ocidente, como o do *Vinte e três*:

Um, dois, três,	Una, una, una.
Aqui vai o inglês	Una, dos y tres,
Pela barra de Viana,	Contaban, que contaban
Com uma gata	Contaban del revés,
Castelhana.	Contaban dos amantes
Sape gato português.	Contaban vintitres. ⁵³³
Oh terlim, tim, tim,	
Aqui estão os vinte e três.	

Contando as palavras portuguesas soma efectivamente vinte e três; nesta outra parlenda perdeu-se a noção numérica, análoga à que se repete na

Andaluzia:
 Una, una, una
 Una, duna, tena,
 Eram dois irmãos
 Mataram duas rezes,
 Depois delas mortas
 Contaram vinte e três.⁵³⁴

Nos jogos da Sicília coligiu Pitré um análogo ao português e espanhol, cuja fórmula é:

Quinnic, quinici vogghhin fari,

⁵³¹ *Obras*, p. 241.

⁵³² *Revista di Letteratura Popolare*, p. 222; Pitré, nos *Canti Popolari Siciliani*, vol. II, p. 20, traz este jogo *Pisa pesedda*.

⁵³³ Marin, *Cantos Populares Españoles*, t. 1, p. 69.

⁵³⁴ *Jogos e Rimas infantis*, p. 26.

Ca li sacciu ben contari:
 Pi lu nomu di vintitri
 Unu, dui, tri.⁵³⁵

A contagem dos *dez* é também notável pela sua universalidade:

Una, duna,	Una, duna,	Una, duna,
Tena, catena	Tena, catena	Tena, catena
Singela, Romana,	São Paulo,	Cigarra,
De bico de pés,	São Maulo,	Migalha,
Catanove,	Do bico dos pés,	Cupida dos pés,
São dez.	São nove	Conte bem
	São dez.	Que são dez.

Nas rimas infantis da Andaluzia e Catalunha repetem-se com modificações; servem de sorte a muitos outros jogos:

Una, duna,	Uni, dori,
Tena, catena,	Teri, quateri,
Quina, quinetá,	Mata La veri,
Estando la reina	Viri, viron,
En su gabineta,	Contais bé
Vino Gil	Que dotze hi son. ⁵³⁷
Apagó el candil,	
Candil, candon,	
Cuentalas bien	
Que las veinte son. ⁵³⁶	

Aos jogos numéricos de *soma*, como o *vinte e três* e o *dez*, seguem-se os jogos de diminuição ou *eliminação*. O mais generalizado é o da 6) *Vassourinha*, ou o *Sorrobico*, que se acha na Andaluzia e Galiza. As crianças sentam-se diante umas das outras com as mãos abertas pousadas, e uma simula varrê-las dizendo:

– Vassourinha, vassourinha,
 Varre-me esta casinha.
 «Muito bem a varrerei
 Como a casa de el-rei.

E também:

Buraca, buraquina,
 Barre-me esta casinha;
 Se ma barreres bem
 Dou-te um vintém;
 Se ma barreres mal
 Nem um real.

⁵³⁵ *Giocchi Fanciulleschi*, n°25. – Bernoni, Sabatini e outros também coligiram jogos numéricos.

⁵³⁶ Marin, *Cantos Populares Españoles*, t. I, n° 164.

⁵³⁷ Maspons y Labros, *Jochs de la Infancia*, 23.

Depois começa a beliscar as costas das mãos dizendo:

Sorrobico, massarico,
 Quem te deu tamanho bico?
 «Foi nosso senhor Jesus Cristo.
 – Os de ouro e os de prata
 Este entra prá buraca.

Neste ponto a criança cuja mão foi beliscada recolhe um dedo. A eliminação também se faz com a parlenda:

Piolho na lama,
 Pulga na cama,
 Dá um pincho
 Põe-se em França.

Gil Vicente alude a este antiquíssimo jogo, numa das suas farsas:

Quem te deu tamanho bico,
 Rostinho de Celorico.

(*Obras*, t. III, p. 22.)

D. Manuel Murguía cita esta parlenda como extremamente vulgar na Galiza:

Pico, pico,	– Cen reás,
Mazarico,	E un ochavo.
Quen che deu	«Fun por cas
Tamaño bico?	De miña tia,
«Doumo Dios	Cando ó sol
E Sam Francisco,	Amanecia,
Para picar	Doume unha conca
Nos carballos,	De leite
Antre poulas	A cunca estaba
E ramallos.	Fendida,
E piquei ⁵³⁸	Y á culleriña
E repiquei	Partida.
Tres granciños	Fum po-la
A topei,	Corredoiriña
E leveinos	Que tocaba
Ó mohiño	Que rabiaba;
Á möer,	E saliron-me
Os ratiños	Os ladrones
A comer;	E roubarón-me
E collin	Os calzons;
Un polo rabo	Acudide
E leveino	Acá mulleres
	Con gadañas

⁵³⁸ *Historia de Galicia*, t. I, p. 580.

Ó mercado: E colleres.⁵³⁹
 Canto me dades
 Señores
 Por este porco
 Cebado?

Na tradição andaluza traz a fórmula:

Pin, zaropin	Vendendo las jabas
<i>La ceca</i>	A seis marabeis
<i>La meca</i>	Mariquiya la jonda,
La tuturubeca.	Este que se quede
El hijo del rey	Y este que se esconda. ⁵⁴⁰
Pasó por aqui.	

Na tradição portuguesa há uma parlenda análoga à andaluza:

Pim pim, sarramacotin	Um bom rei por aqui passou,
<i>La pega</i>	Todas as aves convidou,
<i>La meda</i>	Menos uma que aqui deixou;
<i>La torta llega,</i>	Sape daqui, vai-te acostar. ⁵⁴¹

No *Folk Lore Andaluz*, p. 167, vem o começo desta parlenda:

Pin, pin,	Sal menuda
Salamacatin.	Para la cuba;
Vino la poluta	Cuba de barro
Por su sabanita;	Tapa caballo;
Sabana redonda	Caballo morisco
Polla del pollar,	Tapa tubisco.
Vino por lasal;	

Vê-se que na assimilação popular, a palavra espanhola *jabas* foi substituída por *aves*; porém nesta outra parlenda aparece conforme a parlenda andaluza:

Maria fura-gatos
 Apanhou um grilo,
 Para a boca de seu filho.
Fava redonda
 Aqui se esconda.

Se nestas eliminações é a mão que se esconde no seio, então a *Vassourinha*, transforma-se no jogo do *Pão quente*. No jogo do 7) *Sola sapata*, há a eliminação da

⁵³⁹ Nos *Cantos Populares do Arquipélago Açoriano*, p. 177, vem uma parlenda, que merece ser confrontada com o texto galego.

⁵⁴⁰ *Folk Lore Andaluz*, p. 56. Na tradição da Estremadura espanhola, este jogo intitula-se *Pipirigaña*, em que as crianças que o jogam vão escondendo as mãos. (*Bibl. de las Trad. Españolas*, t. II, p. 134.)

⁵⁴¹ *Jogos e Rimas Infantis*, n.ºs 94 e 95.

peessoa que tem de procurar as outras que se escondem; a eliminação faz-se dizendo a fórmula:

Sola, sapata,	Dá um pincho
Rei, rainha	Põe-se em França.
Vai ao mar	Cavaleiros
Pescar sardinha,	A correr,
Para dar	As meninas
ao pai Luís	A prender:
Preso à ordem	– A que for a mais bonita
Do juiz.	Manda a velha responder
Salta a pulga	Que se vá arrecolher. ⁵⁴²
Na balança,	

O jogo do 8) *Queimado*, ou do *Senhor Vilão do Cabo*, que se usa nos Açores, Algarve e Coimbra, aparece-nos citado no *Cancioneiro espiritual* de Ledesma, com a seguinte fórmula dialogada:

Ah fray Juan de las Cadenetas!
 «Que mandais, señor?
 Cuantos panes hay en la arca?
 «Veinte y un queimados.
 – Quien los quemó?
 «Ese ladron que está cabe vos.
 Pues pase las penas que nunca paso.⁵⁴³

D. Francisco Manuel de Melo, nas suas *Cartas* (p. 402) alude a este jogo: «Já me começou a danar este *Vilão do Cabo*.» Eis como os rapazes o praticam; põem-se em fileira de mãos dadas e o de um extremo pergunta ao outro:

– Senhor vilão do cabo!
 «Senhor meu.
 – Quantos pães estão na arca?
 «Vinte e um queimados.
 Quem nos queimou.
 «Um Ladrão que por aqui passou.
 – Enloirado, enloirado,
 «Esse ladrão seja enforcado.

Passam então todos os rapazes por baixo do braço do que faz de Vilão do Cabo, e depois de ficarem todos em fila mas com os braços torcidos, continua o diálogo:

– Senhor vilão do Cabo!
 «Senhor meu.
 – Empresta-me as suas cordas?

⁵⁴² No *Periódico dos Pobres* do Porto, de 1857, nº 46, vem:

É melhor ir para casa
 Jogar a *Sola Sapata*.
⁵⁴³ *Op. cit.*, p. 159.

«Elas estão podres.
– Vamos compô-las.

Começam então em movimentos forçados até que se rompe a cadeia dos braços, perdendo o jogo aquele que solta uma das mãos. Esse vai então para o inferno, de onde só é tirado se sendo levantado pela cabeça se ergue inteiriçado. Este final do jogo pratica-se às vezes separadamente; Ledesma traz a seguinte fórmula:

– En que estás, compañero?
«En penas.
– Pues sácote dellas.⁵⁴⁴

Nas tradições populares da Andaluzia, Estremadura, Catalunha e da Itália, aparece este mesmo jogo, que Rodrigo Caro vai determinar também nos costumes romanos: eis as versões ocidentais:

«Compadre ajo.
«¿Qué manda mi amo?
–¿Cuantos paneciyos hay en er tejao?
«Trinta y unoer quemáo.
–¿Quién loquemó?
«La perryia treinta y dos.
– Quién da la gõerta?
«La perryia tuerta.
– Pos dala por otro lao,
Que tiene'r paña c...⁵⁴⁵

Dizem as crianças na Catalunha:

– Mosen João de las Abadessas.
«¿Que mana mi senyó?
– Quántas fulías hi ha al arbe?
Trenta mil y un canó.
–¿Per quin pont passaren?
«Pel pont de las formigas.⁵⁴⁶

Em Sevilha, chama-se *La Cadeng*, na Estremadura *La Sigo*, na Calabria, *La Catina*. Este jogo é conhecido na Itália pelo nome de *Allonga-catene* e *Il Fornaio*; coligiu-o Vittorio Imbriani. Rodrigues Marin, transcreve uma passagem do manuscrito de Rodrigo Caro, *Dias geniales ó ludrices* (dial. I, § IV) em que compara o jogo de *Juan de las Cadenas ahaa* com a referência de Lucrecio:

Quos memorant Phrygios inter se forte catenas
Ludunt

Os jogos de movimento, semelhantes lutas, corridas, escondidas, danças e

⁵⁴⁴ *Rom. y Canc.*, p. 175.

⁵⁴⁵ Marin, *Cantos Populares Españoles*, t. I, nº 226 e 227.

⁵⁴⁶ Maspons y Labros, *Jochs Infantiles*, p. 37. – Puré, *Giuochi*, nº 132.

imitações de cerimónias sociais. Subordinaremos a sua exposição aos dados comparativos, sobretudo no que respeita às fórmulas poéticas que os acompanham.

O jogo da 9) *Viuvinha*, é próprio de meninas, e uma variante de *Gualdir e Gualdar*; cercam uma menina que fica no meio, dançando ao redor dela, a qual escolhe a que a há-de substituir depois que acaba esta fórmula:

– Eu sou viuvinha	Nem contigo,
Da banda de além;	Nem contigo,
Quero casar,	Só contigo
Nem tenho com quem.	Que és meu bem.

Paul Regnaud, traz esta parlenda infantil do Franche-Comté:

Escergeut, virégeut,
Montre mé tes cônes,
Si tu ne les montres pas
I le dira ê ton père et mère
Que te casserân les os.

Na Alemanha há uma análoga parlenda infantil. No *Pentamerone* (liv. II, conto VII) vem esta parlenda popular:

lesce, iesce coma,
Ca mammata te seorna,
Te scorna ‘ncoppa l’astreco
Che fa lo figlio maseolo.⁵⁴⁷

O jogo infantil das 11) *Palmas e palminhas* acha-se por esta forma na tradição espanhola:

Las tortitas
Y las tortitas,
Para madre, que son muy bonitas,
Y con azucar
Para madre, que se las manduca;
Y con miel
Pera que le sepan bien.⁵⁴⁸

Na Itália chama-se a este jogo *Manu-manuzzi*.⁵⁴⁹

Quando a criança começa a prestar atenção ensina-se-lhe a bater com a ponta do dedo indicador na palma da mão, ou a fazer um círculo, dizendo:

12)

Põe aqui pilinha o ovo	Pilinha, pilinha
Pró menino papar todo.	Rosquinha, rosquinha.

⁵⁴⁷ *Apud Mythologie Zoologique*, t. II, p. 78.

⁵⁴⁸ *Folk Lore Andaluz*, p. 164. – Na *Bibl. de las Tradiciones Españolas*, t. II, p. 121, há uma versão estremenha.

⁵⁴⁹ Pitré, *Giuochi Fanciulleschi*, p. 48.

Na tradição espanhola repete-se este jogo com a fórmula:

El pon-pon,
El dinerito en el bolson,
Pónmelo aqui
el ochavo y el maravedi.⁵⁵⁰

Já no fim do século XVI, Alonso de Ledesma falava deste jogo, coligindo a parlenda:

Caracol, col, col,
Saca tu hijuelos
Al rayo dei sol.⁵⁵¹

E D. Francisco Manuel de Meio, na sua *Feira de Anexins*, alude a ele: «Olhem o *caracol* que busca para dizer a graça. – Já vai *deitando os corninhos ao sol*.» Na tradição francesa e italiana existe também este jogo. Diz-se na Andaluzia:

Caracol, caracol,
Saca los cuernos al sol
Que si nó, viene tu agüela
Con un palo de jijera
Y te rompe la cabeza.⁵⁵²

Canta-se na Provença:

Colimaçon borgne,
Montre-moi ta come.
Si tu ne me la montre pas,
J'irai chez ton papá
Qui est dans la fosse
A cueillier des roses.

Gubernatis traz factos comparativos acerca do brinquedo infantil do caracol. No Piemonte dizem-lhe as seguintes palavras:

Lümassa, lümassora,
Tira fora i tu com,
Dass no, i vad dal barbé
E it tje fass taié.

Na Sicília, dizem:

Nesci li coma ch'a mamma veni,
E t'adduma lu cannileri.

⁵⁵⁰ *Folk Lore Andaluz*, p. 164.

⁵⁵¹ *Romancero y Cancionero Espirituales*, p. 174. (Ribadaneyra.)

⁵⁵² Marin, *Cantos Populares Españoles*, I, n° 119.

Na Toscana:

Chiocciola marinella
Tira fuori le tue comella,
E se tu non le tirerai
Calei e pugni tu buscherai.

«Minha viuvinha
Do meu coração,
Casada sim, sim,
Viúva não, não.

Abraça-se então a uma delas; todas as outras fazem o mesmo, e aquela que fica sem par é que é a *Viuvinha*, que vai para o meio da roda tomar a começar o jogo. Na Andaluzia há este jogo a que se diz esta fórmula, comum à Estremadura espanhola (*Bibl. de las Tradiciones*, t. III, p. 91):

Soy biudita	Ni contigo,
La manda la ley,	Ni contigo
Quiero casarme	Sino contigo
Y no hay con quien.	Qu'eres mi bien. ⁵⁵³

Também se dança o jogo da *Viuvinha* na Itália, com o título *l'Ambasciator*, como o coligiu Ferraro,⁵⁵⁴ e Pitré (*Giuochi Fanc.*, n.ºs 150, 151 e 152).

O jogo dos *Quatro cantos*, é acompanhado da fórmula: «Tem lume? – Porta mais abaixo.» Usa-se também na Andaluzia com o nome de *Cuatro cantillas*, e *Cuatro esquinas*; na Catalunha, é o *Quatre cantons*, e na Itália cita-o Giuseppe Ferraro com o título *Quatir cantun*, como o denominam no Monferrat. Eis a fórmula andaluza:

– Hay candela?
«Aya'n frente jumea.
Variante: A'la otra escuela.⁵⁵⁵

Nos jogos com animais, como morcegos, grilos, gafanhotos, caracóis, é também notável esta universalidade, proveniente de um fundo primordial fetichista, que as crianças conservam. Para pedirem bom tempo, dizem:

Caracol, caracol,
Deita os corninhos ao sol.

Meu caracol,
Meu caracolinho,
Meu anel de ouro
No dedo mendinho.

O jogo do 13) *Bichinho gato*, que as amas usam batendo nas mãos das crianças, é

⁵⁵³ Marin, *op. cit.*, p. 50.

⁵⁵⁴ *Folk Lore Andaluz*, p. 56.

⁵⁵⁵ Marin, *op. cit.*, n.º 238. – *Bibl. de las Tradiciones Populares Españolas*, t. II, p. 147. Puré, *Giuochi Fanciulleschi*, n.º 146.

comum à tradição da Andaluzia; eis as duas versões em forma de diálogo e com intonação:

– Bichinho gato,
Comeste já hoje?
«Sopinhas de leite.
– Guardaste-me delas?
«Guardei, guardei.
– Onde as puseste?
«Atrás da caixa.
– Com que as cobriste?
«C’o rabo do gato.
– Vamos enxotá-lo?
«Sape! sape! sape!

A estes dois jogos alude António José nas suas comédias: «porque isto de trazer um homem anel, faz deitar as mãos de fora, fazer *palminhas* às crianças, jogar o *Sape* na barba, tudo com a mão esquerda...» (*Operas*, t. 1, p. 224).

– Mizo gatito, Pan conejito! ¿Que comiste? «Sopitas de olla. – ¿Con qué las tapaste? Con el rabo del gato. ¡Zape, zape, zape!	Mizo gato Fué á la plaza; Compró una calabaza Le dió de comer, Sopitas de miel En un rico plato. ¡Zape, zape, zape! ⁵⁵⁶
---	--

Sergio Hernandes de Soto coligiu uma outra versão na Estremadura espanhola (*Bibl. de las Trad.*, t. II, p. 125) com o título *El Gatito*.

Comparemos o jogo do 14) *Arre burrinho*, que se faz abanando com a criança sobre os joelhos:

Arre burrinho Vamos a Belém, Que os outros burrinhos Ei-los já lá vêm.	Tique, tique, toque, Vamos a São Roque, Ver os peraltinhas, Que andam de capote.
Iarre cabayllo Bamos a Belem, Que mañana es fiesta Y passao tambien.	Trique, trique Los maderos de San Rique ⁵⁵⁷

Marin, nos seus *Cantos Populares Españoles* apresenta duas parlendas catalãs, e duas italianas, por onde se vê a generalidade deste jogo doméstico:

Arri, arri tatabet, Anirém á Sant Benet,	Arre! arre! a Napule, A truvare mastu Ghiacule.
---	--

⁵⁵⁶ Marin, *op. cit.*, t. I, p. 43.

⁵⁵⁷ *Ibidem*, p. 44. – Na *Bibliotheca de las Tradiciones Populares Españolas*, t. II, p. 120, vem uma versão da Estremadura com o título *El Borriquito*.

Comprarém um panallet
Per diná, per sopá,
Per en Francisco no n'hi ha.⁵⁵⁸

Mastu Ghiacule, cusetore,
Nce ha custe n'u bellu'ppone,
Nu beLlu'ppone e n'a vunnella!
E curre Porzia e Menechella.⁵⁵⁹

Na Itália chama-se a este jogo do Arre-burrinho, *Mmè, mmè, mmè* e entre as diversas fórmulas poéticas que o acompanha, Pitré coligiu esta:

A caval, a caval,
E lu re de Portugal,
Che ti port La trumett
Bu, bu cavallet.⁵⁶⁰

E também, quase com a neuma portuguesa:

Arri, arri cavallino
Piglia la soma
E va aí molino...

O jogo do 15) *Punho* é já citado no século XVI e XVII por António Prestes, D. Francisco Manuel de Melo e Gregório de Matos. As crianças vão pondo as mãos fechadas umas sobre outras, e perguntando:

– Que é isto?	– ¿Como se llama este?
«Punho, punhete.	«Pun-puñete.
– E isto?	– E este?
«Cabeça de alfinete.	«Cascabalete.
– E isto?	– ¿Qué hay aqui dentro?
«Uma arca fechada.	«Oro y plata.
– Que está por dentro?	– Aí que se ria
«Pão bolorento.	La matraca. ⁵⁶¹
«Cordas de viola.	– Que está por fora?

Este final já se converteu em provérbio popular; António Prestes escreve:

Como diz o rifão:
Por aí meninos da escola:
– De fora cordas de viola.⁵⁶²

Na tradição espanhola é conhecido pelo nome de *Pun punhete*. Este jogo na Sicília é chamado *A scarfamanu*; Pitré traz numerosas provas do seu uso em Girgenti, Riesi, Menfi, Milazzo, Messina; na Toscana, e em geral em toda a Itália chama-a *A scaldaman*₄ e no Piemonte tem o mesmo nome que na Espanha *A pan pugnet*, e joga-se com a fórmula:

⁵⁵⁸ Ap. Mar, Labrós, *Jochs de la Infancia*, 10-11.

⁵⁵⁹ Imbriani, *Le Canzonette Infantili*, nº VI.

⁵⁶⁰ *Giunchi Fanciulleschi*, nº 7, p. 52.

⁵⁶¹ *El Folk Lore Andaluz*, pp. 57 e 170.

⁵⁶² Na Madeira joga-se de outro modo; vid. *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*, p. 494.

Manatole,
 Patatole,
 Sul ponte de la Guera,
 Ghe giera 'na putela
 Che beveva un goto de vin
 Viva, viva San Martin!⁵⁶³

Na Estremadura espanhola também se chama a este jogo *Calienta-manos*⁵⁶⁴ como na Itália, onde Ferraro o coligiu com o título Mano-Calda.

O jogo da 16) *Cadeira de mãos* já em Portugal não tem fórmula poética, mas conserva-a ainda na Andaluzia:

Carrion,
 Trencilla y cordon
 Cordon de Valencia;
 ¿Donde vas, amor mio,
 Sin mi licencia?⁵⁶⁵

O jogo de 17) *Santeiro* é um modo como as amas ensinam às crianças o nome das várias feições do rosto:

Esta *barba* barbadeira,
 Esta *boca* comedeira,
 Este *nariz* nariguete,
 Estes *olhos* de pisquete,
 Esta *testa* de melão.
 Chitão!

Eis a fórmula também usada na Itália:

Varvarutteddu;
 'Ucca d'aneddu,
 Nasu affilatu;
 Occhi di stiddi;
 Frunti quatrata
 E te' ccá 'na timpulata.⁵⁶⁶

As amas jogam a 18) *Mão morta* com as crianças batendo-lhes com a própria mãozinha levemente na cara, dizendo:

Mão morta, mão morta
 Te bate na porta;
 Se não tens que lhe dar,
 Dá-lhe do sal do mar.⁵⁶⁷

⁵⁶³ Pitré, *Giocchi Fanciulleschi*, nº 13, p. 61.

⁵⁶⁴ *Bibl. de las Tradiciones Populares Españolas*, t. II, pp. 143 e 149. 105.

⁵⁶⁵ Marin, *op. cit.*, t. I, p. 83.

⁵⁶⁶ Pitré, *Giocchi Fanciulleschi*, p. 45.

⁵⁶⁷ Azevedo, *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*, p. 482.

É vulgaríssima na Itália:

Manu morta, manu morta,
Chi Deus ti dda porta,
Chi Deus ti dda jada,
Manu morta cancarada.⁵⁶⁸

O jogo das 19) *Pedrinhas de taixoso* pertence à classe dos que desenvolvem a presteza dos movimentos: consiste em aparar uma pedrinha que se lança ao ar, levantando outras enquanto aquela cai, e segurando-a nas costas da mão. Diz-se a parlenda:

Pedrinhas de taixoso,
Comer pão com queijo,
Soro de ovelha,
Leite de cabra;
Tem-te homem
Que não caias.⁵⁶⁹

Julio Pollux descreve este jogo da antiguidade com o nome de *Penthalita*, no seu Onomástico.⁵⁷⁰ É também usada na Andaluzia com o nome de *Las Chinas*⁵⁷¹ e Giuseppe Ferraro descreve-o como peculiar das crianças de Monferrat com o título *Aj Oss*, (*Agli ossi*) e Pitré, da Sicília com o nome de *A Spumposta*⁵⁷² O jogo das *Estopinhas*, consiste em um movimento cadenciado das mãos batendo nas do vizinho, ao som do verso: *Estopa, linho, lã*, e emprega-se para aquecer as mãos no Inverno. O 20) *Ferro quente* é um jogo de escondidas, assim denominado pelas crianças nos Açores. Nos jogos infantis italianos da Marche é denominado este jogo *Tocca-ferro*, e Gianandrea considera-o como alusivo ao direito de asilo para os fugitivos que se refugiavam em certos lugares.⁵⁷³

Faustino Xavier de Novais descreve o jogo infantil:

21) E *em grosso pão a cavalo*,
Mais orgulhoso que um rei.⁵⁷⁴

Este divertimento já aparece citado nos *Dias geniales* de Rodrigo Caro, de 1625 (Dial. vi, § 4) descrevendo o costume *de correr en cabalitos de cana*. Pitré descreve este mesmo divertimento dos rapazes da Sicília, *Lu Cavaddu*, e de outras províncias da Itália, como o descrevem Malaspina, Cherubini, Boerio e Sant' Albino.⁵⁷⁵

O jogo de se equilibrar num só pé é ao que se chama fazer 22) *Pé de galinha*; Pitré descreve-o na Sicília com o nome de *Alli Zoppi*. (nº79). O desenvolvimento deste jogo é o do *Homem*, para o qual se fazem dois grandes riscos paralelos, dividindo-os em

⁵⁶⁸ Pitré, *Ibidem*, p. 48.

⁵⁶⁹ *Jogos e Rimas Infantis*, p. 58.

⁵⁷⁰ «Penthalita autem sive lapilli sint, sive calculi, seu astragali, quinque sursum ejiciuntur, ut manus conversa ea quae projecta sunt, in posteriorem manus partem recipiuntur; vel si non omnia potest, ea saltim quere novit, et in manu jecerunt digitis denuo recipere.»

⁵⁷¹ *El Folk Lore Andaluz*, p. 56.

⁵⁷² *Giuochi Fanciulleschi*, nº 55 e 56.

⁵⁷³ *Rivista de Letteratura Popolare*, p. 139.

⁵⁷⁴ *Poesias*, p. 55.

⁵⁷⁵ *Giuochi Fanciulleschi*, nº 12. p. 61.

secções por outras linhas, que repartem a figura em Céu, ou Paraíso, Inferno e Purgatório. Os rapazes tem de empurrar uma pedra para fora da figura equilibrando-se num só pé, e impelindo-a com ele para diante. O que se não equilibra perde o jogo. Machado y Alvares descreve a forma espanhola; Pitré traz uma longa descrição com o título *A Nnicchia* ou *Pálasu*; o jogo do *Homem*, na Toscana chama-se *A truccino*, na Marche, *La Campanq*, no Piemonte, *La Sagna*.⁵⁷⁶

A 23) *Cacholeta* é uma pancada com as costas das mãos na cabeça daquele recém-tosquiado; é este jogo acompanhado da fórmula:

Quem te tosquiou,
Que as orelhas te deixou?
Por traz e por diante
Como o burro do Vicente?

Na Andaluzia, chama-se *costrar la renta del pelado*.⁵⁷⁷

Nos jogos de adivinhação, o 24) *Pares ou Nones?* já não conserva a fórmula completa como ainda se encontra na tradição da Andaluzia:

Pares ó nones,
O' santos varones?⁵⁷⁸

Rodrigues Marin transcreve sobre este jogo a notícia do manuscrito de Rodrigo Caro, *Dias geniales ó ludricos* (Dial. III, § 1) por onde se vê que já era usado na Grécia com o nome de *Artiasmos*, e em Roma, com o nome de *Par impar*. O nome de ímpar na linguagem popular portuguesa é *perão*, forma aglutinada de par não. Na Itália chama-se *A Sivaleri* e *A Paru e sparü*.⁵⁷⁹

O jogo infantil 25) *Adivinha quem te deu*, aparece nos costumes espanhóis, como se vê pela citação de Rodrigo Caro, no Diálogo V, § 6 dos *Dias geniales*, e na Itália é conhecido pelo nome de *Santuccia*,⁵⁸⁰ descrito por Gianandrea.

O jogo dos 26) *Estalos* com folhas de flores já não tem sentido divinatório; contudo Teócrito descreve um pastor arrebatando folhas de papoila em cima de uma mão para tirar do estalo o presságio de se é amado.⁵⁸¹ Este jogo é ainda usado na Rússia com o nome de *Schalka*; Guthrie, diz: «Nas aldeias russas é usado com o nome de *schalka* ou *khlapouschta*.»⁵⁸² O arrancar folhas de *bonina*, dizendo *Mal me quer, Bem me quer*, é um jogo divinatório, ao qual alude Camões no verso:

Assim como a bonina que cortada
Antes do tempo foi, cândida e bela,
Sendo das mãos Lascivas maltratada
Da menina que a trouxe na capela...

⁵⁷⁶ *Ibidem*, p. 143, nº 76. – O jogo do *Homem*, chama-se na Estremadura espanhola *La Rayuela* e *Del Pico*; em França *La Marelle*; em Inglaterra *Hof scotsch*; na Suécia *Hoppa hage*; e na Finlândia *Hoppa morsgryta*. Pitré no seu estudo sobre os jogos infantis atribui-lhe um sentido astronómico primitivo *Giocchi Fanc.*, p. XXXVII.

⁵⁷⁷ *El Folk Lore Andaluz*, p. 319.

⁵⁷⁸ Mano, *op. cit.*, t. I, p. 51.

⁵⁷⁹ Pitré, *Giocchi*, p. 21 e 27.

⁵⁸⁰ *Rivista de Letteratura Popolare*, p. 142.

⁵⁸¹ J. J. Ampère, *Grèce, Rome et Dante*, p. 64.

⁵⁸² *Antiquités de Russie*, p. 102.

Este mesmo costume, se encontra na Itália, descrito por Pitré, e na Espanha por Marin.⁵⁸³

O jogo do 27) *Anel* pertence aos jogos de adivinhação; consiste em ir uma criança com um anel de palha entre as mãos percorrendo um círculo de crianças e simulando deixá-lo cair na mão de uma; depois trata-se de perguntar o que se faria a quem tem o anel, e quais os castigos que se darão a quem não acertou, ao que se chama sentenciar. Os antigos chamavam a este jogo *Dirae*; entre o povo russo chama-se-lhe o *saloto horonite*, isto é, esconder o anel. Guthrie descreve-o: «As raparigas sentam-se em roda no chão, tendo uma rainha no meio coroada de flores; anda em roda tendo um' anel na mão, que ela finge deixar cair na de cada uma das companheiras, mas oculta-o realmente deixando cair na da pessoa que ela escolhe; acompanha esta cerimónia com uma cantiga, que diz pouco mais ou menos: – Escondi o anel; adivinhei, lindas pastorinhas, em que mão está o anel. – Faz então sair do grupo uma rapariga para lhe fazer adivinhar quem tem o anel; se não adivinha vão-se sucedendo as outras. Enfim a que adivinha é coroada de flores e substitui-a.»⁵⁸⁴ Gianandrea descreve também este jogo na Marche, onde tem o nome de *Mazza-mena*,⁵⁸⁵ e *Il giuoco dell'anello*. Pitré descreve-o na Siciia com o título *All'Aneddu*, e também se lhe chama *A la chiave*.⁵⁸⁶

Nas locuções populares do século XVI, como se vê nas comédias de Jorge Ferreira, é corrente a de 28) *Tirar palha com alguém*. Refere-se a um jogo ainda hoje usual, que consiste em pegar numa palha, dobrá-la juntando as duas extremidades, e reunindo-lhe outra palha do tamanho da dobra, mas solta. Apresentam-se assim estas palhas, e a pessoa que tira a palha solta perde o jogo, ou fica viúva, e as que ficam juntas pela palha que se desdobra, abraçam-se ou casam. Gubernatis fala de um jogo divinatório com a *palha* no Piemonte: «a criança que tira a palha mais comprida é a privilegiada da sorte».⁵⁸⁷ Chama-se a este jogo *All'Uschidda*.⁵⁸⁸ Em alguns jogos perde-se o acto e fica a locução; noutros perde-se a fórmula poética e fica simplesmente o acto. O jogo da 29) *Abadessa* consiste em queimar um papel, e ver qual é a faúla, que percorrendo-o depois de carbonizado se apaga por último; essa é que é a Abadessa. Na Andaluzia há também este divertimento infantil com a parlenda:

Todas las monjas
Se van acostar,
La madre abadessa
Se queda á resar.⁵⁸⁹

Nos jogos de adivinhação a parte dramática, que consiste na variedade das prendas que pagam os que se enganam, vem a prevalecer, formando um género especial; tal é o jogo do 30) *Castello de Bimberimbelo* (de Chuchurumel) que consiste em entregar uma chave de mão em mão, dizendo uma parlenda que cada qual repete acrescentando-a à maneira dos contos de acumulação, e paga prenda no caso de engano:

⁵⁸³ *Op. cit.*, t. I, p.123.

⁵⁸⁴ *Antiquités de Russie*, p. 101.

⁵⁸⁵ *Rivista de Letteratura Popolare*, p. 224 e 226.

⁵⁸⁶ *Giuochi Fanciulleschi*, nº 40 e 41. – Na Estremadura espanhola chama-se a este jogo *La Sortijila* (*Bibl. de las Trad.*, t. II, p. 176) e na Catalunha denomina-se segundo Maspons y Labrós *L'anell picapadrell*, que não é sem relação com a designação italiana *Pitronella*. Em França chama-se o *Furon*, nome que corresponde ao *Huron* de Espanha; na Silésia é o *Ringelchen eintheilen*, na Suíça tedesca é o *Steinli-gä*, existindo também na Hungria, Roménia, Grécia e Turquia, como o prova Pitré, *op. cit.*, p. XLI.

⁵⁸⁷ *Mythologie des Plantes*, t. I, p. 59.

⁵⁸⁸ Pitré, *Giuochi Fanciulleschi*, p. 79. Também se usa na Estremadura espanhola (*Bibl. II*, p. 67).

⁵⁸⁹ Mano, *Cantos Populares Españoles*, nº 52, p. 153. t. I.

– Aqui está a chave
Que abre a porta
Do castelo
De Bimberimbelo.

– Aqui está o cordel
Que prende a chave,
Que abre a porta
Do Castelo
De Bimberimbelo.

– Aqui está o cebo
Que unta o cordel
Que prende na chave
Que abre a porta
Do Castelo
De Bimberimbelo.

– Aqui está o rato
Que roeu o cebo
.....

Aqui está o gato
Que comeu o rato,
.....

– Aqui está o cão
Que mordeu o gato.
.....

– Aqui está o pau
Que bateu no cão.
.....

– Aqui está o lume
Que bateu no pau,
.....

– Aqui está a agua
Que apagou o lume,
.....

– Aqui está o boi
Que bebeu a agua,
.....

– Aqui está o camiceiro
Que matou o boi,
.....

– Aqui está a morte
Que levou o carnicheiro,
E que entrega a chave
Que abre a porta
Do Castelo
De Bimberimbelo.⁵⁹⁰

Neste jogo vemos a confusão de duas variantes espanholas:

Esta es la llave de Roma y toma.
En Roma hay una calle,
En la calle hay una casa,
En la casa hay un patio,
En el patio hay una alcoba
En la alcoba hay una cama⁵⁹¹
.....

Compreende-se porque este jogo confundido com o do *Anel* é denominado em Itália *A la chiave*, e *A la chivuzza*.

O jogo do *Castelo de Rimberimbelo*, apresenta a seguinte fórmula (versão de Torres Vedras):

31) –

⁵⁹⁰ *Jogos e Rimas Infantis*, p. 59.

⁵⁹¹ Mano, *op. cit.*, t. I, p. 88; e *Bibl. das Trad. Españ.*, t. II, p. 189.

Meus senhores, Aqui está a corda Que prende a bota (pipo) Que leva o vinho À ribeira Mota.	– Meus senhores, Cá está o cebo Que unta a corda Que prende a bota Que leva o vinho À ribeira Mota ⁵⁹²
--	---

Rodrigues Marin traz a seguinte versão andaluza:

– Esta es la bota Que buen vino porta De Cádiz á Rota.	– Este es el cordon Que amarró el tapon.
– Aqui está el tapon Que tiene na bota Que buen vino porta De Cádiz á Rota.	Este es el raton Que royó el cordon ⁵⁹³

Pertence a esta classe o jogo a que alude Gil Vicente:

Quais foram os perros
Que mataram os lobos
Que comeram as cabras
Que roeram o bacelo
Que pusera João Preto
No penedo.⁵⁹⁴

Por ventura a tradição judaica influenciou na imaginação portuguesa; no *Sepher Haggadak* vem uma parlenda *Khadgadiâ*, que começa pelo cabrito corrido pelo gato, que foi mordido pelo cão, em que bateu o pau, que queimou o fogo, a quem apagou a água que o boi bebeu, etc.⁵⁹⁵

Contraposto ao jogo das acumulações de palavras há o jogo do 32) *Silêncio*, sendo castigado o que o não soube sustentar; é acompanhado da fórmula:

Era e não era No tempo da era Três	Ao primeiro Que aqui falar; Fora eu que sou juiz Como perna de perdiz; Fora eu que sou capitão Como perna de leitão. ⁵⁹⁶
Numa panela; Três para ti, E mais para ela, Que são para dar	

Na colecção de Ledesma, do século XVII, vem uma variante:

Era-se, que se era,	Y el mal para quien
---------------------	---------------------

⁵⁹² *El Folk Lore Andaluz*, p. 208.

⁵⁹³ *Cantos Populares Españoles*, t. I, p. 148.

⁵⁹⁴ *Obras*, t. II, p. 448.

⁵⁹⁵ Tylor, *Civilisation Primitive*, t. I, p. 101.

⁵⁹⁶ *Cantos Populares do Arquipélago Açoriano; e Jogos e Rimas Infantis*, p. 56.

Que norabuena sea,
El bien que me veniere
Para todos sea

Se fuere a buscar,
Y para la manceba
De *senor* abad.

O jogo do *Anel*, e o do *Castelo de Bimberimbelo* revelam-nos o fenómeno espontâneo da criação do teatro nos divertimentos populares; o jogo da 33) *Condessa* é verdadeiramente um drama, digno de ser estudado como um elemento orgânico do teatro português. Transcrevemo-lo segundo a versão colhida na ilha da Madeira, pelo Dr. Azevedo:

«Sete raparigas, de mãos dadas, são filhas da Condessa, já entradas no mosteiro para professar. Junto delas está uma rapariga, a quem por sorte coube ser a Condessa. Sete rapazes, também de mãos dadas, se dirigem para a Condessa; são cavaleiros que lhe vêm pedir as filhas em casamento:

Dizem eles: Aqui as vimos pedir
Pera com elas casar.

Responde ela: Nem por ouro, nem por prata,
Nem por sangue de dragão,
Eu não dou as minhas filhas
Do mosteiro onde estão.

Respondem eles: Tão alegres que vinemos!
Tão triste que voltaremos!
Que las filhas da Condessa
Por mulheres não levaremos.
Pois sabei que todos temos
Senhorio sem igual;
Que todos semos fidalgos,
Que nem de sangue real.

E vão-se retirando, mas detém-nos a

Condessa: Volvei a mim cavaleiros
Por serdes homens de paz;
Ide cada um à grade,
Escolhei lá que vos 'praz.

Eles voltam, aceitam, e cada qual, por sua ordem observando cada uma das filhas da Condessa de per si, vai tomando para noiva a que lhe agrada. Diz o:

Primeiro cavaleiro: Esta não, nem esta quero;
Esta coma pão de cento;
Esta, vinho de cabaça;
Esta, carne do assento;
Esta, carne do assem.
Esta é de meu contento;
Andai comigo, meu bem.

Diz o segundo: Esta não, nem esta quero;

Esta coma pão de cento;
 Esta, vinho de cabaça;
 Esta, carne do assento.
 Esta é de meu contento
 Andai comigo, meu bem.

Diz o terceiro: Esta não, nem esta quero;
 Esta coma pão de cento;
 Esta, vinho de cabaça;
 Esta é de meu contento
 Andai comigo, meu bem.

Diz o quarto: Esta não, nem esta quero;
 Esta coma pão de cento;
 Esta é de meu contento
 Andai comigo, meu bem.

Diz o quinto: Esta não, nem esta quero;
 Esta é de meu contento;
 Andai comigo, meu bem.

Diz o sexto: Esta não, nem esta quero;
 Esta é de meu contento;
 Andai comigo, meu bem.

Diz o sétimo: Esta é de meu contento
 Andai comigo, meu bem.

«À proporção que as noivas são escolhidas, vai cada par, de mãos dadas, enfileirando com o antecedente; por fim, dançando e cantando, fazem todos roda à Condessa, e acaba o jogo. Para o recomeçar é tirada nova sorte a ver qual das outras raparigas será Condessa, ou à ocasião da roda e dança final, é vendada a Condessa do jogo findo e a rapariga a quem ela lançar mão fica sendo a Condessa do jogo seguinte; e ainda este processo pode ser modificado: vendada a Condessa escondem-se as filhas; o primeiro cavaleiro dá um apupo e desvenda a Condessa; esta procura as foragidas e a primeira que acha, fica sendo Condessa.»⁵⁹⁷

Merecem confrontar-se as variantes deste importante jogo. Eis como ele se usa em Penafiel: « Põem-se treze raparigas atrás de uma cortina cada uma delas, e a mãe na frente; e depois chega um:

EMBAIXADOR, *que diz:* Manda dizer elrei de Obudo
 Se lhe manda uma das filhas
 Pra juntá-la seda toda.

A MÃE, *responde:* Eu não dou as minhas filhas,
 Nem por ouro, nem por prata,
 Nem por sangue de alicata;
 Poi-la hei-de meter freira
 No convento de Jesus;

⁵⁹⁷ *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*, p. 496.

Lá l'hei-de pôr o nome
De Teresinha da Cruz.

«Ouvindo isto o Embaixador vai-se indo embora, muito desconsolado, mas a Mãe tem pena e chama-o atrás de novamente e diz:

Torna atrás cavaleiro
Por seres homem de bem;
Levanta aquela cortina
Pega naquela dalém.

«Depois o Embaixador leva-a embora, e vem depois buscar outra; a Mãe responde a mesma palavra, ele torna a ir, e ela torna a chamá-lo, e leva outra e vai assim levando todas até ao fim. Quando tem levado a derradeira, vêm todas elas gritar que mais gritarão, com o Embaixador na frente e com grandes mangas de palha a arder, e vem todas a queimar a Mãe.»⁵⁹⁸

Há ainda uma outra versão intitulada *A Condessinha de Aragão*, que se joga com meninas sentadas em volta de outra que fica de pé e a quem seguram a saia. Diz uma que entra:

– Mora aqui a Condessinha de Aragão?
«Mora, sim senhor! que lhe quer?
– Que me dê a melhor filha que tiver.
«Eu não dou as minhas filhas,
Nem por ouro nem por prata,
Nem por fio de algodão;
Que elas são as minhas filhas
Filhas do meu coração.

Ao sair a que pede, diz a que está de pé:

«Venha cá, homem das calças pardas,
Eu lhe dou as minhas filhas,
Se elas forem bem tratadas.
– Bem tratadas hão de ser,
Tecendo fiinhos de ouro.
Venha a minha desposada.»⁵⁹⁹

Eis uma outra versão do jogo da *Condessa* (Póvoa de Lanhoso): «Ao domingo juntam-se as crianças em qualquer casa conhecida, colocam-se dez ou onze dum lado, todas em fileira; e do outro lado duas, que vem aproximando-se do grupo, entoando a seguinte cantiga:

Senhora Condessa,
senhora abadessa,
se tem muitas filhas
dê cá uma dessas.

⁵⁹⁸ J. de Araújo, *Folk Lore Andaluz*, p. 216.– Alude a uma outra versão em prosa, do concelho de Lousada, que começa: «Manda dizer el-rei de Cima do Douro...»

⁵⁹⁹ *Jogos e Rimas Infantis*, p. 69.

Respondem-lhe as do grupo.

Minhas filhas não as dou
nem por ouro, nem por prata,
nem por sangue de lagarta,
porque as hei-de meter freiras
no convento de Jesus;
lá lhe hão de pôr o nome
Donas Prudências da Cruz.

Voltam as duas para traz muito tristes, dizendo:

Tão contentes que nós fomos,
tão triste que já tornamos!
Tristes filhas da Condessa,
Já com elas não casamos.

Dizem de cá outra vez as do grupo:

Volta atrás, oh cavaleiro,
entra por esses portais,
entra e escolhe a mais formosa
que neste ranchinho achais.

Ouvindo isto voltam então contentes, e chegando-se ao pé delas, cantam:

Quero esta
que me tira o pão da cesta
mais o vinho da borracha.
Melhor que ela não se acha.
Já disse a meu pai
quero esta.

Aquela que se escolheu sai da fileira e junta-se às duas; e logo as três seguem cantando: Senhora condessa, senhora abadessa, etc., repetindo o jogo até tirarem a fileira toda.»⁶⁰⁰

Na tradição popular da Corunha, acha-se este jogo em forma de romance.

– De Francia vengo, señora,
de un polido⁶⁰¹ portugués,
en el camino me ha dicho
que lindas hijas tenéis.
«Si las tengo á no las tengo,
no las tengo para dar,
con el pan que yo comiere

⁶⁰⁰ *Novo Almanaque de Lembranças*, para 1878, p. 366.

⁶⁰¹ Aqui já se acha perdida a notícia histórica do fio das fiandeiras portuguesas, a que alude ainda em 1605 o autor da *Pícara Justina*: «en enredos hilo portugués» para significar os elementos delicados de uma intriga. *Relatório da Exposição industrial de Guimarães*, p. 146.

también ellas comerán.
 – Yo me voy muy enojado
 á los palacios del rey,
 á contarle á mi señor
 lo que vos me respondéis.
 «Vuelva, vuelva, caballero
 no sea tan descortés,
 que de tres hijas que tengo
 escoged la que queréis.
 – Esta escojo por hermosa,
 por esposa y por mujer,
 que me parece una rosa
 acabada de nacer.
 «Téngala usted bien guardada.
 – Bien guardada la tendré,
 sentadita en silla de oro
 bordando paños al rey,
 Azotitos con correa
 cuando lo haya menester,
 majodita con vinagre
 para que le sepan bien.⁶⁰²

Na versão madeirense faltam versos iniciais, mas conserva-se a forma eliminativa; na versão de Penafiel o jogo perde a sua forma de dança, para se converter em um Auto de fé. Machado y Alvares aproxima este jogo que se usa na Andaluzia, chamado *La niña de los ojos negros*, da forma minhota:

«Colocam-se varias meninas em fileira, sentadas no chão, cada uma tendo entre pernas a anterior, a quem vira naturalmente as costas; a ultima da fila faz o papel de Mãe, e as demais em numero indeterminado são suas filhas. Assim colocada chega um menino, que faz de Embaixador, entre o qual e a Mãe se trava o dialogo seguinte:

Embajador. De Francia vengo, señora,
 De un pulido mercador,
 Y en el camino me han dicho
 Cuántas hijas tiene usted?

Madre. Tenga las que tuviere
 Con ellas me quedaré,
 Con el pan que yo comiere
 Comerán ellas también.

Embajador: A Francia vuelvo enojado.

Madre: Vuelva, vuelva, caballero,
 No sea usted tan descortés;
 De las hijas que yo tengo
 Escoja la mas mujer.

Embajador: Esta escojo por esposa,
 Por esposa y por mujer;
 Me ha parecido una rosa
 Acabada de nacer.

⁶⁰² *Biblioteca de las Tradiciones Populares Españolas*, t. IV, p. 136.

(Dirigiéndose à la niña que esta al lado):

Levanta rosa.

La Nula: Estoy enrosada.

Embajador: Levanta clavo.

La Nula: Estoy enclavada.

Embajador: Levanta clavel.

La Niña: Ahora si, que me levanté.

«O Embajador ou os Embaixadores, porque às vezes são dois meninos que fazem este papel, levam a Menina que está na dianteira e põem-na a um lado; vão fazendo o mesmo com todas as outras, à excepção da última que é *La Niña de los ojos negros.*» Esta última é pedida pelos embaixadores, mas a Mãe desculpa-se sempre dizendo que a está lavando, penteando, vestindo; por último é raptada, e a Mãe vai à procura da filha sofrendo muitos trabalhos.⁶⁰³

Rodrigues Marin, traz esta outra versão estremenha, achada em fragmento:

– De Francia vengo, señores,
De por hilo portugués,
Y en el camino m' han dicho
Cuantas hijas tiene usted.
« Que tenga las que tuviere
Nada se le importa usted
Con un pan que Dios m'ha dado
Y otro que yo ganaré...⁶⁰⁴

A versão andaluza (nº 209) é representada, levando em cadeirinha de mãos a noiva. Maspons y Labros traz também este jogo usado na Catalunha com o título *La Conversa dei Rey moro*:

– Tres passos n'he fet en terra
Ne se 'l rey si 'ne dirá res.
Aqui t'envio la conversa
La conversa del rey moro:
De dos hijas que tu tienes
Si me quieres dar la una?
«Si las tengo, no las tengo,
No las tengo para dar.
Si las tengo, no las tengo,
No las tengo para ti.
Que del pan que yo he comido
Ellas tambien comerán.
– Je men vaig mal descontenta,
Dret 'l palacio del rey.
«Torna, torna escudereta,
La mes linda te'n daré,

⁶⁰³ *El Folk Lore Andaluz*, p. 218.

⁶⁰⁴ *Cantos Populares Españoles*, t. I, p. 160. – *Bibl. de las Tradiciones Populares Españ.*, t. III, p.

La mes linda y la mas guapa,
 La mas guapa del roser.
 – Aquesta li ‘n prencip per esposa,
 Per esposa y per mullé.

Depois de levada a menina em cadeirinha de mãos, prossegue o diálogo:

«Lo que ‘t supplico escudera
 Que me le governis be.
 – Ben ‘n será contemplada,
 En cadira d’or sentada,
 Dormirá en brassos del rey,
 A Deu perla y clavell.⁶⁰⁵

É esta versão catalã a que mais se aproxima da variante portuguesa intitulada *A Condessinha de Aragão*. Não podemos explicar esta similaridade pela simples propagação de povo a povo;⁶⁰⁶ a extensão destes paradigmas é imensa, e por isso, à parte uma ou outra renovação, tudo deriva de um fundo étnico primordial. Jogos simplicíssimos, como a nossa 34) *Bilharda*, acham-se em Espanha, a *Viliarda*, e na Itália com o nome de *Lippa-Lippa*.⁶⁰⁷ O jogo que os rapazes fazem com as pedrinhas de cores diferentes cada três, em uma figura quadrada com riscas diagonais, é chamado na Espanha, o *Trincarro*, ou jogo de três em carro.⁶⁰⁸

Do passatempo dos jogos na sociedade portuguesa antiga podem-se coligir bastantes factos nos livros de Legislação, de literatura e dos moralistas. No *Cancioneiro da Vaticana* acham-se preciosas indicações de *trebelhos*, *bafordos*, *tavolado* e *dados*, usados no século XIII e XIV:

Nem de lançar de *tavolado*
 pagado nom som, se deus m’ampare lá,
 e nem de *bafordar* e andar de noite armado. (Canç. 63.)

Podedes em *bafordar*
 e o *tavolado* britar. (Canç. 955.)

Fostes amigo oje vencer
 na voda em *bafordar* bem
 todolos outros e praz-m’en; (Ib. 355.)

Pela ribeira do rio salido
trebelhei, madre, com meu amigo. (Ib. 760.)

⁶⁰⁵ *Jochs Infantils*, p. 47 e seg.

⁶⁰⁶ Assim como na Catalunha o jogo da *Condessa* se modificou na *Conversa del rey Moro*, na Itália este mesmo jogo se chama *A Santa Catarina di Sena*, coligido por Pitré nos *Giocchi Fanciulleschi*, nº 137; Sergio Harnandes de Soto, no seu estudo sobre os Jogos da Estremadura espanhola, aproxima a forma italiana do tipo castelhano. (*Bibl. de las Tradiciones Populares Españolas*, t. rir, p. 115.) O jogo do *Ambasciatore*, coligido por Ferraro, pertence a este grupo; Bideri também o coligiu na Albânia.

⁶⁰⁷ Usado na Estremadura espanhola; (*Bibliotheca de las Tradiciones*, t. III, p. 136). Em Merida, chamam-lhe a *Picota*; em Sevilha, *Pinganet*; na Sicília intitula-se *A Manciuighia* (Pitré. *op. cit.*, nº 83). É também usado na Girona.

⁶⁰⁸ *El Folk Lore Andaluz*, p. 80. – *Bibl. de las Trad.*, t. III, p. 190.

De *trebelhar* m'ha el gram sabor
 e eu pesar nunca tive maior,
 ca nom dormo de noite com pavor,
 ca me *trebelha* sempre ao luar;
 demo o fezo tam *trebelhador*
 por sempre migo querer *trebelhar*. (Ib. 1191.)

Maria Balteira porque *jogades*
 os *dedos*, pois a eles descredes? (Ib. 982.)

Torto nom faz o taful
 quando os *dados* acha algur
 de os *jogar uma vez*... (Ib. 1181.)

Matheus de Coucy, na história do tempo de Carlos VII, descreve uma festa passada em Milão na qual figurou um funambulo português: «Iceluy duc de Milon fit tendre une corde du travers de soudit palais, environ de 150 pieds de hauteur et de longueur, et là fut veu un *Portingalois*, qui monta sur la dite corde et chemina sur icelle tout droit; puis alla à rebours, dansa sur icelle corde au son du tambourin, se pendit à la dite corde la teste dessous, et fit sur icelle corde toutes les habiletez que l'on pourroit désirer, tellement que les dames, qui le regardoient, muchoient leurs yeux, de grand paour qu'elles avoient qu'il ne se tuast.»⁶⁰⁹

No *Cancioneiro* de Rezende e nas *Ordenações Afonsinas* acham-se apontados alguns jogos de sociedade do século XV; eis alguns dos que eram necessários para figurar na corte:

Item, manha de louvar
 é jogar bem o *malham*,
 e o jogo do *pião*
 favor se lhe deve dar,
 Nem sei porque mais vos gabe
 ser gram pescador de *vasa*;
 mas jogar a *badalassa*
 em qualquer galante cabe.

Saber bem o *pega-chuna*,
 e o *cubre* bem jogar,
 são duas para medrar
 galante contra fortuna.
 Nem saberia a um filho
 escolher melhor conselho,
 senão que jogue o *fitelho*,
jaldeta, *conca*, *sarilho*.

(Canc. Ger. I, 147.)

Na *Ordenação Afonsina* (liv. V, t. 41, § 11) proíbem-se outros jogos: «Mandou que nenhum não jogasse *dinheiros secos*, nem molhados a *torre-lha*, nem a *dados fêmeas*, nem a *vaca*, nem a *jaldeta*, nem a *butir*, nem a *porca*, nem a outro jogo que agora se chama *curre-curre*, nem a outro jogo nenhum de qualquer nome que seja chamado, posto que esse jogo não haja nome.» Foi também ainda no século XV que morreu o príncipe D. Afonso, quando estava correndo o *paréu* no areal de Santarém; era então usual o *aléu*, ou vara grossa, espécie de cajado com que se jogava a bola ou a choca. (Viterbo.)

Não podemos explicar todos estes jogos do século XV; a *badalassa* é o jogo ainda vulgar na Sicília. A *la badduzza*, espécie de roleta popular.⁶¹⁰ A *conca* persiste no jogo da *Panelinha* usado em Ílhavo: «e atiram os torrões de uns para os outros, como fazem

⁶⁰⁹ Ap. Bibliophile Jacob, *Moeurs, Usages et Costumes au Moyen-Âge*, p. 246.

⁶¹⁰ Pitré, *Giocchi Fanciulleschi*, n° 32.

as raparigas no tão popular *jogo da panelinha*». ⁶¹¹ O *malham* é o jogo da *Malha*, conhecido no século XVI em França pelo nome do *Mail*, e que hoje se chama entre nós a *chapa*; substituiu o *billart*, a que na ilha de S. Miguel se chama o jogo da *bilharda*. O jogo do *pião* (toupie) aparece-nos citado no século XVII pelo P. Bento Pereira nas *Frases portuguesas*, e está em grande vigor entre os rapazes, como o nota J. da Costa Cascais:

E nisto um gaiato
Doutor no *pião*.
Em péla, em *bilharda*
Lhe chega um tição. ⁶¹²

O jogo da *Jaldeta* é ainda popular em Coimbra com o nome de *Gualdir e Gualdar*; é uma roda de meninas, cercando uma que está no meio, que diz a uma delas:

– Mariquitas, mui bela mocita
Mui gosta d'usted;
Meia volta darás.

Nisto tira uma menina, e dá meia volta dentro da roda, dizendo:

– Se a quiseres dar,
Gualdir e gualdar,
Passarás ao meu lugar.

E continua cantando, e dando voltas:

– Não ha melhor prazer	Passarás ao meu lugar;
Que meu doce bailar;	Outra pelos espanhóis,
Uma pelos portugueses	Que são uns heróis
Que são mui cortesés,	E sabem bailar,
Que sabem bailar,	Gualdir e gualdar
Gualdir e gualdar,	Passarás ao meu lugar. ⁶¹³

Acabando de dizer isto, mistura-se na roda, e deixa no meio dela a que tirou para par, a qual faz o mesmo, seguindo-se sucessivamente as outras todas que dançam pela sua vez. Este jogo é semelhante ao da *Viuvinha*, e por ventura é uma adaptação dele aos usos da corte quando Portugal e Espanha reataram as suas relações políticas sob o governo do infante D. Pedro, duque de Coimbra. O jogo do *Sarrilho* ainda frequente, usa-se com a parlenda:

Sarrilho	Descobre-te sol
Bondilho,	Das aguas do mar,
Que andaes ao redor	Que eu sou pequenino

⁶¹¹ Maia Alcoforado, *Museu Tecnológico*, p. 56. A *Panelinha* é um jogo de entrudo, usado também na Estremadura espanhola com a designação de *Antrojar*; nós temos a palavra *intrujar*, mas sem relação com o jogo. *Bibl. de las Trad. Españ.*, t. II, p. 176.

⁶¹² *Panorama*, t. XII, p. 117.

⁶¹³ *Jogos Populares e Infantis*, p. 63.

⁶¹⁴ *Ibidem*, p. 12.

Pedindo a Deus
Que descubra o sol!

E quero brincar.⁶¹⁴

O jogo do *fitelho* é usado actualmente com o nome de *fito*, ou pedra a que se atira com pedras chatas ou lascas para a derrubar, ganhando quatro pontos aquele que a faz tombar, e no caso de nenhum acertar, ganhando um ponto o que lançou a pedra mais próximo do fito.⁶¹⁵ O jogo da *pega-chuna*; parece-nos um jogo de fugida, ou *Pira*; que aparece citado na comédia de Giordano Bruno contra *A Avareza e o Pedantismo*, entre outros jogos italianos do século XVI, como o *gamão*, a *bola a malha*; o *pião*⁶¹⁶ e a *carreira*. Este último vem proibido na Ordenação Afonsina com o nome de *curre-curre*. Os *dinheiros secos* são o jogo popular da *marralha*; a *vaca* usa-se ainda no jogo do monte; o jogo de *butir* é o jogo italiano *A bota e sbota*; espécie de ou cunho ou cruces, sorte que se faz com o dinheiro.⁶¹⁷

No século XVI, Portugal alarga as suas relações com as principais nações da Europa, operando-se um grande desenvolvimento nos costumes. Nos jogos a sua variedade revela o facto de uma maior sociabilidade; temos jogos franceses, italianos, espanhóis e indianos. Por alvará de 8 de Julho de 1521, ordenou D. Manuel «que qualquer pessoa que ao domingo ou dia de festa, antes da missa do dia jogasse a *bola*; pagasse quinhentos reais da cadeia; e nesta mesma pena incorresse qualquer oficial mecânico ou homem de trabalho, que na corte ou em Lisboa pela semana em qualquer dia que não fosse de guarda a jogasse».⁶¹⁸ Sá de Miranda tira uma imagem deste jogo:

Que não leva o jogador
Mais paus por mais se torcer,
Se lança a *bola* peor.⁶¹⁹

Em um manuscrito onde se descreve a Peste grande de 1569, lê-se: «Corria-se toda a cidade, e muitas vezes se não topava em toda ela cinco pessoas vivas e sãs, e alguns se se topavam, era de cor de finado, e alguns maraus se serviam de *jogar a bola* na Rua Nova, mas deviam ser tão poucos, que não fizeram estorvo a deixar crescer muita erva e de grande altura.»⁶²⁰ No citado alvará de 1521 se estabelece: «que qualquer homem ou moço, que dentro do paço ou varandas dele fosse achado jogando o *tintinini*, pagasse da cadeia trezentos reais para o meirinho do paço...». O nome deste jogo levamos a aproximá-lo do jogo italiano de *Tintirinti*, em que um rapaz salta às cavalitas de outro dizendo uma longa parlenda.⁶²¹ Proíbe-se mais: «que qualquer escravo que fosse achado jogando na corte ou na cidade de Lisboa qualquer jogo, fosse preso e açoutado ao pé do pelourinho...» Numa carta do padre Fernão Cardim, fala-se dos jogos usados pelos portugueses em Pernambuco numa festa de casamento: «Aquele dia *correram touros*, jogaram *canas*, *pato*, *argolinha*;... e por esta festa se pode julgar o que farão nas mais, que são comuns e ordinárias.» O correr touros vulgarizou-se extremamente no século XV, estendendo-se às ilhas da Madeira e Açores; diz Frutuoso: «tem um campo

⁶¹⁵ *Ibidem*, p. 77.

⁶¹⁶ O *pião* na Estremadura espanhola chama-se *El repión*, na Andaluzia *El trompo*; na Sicília é a *Strúmmula*. Pitré traz um importante estudo sobre este jogo já conhecido dos Gregos, o *strombos*, e dos Latinos no *turbo*, *Giuochi*, nº 86, da página 158 a 169. Na Alemanha é o *Kreisel*; na Inglaterra o *Top*, e entre os Berberes é o *Tahudicht*.

⁶¹⁷ Pitré, *Giuochi*, nº 33.

⁶¹⁸ *Extravagantes* de Leão, p. 41 7.

⁶¹⁹ *Carta, no Memorial do Marquês de Montebelo*, p. 249.

⁶²⁰ Ap. Ribeiro Guimarães, *Sumário de Vária História*, t. II, p. 162.

⁶²¹ Pitré, *Giuochi Fanciulleschi*, nº 117.

(junto à igreja) tão grande que correm neles *touros* e cavalos, e jogam as *canas* e fazem outras festas.»⁶²² O jogo do *pato* tornou-se peculiar dos divertimentos escolares.⁶²³ Garcia de Orta, no *Colóquio dos Simples e Drogas*, fala do jogo do *Enxadrez*⁶²⁴ que encontramos moralizado em questões de amores por D. Luís de Meneses:

No jogo do tavoleiro
tem na *dama* jurisdição
tem todo o poder inteiro
desno *rei* at'o o *pião*.
Mas se os *lanços* não vão certos,
ou se cega o entender,
pode muito bem perder
por trebelhos encobertos.

Enquanto esteve queda
nunca o jogo se ganhou;
mas como se ela mudou,
foi logo *mate* na seda.
Porque como é tocada
e dalgum mão jogador,
perde todo seu primor,
perde o ser muito prezada.⁶²⁵

O jogo oriental do Xadrez, não tinha condições de popularidade; contudo a antiga locução ainda hoje vulgar *Sem Rei nem Roque*, derivou-se do seu uso. Diz Prestes, no *Auto do Mouro encantado*:

Dir-lhe-ei que não viu amor
Nem se é *Roque*, nem se é *rei*.⁶²⁶

O *Roque* é o nome do Dromedário (*Roch*), que passou a ser a Torre, no jogo adoptado na Europa; o Rei (*S'chack*) perdeu também a sua designação oriental, significando um lance do jogo, o *Xeque*, e por fim o próprio jogo *Échec*. No antigo português a denominação deste jogo é oriental; chamava-se *Acedrenche*, *Enxadrez* e abreviadamente Xadrez, no epíteto *Ssed-Renge*, ou cem cuidados, como notou Breitkopf: «Há ainda uma grande verosimilhança de derivação do árabe da palavra *naibi* e *naipes*, quando se compara o jogo das Cartas com o Xadrez, que provavelmente nos foi comunicado pelos Árabes: o nome *Ssed-Renge*, cem cuidados, que os Árabes deram a este jogo, é uma expressão tão oriental como *naipes*.»⁶²⁷

A introdução dos *Naipes* em Portugal foi devida aos Árabes de Espanha, e só no fim do século XV é que há notícia do seu uso na sociedade portuguesa; Gil Vicente di-lo de um modo claro: «*Naipes* vem de Andaluzia»; e também no *Auto da Feira*; em que se condena este jogo, fala o Diabo:

⁶²² *Saudades da Terra*, p. 86.

⁶²³ Baltasar Teles, *Crónica da Companhia*, t. II, 301.

⁶²⁴ Col., fl. 37.

⁶²⁵ *Canc. Geral*, t. II, p. 473. Ed. Stuttgart.

⁶²⁶ *Autos*, p. 464. Ed. do Porto.

⁶²⁷ *Versuch den Ursprung der Spielkarten*; ap. Bibl. Jacob, *Curiosités de l'Histoire des Arts*, p. 42.

Às vezes vendo virotes
E trago de Andaluzia
Naipes, com que os sacerdotes
 Arrenegam cada dia,
 E jogam té os pelotes. (Ob., I, 270.)

Na popularização deste jogo em Portugal conhece-se a dupla influência italiana e francesa do reinado de D. Manuel com a corte de Sabóia, e de D. João III com a corte de Francisco I. Os *Naipes* árabes comunicados a Viterbo, modificaram-se no *Tarocchino*, *Tarocchi*, e na *trappola*; na linguagem popular portuguesa, sobretudo na gíria, ainda se conservam as palavras *traquina*; *tareco*, e *trapolla* com sentido pejorativo, derivado da condenação deste divertimento. A palavra *picardia*, no sentido de engano malévolo provém dos muitos jogos de cartas assim denominados; o *flux*, que Luís XII jogava diante dos seus soldados, acha-se também citado por Gil Vicente no Auto da *Barca do Purgatório*:

TAFUL: Eis aqui *flux* de um metal.
 DIABO: Pois sabe que te ganhei.
 TAFUL: Mostra se tens jogo tal.
 DIABO: Tu perdes um enxoval.
 TAFUL: Não é isto *flux* com rei?
 DIABO: Baralha o jogo e partamos.

O jogo das cartas simulava um combate, como a palavra *Baralha* o significava na linguagem antiga; esta ideia foi moralizada na *Dança da Morte*, que foi um tema figurado da pintura, da comédia e dos bailes, bem como das superstições populares. Para nós o pensamento do *Auto das Barcas*, de Gil Vicente, liga-se a esta elaboração da arte europeia no fim do primeiro quartel do século XV. À influência francesa se deve a generalização das Cartas na corte de D. João III. Numa quadra epigramática de Camões vem a rubrica: «*A umas Senhoras, que jogando perto de uma janela lhes caíram três paus, e deram na cabeça de Camões*»:

Para evitar dias maus,
 Da triste vida que passo,
 Mandem-me dar um baraço,
 Que já cá tenho *três paus*.»

Neste epigrama, o chiste é sobre a designação de *paus*, que não corresponde à figura das cartas que é uma folha de *trevo*, a que no jogo francês se chama *trèfle*; a designação espanhola *basto*, é também conservada por António Prestes, no *Auto do Mouro encantado*. Os nomes das cartas diferem das figuras: *copas* em Espanha designa o cálix, e este nome é dado em Portugal à figura que os franceses chamam *coeur*; os *ouros* figuram-se nas cartas espanholas por moedas redondas, e em Portugal este nome designa a figura que os franceses chamam *carreau*. A figura de *valete* é a apropriação do francês *varlet*. O jogo das Cartas teve uma grande influência na Arte europeia, como notou o Bibliófilo Jacob, activando a descoberta das duas belas invenções a Gravura e a Imprensa.

No *Auto do Mouro encantado*, de António Prestes, acha-se uma longa cena em que se representa um jogo de Cartas entre gente do povo; aí se empregam as principais frases do jogo, como o *trunfo*, *ganhar*, *duas mãos*, *espadas*, proibição de *falar ao jogo*,

matador, sota; cortar, copas, goritas de paus, nove, Conde, Rei, baldar carta; basto, az de paus, etc. Este jogo descrito por Prestes tinha no século XVI o nome de *trunfo esgalhado*.⁶²⁸

Nas colónias portuguesas da Ásia o jogo das Cartas chegou ao maior desvairamento; Camões, na célebre *Sátira do Torneio*, verbera as cartas falsificadas, *apontadas*, com que se jogava em Goa. Na preciosa Viagem de Pyrard (1601 a 1611) acha-se uma curiosíssima descrição dos jogos em Goa, digno comentário da *Sátira de Camões*: «No que respeita a jogos de cartas e de dados e outros de azar são permitidos, e há casas deputadas para isso, cujos donos pagam tributos a el-rei, e ninguém ousaria jogar noutra parte fora dali sob pena de grossa multa. Os que têm por conta essas casas e bancas de jogo, tiram grossos lucros, porque é coisa admirável o grande numero de jogadores que ordinariamente aí se juntam, de que a maior parte até comem, bebem e dormem ali por não terem outra ocupação fora esta. – Nunca vi jogadores mais liberais e bizarros do que aqueles, porque os que ganham dão voluntariamente dinheiro aos que estão de fora do jogo, isto é, àqueles que se entretêm a ver jogar e querem entrar no jogo. Chamam a esta bizzarria *barato*. E não é vergonha aceitar esta dádiva, porque passa mais por um honrado presente, que por uma esmola. – Enquanto jogam, há raparigas servas e escravas do dono da casa, que tangem instrumentos e cantam árias para recrear os parceiros, e note-se que para isto se buscam as mais belas raparigas que se podem encontrar. – Gostam muito do *Xadrez* e das *Damas* e de todos os outros jogos de tabuleiro. Não usam do jogo da *péla* mas somente jogam a *bola* com a mão; e também usam muito do jogo dos *paus* e da *bóia*.» Este último jogo era no século XVIII conhecido em Portugal: «Jogou o amor comigo o *toque emboque*»,⁶²⁹ e nas ilhas dos Açores ainda se lhe chama o *emboca*.

Os escritores portugueses do século XVII aludem com frequência aos jogos populares e de sociedade, o que nos serve para notar a sua sucessão. D. Francisco Manuel, na *Feira de Anexins*, diz: «e vocês a fazerem *tourinhas*». (p. 166.) E uma imitação infantil das touradas. Alude também à parlenda ainda vulgar denominada *Pregação de São Coelho*: «Assim conversam os coelhos, quando entra uma senhora muito composta e mui rebuçada, perguntando se era a *pratica de São Coelho*.»⁶³⁰ Eis como ela ainda corre na tradição oral do Minho:

Estando eu no meu poleiro,
Com meu barrete vermelho,
Minha espada de cortiça
Para matar a Carriça,
A Carriça deu um grito,
Toda a gente se espantou;
Só uma velha ficou
Embrulhada num chinelo,
Para mandar de presente
Ao abade de São Vicente!
É de *gorique tá-tá*,
São palavras que eu sei,
E mais ninguém saberá.⁶³¹

⁶²⁸ *Autos*, p. 392.

⁶²⁹ António José, *Operas*, t. I, p. 397.

⁶³⁰ *Feira de Anexins*, p. 210.

⁶³¹ Eis uma variante madeirense digna de comparar-se com a lição do Minho:

Serrão de Castro nos *Ratos da Inquisição*, alude ao jogo dos *Arrioses* (p. 167). Numa loa de Natal, do século XVII encontramos referência ao jogo de *Martin Cortez*:

Porém, olhar não tombar,
Nem jogar *Martin Cortez*.⁶³²

No livro de Rodrigo Caro, *Dias Geniales*, (§ III, do Dial. IV) vem citado este jogo de *Martin Cortez* como usado em Espanha. D. Francisco Manuel alude ao jogo ainda vulgar nos Açores: «Eu creio que por isso os deixei Passarinho à orelha.»⁶³³ No continente chama-se-lhe hoje *Passarinho a olhar*. Bernardes, nos *Últimos fins do Homem*, não condena os jogos domésticos como os outros moralistas: «Em casa dêem-lhe alguns alívios e jogos honestos, em que se entretenham...» (p. 418).

O padre Bento Pereira, nas *Frases portuguesas*, alude ao jogo dos *Despropósitos*, e ao do *Algarve* (com pedras de várias cores.) António José da Silva, o Judeu, alude nas suas Comédias aos jogos de galhofa *Depressa; Passar, Cabra cega; Escorrega; Cai aqui, cai acolá*, e as *Escondidas*.⁶³⁴ Nicolau Tolentino traça este mimoso esboço de alguns jogos de sociedade:

É o sermão de São Coelho
Que lo diz este fedelho:

– Lo meu Santo, São Coelho,
De seu barrete vermelho,
Com espada de cortiça
Vem matar la Carriça:
Logo que puxou do ferro,
A Carriça deu um berro;
La Carriça arreventou,
Tódala gente espantou,
E la Carriça morreu!
E quem no pregou fui eu.

Com que graças vem trazidas
Fingindo-se envergonhadas,
Tenras faces escondidas,
Por destros galgos achadas
No *jogo das Escondidas*?

Musa, abre os olhos escassos,
Não te enganes com a aparência;
Se não torcesses os passos,
Acharás a inocência
Té no jogo dos *Abraços*.⁶³⁵

Lo sino está a tocar.

Que sermão se vai pregar;

⁶³² *Cancioneiro Popular*, p. 166.

⁶³³ *Op. cit.*, p. 154.

⁶³⁴ *Operas*, t. I, p. 236; e t. III, p. 258 a 263 e 311.

⁶³⁵ *Obras*, p. 251. Ed. Castro Irmão.

No *Entremez da grande bulha de dois Marujos*, (1787) lê-se: «Eu, inda em pequeno, sendo garoto de chupeta, sempre fugi de jogar a *bilharda*; só por não andar ao rabio...» Madureira na sua *Ortografia*; descreve a «*Corriola* – um jogo de um pauzinho com um laço em que se diz quando está dentro ou fora. E como os ciganos com isto enganam, *cair em corriola* é deixar-se enganar.» (p. 138). Tolentino diz:

Já lá deve ter dado conta estreita
 Quem inventou a triste *corriola*;
 Que a cega mocidade a perder deita⁶³⁶.

Tolentino descreve outros jogos de sociedade; e descompondo a paixão pelo jogo do *is que*, diz:

Eu nunca o jogo; só me traz tentado
Bisca coberta; *truque* fraudulento
 Que são os jogos com que fui criado.

(Ib., p. 40.)

De ti, senhora ilustre, ouvido e honrado
 Do *Trinta e um* à mesa me assentava...

É conhecidíssima a descrição do *gamão*:

Em escura botica encantoados,
 Ao som da grossa chuva que caía,
 Passavam de Janeiro um triste dia
 Dois ginjas no *gamão* encarniçados.

Corra, vizinho, corra-me esses dados,
 Gritava um deles, que nem bóia via;
 De sangue frio o outro lhe dizia
 Mil anexins naquele jogo usados.

No *Entremez da grande contenda da mulher com o marido*, 1792, vem: «Teu pai é um gótico; quer unicamente jogar connosco dois jogos, que são o dos *Sisudos* e o das *Escondidas*; tudo o mais para ele é mau...» E adiante: «Sem duvida que temos desempenhado o jogo da *Arrenegada*; são três parceiros diabólicos: eu levo os codilhos, ponho os bolos, e sempre perco de chalupa; é preciso emendar a mão e fazer jogo novo; e como agora se usa o *Voltarete*, eu quero ver como me dou com este jogozinho.» José Daniel chegou a imprimir um *Jogo dos Ditos para recreio das sociedades*. Os epígonos do Romantismo em Portugal aludem por vezes aos jogos populares; Garrett, na legislatura de 1841, ouvindo Agostinho Albano da Silveira Pinto falar durante horas contra a instituição do Conservatório da Arte dramática, murmurava entre dentes:

Serra madeira
 Carapinteira...⁶³⁷

⁶³⁶ *Ibidem*, p. 41.

⁶³⁷ Gomes de Amorim, *Mem. de Garrett*, t. II. p. 635.

Esta parlenda termina assim na versão de Lisboa:

Serremos a nós, Venha de cóis
Apanhar uma noz.⁶³⁸

Transcrevemos aqui outras versões provinciais:

Sarra madeiro
Carapeteiro;
Sarremos nós
E sarrai vós
Los cavaquinhos
Pra fritar filhós.
Sarrai compadre,
Sarrai comadre,
No madeirinho
Do senhor padre.

(*Ilha da Madeira.*)

Serra madeira
Da ponta da ceira;
Serrar e andar,
Que lá vem o janta
Para o menino papar.
Serremos,
Andemos
Que logo jantaremos.

(*Coimbra.*)

Serra mad'ira
Da ponta da cira;
Serra, serra,
Torna a serrar,
Com o pé, co' a mão,
C'o calcanhar,
Schi, schi, schi!

(*Alqueidão das Olaias.*)

Serra compadre,
Serra comadre,
Tu com a serra
E eu com a grade;
Serra as pontinhas
Do senhor abade.

(*Porto.*)

O poeta satírico Faustino Xavier de Novais, nas suas Poesias, descreve muitos jogos infantis do Porto:

Saudades! tenho saudades
Desses tempos que lá vão!
Quando à porta do quinteiro
Eu jogava o meu *pião*.
Quando no campo corria
Com um *papagaio* na mão.

Por entre os prados amenos
Como contente saltei,
Com meu *chapéu de dois bicos*,
Que de um papel arranjei;
*E em grosso pau a cavalo*⁶³⁹

⁶³⁸ *Jogos e Rimas Infantis*, p. 10.

⁶³⁹ Plutarco fala deste jogo, bem como Valério Máximo. Vid. *Bibl. de las Tradiciones Populares Esp.*, t. III, p. 177.

Mais orgulhoso que um rei.

De ser cristão nessa idade,
Tendo já nobre altivez,
De papelão com a mitra
Que o mano António me fez
Ao pé da minha *Igrejinha*
Bispo fui por muita vez.⁶⁴⁰

Na sua *Comédia do Campo*, Teixeira de Queiroz descreve alguns jogos infantis do Minho: «Se enquanto o senhor professor andava às perdizes, eles se divertiam na eira a jogar o *talo* ou às *escondidas*... Quis antes os seus divertimentos: ir para o campo com os filhos dos lavradores que andavam com o gado, e não estavam para aprender a ler, *jogar o talo* com eles, *abrir covas à mão para enterrar pedras que fingissem de mortos*, comprar aos outros gaitas com o pão que levava de casa... – Para se entreterem mais algum tempo, lembraram-se de *jogar o botão*. A sorte marcou o *rei* e o *fossa*, o primeiro e o último a atirar à buraca; porque este foi o jogo preferido.»⁶⁴¹ Não entraremos na descrição de outros jogos; basta simplesmente indicar a sua grande variedade: a *Cama de gato*, que se faz com linhas como o descreve Pitré nos jogos italianos, *recortar papel*, a *rela*; *roda na ponta de um pau*, *moinho de papel*, *peixe-rei*, *arredoiça*,⁶⁴² *estrela*, *lançar um pêlo ao vento*, como na Andaluzia, *siringas de cana*; *bolas de sabão*, *pintar com sumo de ervas*, *cacholeta* e *passarinho à orelha*, *barcos*, *palha e bolinha*; *cabrioula*, *amassar barro*, *bicho mau*, *fontinhas*, *merendas*, *riscas no chão*, *dinheiro de cacos*, *salto na vara*; *fazer de sino*, *zorras* ou *carritéis*, *birimbaus*, o *rapa*,⁶⁴³ *mata-moscas*, *espigas de cana para zumbir*, *alvos*, *alfinetes*, *bumbarqueiro*, *busca-três*, *castelos*, *canastras*, *chapas*, *choca*; *cochicho*, *cucarne* e *ganiços*, *guardimão*, *laranjinha*; *Martim Garavoto*, *Minha ponte derreada*; *Paus mandados*, *Pedrinha na boca*, *petisca*, *roda de altos couces*, *Saca la mano*, *talinhos*, *Vai-te a ele*, *Tocadinho*, *oca*; *xafarraz*, imitações dos animais, dos ofícios e paródias.

Modas, trajos e formas cerimoniais. – Os costumes populares são os restos persistentes de raças e estados sociais que se transformaram; a sua aproximação e comparação oferece uma imensa luz histórica, e leva o espírito ao encontro dos processos espontâneos do desenvolvimento da civilização humana. Explica-se a unidade da Civilização ocidental não só pela influência da incorporação romana, mas porque essa civilização se baseia sobre um fundo étnico comum, o qual se reconstrói pela comparação dos costumes, das tradições, das superstições e dos cantos nacionais. Os trajos tão variáveis segundo os recursos industriais, o bem-estar social e a comunicação com outros povos, ainda assim obedecem a esta lei da persistência étnica. Um anetim português diz: «Abril, águas mil, coadas por um *mandil*.» Com o tempo desapareceu este traje, e ficou a rima, que por último foi substituída: «coadas por um *funil*.» O *mandil* ainda hoje se usa na Córsega, onde se conservam os costumes das povoações proto-italianas; diz Gregorovius: «As mulheres da Córsega trazem um *mandil*, um pedaço de pano de cor que lhes cobre os rostos, que se põe liso no alto da cabeça e é enrolado em volta do picho, de modo que se lhe não vê os cabelos. O *mandil* aparece

⁶⁴⁰ Novais, *Poesias*, p. 263.

⁶⁴¹ *Comédia do Campo*, t. III, p. 9, 11 e 17.

⁶⁴² Na Estremadura, espanhola chama-se *El Columpio*; Becq de Fouquières diz que este jogo era conhecido dos Gregos e Persas.

⁶⁴³ É a *Perinola* na Estremadura espanhola. (*Bibl. das Trad.*, t. II, p. 163.)

em toda a Córsega; tem alguma coisa de oriental e de mauresco, mas é aborígene, porque nos próprios usos etruscos se vêem mulheres com eles.» Este autoctonismo e mesmo a relação com os costumes maurescos, notados por Gregorovius, conforma-se com a origem dos Iberos, de que os berberes são um ramo atrasado tendo estacionado na África, na grande migração para a Europa. O *mandil* é no Algarve chamado o *rebuço*, propriamente mauresco; no Norte de Portugal é o *lenço* de cores vivas amarrado na cabeça deixando o rosto a descoberto. Também o *barrete* pontiagudo, preto ou vermelho (de *birretum*) peculiar do homem da Córsega, é ainda usado em Portugal pelos pescadores, campinos e saloios; Gregorovius equipara-o ao barrete frígio, e com os que trajam os Dácios na coluna de Trajano. Estes dados exteriores correspondem a costumes mais íntimos, como o de carregarem as mulheres à cabeça; diz Gregorovius: «As mulheres na Córsega, levam todos os carretos à cabeça, e são incríveis os pesos que elas transportam. Assim carregadas elas levam ainda muitas vezes a roca na mão e fiam andando.» São assim as mulheres ao Norte de Portugal, cruzando as estradas, ou acarretando lenha e água para casa. Estrabão alude ao costume ibérico de se lavarem com urina;⁶⁴⁴ este uso subsiste em S. João de Airão, como no-lo afirmaram. Conta mais Estrabão: «Têm de comum com outras gentes os iberos, o montarem dois num só cavalo».⁶⁴⁵ É frequente ainda este uso no Minho. O costume da *cuia* e da *mantilha* tão peculiar das mulheres peninsulares, acha-se também notado por Estrabão entre as mulheres ibéricas, chamando a essa espécie de açafoete de cabelo sobre o occiput, *timpanulum*, e à mantilha *véu negro*. A mantilha acabou há poucos anos no Porto.

Certos costumes desceram às classes muito atrasadas da sociedade, onde persistem; tal é a *tatuagem*. Diz Solino (cap. 23): «Desde a sua infância os Caledónios figuram sobre seus corpos por incisões voluntárias diversas espécies de animais, cujos desenhos embebidos de cores diferentes crescem depois com eles.» Belloguet comenta este facto: «Parece contudo ter sido na antiga Europa particular às raças setentrionais, porque é falseando Tácito (*Agric.*, 11) e abusando, ao que parece, de uma passagem de Justino, (XLIV, 4), que se afirma que os Iberos ou os Hispanos se *tatuavam*. Os Bretões trouxeram sem dúvida do Oriente este costume dos Mossynoekes da Ásia Menor, dos Sármatas, dos Trácios, dos Agatirses, dos Árias da Germânia.»⁶⁴⁶ A tatuagem é vulgar entre os marinheiros, soldados, e mulheres perdidas, entre os que andam na *Borga* ou são *Bargantes*.⁶⁴⁷ Na linguagem popular há uma frase injuriosa, *Calças de coiro*, frequente na ilha de S. Miguel; sem dúvida é uma persistência da era em que se usavam vestimentas de pele, mencionadas ainda numa lei de 1253;⁶⁴⁸ este uso era geral entre os Ligúrios dos Alpes, e os Bretões insulares,⁶⁴⁹ e a estas vestes chamavam os Gauleses *Barakakai*. As *bragas* (de *brakai*, *braciae*, e *braies*) descritas por Diodoro Sículo (v. 30) são ainda sinónimas de calças; estas *bragas* gaulesas eram uma vestimenta de todo o corpo para os Citas; neste sentido ainda nos campos se lhe chama o *bragal*. O *briche*, nos dialectos célticos e germânicos, significava também as calças⁶⁵⁰ e hoje designa o pano com que elas se fazem. Os capotes de palha, *Coroça* ou *croça* «assim se chamam hoje em algumas terras de Portugal a um albornoz, capa ou casacão de junco ou palha».⁶⁵¹ Fala também deste uso, Naylies, nas *Memórias sobre a Guerra de Espanha*

⁶⁴⁴ Dizem o mesmo, Catulo, *Epigr.* 36; Diod. Sic., lib. III.

⁶⁴⁵ Estrab., p. 114. Trad. Gabr.

⁶⁴⁶ *Ethnogenie Gauloise*, t. III, p. 84.

⁶⁴⁷ Palavras gaulesas, citadas por Sid. Apoli., *Epist.* IV, 4; o ladrão, o vagabundo. Belloguet, *Glossaire*, p. 144.

⁶⁴⁸ *Panorama*, t. XIII, p. 120.

⁶⁴⁹ Belloguet, *Ethnogenie*, p. 78.

⁶⁵⁰ Belloguet, *Gloss.*, p. 135.

⁶⁵¹ Viterbo, confirmado por J. P. Ribeiro.

nos anos de 1808 a 1811. As *galochas* (de *gallicae*, de que falam Cícero e Aulo Gélío) e as sandálias ou *alpergatas* e *abarcas* são ainda usadas pelo nosso povo; umas são de pau, cobrindo o couro a ponta do pé, as outras são uma sola na planta do pé, presa ao artelho com cordéis;⁶⁵² o calçado preso às calças ou polainas é também descrito por Guilherme Humboldt como ibérico com o nome de *chapinna*, de que deriva o nosso *chapim*. O *sagum* (*sagoi* gaulês) é o saio, de chita ou de cotim, e o *cucullus* é o capuz, usado em muitas aldeias, e ainda com a sua maior persistência na ilha de S. Miguel; na Madeira há uma feição igualmente arcaica: «o trajar das raparigas madeirenses não pode dizer-se absolutamente deselegante, mas não se distinguiria com facilidade do que se usa em algumas províncias de Portugal, se não fora a célebre *carapuça*, que constitui o seu carácter distintivo. A forma deste singularíssimo toucado é a de um funil, sem mais fita, nem enfeite».⁶⁵³ Numa cantiga popular refere-se este uso nos arredores de Lisboa, mas já sem realidade:

Sou sabia, trago botas,
Também trago o meu mantéu,
Também tiro a *carapuça*
A quem me tira o chapéu.

Sobre as cores das vestimentas dos antigos povos peninsulares, diz Estrabão: «Todos os homens *vestem de preto*, e a dizer a verdade não deixam os seus *sagos*, servindo-se deles como cobertores nos seus leitos de palha seca.» Ainda hoje dorme-se vestido nas *barras*, onde está recolhida a palha para os gados. «As mulheres só usam mantos e vestidos de cor, feitos de fios cruzados.»⁶⁵⁴ A paixão pela cor manifesta-se nesta locução popular: *Vermelhinha, senhora mãe, custe o que custar*. Os mantos citados por Estrabão são os *capotilhos*, das nossas aldeias. Os fios cruzados é ao que se chama *sarja* e *sergelim*. Nos documentos do século XIII cita-se com frequência a *Sarja da vila*; «O que se deve ler *sarja d'Ávila*; pois ainda hoje é formosa a muita e boa que nesta cidade se fabrica. Nos documentos deste tempo se acha a cada passo memória desta sarja e panos de Ávila, ainda que com alguma insignificante mudança no nome.»⁶⁵⁵

O cabelo comprido, que distinguia as solteiras, era formado em anéis e chamava-se-lhe *Cachouceira*⁶⁵⁶: nas aldeias as raparigas que têm o seu erro, cortam o cabelo, como por desprezo de si mesmas. *Chamorros*, era o nome que davam os castelhanos aos portugueses que em Aljubarrota apareceram com o cabelo cortado, e no Monferrat, na época da revolução francesa, chamava-se com desprezo *tusun*, ao que tinha o cabelo cortado.⁶⁵⁷ Frutuoso descreve um tipo madeirense com os cabelos à antiga: «Foi o corregedor a S. Sebastião, onde estava morto o João Calaça... o qual tinha *os cabelos feitos em tranças*.»⁶⁵⁸

As jóias populares apresentam singulares característicos: «No Portugal antigo houve *arrecadas* de pensamentos, pela sua demasiada finura; de *bicha*; pela figura de uma cobrinha; e de *alfinete*, que se metiam nos buracos das orelhas e se não fechavam.»⁶⁵⁹ No testamento de D. Sancho I, de 1209, citam-se as *arrecadas*, e na ilha

⁶⁵² Belloguet, *Ethnogenie Gaul.*, p. 81.

⁶⁵³ *Panorama*, t. X, p. 141.

⁶⁵⁴ *Geographia*, Liv. III, cap. 3.

⁶⁵⁵ *Elucid.*, vb° ABOVILA.

⁶⁵⁶ *Idem, ibid.*

⁶⁵⁷ *Rivista di Letteratura Popolare*, p. 150.

⁶⁵⁸ *Saudades da Terra*, p. 60 (1533).

⁶⁵⁹ Viterbo. *Eluc.*

de S. Miguel ainda lhes chamam *Bichas*. Também se lhes dava o nome de *Arriel*, comum aos anéis. A paixão pelas jóias é um característico popular português: «As peixeiras distinguem-se pelo seu asseio e ricos ornatos, consistindo em braceletes de ouro que trazem nos braços, cordões, anéis, cruzeiros, de sorte que se vêem algumas trazendo em cima de si até um marco deste metal.»⁶⁶⁰ No *Auto da Lavradeira de Airó* (1678) de Sampaio Vilas Boas, descreve-se o traje da rapariga do povo:

Ia Leonor pela sesta
 Para a fonte, buscar água,

 Leva o *cabelo em rolete*,
Melenas dependuradas,
Gargantilha de belórios,
Com relicário de prata.
Colete de serafina,
Figa de azeviche à banda;
Ramal de corais no braço
 E *camisa debuxada*.

No *Cancioneiro da Vaticana*, existe um grandíssimo número de referências aos trajes portugueses do século XII a XIV; transcreveremos aqui alguns excertos, sobre as *cintas*, *cordas da camisa*, *solias*, *baraças*, *toucas de Estela*; *tabardos*, *grás e abanos*, *fivelas*, *prez de Cambray*, *fustam*, *gonela*, *panos de ugrós*, *mangas de ascari*, *penas veiras*, *coteiffe orpelado*, *brial de alvão*, *balandrau*, *capeirete*, *jaquetão*, *cerame de Chartres*, *calças*, *gualdrapas*, *sapatos dourados*, etc.:

Vi um *coteiffe* de mui grão granhom
 com seu *porponto*, mais um *d'algodom*,
 e com sas calças velhas de branqueta;
 e dixeu logo: poi-as guerras som,
 ai que *coteiffe* pera a cometa.

(Canç. 61.)

Nesta canção fala-se no *coteiffe valdi*, e:

Com seu *perponto* todo de *panil*,
 e o *cordom de ouro* tal por *joeta*.

E juro per Deus lo santo
 que *manto* nom trazerei, nem *granhom*. (Ib. 63.)

e quero-me oi guardar do *alacrá*...
alacrá negro ou *veeiro*. (Ib. 63.)

da *gris* furtaram tanto, que por en
 nom lh'i leixarom que possa cobrir;

⁶⁶⁰ *Description de la Ville de Lisbonne, 1738.*

e sol non cata como *gris* non tem
 nunca cousa de que se cobrir;
 cá todo quanto el despendeu
 et deu dali foi tod'aquesto, sei eu,
 e quant'el foi levar e vistir. (Ib. 66.)

Vi *coteiffes orpelados*
 Vi *coteiffes com arminhos*. (Ib. 74.)

De grado queria ora saber
 destes que traem *saias encordadas*,
 em que s'apertam mui prontas vegadas
 se o fazem pol os ventres mostrar.

Ai deus se me quisesse alguém dizer
 porque trazem estas *cintas cirgadas*
 mui'anchas, como mulheres prenhadas...
 Outrossi lhis ar vejo trager
mangas mui curtas e enfunadas,
 bem como se adubassem quartadas,
 ou se quisessem tortas amassar. (Ib. 75.)

Fui eu madre, levar mhas *garceras*
 a la fonte, e paguei-m'eu delas... (Ib. 291.)

De pram nom sou tam louca,
 que já esse preito faça,
 mais deu-me esta *baraça*,
 guardad' a *cint'e* a touca... (Ib. 346.)

Ali me desbulharom do *tabardo* e dos *panos*,
 nem me derom por ende *grás* nem *abanos*. (Ib. 468.)

Puis non vem de Castela,
 non é viv', ai mesela;
 ou m'ó detém el rei:
 mhas *toucas de Estela*
 eu nom vos tragerei. (Ib. 505.)

em vos, ai meu *espelho*,
 eu nom me verei,
 mhas *cintas das fivelas*
 eu nom vos cingirei. (Ib.)

O *anel* do meu amigo
 perdi-o sol-o verde pino,
 e chor'eu bela. (Ib. 507.)

a que x'en tem sua mua baia,

vestida dum *prez de Cambrai*,
deus que bem lh'está *manto e saua*. (Ib. 547.)

Ai mha filha, por deus, guisade-vos
que vos veja, se *fustam* trager
voss'amigo, e tod'a vosso poder
veja-vos ben con el estar em cós;
cá se vos vir sei eu cá morrerá
por vós, filha, ca mui bem vos está. (Ib. 599.)

Dix'eu logo: Fremosa poncela,
queredes vós mim por entendedor,
que vos darei boas *toucas d'Estela*;
e boas *cintas de Rocamador*;
e doutras doas a vosso sabor,
e fremoso *pano pera gonela*? (Ib. 689.)

Madre, moiro de amores que mi deu meu amigo,
quando vejo esta *cinta que por seu amor cinjo*,
alva e vai liero.
Madre, moiro de amores, que mi deu meu amado,
quando vejo esta *cinta que por seu amor trago*;
alva e vai liero. (Ib. 170.)

Quando eu vi esta *cinta* que m'ei leixou,
chorando com grão coita e me nembrou
a *corda da camisa* que m'el filhou...
Nunca mulher tal cuita ouv'a sofrer
com'eu, quando me lembra o grão prazer
que lh'eu fiz, *uma cinta veu a cinger*... (Ib. 309.)

Amigas, o meu amigo
dizedes que faz enfinta
em cas del rei, da mha *cinta*. (Ib. 347.)

Vistes, mhas donas, quando noutro dia
o meu amigo comigo falou
foi mui queixos'e pero se queixou,
dei-lh'eu entom a *cinta* que tragia
mais ei demanda-m'outra *solia*.
E vistes que nunca, quem nunca tal visse,
por s'ir queixar, mhas donas, tan sen guisa,
fez-m'i tirar a *corda da camisa*
e dei-lh'eu dela bem quanta m'el disse... (Ib. 348.)

E já cobrad' é seu coração
pois ei ficou hu lh'a mha *cinta* dei... (Ib. 350.)
ca hum amigo que eu sempr'amei,
pediu-m'i *cinta* e já lh'a er dei; mais eles,
cuido que aí lhis demandam. (Ib. 359.)

Fostes, filha, em o bailar,
e rompestes hi o *brial*. (Ib. 796.)

A hun corretor a quem vi
vender panos que conhoci,
com *penas veiras*, diss'assi:
Da molher som de Dom Foam...
E diss'eu: Ficará en *cos*,
sem estes *panos do ungros*. (Ib. 904.)

Pois ela trage *camisa*
de sargo, mui bem lavrada. (Ib. 911.)

O caparom do marvi,
que vos a testa bem cobre,
com pena veira tan nobre,
alfaiat', ou peliteiro,
diz 'ora cavaleiro,
qual vol-a postou asi? (Ib. 927.)

Da esteira vermelha cantarei,
e das mangas do *ascari* farei
e o brial hi mentar-vos-hei. (Ib. 945.)

e pesa-m'en, e -mi mal,
que lh'escarniron seu brial,
que era novo e de *cedal*. (Ib. 948.)
O seu *brial de alvo*. (Ib. 956.)

Joam Fernandes, que mal vos talharon
essa *saia* que tragedes aqui
que nunca eu peior talhada vi,
e siquer muito vol-a encortaron
c lhi talharon *cabo de gibon*,
muito corta, si deus me perdon!...
saia tan corta no convém a vs
c muitas vezes ficades en *cos*
e faz-vos peior talhad' o *jaqueton*. (Ib. 978.)

Don Bernaldo, pesa me que tragedes
mal *aguadeir*'e esse *balandrau*...
s uma mui boa *capa dobrada*...
aved'uma capa d'un *capeirete*. (Ib. 1069.)

mais vejo-lhi *capelo d'ultra -mar*,
e traj' *i uso ben de Mompiller*. (Ib. 1116.)

Moitos s'enfingem que ham gaanhado
doas das donas a que amor ham,

e tragem *cintas* que lhis elas dam,... (Ib. 1125.)

Chegou Paio de maas artes
com seu *cerame de Chartes*...
Semelha-me busuardo,
viindo en *ceramen pardo*...
log'ouve manto e tabardo... (Ib. 1132.)

Soer' Fernandis, si veja prazer,
veste-se ben a todo seu poder,
e outra cousa lhe vejo fazer
que fazem outros pontos no reinado;
sempr'eu no verão lhe vejo trager
e no inverno *sapato dourado*. (Ib. 1146.)

Dom Pedro é cunhado d'elrei
que chegou ora aqui d' Aragon,
com um *espelho grande de leitom*... (Ib. 1147.)

Pero da Ponte ou eu nom vejo ben,
de pram essa *calça* non he
o que vos antano per boa fé levastes
quando fomos além... (Ib. 1148.)

e as *calças* serem de melhor pano
feitas serem de nevoa d'antano... (Ib. 1154.)

E prometeu-m'el uma boa capa,
ca non d'estas maas feitas de luito,
mais outra bona feita de *gualdrapa*
cintada, e de nem pouco nem muito. (Ib. 1154.)

Antes do regresso dos cavaleiros portugueses que se refugiaram na corte de S. Luís, predominavam as modas árabes, como se vê pelas seguintes designações: *alfanbar*, cobertor de lã, *almadraque*, *almadraquexa*; *almalfega*, ou burel branco para luto, *almofreixe*, *almocela*, etc. Na corte de D. Afonso III começaram a prevalecer as modas francesas, como se vê pelas passagens supracitadas do *Cancioneiro da Vaticana*: o *fustão*, o *prez de Cambrai*, *cintas de Rocamador*, *gonela*; *jaquetom*, *cerame de Chartes*, e *capelo de Mompilher*. Viterbo chama à *cocedra* (*culcitrum*) colcha francesa barrada.

No século XV as modas tornaram a derivar-se da França, e de outros pontos da Europa, segundo o cosmopolitismo dominante. No *Cancioneiro* de Resende, há preciosas referências aos trajos:

Vós ireis embuçada
de alfareme de cendal.

Os moços irão vestidos
de *pelotes gironados*,
mui largos e mui compridos,

guarnecidos
de tarramaques bordados.
Cada um sa *carapuça*
de goalteira com penacho;...
Cada um com sua chuça.⁶⁶¹

Sete varas de *bragal*,
senhora, vos dou por touca,
Mantilha color de telha,
como costumam na Beira;
e por vos dar a conteira, mas inteira
levai *polaina vermelha*. (Ib. 95.)

Em tempo delrei Duarte,
dizem que foram usadas
mui grandes *caperutadas*. (Ib. 117.)

Nos versos de Fernão da Silveira a seu sobrinho ensina-lhe como deve vestir-se para figurar no paço:

Sapatos de Basileia,
pontilhas sôbolo mole
as calças tirem de fole,
roscadas como obreia.
Tragam-nas de marear
forradas d'irlanda parda,
cá cous'ê que muit'alarda,
pera gram bamborrear.

.....
O gibam de qualquer pano
na barriga bem folgado...
De pelote se guarneça
pouco menos do artelho.
O capelo ande no ombro
feito como o do cintrão...
Luvas de um só polegar
feitas de pele de lontra...
Traga cinta de verdugo,
pejada com capagorja...
De grandes bugalhos traga
ao pescoço um ramal.⁶⁶²

Duarte da Gama descreve numas trovas as grandes mudanças que se deram nos trajos no fim do século XV:

Outros vão trazer atados
uns *lencinhos* no pescoço...
As donas por competir

⁶⁶¹ *Canc. Geral*, t. III, p. 93.

⁶⁶² *Canc. Geral*, t. I, p. 145.

em terem cousas de Frandes
as fazendas muito grandes
querem fazer destruir.

Os desvairados vestidos
que se mudam cada dia,
nom vejo nenhuma via
para serem comedidos.
Que se um galante traz
um vestido que ele corte,
qualquer homem de outra sorte
outro faz.

Na Chamusca vi um dia
uma filha de um vilão
lavrando *d'almarafão*,
o qual para si fazia.

Daqui virão os *chapins*,
e também os *verdugados*,
e após eles os *trançados*
e coxins.⁶⁶³

A locução *velho e relho* parece-nos derivar-se desta alteração dos trajos no século XV; o *relho* era «o fecho ou fivelão com que antigamente se apertavam as preciosas cintas das senhoras portuguesas. O serem de feição triangular e quase da feição das *relhas* que ainda hoje na província do Minho estão em uso, deu o nome a este ornamento do cinto ou faixa peitoral». (Viterbo.) Nos *Anais de D. João III*, descreve Frei Luís de Sousa esta mudança dos trajos: «E devemos-lhe os portugueses, que trocando nesta conjunção quase toda a corte e até a pessoa de el-rei o trajo português pelo castelhano e flamengo, ele (o príncipe D. João) nem agora nem depois quis aceitar nunca tal mudança.»⁶⁶⁴ «Só não pôde acabar consigo deixar o trajo natural pelo estrangeiro, como então fez quase toda a corte. Ficou em lembrança que ia detrás dele, vestido em pelote de brocado de pêlo, com mangas trançadas cortado sobre cetim pardo: espada de ouro cingida, e coberta uma capa frisada: gorro de duas voltas sem firmal de preco. Tudo ao *uso português* daquela idade.» (Ib.) Fernão de Oliveira também nota as alterações da moda: «Nem os lavradores de Entre Douro e Minho entendem as novas vozes que este ano vieram de Tunes com suas gorras.»⁶⁶⁵ E o mesmo: «o costume novo traz à terra novos vocábulos: como agora pouco há, trouxe este nome *picote*, que quer dizer *burel*; do qual, porque de fora trouxeram os malgalantes o costume, ou para melhor dizer, o desdém de vestir o tal pano, trouxeram também o nome com esse costume: e *alquice* tão-pouco é vestido da nossa terra, por isso também traz o nome estrangeiro consigo.» A pragmática de 3 de Junho de 1535 proibia o trazer *luvas perfumadas* aos homens.

Lê-se numa Relação de Viagem de 1580: «Os homens da cidade de Lisboa e de todo o Portugal são de mediana estatura, mais baixos que altos, magros, de cor ferrenha, cabelos e barba pretos, olhos negríssimos, e mui semelhantes no exterior aos gregos. O

⁶⁶³ *Canc. Geral*, t. III, p. 508.

⁶⁶⁴ *An.*, p. 18.

⁶⁶⁵ *Gramática*, cap. XXXII (1536.)

seu traje, antes da morte do Cardeal-rei, era muito mesquinho, em consequência da pragmática, que não consentia usassem vestidos de seda, pelo que, trajavam um saio de baeta preta, calções de pano escocês, borzeguins de marroquim, chapéu de feltro e capa comprida da mesma baeta. Com a chegada de el-rei católico (Filipe II) alteraram o seu antigo traje, porque, posto que conservaram a capa de baeta, começaram a usar do gibão de raso (isto é, pano de lá sem felpa) bragas e calções de veludo e meias de seda, coisa que nunca tinham calçado, bem como escarpins, dos quais não era possível achar um só par antes da entrada de el-rei, porque todos, sem excepção, calçavam borzeguins.»⁶⁶⁶

«O traje feminino em Lisboa é o comum de toda a Espanha; isto é, o manto grande de lã ou de seda, segundo a qualidade da pessoa. Com eles cobrem o rosto e o corpo inteiro, e vão aonde querem, tão disfarçadas, que nem os próprios maridos as conhecem, vantagem esta que lhes dá maior liberdade do que convém a mulheres bem nascidas e bem morigeradas.»⁶⁶⁷ Este traje, evidentemente de origem árabe, conservou-se no Algarve com o nome de *rebuço*, e no Porto com o nome de *mantilha*; até há bem poucos anos.

Numa Estatística manuscrita de 1552 cita-se «a Feira do Rossio, que se conserva ainda sob o nome de Feira da Ladra em outros locais; nessa feira vendiam-se artigos de sumptuária, *coufas de ouro, garavis trançados, gorgeiras, lenços, tranças e cabeções, solias uestedas, chamalotes, fustões, cetins falsos*»,⁶⁶⁸ As gorgeiras também se chamaram *abanico*: «Compunha-se de uma tira de garça ou volante de largura de uma mão travessa tomada em prega.» (Viterbo.) Junto dos Paços da Ribeira, e em volta da Capela real, sob as arcadas do palácio é que estavam arruados os que vendiam estes artigos; daqui ficou o nome de *Capelistas* aos comerciantes desta especialidade, e que ainda hoje persiste já sem conhecimento da sua origem.⁶⁶⁹ As descrições dos trajes e modas pode fazer-se pelas Pragmáticas ou leis com que os reis intervinham no modo de vestir dos seus súbditos; tal é a Pragmática de 9 de Junho de 1643, e a Pragmática das sedas, de D. João V.

Francisco Rodrigues Lobo, no seu *Pastor peregrino*, traz a seguinte descrição do traje de uma serrana:

Uma <i>fraldilha</i> vestida	<i>Fita de seda</i> amarela
Trazia ela de pombinho;	Que por baixo reluzia,
Com <i>pespontos um sainho</i>	Que acinte tudo a fazia
<i>De arenoso.</i>	Mais fermosa;
Um <i>corpinho</i> mui custoso	<i>Continhas</i> de pau-de-rosa,
<i>De chamalote encarnado,</i>	Cordão de linhas bem finas,
De veludo debruado	<i>Garavins</i> com mil boninas
Com pestanas;	Debuxado;
Que era inveja das sarranas,	<i>Capirote laranja</i> do,
E dos pegureiros fala;	Currão de branco cordeiro;
<i>Beatilhas de bengala</i>	Cajadinho de salgueiro
Mui singela;	Traz na mão, etc. ⁶⁷⁰

D. Francisco Manuel de Melo, na sua *Carta de guia de casados* descreve muitos

⁶⁶⁶ *Viagem de Tron e Lippomani a Portugal* (Pan., t. VII, 83).

⁶⁶⁷ *Pan.*, t. IV, p. 98.

⁶⁶⁸ Ap. Ribeiro Guimarães, *Sumário*, t. VII, p. 71.

⁶⁶⁹ Rattón, *Recordações*, p. 305 – Conde de Vila Franca. *D. João I e a Aliança Inglesa*, p. 82, not.

⁶⁷⁰ Fim da Jornada II.

costumes íntimos da sociedade portuguesa no século XVII: «Contra a antiga modéstia portuguesa, introduziu o costume que as criadas andassem no mesmo trajo que suas senhoras.»⁶⁷¹ Censura o trajo das senhoras: «O uso dos *guarda-infantes*, e coisas desta maneira, ponho entre aquelas que de si não são más nem boas, e o costume lhe dá o ser, ou lho tira. Eu vi andarem as francesas com semelhante trajo, a que então chamavam *verdugadins*, parecerem muito bem e não lhes ser estranhado. Depois, as vi sem eles e parecerem da mesma sorte.»⁶⁷² «Aborrece-me umas *Maias* muito enfeitadas sempre de *bordados* e jóias, que parecem Fama de Procissão ou Rainha moura de comédias, etc.»⁶⁷³ «Estão de candeias às avessas com umas *capinhas*, que não sei de onde vieram; porque me não lembra que tal visse em nenhuma parte. Ora seja ou não seja de outra nação, ele não é trajo autorizado, nem, a meu juízo, decente; e já tão vulgar, que isso mesmo pudera ser o seu desprezo. Podendo-se com mais razão dizer das tais *capinhas* o que dizia um pechoso pelas violas, que sendo um excelente instrumento, bastava saberem-no tanger os negros e patifes, para que nenhum honrado o pusesse nos peitos.»⁶⁷⁴ Censurando o uso dos perfumes, acrescenta: «Os nossos velhos diziam também: Que o homem havia de cheirar a pólvora, e a mulher a incenso. Aludiam à religião e à milícia, em que os queriam a eles e a elas ocupados.»⁶⁷⁵ E condenando a variedade dos nomes de baptismo: «Tenho por grande leviandade esta ladainha de nomes (dissera melhor, carta de nomes) que hoje se usa, pondo em camouço uns sobre outros, deixando os de mais barafunda para o cabo. Deram as mulheres nesta nova casta de demasia; e acontece, que a que nasceu mera Domingas ou Francisca, lança sobre si meia dúzia de Jacintas, Leocádias, Michaelas, Hipólitas e outros nomes esdrúxulos, só porque viram chamarem-se assim pouco mais ou menos as suas vizinhas.»⁶⁷⁶ O uso das comédias representadas em família era corrente no século XVII pelo que se depreende da moralidade de D. Francisco Manuel: «O casado, por alegrar sua mulher e família, mesmo de seu movimento, mande (se as houvesse) fazer em sua casa duas e três comédias cada ano. Seja ele próprio o que convide; tem-se aquilo em muito, etc.»⁶⁷⁷ o uso dos cosméticos é também reprovado; é ao que ele chama *pôr no rosto* (p. 181.) Quase todos estes costumes são provenientes do século XV como se vê pela *Miscelânea* de Garcia de Resende, que se refere ao *poer na face* e *trazer averdugadas*. «As verdugadas chamaram-se depois *guardas-infantes*, *donaires*, *merinaques* e balões, e tudo é a mesma coisa.»⁶⁷⁸ A lei sumptuária de 1643 proibiu os panos de linho desfiados, com que faziam as sanefas das camas; em 1672 a Câmara de Lisboa pediu a D. Pedro II que proibisse as cabeleiras postiças, e numa consulta de 19 de Outubro desse ano pondera: «que o uso das cabeleiras se tem desordenado de modo, que é preciso moderar a demasia em que se pratica. – É considerável o dinheiro que hoje nelas se gasta, e se leva para fora do reino, saindo dele prata por cabelos. Há cabeleira que custa cinquenta e sessenta mil réis; e consta que para o Estado da índia se tem mandado, há anos a esta parte, grande quantidade delas, que se venderam por preços excessivos, etc. –Passa esta desordem do adorno da cabeça ao mimo das mãos, trazendo-as muito resguardadas em *regalos*. Convém que V. A. atalhe este dano, proibindo todo o género de *cabeleiras*, permitindo-as somente aos que por razão de achaque necessitem delas; proibindo outrossim, que os homens tragam *regalos* nas mãos e *leques*. Os *regalos* proibiu V. A.

⁶⁷¹ *Op. cit.*, p. 92. Ed. 1873.

⁶⁷² *Ibid.*, p. 101.

⁶⁷³ *Ibid.*, p. 106.

⁶⁷⁴ *Carta de Guia de Casados*, p. 131.

⁶⁷⁵ *Ibid.*, p. 142.

⁶⁷⁶ *Ibid.*, p. 147.

⁶⁷⁷ *Ibid.*, p. 171.

⁶⁷⁸ Ribeiro Guimarães, *Sumário de Vária Historia*, t. I, p. 127.

já na Pragmática de 8 de Junho de 1668, como proibiu também o *andar desabotoados*, que de novo se deve proibir». Na Pragmática de 13 de Abril de 1668 fora proibido o usar *regalos* nas mãos e o trazer *bengalas*. Há outras Pragmáticas, de 9 de Agosto de 1686, de 14 de Novembro de 1698, de 6 de Maio de 1708 e de 24 de Maio de 1749 em que o poder real absoluto intervinha directamente na regulamentação do que cada pessoa podia vestir.

Alguns folhetos do século XVIII satirizando os costumes da época deixam-nos preciosas indicações sobre os trajos e modas; a *Definição da Secia*, de 1746, e o *Testamento de uma frança; repartindo pelos conventos pobres as suas melhores galas e fazendo outras obras pias, por causa da Pragmática*, impresso em 1751, acumulam traços pitorescos de uma inapreciável realidade. O Dr. Ribeiro Guimarães compilou desses folhetos notícias que organizou no artigo *Costumes e modas velhas*, de que extrairemos algumas passagens que completam este quadro. As procissões e as festas da igreja eram então o principal pretexto para a ostentação do luxo; os galanteadores tinham o nome de *faceiras* e as mulheres eram as *sécias*. Segundo o folheto citado, de 1746, a *sécia* obedecia aos seguintes preceitos: «Se for ver procissão de janela, vá *toucada à alemoa*, que é a cor que agora anda na dança das modas. Leve *broches*, *manilhas*, *sinais* em quantidade, pondo-os naquelas partes em que fizerem o rosto engraçado.» Os *sinais* eram uma espécie de tatuagem, que Bluteau descreve: «E um pequeno retalho de tafetá negro, que a engenhosa vaidade das mulheres inventou para realce da alvura do rosto ou para cobrir borbulhas e outros atrevidos desdouros da formosura.» Conforme o lugar em que se colocavam os sinais assim eles tinham várias designações: «O sinal da testa chama-se *majestoso*; o das fontes próximo da orelha, *discreto*; o do canto do olho, *apaixonado*; o do nariz, *atrevido*; o da face, *galante*; o da covinha da face, *folgazão*; o do canto da boca, *beijocador*; o dos lábios, *garrido*; o do pescoço, por detrás da orelha, *tentador*; o da barba, *provocador*; o do riso, *magano*; sobre uma borbulhinha, *encobridor*; debaixo dos olhos, *desatinado*; no canto do nariz, *louquinho*.»⁶⁷⁹ A corte francesa foi o ponto de irradiação das modas por toda a Europa: «As *franças* e as *sécias* imitavam as modas importadas de França com afã igual ao com que as nossas elegantes senhoras do tom hoje as copiam. Todas as exagerações, todos os disparates, todos os ridículos eram abraçados com entusiasmo, e a tal ponto chegou, que às elegantes do tempo de D. João V se dava o nome de *franças*; *francesia*, *francesismo*, se chamava à moda.»⁶⁸⁰ Pelo folheto de 1751, se sabe qual era o inventário de uma *frança*: «meias bordadas, espartilhos, fitas de cintura com ricas borda-duras, saias de veludo, contas de ouro, roupinhas bordadas de prata e ouro, charpas bordadas de ouro e prata, guarda-pés matizados de ouro e prata, leques de marfim, pelatinas de arminho, pulseiras, manguitos riquíssimos, sapatos bordados, caixinhas de sinais, frisqueiras de água de flor, alcanfor, circílios, borla de polvilhos, frascos de óleo de jasmim, papelinhos de pós de França, frascos de água de Córdova e de Hungria, caixinhas de macilha, sabonetes de cheiro, pomadas, etc.»⁶⁸¹

Um alvará do intendente-geral da Policia de 26 de Março de 1804, do célebre Pina Manique, reagiu contra as modas do século XVIII, por causa da sua desenvoltura; transcrevemos os principais trechos do alvará: «Nesta Intendência consta que algumas alfaiatas, denominadas modistas, inventam diariamente modas de vestidos para pessoas do sexo feminino, espalhando bonecas que fazem, e outras figurinhas em pintura, para cujo fim tem ganhado alguns artistas; cujas modas tem levado ao ponto de fazerem com que algumas das mesmas pessoas apareçam em público quase nuas, e em trajas tão

⁶⁷⁹ Ribeiro Guimarães, *Sumário de Vária Hist.*, t. I, p. 125.

⁶⁸⁰ *Sum.*, t. I, p. 128.

⁶⁸¹ *Ibid.*, p. 128.

indecentes que escandalizam a modéstia e provocam os homens a fins libidinosos.» O Intendente impunha logo a reclusão na casa da correcção do castelo de S. Jorge. Ribeiro Guimarães compara as modas do fim do século XVIII com as do meado deste século: «Os vestidos que em 1804 se levantavam do chão um ou dois palmos, hoje são roçagantes e vão varrendo. as ruas. Os vestidos são afogados, e os xailes ou capas ocultam cuidadosamente os ombros e as espáduas. O pé, que noutras eras se deixava ver com singular coquetismo, agora esconde-se envergonhado. Os braços ostentavam as suas formas esbeltas, agora somem-se nas manguinhas e nas mangas dos casacos e das capas.»⁶⁸² A actividade específica da moda continua a sua evolução, conservando contudo os característicos da imobilidade do costume; assim a *blusa*, significa o homem do trabalho, um *casaca*; o indivíduo que vive dos seus rendimentos; o *capote e lenço*, designa a mulher do povo. A moda na sua parte móvel, torna os trajos alusivos aos acontecimentos políticos do tempo, como os *raglan* e os *pio-nono*, ou imita certas regressões como a statopigia da mulher hotentote na *tournure* ou anca postiza.⁶⁸³

A propósito deste estudo das modas, poderíamos tratar dos *títulos* e *comprimentos* cerimoniais usados pelo povo; como porém nos levaria longe esse trabalho, deixaremos apenas consignadas algumas indicações mais pitorescas. O antigo tratamento de *Vossa Mercê*, abreviado em *vossemecê*, tomou um carácter ofensivo na forma de *você*. De Carrazeda de Anciães, diz o Sr. Sequeira Ferraz: «Na minha terra ninguém gosta que lhe dêem tratamento de *você*, nem mesmo se dá senão quando os interlocutores estão zangados.»⁶⁸⁴ Nas ilhas dos Açores existe o mesmo melindre, e quando se recebe o tratamento de *você*, retruca-se:

Você, é estrebaria,
Nela come e nela se cria,
Com dez reis de palha por dia.

O povo não conserva as gradações da pragmática dos tratamentos; no romance do *Conde Alarcos*, da versão da Beira Baixa, diz o conde para o rei: – Que me quer a Vossa Alteza, Vossa Alteza *senhoria*?⁶⁸⁵ Os velhos têm o tratamento de *tio*; os novos são *moços*, *cachopas* e *poncelas* (contraposto a donzela, de *dominicela*) como se vê nos *Romanceiros do Algarve* e do *Arquipélago da Madeira*. As classes sociais são também denominadas de *sangue azul* ou a fidalguia; de *meia tigela* ou a burguesia, e *arraia miúda* ou plebe, como em Barcelona o *Ma major*, *Ma mitjana* e *Ma menor*. A pessoa estranha e indiferente e de quem se fala é um *gajo*.⁶⁸⁶ No velho romance do conde Alarcos, a mãe ensina ao filho como há-de cumprimentar a madrasta:

Anda cá filho mais velho
Que te quero ensinar,
A tua mãe, a rainha,

⁶⁸² *Sum.*, t. I, p. 133.

⁶⁸³ O falecido caligrafo Godinho empreendeu a colecção de todas as *Modas e trajas portuguesas*, de que não chegou a publicar senão alguns espécimes. No prospecto dessa obra dizia: «Parece-nos que em dar à estampa esta obra prestamos um valioso serviço ao nosso país, porque esses trajos, que tão belas tornam as nossas provincianas, vão desaparecendo da maior parte das povoações, que trocam a *serguilha* pela *lustrina*, pelo *zuarde* e até (algumas) pela *seda*, etc.; mas quando de todo não possamos remediar este mal, cingir-nos-emos ao que virmos e buscaremos por todos os modos aproximarmo-nos o mais possível do tipo verdadeiramente nacional.»

⁶⁸⁴ *Actualidade*, nº 206, de 1882. Porto.

⁶⁸⁵ *Rom. Geral*, p. 72.

⁶⁸⁶ Segundo Nerucci, deriva do cigano-rumélico *gadgio*. *Folk Lore Andaluz*, nº 4, p. 140.

Como lhe haveis de chamar
 Com o joelho no chão,
 E o chapeuzinho no ar.

(Rom. Ger., nº 28.)

No Norte de Portugal o povo saúda-se com a frase: *Louvado seja Deus*, tradução do árabe *Maschallah!* Os parentescos também são expressos nos anexins com as suas relações morais: *Quem dá é tio; Cunhadas, são unhadas; Madrasta; nem de pasta; Sogra, nem de barro à porta; Quanto mais prima, mais se lhe arrima; Parentes, são os dentes.*

Danças e instrumentos musicais. – Um grande número de actos sociais, a que se ligou um carácter religioso, como os funerais, os casamentos, as comemorações históricas, tinham a dança como uma parte essencial das práticas cerimoniais. É como derivada do rito, que a dança aparece como germen das formas dramáticas ou do teatro hierático; e por isso mesmo conserva através de todas as transformações a sua fisionomia nacional. Na Península Hispânica, a dança distingue ainda os seus diversos elementos étnicos; diz Tubino: «Segui os costumes populares, vereis a enorme distância que divide os espanhóis entre si. Enquanto o basco dança o *Zorzico* e canta o *Garnicaco arbola*, acompanhado da tibia, o galego dançará acompanhado da gaita a monótona *muiñeira*; saturada de melancólicas recordações das raparigas namoradas. Entre os Aragonezes a *jata* e a *rondalla*; com o auxílio do pandeiro, desenharão o carácter viril e marcial dos indígenas; o Andaluz, embalado pelas influências e recordações do Oriente e do Ocidente, executa ao som da guitarra estes *bailes* de encanto supremo que misturam as inebriantes seduções das danças das almas e das bailadeiras aos refinamentos delicados de uma civilização idealista e cavaleiresca.»⁶⁸⁷ As danças portuguesas participam dos caracteres provenientes da nossa situação: sensuais, como os *Fados*, os *Batuques* recebidos dos árabes e das possessões africanas, e as *Modinhas* recebidas das colónias do Brasil. Dirigido nesta descrição pelo critério étnico, importa investigar o que os escritores antigos nos deixaram acerca das danças dos povos peninsulares. Estrabão cita as danças e cantos dos Celtiberos no plenilúnio (lib. III, cap. 4, § 16); este costume passou para as vigílias dos santos, proibido pelo XVI Concílio de Toledo, sendo comum à Bretanha e ainda vivíssimo em Portugal. Os cantos heróicos e corais eram acompanhados de danças como referem Diodoro Sículo e Sílio Itálico, de que são representantes actuais a *dances* de Aragão, a *Muiñeira* da Galiza e a *Danza prima* das Astúrias. Plínio o Moço e Marcial referem-se às *puelas gaditanas*, que dançavam e cantavam lascivamente, segundo os costumes peculiares da Turdetânia. Como em outro lugar vimos os *Tripúdios hispânicos* eram uma dança funeral. Estrabão, na sua *Geografia* (liv. III, cap. 3) descreve esta paixão pela dança: «Mesmo bebendo os homens põem-se a dançar, ora formando coros ao som da *flauta* e da *trombeta*; ora saltando cada um por si a ver quem salta mais alto, e mais graciosamente cai de joelhos. Na Bastetânia as mulheres dançam também misturadas com os homens, cada uma tendo o seu par de frente, a quem de vez em quando dá as mãos.» Parece-nos um esboço da vida actual, sobretudo nos campos. No elemento popular que se acha no *Cancioneiro português da Vaticana* abundam os documentos sobre as danças usadas no século XII e

⁶⁸⁷ *Recherches d'Anthropologie Sociale*, p. 15. O mesmo facto se observa com a França; diz o Bibl. Jacob: «Cada província de França tinha a sua dança nacional, e todas estas danças, as *bourees* de Auvergne, os *trioris* da Bretanha, as *branles* do Poitou, as *valsas* da Lorraine, formavam uma arte encantadora em que os franceses suplantaram os outros povos.» *Moeurs, Usages*, p. 266.

XIII em Portugal; as cantigas que se diziam ao compasso dessas danças deram o nome a um género lírico especial, a *bailata* ou *balada*:

Mha madr' é velida,
vou-m' a la *bailia*
do amor.
Mha madr' é loada,
vou-me a la *baylada*
do amor.
(*Canc. da Vat.*, 195.)

Nossos amigos iram por cousir
como *bailamos*, e podem veer
bailar moças de bom parecer...
(Ib. 336.)

Bailemos nós já todas, todas ai amigas,
sô aquestas avelaneiras frolidas...
(Ibid. 462.)

Bailade oje, ai filha, que prazer vejades,
ant' o vosso amigo, que vós muit' amades...
(Ib. 464.)

Os instrumentos musicais a que aludem as canções provençalescas desta época, eram o *citolum* ou *cítola* e o *adufe*. Já transparece aqui o elemento mauresco. Nas cerimónias que se executavam ao conferir o grau de cavalaria, simulavam-se combates com Mouros, e daqui veio a sua degeneração nos *bailes de Mourisca*; esta dança agonística dos Mouros, que nos Açores conserva a forma dramática popular sob o título de *Mouriscadas*, era conhecida em França por 1458,⁶⁸⁸ e encontrá-la-emos na sociedade portuguesa com uma singular persistência. Fernão Lopes, descrevendo o carácter do rei D. Pedro 1, o Justiceiro, diz dele: «era mui querençoso e em *danças* e festas, segundo aquel tempo, em que tomava gram sabor, que adur é agora para ser creudo; e estas *danças* eram e som dumas longas que entonce usavom sem curando doutro estormento, posto que o hi houvesse, e se alguma vez lho queriam tanger logo se enfadava deles, e dizia que o dessem ao demo, e lhe chamassem os *trombeiros*». (Cap. XIV.) «Vinha el rei em batees d' Almada para Lisboa, e saiam-no a receber os cidadãos e todolos dos mesteres, com *danças e trebelhos*, segundo entonce usavom, e el saia dos batees e metia-se na dança com eles e assi ia ataa o paço.» Quando foi armado cavaleiro João Afonso Telo, na igreja de S. Domingos, também houve danças pelas ruas. Nas festas do casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre, diz Fernão Lopes: «Em quanto o espaço de comer durou, faziam jogos à vista de todos os homens, que o bem sabiom fazer, assi como *trepar em cordas*, e *tornos de mesas*, e *salto real* e outras cousas de sabor; as quais acabadas alçaram-se todos e começaram a *dançar* e as donas em seu bando cantando arredor com grande prazer.»⁶⁸⁹ Na linguagem popular ainda existe a locução com que se exprime boa vontade: *Hei-de-te bailar na boda*. No casamento da imperatriz D. Leonor, encontramos apontadas danças portuguesas, como a *Baixa*, a *Chacota*, a *Mourisca* e o *Vilão*, que no século XVI aparecem como populares nos Autos

⁶⁸⁸ Bibliophile Jacob, *Moeurs et Usages ao Moyen-Âge*, p. 261.

⁶⁸⁹ *Cron. de D. João I*, P. II, cap. 96.

de Gil Vicente.

Lopo de Almeida que acompanhou a infanta D. Leonor, irmã de D. Afonso V, para a Alemanha, pelo casamento com o imperador Frederico III, em 1451, descreve as danças das festas reais:

«Nestes tempos houve grandes e fremosas justas e outras festas, a que sempre elrei levava sua irmã, e assim a acompanha sempre a duquesa de Calábria, e Lucrécia, que a estas festas sabia mui louçã, e à noite pelo serão, dançavam a dita senhora a *Baixa*, e elrei com ela pela mão, e o imperador com a irmã de Lucrécia, e veio a mim o príncipe de Rosano, genro de elrei, que dançasse, pois ele dançava, e assim dançámos todos os vossos que aqui éramos, e o sabíamos fazer, e quando veio a *Alta*, dançavam todos os ditos cinco sós, assim como *Chacota*, e vossa irmã a guiar a dança; e acabada, mandavam bailar meu sobrinho com Beatriz Lopes *baile mourisco*, e depois o *Vilão*, e espantou-se ei rei do seu bailar, e fez-me entender que lhe prazeria que ficasse alguns dias com ele...» (*Provas da Hist. Genealógica*) No *Fidalgo Aprendiz*, ainda se cita no século XVII a *Baixa*, e o *Vilão*; e na procissão que em 1611 se fazia comemorando a tomada de Lisboa, também saía uma *Chacota*. Gil Vicente diz:

E bailando à *mourisca*
Dentre gente português...
(*Ob.*, t. III, 53.)

Não praza a Deus co' a viola,
Que assi se torna *mourisca*,
E eu fico à carraquisca:
En los campos verdes sola. (Ib. 181.)

A *Baixa* era um género especial, que compreendia muitas outras danças; no *Cancioneiro* de Resende, fala-se no *Tordião*, citado por Gil Vicente:

«Sabeis também o *tordião*.» (*Obras*, I, 227.) O novelista francês Bonaventure des Perriers alude a esta dança,⁶⁹⁰ *tordion* ou *tourdion*, designação derivada de *tour*, movimento lascivo dos rins, e a que se chamava figuradamente *les basses danses*. No *Cancioneiro* de Resende há referências a danças, que ainda persistem entre o povo:

E eu dou-vos um pandeiro
alcancareiro,
que leveis na mão tangendo⁶⁹¹
gaiteiro de *tiro-liro*.

No *Fidalgo aprendiz* chama-se a esta dança o *Terolero*, e na ilha de S. Miguel conserva-se com o nome de *Tiroleio*, sendo acompanhada ao som de duas pedras batendo uma na outra. Gil Vicente, no *Auto Pastoril Português*, alude a um personagem «Que sabe os *bailes da Beira*»;⁶⁹² e os seus *Autos* remata-os com *Chacotas* e *Ensaladas*. As *Chacoulas* do Alentejo e a *Chacoína* de Frielas são porventura a persistência da *chacota* do século XVI. Sá de Miranda, descreve nas suas *Éclogas*:

Nas vilas um *bailo* dançam
Em que todos ao som andam,

⁶⁹⁰ *Les Nouvelles Recreations*, nouvelle XXXIX.

⁶⁹¹ Ed. Stuttgart, t. III, p. 99 e 648.

⁶⁹² *Obras*, t. I, p. 131.

Uns cá, outros lá se lançam,
 como o tanger não alcançam,
 Mais pés, nem braços se mandam.

Não obstante a paixão do povo pela dança, proibiu-se no alvará de 28 de Agosto de 1559 «que na cidade de Lisboa e uma légua de redor dela se não faça ajuntamento de escravos, nem *bailos*, nem tangeres seus, de dia nem de noite, em dias de festa, nem pela semana, sob pena de serem presos, e de os que tangerem ou bailarem, pagarem cada um mil reais para quem os prender».⁶⁹³ As festas religiosas tornaram-se o principal pretexto das danças, como ainda hoje se vê com os *Charambas*, nos festejos do império do Espírito Santo, na ilha de S. Miguel. Na festa de S. Sebastião, no Rio de Janeiro, no fim do século XVI descreve o padre Fernão Cardim: «Era para ver uma *dança de meninos índios*, o mais velho seria de oito anos, todos nuzinhos, pintados de certas cores aprazíveis, com seus cascavéis nos pés e braços, cintas e cabeças, com varias invenções de diademas de penas, colares e braceletes; parece-me que se os viram nesse reino, que andaram todo o dia atrás deles. Foi a mais aprazível dança que destes meninos cá vi, etc.» Na Madeira era também usual este espectáculo na festa de S. Sebastião: «Era o capitão Simão Gonçalves afeiçoado a ver folgares, touros, lutas e jogos de canas, e todas as mais festas e jogos para alegrar o povo; nos dias de lutas, principalmente nos de S. Sebastião e de S. Brás, ajuntava no terreno defronte de suas casas muita gente de toda a ilha, etc.»⁶⁹⁴ As danças hieráticas eram espectaculosas sobretudo na procissão de Corpus Christi. Em 1588 os Mendigos de Lisboa estavam arregimentados numa confraria intitulada de Santo Aleixo, e foram visitar umas relíquias aos Jesuitas de S. Roque, homens a um lado e mulheres a outro com *canas verdes na mão*, em capela de canto de órgão, charamelas, e a imagem do patrono em uma charola.⁶⁹⁵ No dia 13 de Maio comemorava-se a tomada de Lisboa em uma procissão que saía da Igreja dos Mártires; em uma relação de 1611, vem as despesas da procissão com as *charamelas*, 2000 rs.; com a *Chacota*, 1600 rs.; com as *trombetas*, 1200 rs.; com as *ciganas*, 1000 rs.; com a *folia*, 1000 rs.; com- as *pelas*, 1000 rs., etc.»⁶⁹⁶ No culto era a dança peculiar da liturgia tradicional popular; Dillon, na sua Viagem, de 1711, diz dos costumes religiosos de Goa: «Nas festas mais solenes, depois de acabar o serviço divino, fazem vir para dentro da igreja as mulheres ricamente enfeitadas, as quais na presença do Santíssimo Sacramento, que fica exposto, *dançam ao som de guitarras e castanholas*, cantam modinhas profanas, tomam mil posturas indecentes e impudicas, que mais convinham para lugares públicos que para igrejas».⁶⁹⁷ Comprovando este facto, diz Bernardes Branco: «Não se passaram ainda muitos anos, que tais danças impudicas foram proibidas dentro da Sé do Porto, por ocasião da festa de S. Gonçalo, chamada a *Festa das Regateiras*.»

Nicolau Tolentino, nas suas salgadas quintilhas alude à persistência das danças hieráticas:

Em solene procissão,
 Une a frieleira casta,
 O *fandango* e a devoção;
 Mas enfim de exemplo basta

⁶⁹³ Nunes de Leão, *Extravagantes*, p. 423.

⁶⁹⁴ *Saudades da Terra*, p. 299.

⁶⁹⁵ Ribeiro Guimarães, *Sumário de Vária História*, t. II, p. 77.

⁶⁹⁶ *Sum.*, t. I, p. 91.

⁶⁹⁷ Ap. Bernardes Branco, *Portugal e os Estrangeiros*, t. I, p. 296.

E tornemos à questão.⁶⁹⁸

Da procissão de Corpus, no começo deste século diz Ribeiro Guimarães: «Também concorriam numerosas *danças* de saloios, como a dos *Foliões* da Arruda. a das mulheres de Frielas, de Vialonga, etc. Os Foliões da Arruda levavam um pandeiro. que iam tocando com muito estrondo e faziam grandes macaquices. As frieleiras dançavam uma *dança mourisca*, a que chamavam *Chacoína*, dança antiga e até usada nas salas em tempos mais remotos.»⁶⁹⁹ A *Chacoína*, foi primitivamente um canto, a *Ciecone*; no século XVI era unicamente uma dança, conhecida na Itália e na Espanha; falam dela Salvador Rosa, Quevedo, Cervantes, e chegou a formar o provérbio:

Ay la *chacona*
Es la vida bona.⁷⁰⁰

O domínio espanhol de 1580 a 1640 propagou em Portugal um grande número de danças que ainda persistem, tendo decaído dos hábitos e modas palacianas a paixão das danças na vida doméstica conhece-se por este conselho de D. Francisco Manuel na *Carta da guia de Casados*: «Não louvo o trazer castanhetas na algibeira, o saber *jácaras* e entender de mudanças de *sarambeque*, por serem indícios de desenvoltura.»⁷⁰¹ Vê-se que a decadência das danças populares descrita por Gil Vicente, cessou com o domínio castelhano.

A dança tornou-se uma monomania da corte de Filipe IV (e III de Portugal) onde o seu primeiro-ministro o duque de Lerma, que veio a ser cardeal, se distinguia por ser o primeiro bailarino do seu tempo; Juan de Esquivel, no folheto ou opúsculo *Discursos sobre el Arte del danzado*, de 1642, elogia o monarca espanhol pelo seu grande talento e gosto pela dança, aprendida com o mestre António de Almeida. Os mestres de dança eram então afamados, como José Rodrigues Tirado, com escola pública em Sevilha; António de Burgos e João de Pastrana, citados como eminentes no opúsculo de Esquivei. Esta monomania da classe aristocrática do século XVII, acha-se ridicularizada por D. Francisco Manuel de Meio no magnífico *Auto do Fidalgo Aprendiz*, representado na corte de D. João IV; nele se acha uma riquíssima cena com um mestre de Dança, e a enumeração das danças mais vulgares em Portugal no meado do século XVII. Esta monomania estabeleceu uma separação entre as danças populares e as cortesãs, como se nota no opúsculo de Esquivei, que fala das primeiras com desprezo e como indignas de serem conhecidas de cavaleiros: «Todos los maestros aborrecen á los de las danzas de *cascabel*, y con mucha razon, porque es muy distinta á la *de quenta* y de muy inferior lugar, e ansi ningun maestro de reputación y con escuela abierta, se ha hallado jamás en semejantes chapandacas y si alguno lo ha hecho, no habrá sido teniendo escuela, ni llegado á noticia de sus discípulos, porque el que lo supiese rehusará serio de alli adelante, porque la danza de *cascabel* es para gente que puede salir á danzar por las calles, y estas danzas llama por gracejo Francisco Ramos, la *tarasca del día de Dios*».⁷⁰² No Auto português do *Fidalgo aprendiz*, nota-se a influência castelhana nas Danças aristocráticas, e o desprezo pelas do povo: «*Entra o Mestre da Dança, muito polido fazendo medidas, põe-se de joelhos diante de D. Gil, e pega-lhe nas mãos para lhas beijar:*

⁶⁹⁸ *Obras*, p. 251. Ed. Castro Irmão.

⁶⁹⁹ *Sumário de Vária História*, t. IV, p. 18.

⁷⁰⁰ *Formação do Amadis de Gaula*, p. 55. Na *Fenis* (t. I, 314) lê-se: «ia cantando a *chacoína*».

⁷⁰¹ Ed. do Porto, p. 100.

⁷⁰² Esquivel, *op. cit.*, cap. XII, Ap. anotadores de Tichnor. *Hist. da Litt. Esp.*, t. III, p. 458.

MESTRE: Dai-me as mãos.

GIL: Não mas comais,
Que não são mãos de carneiro.
Sois o Mestre?

MESTRE: E o *Rei David*

Mais antigo da cidade.

GIL: Tereis grande habilidade.

MESTRE: *Estive já em Madrid*

GIL: Oh! se fostes a Castela

Sabereis cem mil mudanças.

MESTRE: Para mudanças e danças

Todos sabemos mais que ela.

GIL: Ora tiro o balandrau

Que o aprender sempre é virtude (*tira o capote.*)

MESTRE: Ha em casa algum *laúde*?

ALMEIDA: Não há mais que um birimbau.

MESTRE: *Violas*?

ALMEIDA: Sim, achareis. Na botica.

MESTRE: Harpa?

ALMA: De couro.

MESTRE: Nem um *sestro*?

ALMEIDA: Um *sestro* agouro.

MESTRE: Nem sequer dous *cascavéis*?

.....

Eu vos tangerei co'a mão.

GIL: Tangei, que eu não dou lição,

Assim, sem tom e sem som.

MESTRE: Passeai por essa casa,

Que vos quero dar o ar.

GIL: Isso é querer-me aleijar,

Dar-me o ar, estando em brasa.

MESTRE: *Fazei medidas.* (Faça D. Gil muitas medidas sem feição.)

GIL: Aos pares,

MESTRE: Este pé esse acompanha Sempre.

ALMEIDA: Não, ninguém lhe ganha Em mostrar os calcanhares.

MESTRE: Andai! parai, dai três voltas,

Ri depressa, ide de passo,

Haveis de andar a compasso. (*Faz D. Gil tudo quanto o Mestre lhe manda.*)

GIL: Melhor é lançar-me soltas.

MESTRE: Podeis entrar num sarau,

Segundo o bem que aprendeis.

GIL: Pois, Mestre, que mais sabeis?

MESTRE: Uma *Alta*, um *Pé de chibau*, *Galharda*, *Pavana rica*,

E nestas novas mudanças.

GIL: Tende, que isso não são danças,

Senão cousas de botica.

Sabeis o *Sapateado*?

O *Terollero*? o *Vilão*?

O *Mochachim*? Senhor, não.

GIL: Pois sois Mestre mui minguado.⁷⁰³

A *Galharda* era uma dança francesa, e a *Pavana* (ou paduana) ainda persiste na locução popular: *tocar a pavana*, isto é infligir um castigo corporal. A *Galharda* era uma espécie de *Tordião*, menos acelerado e caprichoso; o Bibliófilo Jacob descreve-a: «A verdadeira dança francesa, que era uma *baixa dança* designada sob o nome de *Gaillarde*, regulava-se ao som do *hautbois* e do tamboril, que lhe marcavam a cadência; dançava-se na sua origem – com uma grande descrição. Esta dança, que Jean Tabourot descreveu, começava pela cortesia (mesura) que faziam um ao outro os dois dançadores, que iam depois e por sua vez um para o outro dançando e assim continuavam estas idas e vindas, o dito dançador fazia passagens novas, mostrando tudo quanto sabia fazer, até que os tocadores acabassem de tocar; então ele fazia a cortesia, e tomando a donzela pela mão, e agradecendo-lhe a levava para o lugar donde a tinha tirado.»⁷⁰⁴ A *Galharda* conservou-se com o nome de *Menuete*.

A *Alta*, a que alude D. Francisco Manuel, era a dança *alemã*, generalizada em França com o nome de *Hayes*; as danças vertiginosas, e irregulares chamavam-se *var haut*, compreendendo todos os géneros dos *Tordiões*. Na linguagem popular ainda se chama *Esturdia*, às brincadeiras mímicas e sapateados. Do *Vilão* diz Francisco Rodrigues Lobo:

Mandei toar o *Vilão*,
Pasmaram todos então
De me ver,
Que não se ouvia o tanger
com o som das castanhetas.
Dei tão altas sapatetas
Por tais modos,
Que estavam sem sangue todos.⁷⁰⁵

As *Xácaras* eram também dançadas, as quais chama Cervantes *Danzas habladas*; D. Francisco Manuel de Melo, alude às *Xácaras* em maneira de diálogo.

A *Sarabanda*, é conhecida em Espanha desde 1586, implantada na península das colónias americanas; a sua popularidade fez personificá-la pelo seu carácter desenvolto e lascivo numa mulher, assunto de uma sátira célebre *La vida y muerte de la Zarabanda, mujer de Anton Pintado*, de 1603. Nas colónias portuguesas da América eram populares as músicas da *Sarabanda*, e este nome é ainda hoje usado em Portugal como sinónimo de descompustura, increpação insultuosa.

A *Alemana*, já estava em desuso no tempo de Lope de Vega, que se queixa disso (*Dorotea*, acto I, c. 5.)

A dança de *Alonso el Bueno*, andava ligada a um romance popular; o *Caballero*, a *Carretera*, as *Gambetas*, o *Hermano Bartolo* e a *Zapateta*, acham-se citadas no *Diabo Coxo*. D. Francisco Manuel cita como popular o *Sapateado*, e nas danças insulares, ainda persistentes, conserva-se o *Sapateia*. Esquivel, no seu citado Discurso caracteriza como Danças populares «*Jacara, Rastro, Zarabanda y Tarraga* som una misma cosa.» (fol. 30, v.)

As danças populares portuguesas condenadas pela Inquisição e pela educação jesuítica, conservaram-se nas colónias da América; o Bispo do Grão Pará fala de uma

⁷⁰³ *Obras Métricas*, t. II, p. 242 e 243.

⁷⁰⁴ *Moeurs, Usages et Costumes au Moyen-Âge*, p. 266.

⁷⁰⁵ *Pastor Peregrino*, Jorn. I, fine.

prática que fez: «em louvor do canto honesto, e ao mesmo tempo invectiva contra o lascivo das *Sarabandas*⁷⁰⁶ e modas do tempo». (*Memórias*, p. 210.) Isto passava-se por 1761. Nas ilhas dos Açores ainda se conserva o *Lundum*, citado por Sá de Miranda desde o século XVI, e por Nicolau Tolentino no século XVIII:

Del ton me acuerdo, y del cuento,
En busca del cantar ando.
Ora atínenos al ton,
Amigo, que juro a mi,
Este era el tiempo y sazón,
El lugar este era aquí,
Las palabras de *london*...

(*Obras* de Sá de Miranda, p. 192, ed. 1804.)

Nicolau Tolentino, que ridicularizou as modinhas do século XVIII, descreve:

Em bandolim marchetado,
Os ligeiros dedos prontos,
Louro peralta adamado,
Foi depois tocar por pontos
O doce *Lundum chorado*.
(*Obras*, p. 250.)

Gil Vicente fala do baile da *Sapateia*, que é a *Sapateia* insulana moderna:

Estão-me proindo as mãos
Por dar uma *sapateia*,
como nos bailhos vilãos.
(*Obr.*, III, 184.)

As festas reais eram um pretexto para as danças figuradas, semelhantes um pouco às das procissões.

Nas festas pelo casamento de D. Maria I com seu tio o infante D. Pedro em 6 de Junho de 1760, apareceram várias danças populares na vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro da comarca da Baía:

Dia 9 (Dezembro) – «a primeira *dança dos oficiais* da Cutelaria e Carpintaria asseadamente vestidos com *farsas mouriscas*».

Dia 10: – «três contradanças dos alfaiates pelas ruas ao som de acordes instrumentos».

Dia 11: – «as danças dos Sapateiros e Correeiros».

Dia 14: – «a *dança dos Congos*, que apresentaram os Ourives em forma de embaixada».

Dia 15: – «uma luzida *encamisada* de vinte parelhas, vestidos os cavaleiros à Mourisca».

Dia 16: – «*Reinado dos Congos*, que se compunha de mais de outenta mascaras,

⁷⁰⁶ Serrão de Castro, escreve na sátira *Os Ratos da Inquisição*, p. 131:

E tal dom vos hei-de fazer,
Que baileis a *sarabanda*.

com farsas ao seu modo de trajar, riquíssimas pelo muito ouro e diamantes de que se ornavam» etc. Chegando aos Paços do Conselho, onde tomaram assento o rei e a rainha lhes fizeram sala «os Sobas e mais máscaras da sua guarda, saindo depois a *dançar as Talheiras*, e *Quicumbis* ao som dos instrumentos próprios do seu uso e rito. Seguiu-se a dança dos *Meninos Índios*, com arco e frecha».

Dia 17: – «uma magnífica Cavalaria de outo parelhas» «bem ordenada e vistosíssima escaramuça».

Dia 20: – «o espectáculo dos carneiros, que os mesmos cavaleiros dextramente cortaram, concluindo tudo com uma vistosa e especial escaramuça».⁷⁰⁷

No nascimento do Príncipe da Beira, conforme se descreve na *Epanáfora festiva, ou relação sumaria das festas que na cidade do Rio de Janeiro capital do Brasil se celebrou...* vem as seguintes danças: (1761)

16 de Maio: – «*as danças das Ciganas*, dos *Cajadinhos*, dos *Alfaiates*, dos *Ourives* e mais officios».

17: – «Cavalhadas, como era de estilo, também começaram pela entrada das danças... «princiaram a correr *alcancias*, *canas*, *cabeças*; acabaram com parelhas e outra escaramuça diversa.»

Dia 19: – «Saiu pela cidade o *estado dos pardos* seguido de danças várias na seguinte ordem: a de um «*soba magico*» composta de vários animais; a de doze Leões com Hércules por guia; a dos *Calhastros* a dos *Ambacas*, e dos *Moleques*, cada uma com doze figuras; a de *talheiras*, a de *negrinhas pequenas*, a de *moleques pequeninos de Angola*, e do *catupé* e por fim o *baile do Congo*. (Colecção de Barbosa.)

Nas festas que se fizeram na Baía em 1729 por ocasião dos casamentos dos Príncipes de Portugal, descritos no *Diário histórico das celebridades que na cidade da Baía se fizeram*, etc., se lê, que no dia 28 de Julho, à noite na presença do Vice-Rei houve: «*um alegre divertimento musico de cantigas e modas da terra, de que é abundante este país*». (Da colecção de Barbosa Machado, na *Bibl. do Rio de Janeiro*.)

As danças populares do século XVIII eram muito desenvoltas, tais como a *Fofa*, o *Batuque*, a *Arrepia* e o *Fandango*. Na *Viagem a Portugal* do Duque du Chatelet (Desoteux) se lê: «O Povo corria por aqui e por acolá, cantando e dançando a *Fofa*, espécie de dança nacional que se executa aos pares, com acompanhamento de uma guitarra ou doutro qualquer instrumento: dança lasciva a tal ponto, que o pudor cora ao ser testemunha dela.» Lê-se no *Entremez da Peregrina*, de 1770:

Cantemos antes que vás,
Duas cantigas da *Fofa*.
Da *Fofa* não; se tu queres
Cantaremos outra moda.

Da *Arrepia* fala o padre Pacheco, no *Divertimento erudito*; e no *Entremez do Barbeiro*, de 1769, se lê: «meu pai, que sabia mais do que nós, pegava em uma viola e punha-se a tocar o *outavado* e o *arrepia*, e outros sons daquele tempo; e assim nos entretínhamos até que adormecíamos». O carácter lascivo das danças do século XVIII deve atribuir-se à influência africana e brasileira; o *lundum* e o *batuque*, só se conhecem bem seguindo as persistências brasileiras; lê-se nas *Cartas chilenas*:

A ligeira mulata em traje de homem,
Dança o quente *lundu* e o *batuque*.

⁷⁰⁷ *Relação das faustíssimas Festas...* por Francisco Calmon. (Da Colecção de folhetos de Barbosa Machado.)

Fingindo a moça que levanta a saia,
 E voando nas pontas dos dedinhos,
 Prega no machacaz, de quem mais gosta
 A lasciva *embigada*, abrindo os braços...
 Então o machacaz torcendo o corpo,
 Pondo uma mão na testa outra na ilharga,
 Ou dando algum estalo com os dedos,
 Seguindo das violas o compasso,
 Lhe diz: Eu pago, Eu pago! e de repente
 Sobre a torpe michela atira o salto...
 Oh dança venturosa, tu entravas
 Nas humildes choupanas, aonde as negras
 Aonde as vis mulatas apertando
 Por baixo do bandulho a larga cinta
 Te honravam com marotos e brejeiros,
 Batendo sobre o chão o pé descalço.
 Agora já consegues ter entrada
 Nas casas mais honestas e palácios.

Estas danças *baixas*, tem vários nomes no Brasil; *chiba* na província do Rio de Janeiro, *samba*, no norte, *caterete*, em Minas Gerais, *Fandango*, nas províncias do sul. O *Baiano* é uma dança formada com o *maracatu* africano, as danças selvagens e o *fado* português. O *Batuque* dança da província do Ceará, tal como é, persiste na ilha de S. Miguel. No fim do século passado, o *Fandango* era popular nos arredores de Lisboa, como se vê pela descrição de Richard Twiss: «Foi em Mafra que tive o prazer de ver dançar o *Fandango*. Foi numa tasca. Foi dançado pelo dono da tasca com sua mulher, e com o acompanhamento de uma guitarra. O tocador dedilhava varias cordas juntamente, a três tempos, e batia com a mão o compasso no corpo do instrumento. O *fandango* que se dança aos pares parece-se muito com o que os holandeses chamam *plugge dansen*. Aparentemente estes povos adoptaram esta dança, bem como outros usos no tempo em que se achavam debaixo da dominação dos espanhóis. Os dançantes estão num movimento geral com todo o corpo e todos os membros, algumas vezes até indecentemente: marcam o compasso com o pé e com castanholas. Havendo falta deste instrumento, marca-se a cadencia com o estalo dos dedos. O homem tem o chapéu posto na cabeça, e dança com sua dama chegando-se e afastando-se, e fazendo numerosas reviravoltas e requebros. Dança-se o *fandango* no teatro com muita arte: toda a orquestra toca a musica, que é a mesma, quase por toda a parte. Depois que o meu estalajadeiro acabou de dançar, correndo-lhes o suor em bica, um outro par os substituiu»⁷⁰⁸ o caracter desta dança conserva-se nos *Fados* actuais; esta designação derivada do árabe *huda*, apresenta na tradição francesa a forma de canto e dança figurada em *fatiste*.

As danças populares contemporâneas poucas novidades apresentam; as mais curiosas são as açorianas, ou *Balhos*. O insulano José de Torres descreve-os: «Os *balhos* (corrupção de bailes, danças) complemento de todos os seus festejos, são nele uma feição característica, um elemento necessário à vida do coração. – Homens e mulheres emparelhados, num circulo, girando concentricamente, cada par fazendo sua mutua frente, todos em pulo, todos raiantes de alegria, caminhando numa e noutra rotação, cruzando-se, passando, e obedecendo nestas evoluções aos descantes singulares, que

⁷⁰⁸ *Voyage en Portugal et en Espagne, en 1772 e 1773*. Ap. B. Branco, op. cit., t. II, p. 266.

acompanham o agudíssimo som metálico da viola: que vos parece o *balho* açoriano?»⁷⁰⁹

Faustino Xavier de Novais, descreve nas suas *Poesias Satíricas*, as danças do Minho:

Dança a *chula* e o *pezinho*,
A *Cana verde*, a *chiquita*,
A *Constança* e o *Josesinho*,
Tão insípidas na *Invicta*
Quanto engraçadas no Minho.⁷¹⁰

Bem repinicada a *chula*
Tem pra mim maior valia;
Ver a moça quando pula,
E a rabeca quando chia.
E a *saranda* na viola,
Isso é trigo sem mastura:
Mas é moda a cantarola,
Quem num vai num faz fugura.⁷¹¹

Novais refere-se também às músicas que acompanham as danças do Minho, e esboça o tipo do cantador popular:

Ouvir num serão tocar
Na rabeca de madeira
Que imita o carro a chiar,
A *Canoa*, a *Ramaldeira*,
A *Cana-verde no mar*;

E da garganta de um velho
Que por *Cantador* robusto
Vem de fora do concelho,
A voz, que passa com custo
Como o carro pelo quelho.⁷¹²

Instrumentos musicais populares. – A antiguidade de certos instrumentos musicais do nosso povo estabelece-se pela comparação; uma grande parte deles pertence ainda a esse fundo de civilização ante-árico, como se infere pela sua existência simultânea entre povos afastados que se desconhecera nas épocas históricas. Assim, há instrumentos musicais que se encontram na Finlândia, na Rússia, na Irlanda, na Grécia e em Portugal entre as camadas populares, o que se não pode explicar senão por provirem dessa raça que foi subjugada pelas migrações áricas na sua entrada na Europa.

A *Charamela*, usada pela gente do campo, feita de cana ou de pau, é a doçaina do

⁷⁰⁹ *Fastos açorianos.* (*Panorama*, t. XIII, p. 190.) Vimos o anúncio dos *Cantos populares dos Açores*, coordenados para piano por Eduardo Augusto de Sousa Ribeiro. em que se indica o nome de muitos balhos insulanos; são eles, o *Churamba*, *São Miguel*, *São Macário*, *Tirana*, *Chamarrita* o *Pezinho* *Eu cá sei*, o *Meu bem*, o *Bravo*, *Os olhos pretos*, o *Fado dos Estudantes*, *Os teus braços*, o *São Gonçalo*, a *Favorita*, *Mulatinhas*, as *Solteiras*, a *Viradinha*, *Os soluços*, o *Caracol*, *As Meninas de Elvas*, *A Praia*, a *Infância*, *O repete, repete...* o *Landum*, a *Saudade*, a *Sapateia*.

⁷¹⁰ *Poesias*, p. 61.

⁷¹¹ *Idem, ib.*, p. 190.

⁷¹² Na *Grinalda*, t. II, p. 94.

tempo de D. João II, a *tíbia* dos antigos, tal como a descreve Horácio: «delgada, de uma só peça tendo poucos buracos, bastante para sustentar e acompanhar os coros». Guthrie, nas *Dissertações sobre as Antiguidades da Rússia* diz: «é este precisamente o uso que dela fazem os Russos; servem-se da *Dudka* (charamela) para acompanhar certas canções plangentes».⁷¹³

A *Flauta de Pan*, conhecida vulgarmente entre nós pelo nome de *Gaita de capador*, porque é pelo toque deste instrumento primitivo que os castradores se dão a conhecer pelas aldeias, e também nas cidades usado pelos amoladores de tesouras e navalhas, deve considerar-se como pertencente às povoações ante-árnicas da Europa; os povos da Grécia conservaram o *Syrinx*, e com o nome de *Swirelka* ainda persistia entre os Cossacos no fim do século passado, como notou Guthrie.

A *Gaita de foles*, conhecida em toda a península hispânica pelo nome de *Gaita galega*, por se ter tornado o instrumento nacional da Galiza, é usada ainda em todos os arraiais de devoção das nossas aldeias; este instrumento também nacional na Irlanda e na Escócia, não pertence à raça céltica como se pensava, é anterior, e pela sua persistência na Finlândia e na Rússia, infere-se com certeza que pertence a essa raça mongolóide representada na Europa pelos Eusk e Iberos. Guthrie ignorando que as povoações inferiores da Rússia são de raça cita, diz da *Gaita de foles*: «Este instrumento (*Volynka*) posto que usado pelos Russos em algumas províncias do império, pertence propriamente aos Finlandeses, outra nação antiquíssima, e lhe chamam *Pila!*, e provavelmente não cede em antiguidade a nenhum dos outros instrumentos de que falamos. O que deve tomá-lo recomendável aos Escoceses e Irlandeses, é que ele é incontestavelmente o pai da sua *gaita* querida, cujo aperfeiçoamento foi animado por meio de prémios.»⁷¹⁴

A *guitarra* e a *viola* são dois instrumentos de cordas de arame com que o povo acompanha as suas danças e cantigas; a *quitara* árabe parece ter sido conservada entre o povo, mas a existência da *balalaika*, ou viola de duas cordas, e o *Gonkok*, entre o povo russo, espécie de viola de arco, provenientes das camadas citas dominadas pelos Eslavos, levam-nos à inferência da origem ibérica destes instrumentos peninsulares. De facto os Árabes receberam a poesia e o canto do ramo turaniano; Guthrie, falando destes instrumentos diz: «E também o *Gondok* um instrumento da mais alta antiguidade entre os Russos, porque se faz menção assim como do *Balalaika*, em algumas das suas canções antigas em honra das suas divindades pagãs.»⁷¹⁵

As *Campainhas*, que aparecem em algumas filarmónicas das aldeias, e que os Gregos usavam com o nome de *crotola*, são também usadas pelos aldeãos russos com o nome de *Loschki*: «Este instrumento com que os aldeãos russos batem o compasso nos seus coros campestres, é certamente uma modificação da *crotola* que os Gregos empregavam para acompanhar a sua musica no *modo frígio* ou *grave*.»⁷¹⁶ O *modo frígio* indica a sua proveniência; as povoações frígias eram ante-árnicas. Na Idade Média da Europa aparecem outros instrumentos como a *rhota* ou *chrota* britânica, usada pelos jograis, e o *psalterio* ou arpa horizontal, que é ainda usado pelas povoações inferiores da Rússia com o nome de *Gousti*.

No *Cancioneiro português da Vaticana*, citam-se alguns instrumentos musicais dos jograis:

A do mui boo parecer

⁷¹³ *Op. cit.*, p. 20. Saint-Petersbourg. 1795.

⁷¹⁴ *Antiquités de Russie*, p. 27.

⁷¹⁵ *Antiq. de Russie*. p. 30.

⁷¹⁶ *Ibid.*, p. 32.

mandou o *adufe* tanger.
(Canç. 883.)

Lourenço, pois te quitas de rascar
e desamparas o teu *citolon*...
rogo-te que nunca digas meu son...
(Ib. 1106.)

Foi a *citola* temprar
Lopo, que citolasse... (Ib. 971.)
um *citolom* mui grande sobraçado
con que el sol muito mal fazer.
(Ib. 972.)

No *Poema de Alfonso Onceno*, de Rodrigo Eanes, vem descritas as festas por ocasião do casamento da Infanta D. Maria, filha de D. Afonso IV, com Afonso XI, de Castela; aí se alude aos diversos instrumentos musicais:

Estas palabras dezian
Donzellas en sus cantares,
Los estormentos tannian
Por las Huelgas los Jograles.
El *laud* yvan tanniendo
Estormento fallagueiro;
La *viuela* tanniendo
El *rabé* com el *salterio*.
La *guitarra serranista*
Estormento con razon
La *enxabebe* morisca
Allá en medio canon.
La *gayta*, que é sutil
Con que todos plaser han,
Otros estormentos mill
Con la *farpa* de don Tristan,
Que dá los puntos doblados
Con que falaga el loçano,
E todos los enamorados
En el tiempo del verano.
(Est. 406-410.)

Segundo Du Cange o *Laude* vem do alemão *Laute*, de *lauten* soar, ressoar; Scaligero deriva-o do árabe *allaud*; o Arcipreste de Hita refere-se ao *arpudo laud*, que equivale à frase de Venâncio Fortunato «*Barbaros leudos harpa relidebat*». O instrumento é anterior a estes dois povos. A *guitarra serranista* era popular, porque o seu epíteto designa que servia para os cantares de serranilha, de que abundam os nossos Cancioneiros. A *gaita* era própria dos *cantares gaiados*, de que ainda fala Gil Vicente.

A *harpa* de Don Tristão era o instrumento a que no século XIV se cantava os lays bretãos ou dos amores de Tristão e Isolda, de que há uma amostra no *Cancioneiro Colocci-Brancuti Nas Poesias* do Arcipreste de Hita descreve-se também um grande número de instrumentos: *La guitarra latina* (v. 1202) designada por ser própria dos

cantos de ledino? Fala também de:

La *vihuela d'arco* fas dulces bayladas.

A *viola de arco*, nome que no século XV e XVI se dava à rabeça, foi adoptada em Portugal no começo do século XVI como se sabe pela vida de Sá de Miranda por D. Gonçalo Coutinho. O Arcipreste fala do instrumento a que se cantavam os *Fados*, no século XIV ainda com o seu carácter árabe:

La *adedura* albardana entre ellos se entremette.
(y 1206.)

No códice de Gayoso lê-se *Hadedura*, o que nos leva a considerá-lo como o instrumento a que se cantavam as *Hudas* árabes, espécie de lenga-lenga de tropeiros. Nas Ordenações afonsinas e manuelinas citam-se também alguns instrumentos musicais das danças de *Retorta*, e das danças dos Mouros e Judeus quando iam esperar o rei.

No livro de Philippe de Carverel, *Ambassade en Espagne et en Portugal, en 1582*, vem indicações curiosas sobre costumes portugueses. Eis como refere o *gosto do povo pela música*:

«il se délecte bien fort au reste des instrumens musicaux et de la musique, mesme au cliquetis de ne sçay quels instrumens de petit pris et au battement des doigts: etc. Si est-ce que la chose plaist bien au commun de Lisbonne, ou les femmelettes se trouvent souvent emeschées à aprendre leurs petits enfants à danser à la morisque ou à la castillane avec certains cliquetis des doigts et agitation des jarets remarquée, par adventure, anciennement par Strabon. Les plus polis se servent de la *guitere*: le *cistre*, la *harpe*, le *luth*, l'*espinette*, etc.».

«L'on conte, pour montrer que les Portugais sont très grands amateurs de leurs *guiteres*, qu'il a été trouvé ès dépouilles du camp du roy Sebastien, de Portugal, après la déroute en la quelle il fut deffait par le Roy de Fez, et de Marroc, environ dix mille *guiteres*, chose incroyable, mais à laquelle aucuns donnent couleur, parce que les Portugais s'embarquans jouoient ordinairement ce refrain:

Los Casteillanos mactan los toros;
Los Portugueses mactan los moros.»⁷¹⁷

Os instrumentos musicais acham-se relacionados com as práticas culturais; da visita ao Rio de Janeiro fala o padre Fernão Cardim, dizendo: «Neste Colégio tivemos o Natal com Presépio muito devoto, que fazia esquecer os de Portugal. O irmão Barnabé fez a Lapa e à noite nos alegrou com seu *birimbau*.» Em uma sátira anónima contra Camões se lê: «Ao som de um *birimbau* Luís cantava.» Na Sé de Lisboa conservaram-se usos singulares, como este: «Logo que o Patriarca entrava na igreja, tocavam os *timbales* e outros Instrumentos chamados *menestrins*; diz a relação donde extraímos esta notícia, que eram mui antigos, e a que o vulgo chama *vacas*. Os *menestrins* eram as charamelas.»⁷¹⁸ Do destino litúrgico dos instrumentos musicais diz Herculano, referindo-se ao *zabumba* dos arraiais das romarias do Minho: «e em vez do rebombo da procissão acumulada sobre as agulhas dos cerros, o estrepito do *Zé Pereira*, pio invento da santimonia dos bracarenses, para afugentar da Jerusalém minhota os pedreiros livres e o

⁷¹⁷ Ap. *Boletim de Bibliografia Port.*, t. I, p. 167.

⁷¹⁸ *Sumário de Vária Hist.*, t. IV, 197.

diabo.»⁷¹⁹ Os *ferrinhos (sonajas)* são um instrumento popular, característico dos cantos galezianos, e comum à região do norte de Portugal; nos romances tradicionais citam-se *apitos de prata*, e o *baixão*. A *çanfonha*, tão condenada pelos moralistas da Idade Média é ainda hoje o instrumento predilecto dos cegos; mas já não cantam as Canções de Gesta francesas, como outrora.⁷²⁰

Nota. – Para completar este capítulo, tratando da influência dos *velhos* nos fenómenos etnológicos, teríamos de estudar aqui *As Adivinhas* e os *Anexins populares portugueses*; como porém os nossos materiais acumulados alteram as proporções deste volume, preferimos o transpor estes elementos para o livro terceiro desta obra, onde logicamente entram como manifestações da *Sabedoria popular*, objecto especial desse livro.

⁷¹⁹ *Viagens no Minho. Panorama*, t. XII, p. 323

⁷²⁰ Léon Gautier, *Les Epopées Françaises*, t. I, p. 393.

Obra digitalizada e revista por Ernestina de Sousa Coelho. Actualizou-se a grafia.

© Projecto Vercial, 2001

<http://www.ipn.pt/literatura>